



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

**Aracaju
2024**

Sumário

INFORMAÇÕES GERAIS	07
1. DADOS INSTITUCIONAIS	07
1.1. Mantenedora	07
1.2. Mantida	07
1.3. Histórico da Mantenedora	07
1.4. Histórico da Mantida	08
1.5. Inserção Regional da Instituição	09
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO	12
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL	13
2.1. Características da Instituição	13
2.1.1. Missão Institucional	13
2.1.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	14
2.1.2.1. Organograma Institucional e Acadêmico	15
2.2. Administração	16
2.2.1. Condições de Gestão	16
2.2.1.1. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional	16
2.2.2. Planos de Desenvolvimento	16
2.2.3. Sistemas de Informação e Comunicação	17
2.3. Políticas de Pessoal e Programas de Incentivos e Benefícios	17
2.3.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes	18
2.3.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo	18
2.3.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Estudantes Carentes	19
2.4. Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição	20
1. DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
1.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	22
1.1.1. Concepção do Projeto Pedagógico do Curso – PPC	23
1.1.2. Contexto Educacional	26
1.1.3. Metas do Plano Nacional de Educação – PNE	27
1.1.4. O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais Educação das Relações Étnico-raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira Africana	27
1.1.5. O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação dos Direitos Humanos	27
1.1.6. O Curso e a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	28
1.1.7. O Curso e as Políticas de Educação Ambiental	28
1.2. Concepção do Curso	29
1.3. Articulação com Órgãos de Administração de Justiça e de Segurança	31
1.4. Objetivos do Curso	32
1.5. Perfil do Egresso	33
1.6. Competências e Habilidades	34
1.7. Estruturas Curriculares	36

1.7.1. Conteúdos Curriculares	36
1.7.2. Plano de Ensino e Bibliografia	41
1.7.3. Matriz Curricular	41
1.8. Metodologia de Ensino	44
1.9. Estágio Não Obrigatório	49
1.10. Estágio supervisionado	50
1.11. Atividades Complementares	52
1.11.1. Atividades de Extensão Comunitária	52
1.11.2. Atividades Culturais e Esportivas	53
1.11.3. Atividades Extra Campus	54
1.11.4. Atividades Internas	54
1.11.5. Atividades Intercursos Esportivas	54
1.12. Programa de Monitoria	55
1.13. Estudos Disciplinares	55
1.14. Atividade Prática supervisionada	57
1.15. Trabalho de Curso	58
1.16. Articulação da Aprendizagem na Matriz Curricular	59
1.17. Formas de Realização da Interdisciplinaridade	61
1.17.1. Modos de Integração entre Teoria e Prática	62
1.18. Apoio ao Discente	63
1.18.1. Formas de Acesso	63
1.18.1.1. Disposições Gerais	63
1.18.1.2. Condições e Procedimentos	64
1.18.1.3. Matrícula	64
1.19. Apoio Pedagógico aos Discentes	65
1.20. Acompanhamento Psicopedagógico	65
1.20.1. Mecanismos de Nivelamento	66
1.20.2. Atendimento Extraclasse	67
1.20.3. Acompanhamento dos Egressos	67
1.20.4. Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico - NAAP	67
1.21. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	68
1.20.1. Mecanismos de Avaliação	68
1.20.2. Rendimento Escolar	69
1.20.3. Critério de Promoção	69
1.20.4. Regime de Dependência	70
1.20.5. Revisão de Provas e Verificação das Notas	70
1.22. Coerência entre os Procedimentos de Ensino e Aprendizagem e a Concepção do Curso	71
1.23. Sistema de Avaliação do Projeto de Curso de Avaliação Interna e Externa	72
1.23.1. Avaliação do Curso Superior de Direito	72
1.23.2. Autoavaliação do Curso Superior de Direito	75
1.23.3. Avaliação Externa	76
1.24. Atividades de Tutoria	76
1.24.1. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias as Atividades de Tutoria	77
1.25. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino Aprendizagem	78
1.26. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	80
1.27. Procedimentos de Acompanhamentos e de Avaliação dos Processo de Ensino Aprendizagem	80

2. DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL	82
2.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	82
2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	82
2.1.2. Relação Nominal e Titulação e Formação Acadêmica do NDE	83
2.1.3. Regime de Trabalho do NDE	83
2.2. Equipe Multidisciplinar	83
2.3. Atuação do Coordenador do Curso	85
2.3.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	87
2.3.2. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador do Curso	87
2.4. Formação Acadêmica e Profissional dos Docentes	87
2.4.1. Docente por Disciplina e Titulação	87
2.4.2. Regime de Trabalho	82
2.4.3. Tempo de Experiência Acadêmica no Magistério Superior ou Experiência Profissional	98
2.5. Atuação do Colegiado de Curso	99
2.6. Organização Acadêmico-Administrativa	99
2.6.1. Participação da Coordenação do Curso nos órgãos colegiados da IES	100
2.7. Relação de Tutores (Distância) Responsáveis pelas Disciplinas EaD	100
2.8. Relação de Tutores (Presencial) Responsáveis pelas Disciplinas EaD	100
3. DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA	101
3.1. Instalações Gerais	101
3.1.1. Espaço Físico	101
3.1.1.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	101
3.1.1.2. Espaço de Trabalho para a Coordenação	102
3.1.1.3. Sala Coletiva de Professores	102
3.1.1.4. Salas de Aula	102
3.1.1.5. Espaço de Trabalho do NDE – CPA - NAAP	102
3.2. Infraestrutura de Acesso para Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida	102
3.3. Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	103
3.4. Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado	104
3.5. Políticas de Acesso aos Equipamentos de Informática	105
3.5.1. Equipamentos de Informática	105
3.5.2. Relação Equipamento/Estudante/Curso	106
3.6. Recursos Audiovisuais e Multimídia	106
3.7. Serviços	107
3.7.1. Organização do Controle Acadêmico	107
3.7.2. Pessoal Técnico Administrativo	107
3.7.3. Manutenção e Conservação das Instalações Físicas	107
3.7.4. Manutenção e Conservação dos Equipamentos	108
3.7.4.1. Pessoal Técnico de Apoio	108
3.8. Biblioteca	108
3.8.1. Acervo	109
3.8.1.1. Livros da Bibliografia Básica e Complementar	109
3.8.1.2. Periódicos Especializados Bases de Dados Jornais e Revistas	110

3.8.2. Política de Atualização de Acervo	110
3.8.3. Serviços	111
3.9. Laboratórios Especializados	112
3.9.1. Infraestrutura e Serviços dos Laboratórios Especializados	114
3.9.1.1. Tipos de Ambientes e Laboratórios	114
3.9.1.2. Condições de Conservação das Instalações	115

ANEXOS

ANEXO 1 – Planos de Ensino e Bibliografia

ANEXO 2 – Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório

ANEXO 3 – Regulamento de Atividades Complementares

ANEXO 4 – Regulamento dos Estudos Disciplinares

ANEXO 5 – Regulamento de Atividades Práticas Supervisionadas

ANEXO 6 – Regulamento de Trabalho de Curso

ANEXO 7 - Regulamento do Núcleo de Apoio e Psicopedagógico e Acessibilidade

ANEXO 8 – Regulamento Núcleo Docente Estruturante

Informações Gerais

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Mantenedora

QUADRO 1 – Dados da Mantenedora

NOME	ASSOBES ENSINO SUPERIOR S/S LTDA.
ENDEREÇO	Av. T-02, nº1993, Setor Bueno – CEP: 74215-010
CNPJ	01.711.282/0001-06
MUNICÍPIO	Goiânia
UF	Goiás

1.2. Mantida

QUADRO 2 – Dados da Mantida

NOME	Faculdade de Aracaju – FACAR
ENDEREÇO	Rua Oscar Valois Galvão, 355 - Conj. Leite Neto, bairro Grageru
MUNICÍPIO	ARACAJU
UF	SE
TELEFONE	(79) 3217-7476
FAX	(79) 3217- 5029
E-MAIL	pigeral@unip.br
SITE	http://www.FACAR.edu.br
DIRIGENTE PRINCIPAL	Francisco José T Bastos

1.3. Histórico da Mantenedora

A Faculdade de Aracaju – FACAR é atualmente mantida pela ASSOBES ENSINO SUPERIOR S/S LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.711.282/001-06, com sede e foro na Av. T-02, 1993, Setor Bueno, em Goiânia-GO, entidade Mantenedora que fez seu ingresso na educação Superior em 1986.

1.4. Histórico da Mantida

A **Faculdade de Aracaju – FACAR**, com endereço de funcionamento situado na Rua Oscar Valois Galvão, 355, Bairro Grageru, Aracaju, Estado de Sergipe, foi credenciado pela

Portaria nº 3.889, publicada no DOU em 16/11/05 aditada pela Portaria MEC nº 738/10, tendo seu último credenciamento sido realizado pela Portaria nº 139, de 21/02/18.

Atualmente, a FACAR oferece os seguintes cursos de graduação: **Direito**, reconhecido pela Portaria nº 123, publicada no DOU em 18/03/13, renovação de reconhecimento Portaria nº 139, publicada no DOU em 22/02/18; **Enfermagem**, autorizado pela Portaria nº 2.030, publicada no DOU em 30/11/10; Renovação de reconhecimento Portaria nº 64, publicada no DOU em 24/03/2016; **Farmácia**, reconhecido pela Portaria nº 878, publicada no DOU em 19/12/18; Renovada pela Portaria nº 110, publicada no DOU em 05/02/2021.

Desde sua criação vem expandindo o mercado de atuação, objetivando estimular setores de preparação de mão de obra indispensáveis à política de desenvolvimento nacional, e devidamente autorizados pelo Conselho Federal de Educação.

Todos os cursos da FACAR contam com um Coordenador de Curso, que responde diretamente à Coordenação Pedagógica e à Direção da instituição e têm como atribuições: fazer cumprir o regimento da Faculdade, reunir os professores para acompanhar o andamento dos cursos e providenciar juntamente com os Órgãos de Administração Superior as soluções. Quando se faz necessário, o Coordenador do Curso dá pareceres em atividades de rotina referentes à vida escolar de estudantes; encaminha pareceres de contratação, enquadramento e demissão de docentes; conhece e operacionaliza as avaliações acadêmicas e mantém atualizada a documentação exigível.

À Coordenação de Curso, com tempo de dedicação integral, compete acompanhar o andamento das atividades didáticas e o atendimento de estudantes para orientação e, quando cabível, oferecer solução. Os Coordenadores respondem tecnicamente ao Coordenador Pedagógico e administrativamente ao Diretor da FACAR. Quando os assuntos se referirem a aspectos operacionais e administrativos, o encaminhamento poderá ser providenciado junto ao Diretor do Campus. Sua responsabilidade também inclui o encaminhamento da planilha de pagamento e a organização e acompanhamento do horário acadêmico.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), presidido pelo Coordenador do Curso, é o órgão responsável pela concepção do PPC de Graduação em Direito e tem, por finalidade, elaborar estratégias de implementação, supervisão, consolidação e aperfeiçoamento dele.

Na Secretaria Acadêmica, concentram-se as atividades de rotina administrativa do Curso. O Coordenador de Curso, em conjunto com o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), apresenta o presente PPC que é uma proposta de trabalho integrado, descrevendo um conjunto de competências, técnica, humana, pluralista, política e ética, que compõem o perfil do egresso, bem como a proposta pedagógica inovadora para alcançar suas propostas e metas.

1.5. Inserção Regional da Instituição

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FACAR, agregado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi concebido mediante as necessidades e demandas da região, de forma a fortalecer o desenvolvimento e construir uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e das suas áreas de influência.

Os cursos oferecidos pela FACAR, mediante seus projetos pedagógicos específicos, são organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;
- o desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural de atuação.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo central da proposta para o ensino de graduação, a FACAR tem por finalidade a construção de processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação competente do profissional que pretende graduar. Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da FACAR com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

A política definida pela Instituição para as questões sociais visa promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e modificações na educação e na cultura. A missão da Instituição inclui preparação para a liderança e o acompanhamento de profundas e densas mudanças induzidas pelo avanço tecnológico e pelas novas concepções de vida dele emergentes.

A FACAR tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus estudantes instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de

recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo, é preciso levar em conta as novas tecnologias de gestão propostas, que têm como mote principal – além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais – a primazia do mérito e da qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

A FACAR possui uma política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região de Sergipe.

Finalmente, resta afirmar que a Faculdade de Aracaju adota políticas direcionadas para o desenvolvimento de estudos de situações reais e específicas para a melhor compreensão das condições de vida das comunidades de seu entorno.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

Denominação:	Curso Superior de Direito (Bacharelado)
Turno de Funcionamento:	Noturno
Carga Horária:	O Curso de Direito tem duração de 4.440 (Quatro Mil Quatrocentos e Quarenta) horas-aula ou 3.700 (Três Mil e Setecentas) horas-relógio.
Tempo de Integralização mínimo:	10 semestres
Tempo de Integralização máximo:	16 semestres
Base Legal:	O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade - FACAR foi reconhecido pela portaria MEC nº 123, publicada no DOU de 18 março de 2013 e renovado portaria nº 1.428, publicada no D.O.U de 02 de setembro de 2016. Este Projeto foi concebido em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 09/2004) e nas Instruções Normativas nº 01, de 19 de agosto de 1997, nº 02 e nº 03, de 05 de dezembro de 1997, atualmente substituída pela Instrução Normativa nº 1/2008, todas da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB.
Vagas:	100
Dimensionamento das Turmas:	Amparada no disposto no artigo 53 da Lei nº 9.394/1996, a Instituição de Ensino Superior (IES), por meio de seus colegiados superiores, estabeleceu que os candidatos classificados em processo seletivo e matriculados serão divididos em grupos de 50 estudantes. Enquanto que, nas atividades práticas, os grupos têm as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação da Coordenação de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 25 estudantes por turma prática.
Coordenador do Curso:	Nome: Ivis Melo de Souza End: Rua Oscar Valois Galvão, 355 - bairro Grageru. E-mail: ivismelodesouza@gmail.br Titulação: Especialista em Direito Penal e processual Penal

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1 Características da Instituição

2.1.1. Missão Institucional

A FACAR tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior integrando o ensino e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do Estado e da região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser *lócus* de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a IES pretende produzi-lo articulando o ensino com a extensão a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Nesse sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito partícipe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior, deva ser possuidora de uma política

de graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

2.1.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos da Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos da Administração Acadêmica: Núcleo Docente Estruturante, Colegiados de Curso e Coordenações de Curso.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração (Tesouraria, Contabilidade e Manutenção).

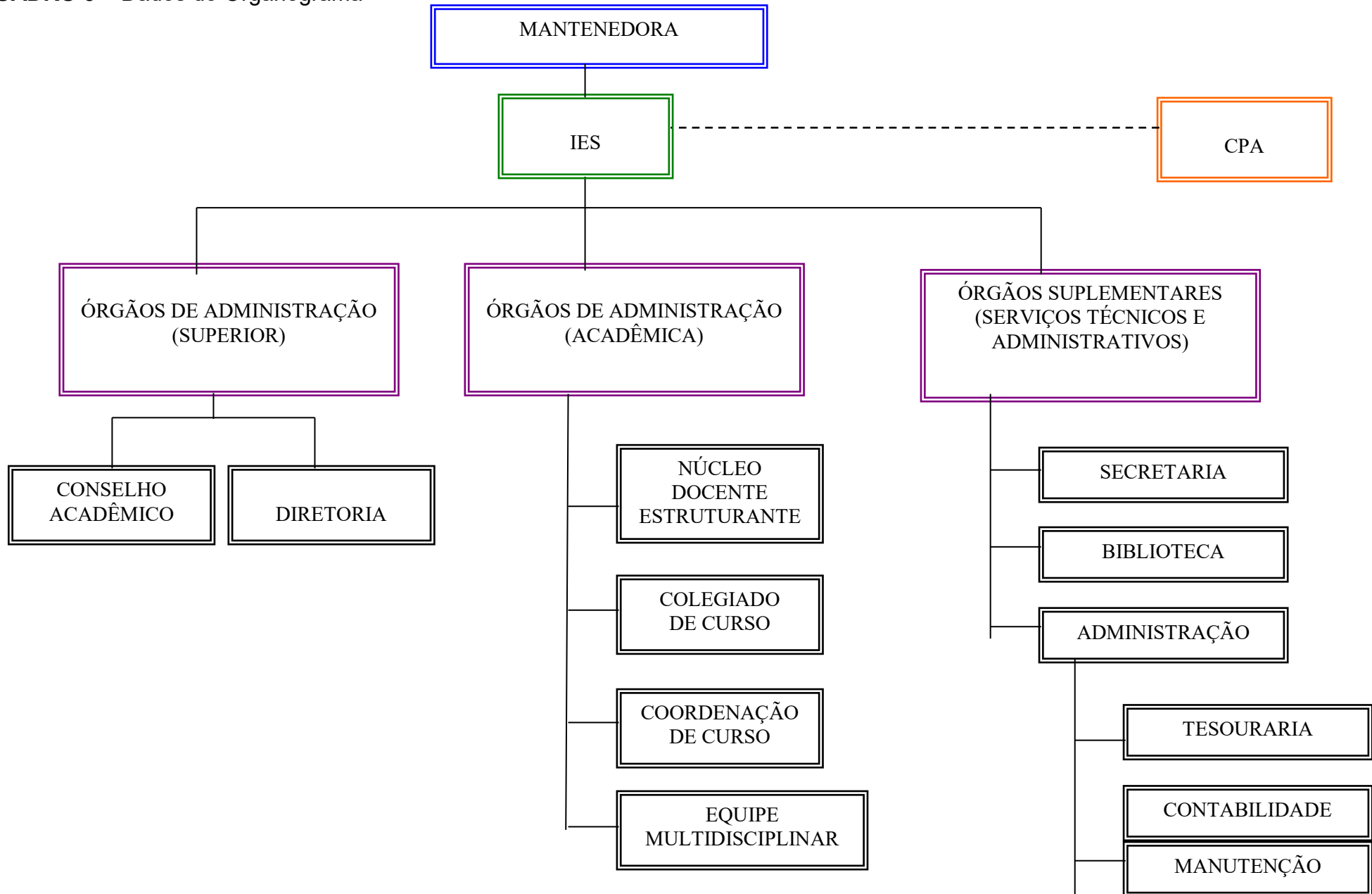
Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

2.1.2.1. Organograma Institucional e Acadêmico

(Próxima página.)

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

QUADRO 3 – Dados do Organograma



2.2. Administração

2.2.1. Condições de Gestão

O Projeto Institucional da FACAR contempla a necessidade de continuidade do Curso Superior de Direito, juntamente com os demais cursos já existentes. Para as atividades acadêmicas e administrativas, a estrutura e o fluxo organizacional existentes são suficientes. A Direção Acadêmica, a Coordenação de Curso e de Estágio estão sendo exercidas por docentes do quadro, no qual é viável o cumprimento das normas administrativas e acadêmicas inerentes.

2.2.1.1. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

Há uma preocupação constante, por parte da FACAR, para que a gestão do curso possa estar articulada com a gestão institucional. Entendemos que não há possibilidade de existir uma gestão de qualidade se não houver interface entre os objetivos institucionais e as atividades do curso.

Ademais, o Regimento da FACAR assegura, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, os seus órgãos colegiados e os cursos em suas diversas modalidades.

Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua comunidade, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Neste sentido estabelece, ainda, as responsabilidades e áreas de competência da mantenedora e da mantida, o que permite e promove, conseqüentemente, a democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

2.2.2. Planos de Desenvolvimento

No PDI, as informações específicas prestadas são coerentes com a estrutura organizacional e a prática administrativa existentes, além de haver condições financeiras satisfatórias para a implantação do curso.

2.2.3. Sistemas de Informação e Comunicação

A Instituição também apresenta estrutura para a coordenação, atendimento acadêmico, laboratórios e um sistema de informática compatível com as necessidades do curso.

2.3. Políticas de Pessoal e Programas de Incentivos e Benefícios

Os mantenedores da IES entendem que, mesmo dispondo de um Projeto de Desenvolvimento Institucional adequado e de Projetos Pedagógicos consistentes dos cursos que oferecem e pretendem oferecer, isto pouco representará se não houver pessoas qualificadas para desempenhar as funções administrativas, pedagógicas e acadêmicas.

Sendo assim, são estabelecidos como critérios de contratação de pessoal administrativo:

- apresentar características de liderança;
- ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- ser empático e democrático em relação aos colegas;
- demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; e
- estar predisposto à formação contínua.

Para a contratação de professores, os critérios que nortearão a escolha podem ser resumidos em dez aspectos:

1. Professores com titulação mínima de especialista;
2. Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
3. Professores com experiência de mercado;
4. Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
5. Professores comprometidos com a educação permanente;
6. Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão às atividades docentes;
7. Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
8. Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita; e
9. Professores com relações sociais nas organizações locais.

2.3.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes

Uma das preocupações da Instituição em promover o comprometimento do docente com os valores e princípios educacionais da IES foi sinalizada pela elaboração e implantação do Plano de Carreira Docente constante no PDI.

O Plano prevê classes, níveis e regime de trabalho. As classes de docentes serão de Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar.

O ingresso na Carreira de Professor de Ensino Superior dar-se-á preferencialmente na referência inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, e prevê os seguintes níveis e regimes de trabalho:

I – Professor Titular e Professor Adjunto;

II – Professor Assistente;

III – Professor Auxiliar.

I – Regime de Tempo Integral – TI;

II – Regime de Tempo Parcial – TP;

III – Regime Horista – RHA.

Foi prevista a avaliação docente, que funcionará como condicionante à progressão funcional. No plano docente estão previstos estímulos à qualificação, à capacitação, à pesquisa e extensão.

2.3.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo

A busca da IES pela eficaz promoção do comprometimento do corpo técnico-administrativo com os valores e princípios educacionais defendidos pela Instituição norteou a elaboração e implantação do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo, constante no PDI.

O plano para a carreira administrativa prevê cargos técnicos de nível superior, médio e auxiliares administrativos.

2.3.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Estudantes Carentes

A FACAR viabiliza o programa de Financiamento Estudantil – FIES, nos termos da Portaria MEC nº 1.626, de 26 de junho de 2003.

O financiamento concedido, nesse caso, pode chegar até 100% dos encargos educacionais. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil que concede os financiamentos apenas aos Estudantes matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A FACAR aderiu ao ProUni – Programa Universidade para Todos, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes carentes do Município.

Tais benefícios são concedidos também aos demais cursos, visando principalmente à inclusão social de estudantes de baixa renda na FACAR.

Além desses, a IES conta com um programa de benefícios próprio, implementado através de convênio com diversas instituições privadas e públicas, que tem sido amplamente divulgado por ocasião de abertura dos processos seletivos, e conta com mecanismos próprios de controle.

2.4. Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição

O conjunto de dados e informações que sustentam os elementos de análise desse item está circunscrito ao Município de Aracaju, onde se localiza a IES.

O município de Aracaju possui extensão territorial de 181,8 km² e localiza-se no litoral, sendo cortada pelos rios Sergipe e Poxim. Aracaju é a capital menos populosa do Nordeste e é apontada como a cidade com os hábitos de vida mais saudáveis do país. De acordo com o último censo do IBGE, a população de Aracaju é hoje estimada em 650.106 habitantes. Em 2017, segundo dados do IBGE, o produto interno bruto (PIB) do município foi de R\$ 16.373.280.050 e o PIB per capita de R\$ 25.185,55.

Em relação ao Poder Judiciário Federal, a Seção Judiciária de Sergipe conta com nove Varas Federais, sendo cinco em Aracaju, e em 2020, havia 36.116 processos em todo o estado, de acordo com a corregedoria regional do Tribunal Regional Federal da 5^o Região. Já no âmbito da Justiça Estadual são 38 comarcas que, em 2018, tiveram 16.145 processos iniciados, 18.495 julgados, havendo um total de 270.106 em andamento e realizaram 8.339 audiências¹. Por sua vez, a Justiça do Trabalho em Sergipe (TRT20), que possui quinze varas, sendo nova em Aracaju, recebeu na primeira instância 14.807 processos em 2018, julgou 21.643 feitos, e ainda possui um resíduo de 13.417 ações². Em março de 2023, a Ordem dos Advogados em Sergipe apresentava cerca de 12.300 advogados inscritos.

Segundo dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aracaju é 0,770. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). O IDHM passou de 0,648 em 2000 para 0,770 em 2010 - uma taxa de crescimento de 18,83%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 34,66% no período. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,189), seguida por Longevidade e por Renda.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção da IES.

¹<http://www.tjse.jus.br/corregedoria/arquivos/documentos/consulta/estatisticas/2018/estatistica-dez2018.pdf>

²<http://www.tst.jus.br/documents/18640430/23408293/Ano+de+2018.pdf/266a7b60-6210-27c1-cf56-153258f89ccb>

O último levantamento da educação básica realizado pelo INEP mostrou que 22.646 estudantes foram matriculados no ensino médio regular das redes municipal e estadual em Aracaju. Essa cifra representa uma potencial demanda por formação superior para os próximos anos na região.

Estando prevista a expansão do ensino médio, o aumento de vagas e a democratização do acesso à educação superior foram também algumas das metas estipuladas pelo PNE.

O ingresso na educação superior assume para o jovem da região um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

O número de matrículas em instituições de ensino superior em 2012 em Aracaju foi de 35.452, segundo dados do INEP. A taxa de escolarização, que mede o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada a frequentar esse nível de ensino, é estimada em 44%. Essa taxa de escolarização calculada pelo IBGE demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem no município.

Ainda de acordo com dados do INEP, em 2012 foram 77.159 candidatos inscritos em processos seletivos para as 16.300 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior no município. Segundo informações obtidas no sistema e-MEC, existem hoje outras dezesseis instituições de ensino superior além desta no município, sendo que dez oferecem o curso de Direito.

Com a oferta do curso de Direito, esta IES está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em uma área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

2.4.1. Pirâmide Populacional

No quadro a seguir é apresentada a distribuição da população do Município, segundo faixa etária.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Faixa Etária	População	%
Menor 1 ano	12.598	2%
1 a 4 anos	51.517	6%
5 a 9 anos	64.541	8%

10 a 14 anos	74.296	9%
15 a 19 anos	75.222	9%
20 a 29 anos	168.249	20%
30 a 39 anos	139.706	17%
40 a 49 anos	110.409	13%
50 a 59 anos	71.780	9%
60 a 69 anos	39.029	5%
70 a 79 anos	18.846	2%
80 anos e	9.623	1%

mais

2.4.2 População no Ensino Médio Regional

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção da IES.

De acordo com os Resultados Finais do Censo Escolar, foram registradas, no Município de Aracaju, 25.124 matrículas iniciais no ensino médio, o que confirma a existência de demanda potencial por formação superior na Região.

MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO	
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	REGULAR
Federal	672
Estadual	14.979
Privada	9.473
TOTAL	25.124

Fonte: Resultados Finais do Censo Escolar de 2012 – INEP.

Estando prevista a expansão do ensino médio, o aumento de vagas e a democratização do acesso à educação superior foram também algumas das metas estipuladas pelo PNE.

O ingresso na educação superior assume para o jovem da região um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

2.4.3 Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior

De acordo com dados do INEP, em 2012 foram 77.159 candidatos inscritos em processos seletivos para as 16.300 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior no município.

2.4.4 Taxa Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

A taxa de escolarização, que mede o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada a frequentar esse nível de ensino, é estimada em 16%. Essa taxa de escolarização calculada pelo IBGE demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem no município.

2.4.5 Metas do PNE

A oferta do Curso de Direito pela IES está alinhada com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) no tange aos seguintes aspectos:

- Aumenta a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes na sua região de inserção, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino;
- Contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior;
- Diversifica regionalmente o sistema superior de ensino, introduzindo um curso de grande importância socioeconômica.

2.4.6. Demanda pelo Curso

Oferta de Vagas no Ensino Superior

De acordo com dados do INEP, em 2010 foram 23.645 vagas oferecidas no estado para total dos 59.420 candidatos inscritos em processos seletivos. Segundo informações obtidas no sistema e-MEC, existem hoje outras 16 instituições de ensino superior além desta no município, sendo que 10 oferecem o curso de Direito.

Potencial do Curso de Direito

A educação, indiscutivelmente, é a condição básica para o crescimento socioeconômico, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida. Do

ponto de vista pessoal, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados e a diminuir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes, reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro.

Essa abordagem visa a elevar o nível de escolaridade local e a ampliar a oferta à população de jovens e adultos o acesso à educação superior, ao tempo em que promove a redução das desigualdades, como sinaliza o Plano Nacional de Educação (PNE).

1. DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Há plena consonância entre o preconizado no PDI e PPI da FACAR em relação às políticas institucionais e as práticas do curso. O ensino de qualidade, a constante atualização curricular, o incentivo à participação nas atividades acadêmicas no âmbito social e científico, são ações praticadas nas atividades regulares do curso. A ética como postura e o compromisso social como atitude, são estimulados pelos docentes dentro do cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

1.1.1. Concepção do Projeto Pedagógico de Curso - PPC

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional – (PPI), o Curso como foi concebido leva em conta a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva do profissional de acordo com a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino no Curso Superior de Direito, procurando assegurar:

- Articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- Inserção do estudante precocemente em atividades práticas, de forma integrada e interdisciplinar, relevantes à sua futura vida profissional;
- Utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao estudante conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- Visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- Garantia dos princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- Implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o estudante a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- Definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o

aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação profissional;

- Realização das dinâmicas de trabalho em grupo, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no estudante atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

1.1.2. Contexto Educacional

O Curso Superior de Direito, inserido na Área de Ciências Humanas, possui um Coordenador de curso, que tem como atribuições fazer cumprir o regimento da Faculdade, reunir os professores para acompanhar o andamento do curso, providenciar as soluções, dar pareceres em atividades de rotina referentes à vida escolar dos estudantes, encaminhar pareceres de contratação, enquadramento e demissão de docentes, conhecer e operacionalizar as avaliações acadêmicas e manter atualizada a documentação exigida.

O Coordenador é o elo entre o estudante, a Faculdade e os professores, ajustando, facilitando e gerenciando todos os procedimentos técnicos e administrativos para o pleno funcionamento do curso. O coordenador está preparado para acompanhar, com todo empenho e interesse, a vida acadêmica dos estudantes, os problemas do corpo docente e os planos de ensino, objetivando dessa forma os melhores resultados no processo ensino e aprendizagem.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso, que apresenta a finalidade de elaborar estratégias de implementação, supervisão, consolidação e aperfeiçoamento do mesmo. É presidido pelo Coordenador do Curso, sendo composto por ele e por seus docentes nomeados.

Sendo assim, o Coordenador do curso em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) apresentam o presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Direito da FACAR, sendo uma proposta de trabalho integrada que descreve um conjunto de competências e habilidades, tanto técnicas quanto humanas, políticas e éticas, compondo o perfil do egresso, bem como a proposta pedagógica inovadora, tendo como base as diretrizes de formação generalista dos profissionais da área para alcançar seus objetivos e metas.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Direito da Faculdade de Aracaju – FACAR é um documento que fixa os propósitos e metas a serem alcançados durante a formação dos estudantes, em consonância com o planejamento global e com as diretrizes e princípios da Instituição, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Esse Projeto Pedagógico tem a finalidade principal de comunicar à comunidade acadêmica os pressupostos básicos, a organização e o funcionamento do curso de formação do profissional bacharel em Direito na FACAR. Dessa forma, o presente projeto favorecerá:

- a linguagem uniforme entre professores, estudantes e pessoal administrativo;
- as expectativas em relação aos recursos humanos;
- a seleção da metodologia ensino/aprendizagem;
- o estabelecimento de padrões de desempenho para docentes e estudantes.

Tais aspectos visam o planejamento, a atualização contínua do curso e a identificação de modelos para a avaliação dos estudantes, seja ela classificatória e/ou formativa.

O presente projeto reflete os anseios de professores e estudantes, voltados para o contexto e necessidades de elaborar estratégias que fundamentem e orientem ações interdisciplinares e multiprofissionais, tendo por objetivo a autonomia profissional para agir e interagir, segundo a realidade socioeconômica complexa e mutável, sobre a qual se procura intervir positivamente.

Em vista da atual conjuntura globalizada e do rápido desenvolvimento tecnológico, é fundamental a articulação entre a construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica incorporando sempre ao futuro profissional valores humanísticos, de forma que o programa do curso propicie a inserção do indivíduo na realidade atual, agindo, interagindo e modificando positivamente o meio no qual ele se encontra, consoante à missão e valores desta IES.

Dessa forma, podemos considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como componente essencial à formação crítica do cidadão e do futuro bacharel em Direito.

Os desafios regionais e nacionais na área e o cenário mundial altamente competitivo e complexo indicam a necessidade da formação de bacharéis em Direito qualificados, competentes e empreendedores para atuar nessa realidade.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico em questão apresenta orientações para a preparação de recursos humanos que devem apresentar a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, bem como o conhecimento técnico-científico e o sociocultural, com autonomia intelectual.

A matriz curricular do Curso Superior de Direito está formulada para que o acadêmico, como agente do aprendizado, venha a desenvolver um programa de estudos coerente, integrado e flexível, com sólida formação básica, para que esteja apto a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A distribuição das cargas horárias destinadas aos ambientes de aprendizado é organizada de forma equilibrada entre as disciplinas, a fim de criar oportunidades ao acadêmico para que adquira os conhecimentos indispensáveis à sua formação, assim como a realização das “Atividades Complementares”, que permitem ao estudante desenvolver e trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos individuais. Essas ações, entre outras, são identificadas como programas de extensão; estudos complementares individuais e em grupo; participações em cursos, congressos, simpósios, realizados na área específica de atuação, ou em áreas afins. As Atividades Complementares - AC servem a um projeto cultural geral, que utiliza uma metodologia variada cuja finalidade é romper o academismo reinante, são mais do que atividades extraescolares ou complementares, e, portanto, devem ter um caráter essencial no projeto educativo.

A atualização constante do projeto pedagógico

As transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, e os consequentes desafios apresentados à educação superior na formação do profissional-cidadão exigem mudanças nos projetos pedagógicos dos cursos. O currículo é entendido como a parte operacional do projeto pedagógico e estando diretamente relacionado ao trabalho do professor, uma vez que se pretende evitar a fragmentação e a inflexibilidade das disciplinas. Assim sendo, o projeto pedagógico do Curso Superior de Direito está em constante atualização.

1.1.3. Metas do Plano Nacional de Educação – PNE

A participação do ensino privado no nível superior aumentou, sobretudo, a partir da década de 1970. Segundo dados do MEC nos últimos vinte anos, o setor privado tem oferecido quase dois terços das vagas.

Segundo o Plano Nacional de Educação, a manutenção das atividades de pesquisa e extensão típicas do ensino superior, o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Entretanto, de 1994 para cá, o número de estudantes alcançou 36,1% nas instituições privadas, contra 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais e 27,6% nas municipais, o que indica, paralelamente, que a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade.

Entre outros, são objetivos do PNE (2014/2024): oferecer educação superior para, pelo menos, 33% da faixa etária entre 18 e 24 anos; diminuir as desigualdades de oferta de vagas entre as diferentes regiões do país; estabelecer sistema interativo de educação a distância; assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para universidades públicas; institucionalizar sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado; instituir programas de fomento para as instituições de educação superior constituírem sistemas próprios e articulados de avaliação; diversificar o sistema, favorecendo e valorizando estabelecimentos não universitários que atendam clientelas específicas; estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade; incentivar a criação de cursos matutinos.

As metas estão atreladas aos propósitos da FACAR na medida em que buscam:

- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar um mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, para regiões de menor escolaridade do país, e para 25% da população mais pobre, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional;
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

1.1.4. O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a FACAR incluiu nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e indígenas, por meio da disciplina Homem e Sociedade, Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência, além das Atividades Complementares e Estudos Disciplinares. Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os estudantes quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

1.1.5. O Curso e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

A FACAR, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, e conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, e Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, formulou sua política de inclusão social, incluindo o respeito aos Direitos Humanos. O mencionado Parecer destaca em um de seus trechos: “Constituindo os princípios fundadores de uma sociedade moderna, os Direitos Humanos têm se convertido em formas de luta contra as situações de desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, as discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de identidade de gênero, de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais”. A FACAR não somente integra na sua sala de aula todas as diversidades socioculturais, expostas no Parecer, mas também faz dessa questão um tema de estudo, em particular na disciplina Homem e Sociedade e também na disciplina Direitos Humanos, constantes da matriz curricular do curso. Além disso, o tema também é abordado nas Atividades Complementares e nos Estudos Disciplinares. A

FACAR oportuniza um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e fazendo parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.

1.1.6. O Curso e a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Considerando os termos da Lei nº 12.764, de 27/12/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação infantil até a educação superior, a FACAR designou Comissão para elaborar um regulamento específico de atendimento aos estudantes matriculados que apresentarem transtorno do espectro autista, de acordo com o disposto na Lei nº 12.764/2012, regulamentada pelo Decreto 8.368 / 2014. Esse regulamento foi submetido à aprovação dos Órgãos de Administração Superior da FACAR, sendo criado o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP, que iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2014.

1.1.7. O Curso e as Políticas de Educação Ambiental

A FACAR promove nas matrizes curriculares de seus cursos a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, por meio das disciplinas Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Direito e Meio Ambiente, Atividades Complementares, Estudos Disciplinares, entre outras. Essa integração tem como princípio básico a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Dentre os objetivos fundamentais da

educação ambiental, merece destaque o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

1.2. Concepção do Curso

O Curso de Direito da FACAR foi estruturado para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 09/2004). O Projeto Pedagógico do Curso de Direito está alicerçado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e tem como fundamento as concepções do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, ambos os documentos norteadores das ações da IES.

A FACAR, por meio do Curso de Direito, busca alcançar a consolidação dos seguintes objetivos institucionais:

- Promover o ensino, a pesquisa e a extensão pelo cultivo do saber, nos domínios da ciência do direito e de suas técnicas, e sua aplicação a serviço do progresso da comunidade e da pessoa humana;
- Contribuir para a formação geral e técnica da comunidade, mediante o preparo de profissionais qualificados nos diferentes campos da carreira jurídica;
- Atuar no processo de desenvolvimento da comunidade que vive em sua área de abrangência e influência;
- Colaborar no esforço de desenvolvimento do País articulando-se com poderes públicos e com a iniciativa privada para o estudo de problemas em âmbito regional e nacional;
- Participar, mediante a promoção de iniciativas culturais e a prestação de serviços assistenciais e técnicos, na solução de problemas da comunidade.

Secularmente o homem busca mediante a interpretação de conceitos e regras pré-definidas viver em sociedade, de forma a estabelecer convivência harmônica e pacífica com seus pares. Assim, materializando os costumes na sociedade moderna, codificando-os por meio de constituições e leis, surge o profissional do Direito,

cidadão que se formará apto a interpretar as normas de convívio, propondo sua evolução e segregando aqueles que delas se distanciam.

Cabe ao profissional do Direito, decorridos 05 (cinco) anos de sua formação na graduação, exercitar a cidadania na exata dimensão do comando constitucional estabelecido desde 1988: dignidade da pessoa humana. No entanto, esse profissional deve, necessariamente, agremiar durante o período da graduação, bases sólidas de conhecimento humano, técnico e científico, de modo a fomentar no seio social a plenitude dos dogmas e conceitos de natureza jurídica, alicerçando, com primazia, o estado democrático de direito com a devida responsabilidade social, mister da natureza do curso.

A metodologia de ensino-aprendizagem adotada no Curso de Direito é baseada na “concepção programática de formação e desenvolvimento humano”, princípio norteador do Projeto Pedagógico Institucional da FACAR. Esta visão metodológica está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Desta forma, desenvolve-se o potencial intelectual dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem uma participação ativa na solução criativa de problemas que a sociedade propõe. O bacharel em Direito da FACAR está preparado para entender e construir soluções diante da realidade dos conflitos sociais e seus desdobramentos.

O campo de atuação do profissional do Direito não está somente atrelado às carreiras jurídicas denominadas de típicas: advogado, juiz, promotor de justiça, defensor público, delegado de polícia, entre tantas outras, ou seja, as funções de estado. Descortina-se ao profissional o posicionamento em áreas coligadas ao Direito, tais como economia, administração de empresas, diplomacia, governança, em diversas outras, não menos importantes ao exercício da cidadania.

Atuando como advogado, o bacharel em Direito dará azo ao exercício do contraditório, guia mestra do direito de defesa, regra matriz em qualquer sociedade civilizada. Adiciona-se a isto, a leitura de documentos, elaboração de pareceres, tudo de modo a mitigar os conflitos e as contendas judiciais, quando possíveis. É o advogado o instrumento da cidadania apto a levar ao Poder Judiciário as lides privadas e, excepcionalmente, as de natureza pública, alimentando a máquina da Justiça, mantendo perenemente acesa esta chama. Na linha desta profissão, o operador do direito ainda poderá dedicar-se a variadas carreiras públicas, a exemplo

das carreiras da defensoria pública, da advocacia geral da União, das procuradorias do Estado e Municípios.

No exercício das funções de promotor de justiça o graduado em Direito representará a sociedade, de maneira difusa e coletiva, no embate técnico processual, atuando com destemor como *dominus litte* em matéria penal. Cumpre ao Promotor de Justiça, ainda, o papel de fiscal da Lei, atuando preventiva e repressivamente no altar dos comandos emanados da Constituição Republicana de 1988.

Optando pela magistratura exercerá o bacharel em Direito a função de julgar e fazer valer suas decisões, personificando o Estado em cada decisão e/ou sentença proferida. Trata-se da função típica emanada do poder constitucional que é conferida aos membros do Poder Judiciário. Atua o juiz de direito na exata dimensão do princípio constitucional do *due process of law*, igualando todos os cidadãos no que concerne a aplicação e distribuição da Justiça.

Enfim, as carreiras jurídicas baluartes do estado democrático de direito e que são constitucionalmente amparadas por regras estabelecidas para o seu bom funcionamento.

1.3. Articulação com Órgãos de Administração de Justiça e de Segurança

A Coordenação do Curso de Direito vem promovendo a necessária articulação da Instituição com órgãos de administração de justiça e segurança na região que demandam por profissionais da área jurídica, com empresas comerciais, industriais e de serviços de médio e grande porte, como forma de facilitar a inserção do futuro egresso no mercado de trabalho. Diversos são os convênios estabelecidos para concretizar essa articulação:

- MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
- EMURB
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
- DETRAN
- CIEE
- FAPESSE
- IEL
- SESC

- SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DEFESA AO CONSUMIDOR
- ADEMA
- SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR)
- EMSETUR
- SEEL

Nesse sentido, a FACAR mantém também laços de colaboração com organizações diversas, contando com a participação do Curso de Direito, integradas pelo objetivo comum de contribuir para a inserção do egresso no mercado de trabalho.

A importância do Curso de Direito na localidade pode ser observada a partir de dados relacionados às possibilidades de inserção profissional, quais sejam: dados relativos à composição dos órgãos da administração da justiça e segurança, ao número de advogados inscritos no Município, aos espaços existentes para absorção de estágios e ao acesso às fontes e acervo de livros jurídicos.

Destaca-se que o mercado de trabalho para o profissional do Direito é deveras amplo, podendo o bacharel ingressar nas carreiras tradicionais do Direito, tal como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia Geral, a Defensoria Pública, dentre outras, bem como exercer a advocacia como profissional autônomo. Há, ainda, a possibilidade de o graduado ingressar na carreira diplomática, sem se afastar a hipótese de atuar em inúmeras novas funções que surgem com a dinâmica do mundo moderno, como consultorias a empresas, orientação jurídica, e tantas outras que se apresentam aos profissionais capacitados na ciência jurídica.

1.4. Objetivos do Curso

Objetivos gerais

O objetivo geral do Curso de Direito da FACAR é a formação de profissionais do Direito com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional, com postura reflexiva e visão crítica, qualificados para o exercício das carreiras jurídicas, contextualizado por demandas regionais relacionadas ao perfil pretendido.

Objetivos específicos

Constituem objetivos específicos do Curso de Direito da Faculdade de Aracaju:

- Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;
- Possibilitar ao aluno desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- Desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- Incentivar o estudo da ciência jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Capacitar os alunos para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de, não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania;
- Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade.

1.5. Perfil Profissional do Egresso

O egresso do Curso de Direito da FACAR é um profissional com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional, com postura reflexiva e visão crítica. É conhecedor das bases constitutivas do Direito, crítico do ordenamento jurídico vigente e da realidade social em que está inserido, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.

O perfil eleito é dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. O egresso tem a sua formação aliada a uma postura reflexiva e visão crítica. Esses predicados o capacitam para o trabalho em equipe, favorecem a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da ciência do direito, da prestação da justiça e do exercício da cidadania.

O bacharel em Direito da FACAR está apto a enfrentar as novas demandas jurídicas e exercer plenamente a profissão, na medida em que seus conhecimentos sobre o Direito são sólidos e calçados em uma efetiva prática da profissão. Pode-se dizer que o egresso domina as bases do Direito, enfrenta a ordem jurídica vigente, analisando e pensando soluções mais adequadas em confronto com o meio social.

A manifestação de sólidos princípios éticos em sua atuação profissional, tanto em relação aos indivíduos à sua volta, como em relação ao meio ambiente, será a contribuição desta IES para a sociedade com a formação de um profissional que compreende o meio social, político, econômico e cultural que o cerca, reconhecendo a amplitude e os limites de sua competência.

1.6. Competências e Habilidades

Para que o egresso alcance o perfil desejado, o Curso de Direito da FACAR, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 09/2004, proporciona condições para que seus alunos desenvolvam as seguintes competências e habilidades:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

No quadro a seguir são apresentadas as principais estratégias utilizadas no Curso de Direito da FACAR para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas do bacharel em Direito:

QUADRO 4 – Estratégias de Desenvolvimento

COMPETÊNCIAS DA ÁREA DO DIREITO (conforme Resolução CNE/CES nº 09/2004)	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
I – Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;	As competências pertinentes à questão da linguagem são trabalhadas em todas as disciplinas e atividades do Curso de Direito. Possuem, entretanto, uma atenção especial nas disciplinas “Interpretação e Produção de Textos”, “Português Instrumental Jurídico”, “Hermenêutica”, “Linguagem e Comunicação Jurídica” e “Comunicação e Expressão”; nas atividades de pesquisa, de elaboração do Trabalho de Curso e de execução das atividades de Estágio de Supervisionado.
V – Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;	
II – Interpretação e aplicação do Direito; VI – Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;	As competências vinculadas, de forma ampla, nas disciplinas de “Hermenêutica” e “Metodologia Jurídica” poderão ser trabalhadas em pelo menos 04 (quatro) planos: 1. no domínio das suas bases teóricas e metodológicas; 2., na aplicação desse conhecimento nas diversas disciplinas do Curso de Direito; 3. na redação do Trabalho de Curso, especialmente, na análise do objeto jurídico específico da pesquisa; 4. nas atividades de Estágio de Supervisionado, buscando resolver questões concretas, reais e simuladas.
VIII – Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.	

III – Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;	As competências voltadas à questão específica da pesquisa, em nível curricular, são trabalhadas, em especial, nas disciplinas de “Métodos de Pesquisa” e “Método do Trabalho Acadêmico” e no desenvolvimento do Trabalho de Curso. No âmbito extracurricular, por meio de projetos específicos de pesquisa, desenvolvidos por alunos e professores.
IV – Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;	As competências relativas à atuação profissional do bacharel em Direito terão seu lugar privilegiado de desenvolvimento no Núcleo de Prática Jurídica. As bases teóricas necessárias para o desenvolvimento dessas atividades são fornecidas nas diversas disciplinas presentes na matriz curricular do Curso de Direito, em especial, na disciplina “Métodos Alternativos e Resolução de Conflitos: Negociação e Mediação”.
VII – Julgamento e tomada de decisões.	

Além disso, o Curso de Direito da FACAR estimula o desenvolvimento de algumas competências e habilidades gerais, porém essenciais para a concretização daquelas específicas da área, quais sejam: leitura; cultura geral; memória apurada; rapidez de raciocínio; elevado grau de associação, análise e coordenação de ideias; além da capacidade de inter-relacionar em múltiplos níveis interesses coletivos e individuais.

Dessa forma, o Curso de Direito da FACAR prepara o seu aluno de maneira que, ao concluir a graduação, ele está apto a exercer a advocacia como profissional liberal, trabalhar em empresas, escritórios e em órgãos governamentais, atuar na área de consultoria ou, ainda, entrar para a carreira jurídica pública por meio de concursos públicos tais como, magistratura, ministério público, polícia civil, etc.

Enfim, buscará formar profissionais competentes, com consciência ética aprimorada, alto nível educacional, perfil empreendedor e preocupação com a qualidade dos serviços prestados, além de compromisso com o desenvolvimento regional e nacional.

1.7. Estrutura Curricular

1.7.1 Conteúdos Curriculares

O Planejamento e a filosofia curricular são determinados pela Direção, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso (CC), docentes

e discentes. A cada semestre o NDE se reúne para definição das metas para o próximo semestre a fim de garantir o bom desenvolvimento do curso. Na sequência, ocorrem as Reuniões Pedagógicas com o Colegiado do Curso no intuito de apregoar que as expectativas referentes ao semestre em questão sejam cumpridas, salientado todos os projetos a serem desenvolvidos e qual o envolvimento de cada docente nos mesmos.

A estrutura curricular do Curso de Direito da FACAR está assentada nas disposições da Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004, sem perder de vista as diretrizes contidas nos Pareceres CNE/CES que lhes dão sustentação, particularmente nos de números 776/1997, 67/2003 e 211/2004, de sorte que a criatividade, a flexibilidade e a responsabilidade institucional estejam presentes.

No processo de estruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FACAR o eixo orientador do PPC foi denominado Meio Ambiente e Sustentabilidade, de forma a articular os eixos de formação preconizados na Resolução CNE/CES nº 09/2004 e os eixos temáticos estabelecidos para a região de atuação da FACAR.

A construção da matriz curricular levou em consideração os objetivos do Curso de Direito e o perfil desejado do egresso, assim como suas competências e habilidades, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados e relevantes, de cunho multidisciplinar e também as seguintes necessidades:

- Preparação dos alunos para o mercado de trabalho;
- Atendimento às novas demandas econômicas e de emprego;
- Formação para a cidadania crítica;
- Preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade;
- Formação para o alcance de objetivos comprometidos com a sintonia entre o desenvolvimento pessoal e profissional;
- Preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizam a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazos;
- Formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

Com esse referencial, construiu-se uma estrutura curricular calcada nos eixos de formação preconizados na Resolução CNE/CES nº 09/2004, quais sejam:

- Eixo de Formação Fundamental: que tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;
- Eixo de Formação Profissional: além do enfoque dogmático, abrange o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da ciência do direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual;
- Eixo de Formação Prática: objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente, nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Na elaboração da estrutura curricular, procurou-se considerar as afinidades entre os conteúdos ofertados a cada semestre, de sorte que a formação do aluno ocorra de maneira gradual e integrada, sem uma ruptura entre os eixos de formação fundamental, profissional e prática.

Além disso, buscou-se o equilíbrio e a integração entre os vários conteúdos, evitando a sobreposição e buscando harmonizar os componentes teóricos de formação, que desenvolvem o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um ensino interdisciplinar voltado à realidade social, vinculando a prática à teoria, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático.

É por meio do ensino teórico/profissionalizante e prático que a FACAR proporciona aos alunos uma clara visão de funcionamento do mercado de trabalho. As atividades curriculares procuram realçar, ainda, a formação humanista do aluno de

forma a criar condições concretas para que no exercício, o profissional esteja atento a característica social de seu trabalho e às constantes mutações sofridas por áreas da ciência jurídica, especialmente, aquelas atinentes à tecnologia e aos interesses difusos e coletivos.

O Eixo de Formação Fundamental abrange disciplinas que buscam integrar o aluno ao campo do Direito, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber.

Os conteúdos curriculares do Eixo de Formação Fundamental desempenham importante papel na formação dos alunos, já que possibilitam o desenvolvimento do senso crítico e de uma visão humanista do Direito.

Nas unidades de estudos que compõem o Eixo de Formação Fundamental, os componentes curriculares prescindem de pré-requisitos, possibilitando que o contato com essas áreas se dê em diferentes momentos da formação do estudante ao longo do curso.

Complementarmente a essa conformação curricular, a FACAR conta ainda, com uma plataforma tecnológica que faculta aos alunos o acesso remoto a conteúdos de formação fundamental comuns a vários cursos de graduação e que, de acordo com a legislação educacional vigente, pode abrigar a oferta de até 20% dos componentes curriculares do Curso de Direito.

Trata-se de uma proposta curricular flexível que combina diferentes modalidades de oferta de ensino (presencial e a distância).

O Eixo de Formação Profissional abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação do Direito, observadas as peculiaridades dos seus diversos ramos, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

Os conteúdos do Eixo de Formação Profissional estão organizados e selecionados de forma a fornecer um referencial mínimo que permita a formação básica do bacharel em Direito, com aptidão para a compreensão do fenômeno jurídico e sua operacionalização prática, dando conta de suas especificidades. O conjunto estabelecido não tem pretensões de exaurir o conhecimento jurídico, com domínio total de áreas diversificadas, até porque o período de 05 (cinco) anos de formação seria insuficiente, mas apresentar aos alunos os vários campos do conhecimento jurídico com suas particularidades.

Além da carga horária atribuída em cada unidade de estudo, o aluno pode contabilizar o aprendizado em ambientes de Tecnologia da Informação e, ao acessar o sistema on-line, o aluno pode realizar exercícios e autoavaliar-se.

Há também as aulas aos sábados, momento em que é facultada aos alunos a inscrição em módulos de prática jurídica e temas contemporâneos, cabendo ao aluno optar por inscrever-se naquele que tem mais interesse, mais afinidade ou ainda com a intenção de superar deficiências.

No 4º, 9º e 10º semestres foi prevista carga horária a ser integralizada em disciplinas optativas de livre escolha pelo aluno, dentro de uma lista previamente estipulada pela FACAR e que se volta à integração do conhecimento produzido no curso de Direito.

No 4º semestre do Curso de Direito, o aluno deverá matricular-se em uma das 03 (três) disciplinas optativas que serão oferecidas. Nesse semestre serão oferecidas Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Gestão de Equipes de Trabalho e Relações Étnico Raciais e Afro descendência. Cada uma dessas disciplinas possui carga horária de 20 horas, sendo oferecidas na modalidade de EAD.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é oferecida entre os conteúdos optativos do Curso, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005, sendo que a disciplina de Relações Étnico Raciais e Afro descendência também segue os parâmetros legais.

No 9º e 10º semestres do Curso de Direito, o aluno deverá matricular-se em duas disciplinas optativas, dentre 04 (quatro) que serão oferecidas. Cada uma das disciplinas tem carga horária de 20 horas.

São oferecidas como disciplinas optativas no 9º semestre: Tópicos Especiais em Direito Privado; Tópicos Especiais em Tutelas Difusas e Coletivas e, no 10º semestre: Tópicos Especiais em Fundamentos Filosóficos e Teóricos do Direito; Tópicos Especiais em Direito Público.

As referidas disciplinas têm como objetivo promover a integração horizontal e vertical dos conteúdos por meio da discussão de tópicos definidos no contexto local/regional do universo jurídico nos diversos espaços de atuação da FACAR.

O Estágio Supervisionado, a ser realizado a partir do 7º até o 10º semestre do curso, leva em consideração as competências referentes ao domínio dos conteúdos práticos a serem discutidos. O Estágio Supervisionado é realizado na própria Instituição de Ensino, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, podendo contemplar

convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na Instituição, nos órgãos do poder judiciário, do ministério público e da defensoria pública, ou ainda, em departamentos jurídicos oficiais. A flexibilização de oportunidades é fator importante para não engessar o campo de atividades práticas do acadêmico e sua visão ampla das áreas do direito.

O Trabalho de Curso, a ser realizado no 9º e 10º semestres, consiste em uma pesquisa, relatada sob a forma de monografia, em qualquer área do Direito, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

Ao longo do Curso de Direito, os alunos cumprem um mínimo de 200 horas de Atividades Complementares. Permeia a estrutura curricular pelos 10 semestres do curso, de tal modo que o aluno se vincula ao meio acadêmico e interage com a FACAR, com a comunidade e com o meio jurídico, nos seus mais diversos seguimentos.

Conforme é estabelecido na Resolução CNE/CES nº 09/2004, construiu-se uma estrutura curricular preconizada nos eixos de formação fundamental, profissional e formação prática. O Eixo de Formação Prática objetiva a integração entre a prática e os conteúdos desenvolvidos nos demais eixos.

Dessa forma, as atividades práticas somente serão integralizadas pela IES mediante aprovação de todas as demais disciplinas dos eixos de formação fundamental e profissional constantes na grade curricular do discente. Assim, o aluno que tiver Dependências ou Adaptações a cursar não estará habilitado a apresentar e cumprir as Atividades Complementares.

A partir de um estudo das características regionais foi definido o eixo temático Meio Ambiente e Sustentabilidade abrangendo as disciplinas: Direito Ambiental; Direito e Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável; Participação Política e Meio Ambiente; Direito Internacional do Meio Ambiente; Direito Urbanístico e Direito Agrário.

1.7.2. Planos de Ensino e Bibliografia

As ementas e os programas dos componentes curriculares são atualizados periodicamente e estão adequados à concepção do curso. Os professores podem propor alterações nos conteúdos programáticos, contribuindo para o enriquecimento e atualização dos conteúdos ministrados.

A bibliografia indicada (básica e complementar) para os componentes curriculares do curso está plenamente adequada, atualizada e é relevante. Os professores têm autonomia para agregar obras que, pela sua didática, completude, relevância social e aspecto crítico, dentre outros fatores, são importantes para o aprendizado.

O Plano de Ensino e sua respectiva bibliografia estão à disposição no **Anexo 1**.

1.7.3. Matriz Curricular

Segue abaixo quadro com as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso:

QUADRO 5 – Matriz Curricular do Curso

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA TEÓRICA	CARGA HORÁRIA PRÁTICA
1º SEMESTRE				
Economia	60	3,0	3,0	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Filosofia	60	3,0	3,0	-
Instituições Judiciárias e Ética	60	3,0	3,0	-
Interpretação e Produção de Textos - EaD	30	1,5	1,5	-
Português Instrumental Jurídico	30	1,5	1,5	-
Psicologia Jurídica	60	3,0	3,0	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
2º SEMESTRE				
Comunicação e Expressão - EaD	30	1,5	1,5	-
Ciência Política	30	1,5	1,5	-
Direitos Humanos	60	3,0	3,0	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
História do Direito	30	1,5	1,5	-
Linguagem e Comunicação Jurídica	30	1,5	1,5	-
Teoria Geral do Crime	60	3,0	3,0	-
Teoria Geral do Direito Civil	60	3,0	3,0	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
3º SEMESTRE				
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Fatos e Negócios Jurídicos	60	3,0	3,0	-
Homem e Sociedade - EaD	30	1,5	1,5	-
Ilícitude e Culpabilidade	60	3,0	3,0	-
Organização do Estado	60	3,0	3,0	-
Teoria da Empresa	30	1,5	1,5	-
Teoria Geral do Processo	60	3,0	3,0	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
4º SEMESTRE				
Bases Constitucionais da Administração Pública	30	1,5	1,5	-
Controle e Constitucionalidade	30	1,5	1,5	-
Ciências Sociais - EaD	30	1,5	1,5	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Hermenêutica	30	1,5	1,5	-
Processo e Relação Jurídica Processual	60	3,0	3,0	-
Responsabilidade Civil	30	1,5	1,5	-
Teoria das Penas	30	1,5	1,5	-
Teoria Geral das Obrigações	30	1,5	1,5	-
Títulos de Crédito	30	1,5	1,5	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
Língua Brasileira de Sinais (Optativa) - EaD	20	1	1	-
Gestão de Equipes de Trabalho (Optativa) - EaD	20	1	1	-
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (Optativa) - EaD	20	1	1	-
5º SEMESTRE				
Bases e Procedimentos da Administração Pública	30	1,5	1,5	-
Direito das Obrigações	60	3	3	-

Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Extinção da Punibilidade	60	1,5	1,5	-
Metodologia do Trabalho Acadêmico - EaD	30	1,5	1,5	-
Procedimento Comum	60	3,0	3,0	-
Recuperação Judicial e Falência	30	1,5	1,5	-
Teoria Geral do Processo Penal	30	1,5	1,5	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
6º SEMESTRE				
Ação Penal	60	3,0	3,0	-
Contratos em Geral	60	3,0	3,0	-
Direito Individual do Trabalho	30	1,5	1,5	-
Direito e Meio Ambiente	30	1,5	1,5	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Métodos de Pesquisas - EaD	30	1,5	1,5	-
Proteção Penal ao Indivíduo	60	3,0	3,0	-
Sentença e Recursos Civil	60	3,0	3,0	-
Teoria Geral do Direito Tributário	30	1,5	1,5	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
7º SEMESTRE				
Contratos Civil e Empresarial	60	3,0	3,0	-
Cumprimento de Sentença e Processo de Execução	60	3,0	3,0	-
Desenvolvimento Sustentável	30	1,5	1,5	-
Direito Tutelar Coletivo do Trabalho	30	1,5	1,5	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Proteção Penal ao Patrimônio	60	3,0	3,0	-
Provas Processuais Penais	30	1,5	1,5	-
Tributos em Espécie	30	1,5	1,5	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
8º SEMESTRE				
Direito Previdenciário	30	1,5	1,5	-
Direitos Reais	60	3,0	3,0	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Métodos alternativos e Resolução de Conflitos: Negociação e Mediação	30	1,5	1,5	-
Processo de Conhecimento do Trabalho	30	1,5	1,5	-
Proteção Penal aos Interesses Sociais	30	1,5	1,5	-
Participação Política e Meio Ambiente	30	1,5	1,5	-
Recursos e Execução Penal	30	1,5	1,5	-
Tutela Provisória de Urgência e Evidência/Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	60	3,0	3,0	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
9º SEMESTRE				
Direito Internacional do Meio ambiente	30	1,5	1,5	-
Direito Internacional Público	30	1,5	1,5	-
Direito Ambiental	30	1,5	1,5	-
Direito do Consumidor	30	1,5	1,5	-
Direito de Família	60	3,0	3,0	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Execução Trabalhista e Procedimentos Especiais	30	1,5	1,5	-
Métodos alternativos e Resolução de Conflitos: Arbitragem	30	1,5	1,5	-

Processos Especiais Jurídico Voluntário	30	1,5	1,5	-
Proteção Penal aos Interesses da Administração Pública	30	1,5	1,5	-
Atividades Práticas Supervisionadas	45	-	-	-
Tópicos Especiais em Fundamentos Filosóficos e Teóricos do Direito (Optativa) – EaD	20	1	1	-
10º SEMESTRE				
Direito da Criança, Adolescente e Estatuto do Idoso	30	1,5	1,5	-
Direito Internacional Privado	30	1,5	1,5	-
Direito Agrário	30	1,5	1,5	-
Direito das Sucessões	60	3,0	3,0	-
Direito Urbanístico	30	1,5	1,5	-
Estudos Disciplinares	30	-	-	-
Estágio Supervisionado	300	-	-	-
Legislação Penal Extravagante	60	3,0	3,0	-
Processo Coletivo	30	1,5	1,5	-
Trabalho de Curso	40	-	-	-
Tópicos Constitucionais	30	1,5	1,50	-
Atividades Complementares	200	-	-	-
Atividades Práticas Supervisionadas	50	-	-	-
Tópicos Especiais em Direito Privado (Optativa) – EaD	20	1	1	-
Tópicos Especiais em Tutelas Difusas e Coletivas (Optativa) – EaD	20	1	1	-

O quadro abaixo apresenta os dados referentes à distribuição de carga horária do curso, com duração de 10 semestres, em cumprimento a legislação vigente.

QUADRO 6 – Resumo da Carga Horária do Curso

Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aula)	Carga Horária (horas-relógio)
Disciplinas Obrigatórias	3.490	2.908,33
Atividades Práticas Supervisionadas	450	375
Atividades Complementares	200	166,67
Estágio Supervisionado	300	250
Total Geral	4.440	3.700

1.8. Metodologias de Ensino

A metodologia de ensino aplicada ao Curso Superior de Direito da FACAR em consonância aos objetivos gerais e específicos, além do perfil de egresso que se pretende formar, utiliza de metodologias diversificadas de ensino visando melhor aprendizagem, como a metodologia de ensino baseada em estudo de casos.

Esta metodologia permite a flexibilização do ensino, de acordo com o perfil dos ingressantes, de forma contextualizada e integrada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a missão e os valores institucionais da FACAR.

Ao tratarmos a relação de ensino e aprendizagem como um processo contínuo e articulado com a realidade social, o discente passa a ser parte integrante do processo de construção de seu conhecimento, onde ele deverá aprender a aprender, conhecer e fazer a sua formação tanto acadêmica quanto continuada.

Enquanto sujeito participante da formação dos estudantes, os professores exercem o seu verdadeiro papel na educação contemporânea, ou seja, são mediadores da interação entre estudantes e conhecimento, pois na era da informação, torna-se imprescindível a concretização do aprendizado.

A flexibilização e articulação do ensino, desenvolvem o potencial crítico do estudante permitindo ao mesmo tempo identificar sua realidade e encontrar possibilidades para transformá-la.

A organização curricular do Curso Superior de Direito da FACAR é estabelecida em consonância com o PPI e o PDI, observados os critérios que favorecem as atividades de ensino individualizado, de grupo e de estudos teóricos, e está alicerçada nos seguintes princípios:

Formação técnico-científica sólida

Os pressupostos metodológicos visam à formação técnico-científica sólida do profissional preparando-o para o mundo do trabalho, para que ele possa atender às novas demandas da economia e de sua área profissional, bem como a uma formação para a cidadania crítica; dando condições ao estudante para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade. Visam também à formação para o alcance de objetivos comprometidos com a sintonia entre o desenvolvimento pessoal e profissional; à preparação do profissional para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizam a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador-mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazos; e por fim, à formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

Os conteúdos das disciplinas do Curso Superior de Direito da FACAR são atualizados constantemente pelo Núcleo Docente Estruturante, em conjunto com os demais professores, para que sejam atendidos os propósitos de sólida formação científica e técnica.

Relação teoria-prática

A relação teoria-prática é o eixo articulador para construção do conhecimento, e a sedimentação do aprendizado teórico necessário.

A busca pelo conhecimento teórico-prático é implementada já no início do curso quando são ministradas as disciplinas consideradas básicas e de formação geral associada às atividades complementares que evidenciam ao estudante os objetivos do curso e sua forma de inserção para o bem da sociedade. O contato com as atividades práticas das diferentes disciplinas confere ao estudante não somente o desenvolvimento gradativo de suas habilidades práticas, mas também permite a apropriação da responsabilidade e ética na conduta acadêmica e futura atividade profissional.

A relação teoria-prática, além dos aspectos abordados, permite a articulação entre o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, base para a sólida formação geral dos discentes, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessárias à formação do profissional.

Formação para a cidadania

É indispensável que o futuro bacharel em direito, o sujeito do aprendizado, tenha o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.

Há a valorização da dimensão sociopolítica e cultural do discente, que desenvolve, no transcorrer do curso, a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais. Essa capacidade desenvolvida subsidiará a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito partícipe de sua construção, assumindo, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas e no pleno exercício da cidadania, referenciado por sólidos padrões éticos.

Os conteúdos de todas as disciplinas contempladas na matriz curricular do Curso Superior de Direito estão organizados de forma a contemplar não só o conhecimento teórico em áreas específicas, como também o desenvolvimento do espírito crítico do estudante.

Estímulo à autonomia intelectual

Autonomia intelectual significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo o indivíduo coerente na integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é também fundamental na construção de sua autonomia intelectual e profissional, o que evidencia a importância e necessidade do processo ensino-aprendizagem, articular a pesquisa, o aprendizado e as atividades de extensão, que efetivamente contribuem para a formação do profissional, com conhecimento técnico, científico, social e cultural, crítico, pluralista, humanista, generalista e com autonomia intelectual, um verdadeiro profissional liberal. Esta é a proposta do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Direito implementado por meio de disciplinas que enfatizam a formação geral e específica do estudante, associadas a atividades complementares, estágios obrigatórios e não obrigatórios e trabalhos.

Diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem

A diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem e a inserção do estudante em instituições que prestam serviços jurídicos desde os primeiros semestres, neste momento principalmente, por meio das atividades complementares, contribuem para a formação do profissional generalista, com autonomia intelectual, capaz de atuar em diferentes áreas de conhecimento e de iniciar a integração crítica de conhecimentos teóricos e práticos, assim como da realidade socioeconômica, cultural e política.

A matriz curricular do Curso Superior de Direito, nos semestres mais avançados, por intermédio também das atividades complementares e estágios de iniciação, prevê a integração, sempre que possível, nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços jurídicos, com profissionais em exercício, e, até mesmo, na própria Faculdade – espaço efetivamente privilegiado do processo de ensino-aprendizagem.

Nesses espaços, procura-se sempre articular as atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços à sociedade.

Pesquisa e Extensão como Princípio Educativo

A pesquisa como princípio educativo é um elemento constitutivo e fundamental na construção do conhecimento, sendo assim, indispensável a sua inserção em diferentes momentos curriculares.

Dentro deste contexto, para a integralização da formação do profissional está também preconizada disciplina “Trabalho de Curso” no final do curso, sob a orientação acadêmica de um professor qualificado.

Ensino problematizado e contextualizado

Contextualizar é problematizar, isto é, uma forma inteligente de abordar o conteúdo, inclusive de disciplinas já ministradas, de acordo com a realidade local ou nacional, na qual o problema é identificado.

O processo de ensino-aprendizagem está diretamente relacionado à capacidade de formulação de um problema, o que demanda capacidade de contextualização do indivíduo. Para tanto, em se tratando de um curso de graduação, é importante ser observado a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Os estudantes têm oportunidade de estabelecer interações com diversas áreas do conhecimento sendo, então, capaz de relacionar o conhecimento científico à realidade social.

São usadas estratégias de ensino-aprendizagem que favorecem a busca ativa de informações para a construção do conhecimento. O projeto pedagógico do curso é desenvolvido de forma a privilegiar momentos de construção coletiva e trabalhos em grupo nas atividades práticas jurídicas e em seminários, buscando estimular o graduando a ter responsabilidade por seu próprio aprendizado. Os acadêmicos têm o processo de produção do conhecimento fundamentado na matriz curricular, que proporciona ferramentas para problematização e contextualização nas atividades de ensino.

Destacam-se, como metodologia de ensino-aprendizagem, as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos,

aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, seminários, simpósios, discussão de casos reais e autos findos e por sistema digital, palestras, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

Integração com Mercado de Trabalho

É um desafio aos acadêmicos, à coordenação e aos docentes do curso estar sintonizado na dinâmica do mercado de trabalho. São exigidos profissionais qualificados, competentes e com autonomia intelectual, não somente no campo estritamente profissional, desenvolvendo atividade técnica individualizada, mas também um profissional com capacidade de relacionamentos efetivos e profícuos no ambiente de trabalho, principalmente quando este é constituído de equipes multidisciplinares.

O curso propicia aos acadêmicos desenvolver essas competências para que atuem como profissionais autônomos, ou como integrantes de equipes multidisciplinares, ou, até mesmo, para que exerçam as duas atividades de trabalho.

Esse conjunto de competências é alcançado por meio das disciplinas de formação geral e específica, associadas às atividades de estágios de iniciação, que contemplam as ações técnicas e científicas, e atividades complementares, que almejam as ações culturais, de pesquisa e de extensão. A própria Faculdade oferece a oportunidade de participar nos atendimentos voluntários, nas Atividades de Extensão Comunitária e nos eventos acadêmicos científicos nos quais profissionais atuantes, docentes ou não, são convidados a participar do evento ministrando palestras, cursos e trabalhos científicos.

A Coordenação do Curso estimula, ainda, os próprios acadêmicos a participarem desses eventos científicos, seja por meio da apresentação de trabalhos ou até mesmo de sua organização e coordenação.

1.9. Estágio Não Obrigatório

O estágio não obrigatório do Curso Superior de Direito é mais uma ferramenta para a complementação da formação acadêmica e permite que o estudante tenha acesso ao campo de sua futura profissão, num contato direto com questões práticas e teóricas que surgem no dia a dia do mercado de trabalho. Esse tipo de estágio não

obrigatório, é uma atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (2º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008).

O estágio deve, necessariamente, ter suas atividades relacionadas com o currículo do curso, e as atribuições de suas atividades devem ser condizentes com a área jurídica.

O estágio é regulamentado por lei (legislação específica sobre estágio – *Lei nº 11.788/2008, de 25/09/08*) que disciplina as relações entre os setores de produção e serviços e o estagiário, definindo que este caracterizar-se-á como tal por meio de instrumentos jurídicos específicos, firmados entre o estudante e a instituição, com a interveniência obrigatória da Faculdade.

Para tanto, a FACAR dispõe de contratos padronizados que visam resguardar tanto seus estudantes como os princípios do estágio, mantendo também convênios com agentes de integração, tais como: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, EMURB, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, DETRAN, CIEE, FAPESE, IEL, SESC, SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DEFESA AO CONSUMIDOR, ADEMA, SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETUR), EMSETUR e SEEL, dentre outros.

1.10. Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Reserva-se, exclusivamente, para alunos matriculados no Curso de Direito da FACAR e não se confunde com o estágio profissional. Dessa forma, ainda que nem todos os alunos possam realizar estágio profissional, todos eles são obrigados a cumprir o Estágio Supervisionado.

A finalidade do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. O Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

As atividades de Estágio Supervisionado são exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas, compreendendo, entre outras: redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, vistas relatadas a órgãos judiciários, prestação de serviços

jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, tudo sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

O estudo do Código de Ética e Disciplina das profissões jurídicas perpassa todas as atividades vinculadas ao Estágio Supervisionado.

As atividades de Estágio Supervisionado podem ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O Estágio Supervisionado é realizado do 7º ao 10º semestre do Curso de Direito da FACAR. O aluno deve desenvolver uma programação ao longo desses semestres que totalize a carga horária mínima de 300 horas, conforme determinado na matriz curricular.

As atividades de Estágio Supervisionado envolvem visitas técnicas, prática simulada e prática real.

As visitas técnicas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências. Das visitas programadas devem ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação.

A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas e atuação em processos simulados. A pauta de atividades simuladas inclui, ainda, o estudo de peças, rotinas e fases do processo nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos; e o treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

A prática real é desenvolvida na FACAR, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, bem como, em departamentos jurídicos credenciados, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório das atividades desempenhadas, cópia do controle de frequência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação, visando à atribuição de horas. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

As atividades conveniadas não devem ultrapassar 50% do tempo exigido para conclusão do estágio e são realizadas sob supervisão da FACAR, com elaboração de relatórios.

O Estágio Profissional de Advocacia, previsto na Lei nº 8.906/1994, é oferecido na FACAR, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, mediante a celebração de convênio com o Conselho Seccional da OAB. Nesse caso, o Estágio Profissional de Advocacia é revestido das seguintes características:

- I – é extracurricular e destina-se, exclusivamente, a qualificar para a profissão de advogado e habilitar para inscrição no quadro de estagiários da OAB;
- II – tem a duração mínima de 02 (dois) anos e carga horária igual ou superior a 300 horas;
- III – deve incluir, necessariamente, o estudo e análise do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

O Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório está à disposição no **ANEXO 2**.

1.11. Atividades Complementares

Tais atividades tem por objetivo a flexibilização curricular e, assim, possibilitar ao futuro profissional uma abrangente formação sociocultural.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam melhorar o aprendizado, o conhecimento, as atitudes e as competências – técnica, humana, pluralista, política e ética dos estudantes, inclusive aquelas adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, opcionais e de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão na comunidade.

As Atividades Complementares, como o próprio nome sugere, são consideradas como uma complementação às atividades didático-pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, relacionadas à ampliação da formação acadêmica, profissional e social do estudante. São atividades obrigatórias e visam a complementar a formação profissional e cultural do estudante, podendo ser desenvolvidas presencialmente ou à distância, e, portanto, integralizam o currículo pleno no Curso Superior de Direito. Desse modo,

espera-se que o egresso tenha uma visão generalista, humanística, crítica e reflexiva da sua função social como profissional.

Considera-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Direito. Deve-se levar em conta na sua admissibilidade a conexão do conteúdo formativo da atividade com o Curso de Direito, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar-se a sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares foram divididas em 03 (três) grupos, devendo o aluno obter aproveitamento ao longo do curso, em pelo menos 02 (dois) grupos: **1: Ensino**; **2: Práticas de Investigação**; ou Grupo 3: **Extensão**.

Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino, a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Pesquisa a participação de alunos em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação de documentos de autoria própria do aluno; a presença colaborativa em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima de 200 horas a ser cumprida. A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no Curso de Direito da IES, que são prioritárias.

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

A programação das Atividades Complementares estará sujeita a validação do Supervisor de Atividades Complementares, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos didático-pedagógicos e profissionalizantes do Curso de Direito, expressos no Projeto Pedagógico. Mais ainda, e em decorrência da Decretação pelo Governo Federal do estado de PANDEMIA, no início do ano de 2.020, por conta do vírus COVID 19, tanto a IES como todos os cursos que a compõem irão mitigar tais atividades por conta do necessário distanciamento social estabelecidos pelos entes da Federação.

Neste diapasão o Curso de Direito irá, até o término do Decreto de Pandemia e no mesmo viés do definido para as atividades práticas jurídicas, definir estratégias através de propostas e sugestões do Supervisor das Atividades Complementares. Estas serão levadas ao Núcleo Docente Estruturante e, posteriormente, encaminhadas através da Coordenação do curso, para aprovação do seu Colegiado. Importante destacar que, tais ações e atividades ao mesmo tempo irão fomentar os objetivos traçados pelo PPC e respeitar as normas sanitárias mitigadoras de combate ao vírus.

Para fins de acompanhamento e controle pelo Supervisor de Atividades Complementares, com vistas à integralização, o aluno deve requerer o aproveitamento da atividade realizada, mediante formulário próprio. Para o aproveitamento da carga horária em Atividade Complementar o Supervisor de Atividades Complementares considerará as disciplinas já cursadas pelo aluno no momento da realização da atividade.

O Supervisor de Atividades Complementares é nomeado pelo Coordenador do Curso, dentre professores do quadro permanente de docentes do Curso de Direito, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao aluno e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das Atividades Complementares. É de competência do Supervisor de Atividades Complementares:

I. organizar calendário de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais informando, para divulgação, à Coordenação do Curso de Direito;

II. acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento sob a forma de Atividades Complementares;

III. apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de ações e eventos externos sob a forma de Atividades Complementares;

IV. enviar à Secretaria o resultado da avaliação das Atividades Complementares de cada aluno para os registros cabíveis;

V. produzir, semestralmente, relatório de atividades desempenhadas à frente da Supervisão e Atividades Complementares, informando à Coordenação do Curso de Direito os detalhes das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos e aceitas, acompanhado dos documentos comprobatórios de realização, com a indicação das cargas horárias e da frequência registrada de cada um dos alunos, com vistas à integralização da carga horária.

Semestralmente a Coordenação do Curso de Direito juntamente com o corpo docente, elabora uma série de Atividades Complementares, tais como: Cursos extracurriculares; Apresentação dos projetos elaborados pelos alunos; Apresentação e novas tendências da ciência jurídica, visando sempre incentivá-los ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa; Semana Jurídica; Atividades culturais e de responsabilidade social; Palestras em áreas afins do Direito; e etc.

Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela IES, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

A seguir é apresentada a regulamentação das Atividades Complementares, aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito da IES.

As Atividades Complementares visam a atender o seguinte elenco de objetivos:

- Despertar o interesse dos estudantes para temas sociais, ambientais e culturais;
- Estimular a capacidade analítica do estudante na argumentação de questões e problemas;
- Auxiliar o estudante na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista;
- Incentivar o estudante na participação de projetos e ações sociais;
- Promover a participação dos estudantes em projetos que complementem a sua formação acadêmica, contemplando sempre os conteúdos programáticos das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso;
- Criar mecanismos de nivelamento.

Tais objetivos são alcançados por meio de diversos instrumentos, tais como:

1.11.1. Atividades de Extensão Comunitária

São atividades que visam à integração do estudante e da Instituição com a comunidade em questões ligadas à cidadania e à educação.

Os estudantes do Curso Superior de Direito são estimulados a participar de programas de Extensão Comunitária, juntamente com outros cursos, como forma de proporcionar a possibilidade de um maior contato entre o saber acadêmico e o saber popular, direcionando para reflexões sobre novas formas de pensar, sentir e agir. É a partir dessa prática reflexiva que há o fortalecimento do processo do ensino-aprendizagem. Os estudantes participantes de projetos comunitários podem vivenciar a teoria, a prática e a própria comunidade. Esta, por sua vez, passa a ter uma nova visão da faculdade e da sociedade em que vivem. São consideradas atividades de extensão comunitária, entre outras, a participação nos atendimentos às populações carentes nas comunidades, nas escolas, asilos, eventos acadêmicos, e em projetos que beneficiam a comunidade e atendimentos extracurriculares nos serviços oferecidos pela FACAR.

Os objetivos do programa de extensão comunitária são:

1. integrar efetivamente estudantes de graduação, docentes e gestores nos projetos e programas de extensão;
2. avaliar por meio de relatórios a relevância social dos serviços prestados;

3. avaliar os efeitos e a importância social da prestação de serviços da faculdade à comunidade;
4. desenvolver e/ou associar-se a campanhas e programas de preservação cultural e ambiental;
5. ampliar e sistematizar as iniciativas de caráter cultural e educacional para grupos e segmentos sociais específicos.

1.11.2. Atividades Culturais e Esportivas

São atividades que visam ao desenvolvimento do estudante inserindo-o em sua cultura e desenvolvendo sua participação social. As atividades culturais e esportivas abrangem participação em exposições, feiras, eventos cinematográficos, peças teatrais, coral, competições esportivas, entre outras.

1.11.3. Atividades Extra Campus

As atividades desenvolvidas fora do *Campus* da FACAR incluem cursos, palestras, conferências, *workshops*, visitas ligadas à área de abrangência do curso, ou qualquer outra atividade de cunho pedagógico, definidas pelo Coordenador do Curso que sejam de interesse ao estudante.

1.11.4. Atividades Internas

São atividades desenvolvidas no Campus da FACAR, tais como palestras, seminários, conferências, cursos, jornadas, encontros, feiras, simpósios, congressos, *workshops*.

1.12. Programa de Monitoria

A monitoria possibilita a experiência da vida acadêmica promovendo a integração de estudantes de semestres mais avançados com semestres anteriores, além da participação na organização e desenvolvimento das disciplinas do curso, e do seu próprio treinamento, pelo professor responsável, em atividades didáticas e, eventualmente, em atividades de pesquisa. Os monitores serão selecionados

semestralmente e os aprovados assinarão contrato anual com a FACAR. Ao final do seu exercício, o monitor receberá um certificado que comprove as horas dedicadas às atividades.

O monitor prestará plantões de dúvidas, nos quais os estudantes receberão orientação individualizada para a resolução de exercícios e para o esclarecimento de questões, além de compartilharem experiências da vivência no ambiente universitário.

As normas de monitoria estarão definidas no Regulamento de Monitoria. O professor da disciplina orientará e supervisionará as atividades de seus monitores. Por ser estudante de graduação, o monitor não substitui o professor da disciplina.

1.13. Estudos Disciplinares

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, a instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções Conselho Nacional de Educação/ Conselho de Ensino Superior - CNE/CES nos. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES no. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto, estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado no inciso II, do Art. 53 da Lei n. 9.494/96.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;(g.n)

e nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003.

(...)

1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)

2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)

(...)

4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante;(g.n)

Os Estudos Disciplinares – ED são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da IES, funcionando como um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

São objetivos dos ED:

- Prover o estudante de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas típicos de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida que ele progride em sua formação;
- Ampliar nos períodos iniciais do curso, os conhecimentos dos estudantes sobre os conteúdos curriculares de formação geral;
- Suprir eventuais deficiências da formação no Ensino Médio;
- Proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento e o mundo real.

Nos ED são utilizadas resoluções sistemáticas de exercícios, criteriosamente elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas típicos da sua área de formação. O Regulamento dos Estudos Disciplinares está disponível no **Anexo 4**.

No Curso Superior de Direito, por decisão do NDE, ficou estipulado o vínculo do ED com as seguintes disciplinas abaixo elencadas:

QUADRO 7 – Disciplinas vinculadas ao ED

Semestre	Disciplina
1º Semestre	Filosofia
2º Semestre	Teoria Geral do Crime
3º Semestre	Ilicitude e Culpabilidade
4º Semestre	Hermenêutica
5º Semestre	Procedimento Comum
6º Semestre	Contratos em Geral
7º Semestre	Proteção Penal ao Patrimônio
8º Semestre	Métodos alternativos e Resolução de Conflitos: Negociação e Mediação
9º Semestre	Direito de Família
10º Semestre	Direito das Sucessões

1.14. Atividades Práticas Supervisionadas

As Atividades Práticas Supervisionadas constituem-se em meios ou instrumentos pedagógicos para o aprimoramento da aprendizagem via interdisciplinaridade, integração e relacionamento dos conteúdos de disciplinas que compõem os semestres do curso e integração teoria e prática por meio da aplicação do conhecimento adquirido em sala de aula.

Devem contribuir para desenvolver nos estudantes as competências requeridas, privilegiando a criatividade e a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares associadas às responsabilidades éticas, política, técnicas e educacionais, fomentando o aparecimento de mecanismos que promovam a compreensão dos conceitos e suas diferentes aplicações, desenvolvendo o futuro operador do direito, ao longo do processo, para a área profissional escolhida.

As APS são desenvolvidas por meio de propostas de casos práticos e/ou simulados que abordam o conteúdo da disciplina teórica correlata. O Regulamento das Atividades Práticas Supervisionadas estão à disposição no **Anexo 5**.

No Curso Superior de Direito, por decisão do NDE, ficou estipulado o vínculo da APS com as seguintes disciplinas abaixo elencadas:

QUADRO 8 – Disciplinas vinculadas a APS

Semestre	Disciplina
1° Semestre	Psicologia Jurídica
2° Semestre	Teoria Geral do Direito Civil
3° Semestre	Fatos e Negócios Jurídicos
4° Semestre	Processos e Relação Jurídica Processual
5° Semestre	Bases Procedimentais da Adm. Pública
6° Semestre	Proteção Penal do Indivíduo
7° Semestre	Direito Tutelar e Coletivo do Trabalho
8° Semestre	Processo do Conhecimento do Trabalho
9° Semestre	Processos Especiais Jurídico e Voluntário
10° Semestre	Tópicos Constitucionais

1.15. Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, enriquecedor e implementador do perfil do formando.

É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do Curso de Direito, por meio do qual é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação. Nesse sentido, o Trabalho de Curso deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

O Trabalho de Curso consiste em uma pesquisa, relatada sob a forma monografia na área do Direito, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária de 40 horas a ser cumprida nas atividades de orientação de TC. A totalização da carga horária destinada ao TC e a aprovação do TC do aluno são indispensáveis à colação de grau.

O processo de realização do Trabalho de Curso importa orientação teórico-metodológica ao aluno, a ser prestada do 8º a 10º semestres do Curso de Direito, pelo professor orientador.

Estão aptos a orientar o Trabalho de Curso quaisquer professores efetivos do Curso de Direito da FACAR, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação. O orientador escolhido pelo aluno deve ser professor da FACAR, atuante na área e/ou disciplina correspondente ao tema do TC.

A atividade de orientação consiste na tarefa de incentivo, acompanhamento e discussão do TC pelo professor orientador. Cada professor pode ter até 10 (dez) alunos sob sua orientação. A orientação segue plano de atendimento mensal estabelecido pelo professor orientador.

O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso consta no **Anexo 6**.

1.16. - Articulação da Aprendizagem na Matriz Curricular

A metodologia de ensino-aprendizagem é baseada na “concepção programática de formação e desenvolvimento humano”, princípio norteador do Projeto Pedagógico Institucional da FACAR. Está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais.

Todo o processo acadêmico está voltado para o fortalecimento da educação centrada na autoaprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o aluno frente a situações reais de construção do conhecimento, e aos desafios que exigem competências e habilidades desenvolvidas em cada fase da aprendizagem.

Essa prática torna-o mais humano, do ponto de vista social e possibilita, por meio de um processo de formação transformador, uma melhor preparação, do ponto de vista técnico-científico.

Na crença de que a academia é o espaço próprio para estudos e pesquisas, transformação e produção de novos saberes, a FACAR busca atualizar periodicamente seu projeto pedagógico com o propósito de preparar pessoas para atender as

exigências do mercado de trabalho. Esse processo favorece o desenvolvimento crítico-reflexivo na construção do conhecimento.

A concepção político-filosófica da FACAR tem como pilares o Conviver, o Conhecer, o Ser e o Fazer presentes na ação pedagógica dos projetos de curso, favorecendo a formação integral do aluno e possibilitando, mediante propostas interdisciplinares, a resolução de problemas e a sistematização de processos dialógicos. Está voltada para a formação de competências, orientando o aluno para a busca e a construção do seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser o profissional, mas também a ser um cidadão integrado à realidade social em que vive.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito estabelece um currículo integrado, centrado no aluno, propondo uma prática profissional diferenciada, sintonizada com o mercado de trabalho e com as necessidades sociais e a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com indicadores importantes para a nova visão de excelência acadêmica preconizada nos documentos institucionais.

O Projeto Pedagógico oportuniza um maior envolvimento dos alunos com as disciplinas, tendo por base um projeto integrado e integrador que permite o equilíbrio entre conhecimentos, habilidades, atitudes e, ainda, que o aluno seja autodidata, a aprendizagem passa a ser vista como um processo contínuo e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade das pessoas.

A proposta da FACAR tem sua ação pedagógica baseada em princípios educacionais que propõem: formação crítica e construtiva; excelência de processos; autonomia intelectual; preparação técnico-científica; postura ética e profissional.

A institucionalização destes princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do aluno, considerando também: a organização global do conhecimento; a metodologia baseada em problemas; a interação do aluno com o objeto de estudo; as oportunidades diversificadas de aprendizagem e a contextualização das atividades de ensino e extensão.

O Curso de Direito deve buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de tecnologia da informação, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

1.17. Formas de Realização da Interdisciplinaridade

A estrutura curricular do Curso de Direito da FACAR foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes. Desta forma, foram incluídas, além das disciplinas específicas da área do Direito, disciplinas de áreas afins e que podem contribuir para a compreensão do fenômeno jurídico em sua integralidade.

Ao lado da questão da interdisciplinaridade, em sentido amplo, há no campo do Direito a peculiaridade da necessidade de uma relação interdisciplinar entre as suas próprias áreas internas. Dessa forma, na elaboração da estrutura curricular, procurou-se considerar as afinidades entre os componentes curriculares ofertados a cada período, de modo que a formação do aluno se dê de maneira gradual e integrada, sem uma ruptura entre os eixos de Formação Fundamental, Profissional e Prática.

As ementas das unidades de estudo que compõem a matriz curricular do Curso de Direito da FACAR foram elaboradas de forma a permitir a integração horizontal e vertical dos conteúdos.

A interdisciplinaridade horizontal resulta da integração entre os conteúdos lecionados nas unidades de estudos de um mesmo período, e a integração vertical, isto é, a interdisciplinaridade dos conteúdos dos períodos seguintes, demonstra ao aluno a integração entre os diversos segmentos do Direito e o caráter de continuidade dos estudos jurídicos, enfatizando, assim, a interdisciplinaridade das ações didático-pedagógicas estruturadas.

Os alunos são incentivados a verificar que o conteúdo de uma determinada unidade de estudos não se esgota e se isola ao final do período letivo, pois seus conceitos e, sobretudo, seus institutos, haverão de ser utilizados ao longo de todo o curso e, mais, de toda a vida do profissional.

É compromisso primordial de todo o corpo docente da FACAR apresentar sempre o Direito como uma ciência complexa e multifacetada, composta por diversas vertentes e que, ao invés de se apresentarem como partes estanques, devem estar sempre interligadas e interagindo, como forma de promover a evolução harmônica da ciência jurídica.

O professor é estimulado a preparar plano de ensino conforme o critério da interdisciplinaridade, com a autonomia própria da atividade de magistério, clássica mormente no Curso de Direito, seminários, palestras, debates são preparados e levam

à reflexão interdisciplinar. Conteúdos e exercícios são oferecidos *on-line*, destacando proposições interdisciplinares.

As Atividades Complementares são um importante espaço acadêmico para o exercício cotidiano da interdisciplinaridade, pois em cada uma delas os alunos têm a oportunidade não só de visualizar a complexidade da ciência jurídica, como um todo coeso e indivisível, mas também de verificar que nenhuma das disciplinas ministradas é um compartimento estanque e isolado, mas sim uma parte específica de um todo.

O Núcleo de Prática Jurídica constitui-se também em ambiente favorável à interdisciplinaridade dada a relação direta com a comunidade, fonte privilegiada de novos saberes. Neste espaço se encontram para um fazer coletivo, professores de várias disciplinas do Curso de Direito orientando alunos de períodos variados que atuam ao lado de profissionais atendendo pessoas da comunidade, associações e outros agrupamentos, em atividades internas e externas.

1.17.1. Modos de Integração entre Teoria e Prática

A estrutura curricular delineada para o Curso de Direito da FACAR permite a integração entre teoria e prática, de forma que o aluno reconheça a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto, deve-se ultrapassar a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

A proposta pedagógica do Curso de Direito busca o equilíbrio entre os eixos de Formação Fundamental, Profissional e Prática, tornando mínima a distância entre o aprendizado teórico e a adoção, na prática, dos conhecimentos adquiridos.

No desenvolvimento das disciplinas são utilizadas metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática. Entre elas, podem ser destacadas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários, ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins etc.).

O Estágio Supervisionado, por sua vez, constitui-se em um *lócus* privilegiado, onde a aproximação entre teoria e prática vai experimentar um aprofundamento, tanto vertical quanto horizontal. Da mesma forma, o Trabalho de Curso.

A conexão entre teoria e prática é estimulada, também, a partir da realização das Atividades Complementares.

1.18. Apoio ao Discente

1.18.1. Formas de Acesso

Para ingressar na Instituição, o candidato passa por processo seletivo, previsto em edital, realizado por meio de um exame constituído por uma redação em Língua Portuguesa e questões do tipo múltipla escolha, abrangendo o programa estabelecido. Para a orientação desse processo, o candidato conta com o *Manual do Candidato* à sua disposição, que o informa sobre os procedimentos para a inscrição, datas e horários dos exames, assim como a publicação dos resultados e períodos de matrículas.

No início de cada ano letivo, os ingressantes têm acesso ao “Manual de Informações Acadêmicas e Calendário Escolar”, que tem por finalidade transmitir uma série de informações gerais à comunidade acadêmica, com o objetivo de proporcionar a todos o melhor aproveitamento da experiência universitária e o entrosamento entre o corpo docente, discente e administrativo da Instituição.

1.18.1.1. Disposições Gerais

O Processo Seletivo é composto de duas formas de acesso:

- 1) Prova Tradicional, que consiste em datas prefixadas pela IES, com a inscrição feita previamente pelo candidato pela *internet*, ou presencialmente na IES. O local de realização da prova é indicado no comprovante de inscrição e a duração dela consta no manual.
- 2) Prova Agendada, que consiste no agendamento do dia e horário de sua realização, feita sempre antes da realização da Prova Tradicional. Esta é realizada em computadores dos laboratórios da IES e com provas diferentes.

O candidato deverá optar por um dos dois tipos de provas.

Quanto ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), o candidato que o realizou pode ser dispensado de fazer as provas do Processo Seletivo. Nesse caso, este faz a inscrição no *campus* e entrega uma cópia autenticada do Boletim Individual de Notas do ENEM, até 48 horas antes da Prova Tradicional. As notas obtidas no ENEM, de questões objetivas, bem como de redação, serão analisadas e, se não

atingirem uma pontuação favorável, o candidato necessariamente realizará a Prova Tradicional ou por Agendamento, conforme sua escolha e tempo hábil para tal.

1.18.1.2. Condições e Procedimentos

No momento da inscrição, o candidato faz a opção de curso e turno conforme instruções contidas no Manual do Candidato. Há também, um questionário socioeconômico e a doação opcional de um quilo de alimento não perecível (doados para Instituições beneficentes). A inscrição pode ser feita pessoalmente ou pela *internet*. Quanto à composição das provas, esta possui as disciplinas devidamente elencadas no manual, bem como a bibliografia de literaturas a serem estudadas.

No que diz respeito à classificação, esta é feita de forma decrescente, referente à pontuação, respeitando a disponibilidade de vagas do curso. Já a desclassificação se dá por meio da baixa pontuação da redação e utilização de meios fraudulentos ou indisciplina durante a realização da prova.

Quanto ao resultado da prova, a lista oficial de classificação será publicada na secretaria da FACAR, por meio de edital de convocação, e pela *internet*, após três dias da realização da Prova Tradicional da fase correspondente. O resultado obtido por meio da prova feita por Agendamento e pelo ENEM será publicado juntamente com o da Prova Tradicional.

1.18.1.3. Matrícula

A matrícula é realizada pela *internet* e o modo de fazê-la consta no Manual do Candidato, passo a passo. Há também um prazo para a sua realização, indicação do curso e a data de início das aulas.

1.19. Apoio Pedagógico aos Discentes

O apoio didático-pedagógico aos discentes do Curso Superior de Direito é realizado de diferentes maneiras:

- Visita às salas de aulas pela Coordenação, com o objetivo de saber como as turmas estão se desenvolvendo, além de levar informações sobre a Instituição, eventos etc.;
- Reuniões sistemáticas semestrais com representantes de turmas;
- Divulgação contínua aos discentes dos horários de Coordenação do Curso, Secretaria, Biblioteca e Laboratórios;
- Apresentação do Manual de Informações Acadêmicas e Calendário Escolar, no início de cada semestre, com todas as informações acadêmicas da Instituição, como: calendário de provas, processo de faltas, dias letivos, recessos e demais serviços da IES.

Ademais, a FACAR conta com um corpo de profissionais disponível para o atendimento ao estudante, fora do expediente de aula, buscando dirimir dúvidas em relação às disciplinas e conteúdos ministrados, em salas específicas para o atendimento individual ou em grupo. Conta também com um Coordenador, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-pedagógicas.

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como seminários, congressos, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas do curso com o intuito de integrar a comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

1.20. Acompanhamento Psicopedagógico

1.20.1. Mecanismos de Nivelamento

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o corpo docente, Coordenação de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do primeiro ano letivo do curso.

São oferecidas disciplinas de ajustes e nivelamento de forma *on-line*, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse de seu curso, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuem caráter obrigatório, apenas tem o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

A Faculdade de Aracaju (FACAR) vem oferecendo, há alguns anos, na modalidade EaD, um programa de revisão de conteúdos de diversas disciplinas ministradas no ensino médio.

O “Sistema *on-line* de revisão básica de conteúdo” oferece ao estudante a oportunidade de rever conteúdos escolares básicos que, de alguma forma, são pré-requisitos para que se obtenha um desempenho satisfatório na Faculdade.

O Programa consiste, num primeiro momento, em uma avaliação realizada opcionalmente pelo estudante, calouro ou veterano, que pode ser acessada na página da FACAR, assim que se identificar com seu RA (Registro Acadêmico) e senha.

Ele irá observar que a avaliação será realizada por disciplina. Escolherá, então, entre as que estão disponíveis no sistema, tais como Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia e História, e realizará a prova.

Ao término desse processo, será indicado o conteúdo que o estudante deverá estudar, de acordo com o resultado da prova; é o momento, então, de efetuar a inscrição *on-line* na(s) disciplina(s) sugerida(s) pelo sistema. Se desejar, ainda que ele tenha obtido um bom desempenho na avaliação, poderá optar por inscrever-se na disciplina de sua escolha.

Feita a inscrição, a qualquer momento, durante o período em que estiver regularmente matriculado no curso, o estudante poderá acessar o conteúdo correspondente à disciplina e, também, realizar exercícios complementares e outras avaliações do conteúdo que está estudando, a fim de saber se obteve avanços em seu conhecimento na área.

Se obtiver um bom conceito na “Avaliação básica *on-line*”, o estudante visualizará em sua tela um comprovante de realização da prova daquele conteúdo. Se o conceito obtido for insuficiente, ele poderá participar de nova revisão e realizar novamente a prova, até obter o conceito desejado.

1.20.2. Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Processo de Ensino-Aprendizagem

A inserção das TICs no universo da atenção à saúde tem conduzido a mudanças de métodos e processos. Algumas ações passam a ser pautada em um modelo de atenção integral e integrada à saúde, baseada em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e dispositivos eletrônicos, incluindo sistemas de informação em saúde, prontuário eletrônico do paciente, prescrição eletrônica, saúde móvel, telemedicina e teles saúde, entre outros. O desenvolvimento rápido e constante da ciência e da tecnologia tem levado a profundas alterações e efeitos sobre a educação no ensino superior, transformado os utilizadores, os processos e os produtos.

As tecnologias atuais são criativas em suas construções do conhecimento, são “fluidas, mutáveis, que contribuem para que as pessoas e a sociedade possam vivenciar pensamentos, comportamentos e ações criativas e inovadoras” (KENSKI, 2003, p. 9). Esta fluidez da informação no ambiente acadêmico faz a diferença e amplia o conhecimento. Na FACAR as tecnologias são incorporadas ao processo de ensino-aprendizagem tanto em sala de aula como no laboratório ou em atividades extracurriculares.

As salas de aulas são equipadas com data show possibilitando a realização de aulas com uso de tecnologia digital (projeção de imagens estáticas ou em movimento, sons, uso de programas e acesso à internet – permitindo que o aluno avance na compreensão dos conteúdos expostos.

A criação de materiais educativos disponibilizados pelos professores via web, como método de fornecer material extra aos discentes, além de estimular o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, colabora com o acesso igualitário de todos ao material de estudo, visto que as instituições. Os laboratórios estão providos com modernos equipamentos de informática e softwares, possibilitando aos professores e alunos fazer a interface virtual de determinadas intervenções, de projeções estatísticas, de preparo de formulações, de resultados laboratoriais, entre outros.

Nos laboratórios de informática, os alunos ainda podem realizar disciplinas ou cursos à distância relativos à carga horária do curso ou a carga horária de atividades extracurriculares que visem ampliação de conteúdos e da sua aprendizagem.

As TICs são potencializadoras na promoção de boas práticas no âmbito educacional facilitando a aprendizagem. Nossos professores são incentivados a elaborarem recursos educativos no formato digital e aplicarem em suas disciplinas visando atingir da melhor forma o processo de ensino/aprendizagem.

As bibliotecas da FACAR também vêm acompanhando o avanço das TICs, no que concerne a aquisição de acervos digitais em vários suportes, como livros, plataformas de leitura de livro na web, periódicos, DVDs e CD-ROMs, bases de dados nacionais e internacionais, atendendo às necessidades geradas pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão da faculdade.

1.20.3. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos estudantes é realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade.

1.20.4. Acompanhamento dos Egressos

A FACAR possui um Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro de ex-estudantes disponível no sítio da instituição, a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação. Ao mesmo tempo, os egressos podem por meio do Questionário de Autoavaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infraestrutura da Instituição, o que muito contribui para a expansão de seu ensino.

1.20.5. Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico - NAAP

O apoio psicopedagógico ao discente se realiza, inicialmente, pela atuação do professor de determinada disciplina. Quando eventuais problemas são constatados, o estudante é encaminhado à Coordenação do Curso, para uma entrevista inicial. Quando o Coordenador considerar necessário, após realização de entrevista, pode eventualmente, encaminhá-lo para o serviço do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico.

Este Núcleo (NAAP) é um órgão de apoio aos discentes e às atividades acadêmicas de ensino de graduação que visa zelar pela aplicação da política de Acessibilidade da IES, fazendo com que estes cumpram seu objetivo principal de promover as condições adequadas para acesso, permanência, integração e desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista, ao Ensino Superior.

O NAAP contribui também com os professores, sempre que solicitado, no planejamento de ações de intervenção em sala de aula; propondo alternativas de solução para as dificuldades apresentadas no processo ensino e aprendizagem; encaminhando os estudantes que necessitarem de atendimentos especiais ou que revelem distúrbios de comportamento e prestar atendimento psicopedagógico aos portadores de distúrbios do desenvolvimento e de deficiências auditivas e outras, visando a sua inclusão no sistema de ensino.

O Regulamento do NAAP encontra-se à disposição no **ANEXO 07**.

1.21. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

1.20.1 Mecanismos de Avaliação

O Curso Superior de Direito utiliza o sistema de avaliação contínua, levando-se em conta não só a frequência, participação em aula, em debates e em atividades curriculares ou extracurriculares, como também postura e maturidade acadêmicas, levando-se em conta, ainda, a conformidade com o respectivo plano de ensino.

São utilizados diferentes instrumentos de avaliação, conforme as necessidades didático-pedagógicas de cada disciplina, sempre privilegiando a capacidade reflexiva e crítica do estudante.

No decorrer do curso, o conjunto desses instrumentos propicia que se acompanhe o desenvolvimento e o embasamento das competências e habilidades pretendidas para a formação do egresso.

- Instrumentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem:

A avaliação nas disciplinas será obtida por meio de provas parciais (NP1, NP2 e substitutiva); trabalhos e seminários individuais ou em equipe com apresentação oral e documento escrito, pesquisas científicas, relatórios de aulas práticas e discussões,

bem como, pela participação, conduta, maturidade e interesse demonstrado pelo estudante durante as aulas e demais atividades, a critério do professor e em conformidade com o respectivo plano de ensino.

1.20.2. Rendimento Escolar

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

Assim, o estudante somente poderá ser aprovado e/ou prestar exames com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

Cabe ao professor a atribuição de duas notas de avaliação (NP1 e NP2) para as atividades curriculares, com pesos iguais na composição da Média Semestral (MS) de cada disciplina. Assim: $MS = (NP1 + NP2) / 2$.

1.20.3. Critérios de Promoção

Os critérios de promoção, envolvendo, simultaneamente, a frequência e o aproveitamento escolar, são os seguintes:

- Se a frequência do estudante for inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ele estará reprovado na disciplina. Em caso contrário, serão considerados os resultados das avaliações realizadas de acordo com o previsto no item anterior.
- Se a média semestral (MS) for igual ou maior que 7,0 (sete), o estudante estará aprovado na disciplina, naquele semestre, com média final igual a MS.
- Se MS for menor que 7,0 (sete), o estudante será submetido a um exame, quando lhe será atribuída a nota EX.
- Após o exame, a média final (MF) da disciplina será a média aritmética simples entre MS e EX. Assim: $MF = (MS + EX) / 2$.
- Se a MF for igual ou maior que 5,0 (cinco), o estudante estará aprovado na disciplina.
- Mantida a reprovação, mesmo após a realização da avaliação especial, se concedida, o estudante ficará sujeito ao regime de dependência na disciplina.

- O estudante que deixar de comparecer a uma prova poderá, a critério do Coordenador de curso, substituí-la por nova prova ou pelo exame.
- Nas disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e nas disciplinas optativas ou eletivas serão considerados os mesmos critérios das disciplinas regulares para o cálculo da MF.
- O estudante reprovado em período letivo que não seja oferecido no semestre seguinte deverá matricular-se em período indicado pela Coordenação do curso.
- O desempenho do estudante é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos); a MS será arredondada para 7,0 (sete), quando for maior ou igual a 6,7 (seis-vírgula-sete) e menor que 7,0 (sete); a MF será arredondada para 5,0 (cinco), quando for maior ou igual a 4,75 (quatro- vírgula-setenta e cinco) e menor que 5,0 (cinco);
- A recuperação poderá ter duração variável, dependendo da disciplina, e poderá, inclusive, estender-se por um semestre ou mais, a critério do Conselho Acadêmico;
- O lançamento da nota de aproveitamento médio global obedecerá ao critério de arredondamento do valor obtido para o meio ou inteiro imediatamente superior.
- Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

1.20.4. Regime de Dependência

O estudante aprovado em um período letivo poderá matricular-se no período subsequente e cursar as disciplinas pendentes em regime de dependência.

O estudante reprovado deverá adequar-se ao currículo vigente para a turma em que estiver ingressando. As disciplinas cursadas em caráter de dependência, o estudante pode realizar em paralelo com as disciplinas de seu semestre. Assim, o estudante pode cursar a disciplina sem prejuízo de seu horário regular de aulas, já que estas dependências acontecem de forma assíncrona, sem horário predeterminado. As orientações para acesso do estudante e as possíveis dúvidas constam no Manual e Normas do Sistema de Disciplina.

O número máximo de disciplinas em regime de dependência e de adaptação para a promoção ao semestre letivo subsequente fica assim definido:

- I - para a promoção ao 2º período letivo: sem limite;
- II - para a promoção ao 3º período letivo: 5 disciplinas;

III - para promoção aos períodos letivos situados entre o 3º e o antepenúltimo: 5 disciplinas;

IV - para promoção ao antepenúltimo período letivo: 3 disciplinas; e

V - para o penúltimo e o último períodos letivos do curso não serão aceitas matrículas de alunos com dependência, recuperação ou adaptação em qualquer disciplina de períodos letivos anteriores.

O aluno reprovado em um período letivo poderá optar pelo regime de progressão tutelada, que foi instituído visando a oferecer orientação acadêmica diferenciada aos alunos que apresentarem desempenho acadêmico irregular no decorrer do seu processo de formação. Entende-se por desempenho acadêmico irregular, o acúmulo de disciplinas em regime de dependência e/ou adaptação, em número maior que o permitido conforme citado no parágrafo anterior.

O ingresso no regime de progressão tutelada de matrícula decorre do interesse manifesto do aluno.

Será facultado aos alunos que estariam se promovendo para o segundo ou para até o antepenúltimo período de qualquer curso de graduação, que tenham ultrapassado o limite de disciplinas em regime de dependência, conforme citado anteriormente, adotarem o regime de progressão tutelada de matrícula.

Os alunos que atenderem às condições previstas no parágrafo anterior poderão optar pelo regime de progressão tutelada durante o período de renovação da matrícula fixado no Calendário Escolar da Instituição.

O aluno que ultrapassar o limite de disciplinas em dependência e optar pelo regime de progressão tutelada de matrícula receberá orientação diferenciada sobre a reestruturação do seu percurso acadêmico, inclusive sobre a distribuição das disciplinas em dependência, ou ainda a cursar, atividades e estágios incompletos. A orientação definirá como e quando o aluno poderá cumpri-los.

Compete à Coordenação do Curso, a partir da análise do histórico escolar do aluno optante, orientá-lo quanto à melhor alternativa para conduzir a sua progressão acadêmica, considerando tudo o que é exigido pela matriz curricular para uma formação plena (disciplinas, trabalhos de curso, estágios, entre outros).

Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com o aluno optante pelo regime de progressão tutelada, estabelecer um plano de estudos definindo como, quando e quais disciplinas deverão ser cursadas, assim como as condições e as medidas a

serem adotadas para a conclusão das demais atividades curriculares ainda pendentes. Esse plano de estudos poderá ultrapassar, conforme o caso, o período mínimo de integralização curricular.

Na condição de ingressante no penúltimo período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o regime de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelo Conselho Acadêmico.

Enquanto optante pelo regime de progressão tutelada, o aluno obriga-se a cumprir integralmente o plano acadêmico estabelecido pela Coordenação do Curso e referendado pelo Conselho Acadêmico.

O desligamento do aluno do regime de progressão tutelada poderá ocorrer quando o desempenho acadêmico do aluno for avaliado como insuficiente pela instância competente da Instituição e decidido/homologado pelo Conselho Acadêmico.

1.20.5. Revisão de Provas e Verificação das Notas

O Professor deve realizar a revisão e fazer a vista das provas junto com o estudante, no “Período de Revisão de Notas”, em horário de aula da disciplina, ocasião em que ele estará de plantão, sendo vedada a alteração do critério adotado para a correção inicial. Toda prova realizada, com exceção dos exames, deve ser mantida com o professor até o final do semestre letivo. Os exames finais devem ser entregues na Secretaria da Instituição e as fichas das APS na Coordenação de curso e posteriormente entregues na Secretaria da Instituição para serem arquivadas no prontuário do estudante.

O estudante pode requerer, no site da FACAR, clicando em Secretaria On-line, a revisão dos exames e das APS, definidos no Calendário Escolar. O estudante deve fundamentar a solicitação explicando (no requerimento) a questão que ele considera que foi corrigida de forma incorreta, com base na matéria lecionada. Do contrário, o pedido não será aceito.

Importante: O prazo máximo para a solicitação de revisão dos exames é de 1 (um) dia após o prazo de entrega de notas. A revisão dos exames será feita no período estipulado no Calendário Escolar (“Período de Revisão de Notas”) e apenas se o estudante estiver presente no período das aulas em que o professor ministra a

disciplina, ocasião na qual ele estará de plantão. O estudante deverá levar consigo o protocolo do pedido da revisão de Exame.

1.21. Coerência entre os Procedimentos de Ensino e Aprendizagem e a Concepção do Curso

A coerência entre os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e a concepção do curso é verificada por:

Trabalhos: exercitam a capacidade de expressão dos estudantes na descrição de estudos de caso e situações diversas. Os trabalhos exigem a relação entre os conteúdos abordados nas disciplinas e nas atividades em geral, possibilitando a visão holística dos eventos.

Seminários: os debates são de fundamental importância, pois, nos seminários, os estudantes compartilham conhecimentos e saberes e aprimoram a capacidade analítica.

Atividades Comunitárias: conscientizam o estudante das suas responsabilidades sociais e contribuem para a formação de profissionais éticos. São consideradas, desde que devidamente relatadas e comprovadas, na avaliação das Atividades Complementares.

Provas Teóricas: avaliam a capacitação do estudante na escolha do modelo teórico adequado para a solução de um problema proposto, na elaboração dos cálculos necessários e nas justificativas conceituais associadas. As provas teóricas são instrumentos de avaliação que, associados aos demais instrumentos citados, possibilitam a avaliação de disciplinas que exploram fundamentos teóricos.

Provas Práticas: corroboram na assimilação dos conceitos teóricos, pois se trata de um momento no qual o estudante enfrenta uma situação real que requer uma solução que integra conceitos teóricos, capacidade de decisão e conhecimentos práticos. As provas práticas estão em conformidade com o perfil generalista do egresso, visto que incluem conhecimento técnico, versatilidade de análise e visão abrangente de processos.

1.22. Sistema de Avaliação do Projeto de Curso

1.22.1. Avaliação do Curso Superior de Direito

O Curso Superior de Direito utiliza um sistema de avaliação, segundo critérios pré-estabelecidos, que visa a apresentação de resultados que possam ser analisados, a fim de que sejam propostos caminhos, metas e estratégias que venham ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

A autoavaliação do curso abrange as funções do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, enfocando os processos pedagógicos, científicos, sociais, técnicos e administrativos que se estabelecem por meio das relações sociais constitutivas da dinâmica da vida institucional. O que se pretende é analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer por meio da sua missão (compromissos, vocação, inserção regional e nacional) e finalidades.

A autoavaliação do curso, realizada de forma permanente, avaliará todos os aspectos que giram em torno destes eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos estudantes, a gestão da Instituição, o corpo docente, as instalações e várias outras categorias e conjunto de indicadores. As informações obtidas com esta modalidade avaliativa serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, para orientar suas políticas acadêmicas e de gestão e para desvelar à realidade dos cursos e da própria FACAR. Assim, os resultados da autoavaliação serão utilizados para a melhoria do Curso.

A autoavaliação não é uma atividade nova na FACAR, pelo contrário, está inserida no cotidiano institucional.

A Avaliação de Curso considera, basicamente, três conjuntos de elementos:

Condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;

Processos: interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação ao curso (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, extensão, orientação/supervisão); avaliação da aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação IES x Sociedade;

Resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades-tarefa típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em Pós-graduação/cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições e/ou outros cursos da mesma instituição).

Articulação da Autoavaliação do Curso com a Autoavaliação Institucional

A FACAR possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída por Portaria com caráter permanente, sendo seus principais objetivos:

- Formação de uma cultura de autoavaliação;
- Estabelecimento de protocolos de avaliação;
- Proposta de sugestões para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Conscientização da responsabilidade social e suas consequências;
- Verificação da eficácia institucional;
- Valorização da missão da FACAR na comunidade acadêmica;
- Promoção dos valores democráticos;
- Afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A avaliação interna, além do caráter qualitativo, adota uma perspectiva quantitativa, pela análise numérica dos resultados. A abordagem qualitativa pretende compreender o ponto de vista dos envolvidos quanto ao posicionamento interno e externo da instituição. Já a abordagem quantitativa parte dos resultados e os traduz em termos de parâmetros estatísticos; nela a quantificação é enfatizada como fator de discussão do objeto em avaliação.

Articulação da Autoavaliação do Curso

Com a edição da Portaria Normativa nº 4/2008, que regulamentou a aplicação do Conceito Preliminar de Curso (CPC) em processos de renovação de

reconhecimentos dos cursos, o Ministério da Educação estabeleceu uma base de cálculo para o CPC que repousa essencialmente em componentes extraídos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e do Cadastro Nacional de Docentes do Ensino Superior, como parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O CPC se propõe a referenciar de forma preliminar a qualidade dos cursos de graduação, permitindo que se estabeleça um critério objetivo para dispensar a visita de comissão *in loco* com a finalidade de renovar o reconhecimento de cursos de graduação.

Nesta perspectiva, devem ser objetos de análise, além das informações extraídas do Relatório do ENADE, os conceitos atribuídos pelo INEP aos insumos que compõem a base de cálculo do CPC, confrontando-os com os elementos contidos nos demais instrumentos que integram o SINAES – fundamentalmente a autoavaliação e os relatórios de avaliação externa para fins de renovação do reconhecimento do curso.

Embora ciente das limitações inerentes ao CPC, quando tomado de forma dissociada do conjunto dos demais instrumentos de avaliação, entende-se que seus resultados não só podem como devem ensejar a adoção de providências no sentido de melhorar o desempenho dos estudantes.

1.22.2. Mecanismos da Autoavaliação do Curso Superior de Direito

Nesse nível, a avaliação considerará o desenvolvimento das atividades de Ensino e Extensão no Curso Superior de Direito. O resultado do diagnóstico, das atividades, será trabalhado pelo Curso em diferentes etapas, detalhadas a seguir:

- Reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso, para identificação de fragilidades e modificações para o ano letivo seguinte, com o NDE e o Colegiado do curso;
- Participação dos protagonistas do processo de autoavaliação do curso nos Painéis promovidos pela CPA para conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso;
- Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: potencialidades

e fragilidades (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);

- Reuniões específicas para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;
- Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e autorreflexiva, à avaliação do processo.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada ano letivo, durante as reuniões de trabalho para a elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso. Neste, busca-se imprimir uma metodologia de trabalho que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de autoavaliação global:

- a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades);
- b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos político-administrativo, de gestão e de realização);
- c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no projeto pedagógico do curso).

O projeto de autoavaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo, que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso.

1.22.3. Avaliação Externa

Nesse nível, a avaliação externa considera o desempenho do curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos

pelo Ministério da Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino).

A avaliação externa abrange, ainda:

- Pesquisa junto à sociedade civil organizada, com os quais o curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação e o grau de satisfação delas;
- Pesquisa junto às empresas parceiras, que absorverão os egressos do Curso, para verificar o grau de satisfação da comunidade externa em relação ao desempenho destes;
- Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-estudante em relação às condições que o curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

1.24. Atividades de Tutoria

O professor-tutor desempenha primordialmente o papel de facilitador, mediador ou mentor do processo de aprendizagem dos alunos. Grande parte do trabalho do professor-tutor consiste em orientar a realização de tarefas, responder mensagens, corrigir trabalhos e provas. Mais especificamente, o professor-tutor desempenhará as seguintes funções:

Funções pedagógicas: moderar fóruns de discussão, focalizando ou propondo questões; moderar reuniões on-line; responder às dúvidas dos alunos; comentar, questionar, criticar, aprofundar ideias, relacionando-as ao conteúdo disponibilizado na disciplina; articular teoria e prática, através da aplicação de estudos de caso; compartilhar experiências; sugerir possibilidades de aprofundamento dos conteúdos e indicar / fornecer materiais complementares; utilizar estratégias de facilitação e fixação da aprendizagem, propondo, eventualmente, exercícios adicionais; acompanhar a participação dos alunos.

Funções Sociais: enviar mensagens de boas-vindas, suporte e estímulo à aprendizagem; contribuir para a criação de um ambiente amigável, valorizando e encorajando a participação; promover a interação e colaboração entre os alunos.

Funções Administrativas: estabelecer e/ou focar os objetivos das discussões; distribuir papéis e responsabilidades nas atividades, orientando os grupos; agendar as atividades; esclarecer procedimentos e regras de trabalho, tirando dúvidas sobre a disciplina; acompanhar evasão e participação da turma; avaliar os trabalhos e atribuir notas; registrar as notas finais dos alunos.

Funções Técnicas: orientar os alunos na forma de submeter trabalhos, acessar conteúdos e enviar mensagens; encaminhar questões de problemas técnicos sobre uso da plataforma e ferramentas de aprendizagem para o suporte técnico.

As atividades de tutoria junto aos estudantes da FACAR são realizadas de forma sistêmica, sendo essas atividades monitoradas pela coordenação de curso e pela equipe multidisciplinar.

1.24.1. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

O tutor deve desempenhar uma série de atividades fundamentais ao desenvolvimento do curso, assim, deve possuir diversos conhecimentos, habilidades e atitudes, as quais irão ser de significativa importância para o bom desempenho facilitando o processo de ensino e aprendizagem junto aos estudantes.

O tutor é especializado na área de conhecimento em que atua e desempenha suas funções, em conjunto com o corpo docente, articulado pelas diretrizes originadas na Coordenação do Curso e o corpo docente. Logo, o tutor participa da construção e da gestão do conhecimento do estudante, por meio da tecnologia. Sua ocupação primordial é a mediação do processo ensino-aprendizagem, ele facilita o entendimento e a interação entre o estudante e a IES.

As habilidades requeridas para o bom desenvolvimento no processo de tutoria são:

- Destreza para mediar as discussões entre o docente e o estudante por meio dos fóruns, chats e telefone;
- Prática para orientar o estudante em relação ao modo de realização das atividades obrigatórias ao longo do curso, esclarecendo dúvidas sobre os conteúdos;

- Aptidão para conduzir o estudante de forma que este se adeque aos parâmetros e exigências da IES;
- Sagacidade para facilitar a compreensão do conhecimento teórico científico e sua aplicação prática;
- Ser astuto para articular a interdisciplinaridade exigida pelo curso;
- Ter competências comunicacionais e fluidez no relacionamento interpessoal;
- Dominar as TIC disponibilizadas.

1.25. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino Aprendizagem

Os recursos didáticos que serão utilizados no processo ensino aprendizagem consistem em: plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da IES, oferta de audiovisuais com relatos de casos, clips de vídeos que mostram aplicações práticas de temas vistos nas aulas presenciais, oferta de mecanismos de busca interativa em repositórios de conteúdos baseados na *Web*, interação dos estudantes com softwares específicos e o *software Microsoft (word, power point, adobe acrobat, excel)*, conteúdos disponibilizados em memória *flash (pen drives)*, em nuvem, e via *e-mail* (grupos).

Nivelamento *Online*: abrange os principais conteúdos, nos quais boa parte dos universitários – recém ingressantes ou veteranos – apresenta dificuldades para acompanhar alguns cursos superiores. As disciplinas são oferecidas na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e buscam retomar conteúdos abordados no ensino médio. A vantagem da oferta por meio de EaD é que o estudante pode acessar o conteúdo inúmeras vezes, em qualquer horário ou dia e de onde estiver, desde que tenha acesso a qualquer instrumento eletrônico que permita acesso à rede mundial de computadores.

Sistema de Conteúdo *Online*: para cada disciplina cursada no semestre letivo, são oferecidas videoaulas, textos e exercícios que complementam os assuntos discutidos em sala de aula. O estudante tem condições de fazer uma autoavaliação para verificar o nível de conhecimento adquirido. O serviço é gratuito, sendo

necessário ao estudante apenas digitar seu registro acadêmico e senha no sítio da FACAR e escolher as disciplinas que pretende cursar.

Secretaria *online*: os estudantes podem realizar uma série de solicitações e serviços acessando a secretaria online. Entre outras coisas, os professores e a coordenação podem comunicar-se com os estudantes, encaminhando avisos e sugestões para estudo.

Biblioteca Virtual: é disponibilizado aos estudantes acesso a duas bibliotecas virtuais, onde os estudantes podem acessar de qualquer instrumento eletrônico que permita acesso à rede mundial de computadores.

- “Biblioteca Virtual Universitária” - disponibiliza acesso a um acervo digital com mais de 5.868 títulos em mais de 40 áreas de conhecimento;
- “Minha Biblioteca” - disponibiliza acesso rápido e fácil a 9.782 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas e especializações.

Bases de Dados: O curso conta ainda com periódicos online, disponibilizados para complementação de conteúdo das disciplinas do curso e consulta a inúmeras bases de dados.

1.26. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O suporte tecnológico distribui-se em duas dimensões: uma dimensão de recursos de interação para o acompanhamento dos estudantes e uma de avaliação. No projeto pedagógico, elucidam-se as especificidades da EaD, que originam demandas de interação entre os implicados no processo.

A plataforma utilizada para a publicação de conteúdo é o *Blackboard*. Ele conta com as principais funcionalidades disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem e é composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas funcionalidades, é possível dispor de recursos que permitem a interação e comunicação entre o alunado, professores e tutoria, a publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos, a administração de acessos e a geração de relatórios.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem Blackboard, o estudante da FACAR tem acesso ao material pedagógico, disponibilizado por disciplina, além dos recursos de interação que permitem o diálogo entre os estudantes, professores e a equipe de tutoria.

O material de cada disciplina é publicado pelo professor responsável por ela no Blackboard, seguindo a proposta do calendário acadêmico de realização dos encontros presenciais. A publicação de material, módulo a módulo, pelo professor, facilita o acompanhamento do estudante no AVA.

1.27. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

A organização do trabalho pedagógico será avaliada de modo a abranger os seguintes tópicos:

- Objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infraestrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas);
- Desempenho do docente, em relação a clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, interrelação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese-soluções-alternativas;
- Desempenho didático-pedagógico, em relação ao cumprimento de objetivos, à integração de conteúdos, aos procedimentos e materiais didáticos e bibliografia; e aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos estudantes;
- Desempenho discente, expresso pela participação em aula e atividades, informação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral;
- Desempenho técnico-administrativo, expresso pela avaliação individual dos funcionários; e
- Desempenho gerencial da FACAR.

2. DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Direito é composto por professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso, atendendo aos requisitos estabelecidos na Portaria MEC nº 147/2007.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- a) Participar plenamente da elaboração e atualização do projeto pedagógico do curso;
- b) Propor alterações do projeto pedagógico do curso, quando for pertinente;
- c) Estimular o corpo docente a apresentar propostas curriculares inovadoras para o curso;
- d) Motivar a participação efetiva nas mudanças curriculares e pedagógicas;
- e) Estabelecer mecanismos de representatividade do corpo docente nas propostas de alterações do projeto pedagógico;
- f) Buscar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso, preservando as características e peculiaridades regionais da comunidade local.

Os professores que integram o Núcleo Docente Estruturante estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, participação efetiva nos processos de autoavaliação, participação quanto aos critérios de aplicação das atividades de extensão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

2.1.1. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Integrado pelo Coordenador de Curso e por mais quatro professores, seus componentes se caracterizam pelo (a): a) concessão de uma dedicação preferencial ao curso; b) porte de título de pós-graduação *stricto sensu*; c) contratação em regime de trabalho diferenciado do modelo horista; e d) estabilidade ou perenidade, que lhes permitirá construir uma história institucional.

A seguir, apresenta-se a relação nominal dos professores, seguida da titulação e do regime de trabalho.

2.1.2. Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE

QUADRO 9 – Resumo da Composição do NDE

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE		
PROFESSOR	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Ivis Melo de Souza	Especialista	Bacharel em Direito
Anderson Teinasis Correa S Santana	Especialista	Bacharel em Direito
Rivianne Siqueira Amorim	Especialista	Bacharel em Direito
Luiz Eduardo Oliveira	Doutor	Bacharel em Direito
Irys Dominik Lemos Silva	Mestre	Bacharel em Direito

2.1.3. Regime de Trabalho do NDE

QUADRO 10 – Regime de Trabalho dos Membros do NDE

REGIME DE TRABALHO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	
PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO
Ivis Melo de Souza	Integral
Anderson Teinasis Correa S Santana	Parcial
Rivianne Siqueira Amorim	Parcial
Luiz Eduardo Oliveira	Horista
Irys Dominik Lemos Silva	Horista

O Regulamento do Núcleo Docente Estruturante encontra-se à disposição no **Anexo 8**.

2.2. Equipe Multidisciplinar

Visando atender a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 a Faculdade de Aracaju disponibiliza nas Matrizes Curriculares dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, até 40% das suas disciplinas na modalidade a distância para cursos que já foram reconhecidos pelo MEC. A Equipe Multidisciplinar é responsável pelo suporte pedagógico e operacional no Ambiente Virtual de Aprendizagem, atendendo os estudantes quanto às dúvidas no ambiente acadêmico, mediando fóruns, postando avisos, provas, questionários e demais informações pertinentes.

2.3. Atuação do Coordenador do Curso

A Instituição reconhece a coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso

que oferece. Para a escolha da coordenação do curso, a FACAR busca respeitar os critérios indicados a seguir:

- Professores com formação acadêmica correspondente a especialista, mestre ou doutor;
- Professores com experiência acadêmica e não-acadêmica;
- Professores com dedicação ao curso e à Instituição;
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função; e
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

A coordenação do curso responsabiliza-se e zela pela qualidade do ensino ofertado pela FACAR, tendo como atribuições:

- Definir ou redefinir a concepção, os objetivos e finalidades e o perfil do profissional a ser formado pelo curso;
- Colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a ser formado e com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- Promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- Fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- Estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares e extracurriculares;
- Executar periodicamente a autoavaliação do curso e a avaliação institucional;

- Participar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- Apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- Definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;
- Estimular o programa de monitoria;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- Estimular práticas de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- Elaborar o horário escolar do curso e fornecer à Direção os subsídios para a organização do Calendário Escolar;
- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- Fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos;
- Emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
- Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso; e
- Exercer outras atribuições conferidas no Regimento Interno e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

Além disso, o Coordenador também atua no Núcleo Docente Estruturante como presidente nato, tendo as seguintes competências:

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da Instituição;
- Encaminhar as deliberações do NDE;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração com os demais Cursos e setores da Instituição.

2.3.2. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador de Curso

A Coordenação do Curso é exercida pela Professor Ivis Melo de Souza, possui Graduação e Especialização em Direito pelo Centro Universitário Estácio de Sergipe. Tem 8 anos de experiência no magistério superior, nas disciplinas de Direito Penal, Prática Penal, Processo Penal e Legislação Penal Especial, possui 10 anos de experiência em atividade forense na advocacia privada, também é Procurador de Defesa das Prerrogativas da OAB do Estado de Sergipe no triênio 2022-2024.

2.4. Formação Acadêmica e Profissional dos Docentes

O corpo docente do Curso Superior de Direito é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolve, às características do contexto da região e à concepção do curso. Os quadros abaixo apresentam os docentes da instituição e o resumo de suas titulações com quantidade e percentual.

QUADRO 12 – Quadro de docentes

PROFESSOR	TITULAÇÃO
Anderson Teinassis Correia Santos Santana	Especialista
Dhebora Mendonça de Cerqueira	Mestra
Irys Dominik Lemos Silva	Mestra
Ivis Melo de Souza	Especialista
Janiele Nascimento Martins	Especialista
Lúcio Madureira Vieira dos Santos	Especialista
Luiz Eduardo Oliveira	Doutor
Reinaldo José Chaves Silva	Especialista
Rivianne Siqueira Amorim	Especialista
Rosana Maria Santos Torres Marcondes	Mestra

QUADRO 13 – Titulação em Quantidade e Percentual

Titulação	Qtde.	% do Total
Doutorado	1	8
Mestrado	3	25
Especialização	6	67
Total	11	100

2.4.2. Regime de Trabalho

O quadro abaixo apresenta o regime de trabalho dos docentes do curso.

QUADRO 14 – Regime de Trabalho dos Docentes

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES		
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
Anderson Teinassis Correia Santos Santana		X	
Dheborá Mendonça de Cerqueira			X
Irys Dominik Lemos Silva			X
Ivis Melo de Souza	X		
Janiele Nascimento Martins		X	
Lúcio Madureira Vieira dos Santos			X
Luiz Eduardo Oliveira			X
Reinaldo José Chaves Silva			X
Rivianne Siqueira Amorim		X	
Rosana Maria Santos Torres Marcondes	X		

O quadro abaixo apresenta o resumo do regime de trabalho dos docentes com quantidade e percentual.

QUADRO 15 – Regime de Trabalho em Percentual

REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES	QUANTIDADE	
	(Nº.)	(%)
Tempo Integral	02	16
Tempo Parcial	03	25
Horista	05	59
TOTAL	12	100

2.4.3. Tempo de Experiência Acadêmica no Magistério Superior e Experiência Profissional

QUADRO 16– Tempo de Experiência Acadêmica e Profissional

DOCENTES	TEMPO DE EXPERIÊNCIA		
	MAGISTÉRIO SUPERIOR	FACAR	PROFISSIONAL

Anderson Teinassis Correia Santos Santana	7 anos	7 anos	24 anos
Dheborá Mendonça de Cerqueira	8 anos	8 anos	10 anos
Irys Dominik Lemos Silva	4 anos	4 anos	4 anos
Ivis Melo de Souza	9 anos	9 anos	17 anos
Janiele Nascimento Martins	5 anos	5 anos	10 anos
Lúcio Madureira Vieira dos Santos	10 anos	10 anos	18 anos
Luiz Eduardo Oliveira	9 anos	9 anos	40 anos
Reinaldo José Chaves Silva	4 anos	4 anos	31 anos
Rivianne Siqueira Amorim	2 anos	2 anos	7 anos
Rosana Maria Santos Torres Marcondes	7 anos	7 anos	21 anos

2.5. Atuação do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, previsto no Regimento da FACAR, é um órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente constituído, e que tem a seu cargo a coordenação didática dos respectivos cursos.

O Colegiado de Curso é constituído, para cada curso, por todos os docentes que ministram disciplinas distintas do currículo pleno, pelo coordenador do curso em questão e por um representante do corpo discente regularmente matriculado no curso, convidado pela coordenação.

Atribuições e Competências

São atribuições do Colegiado de Curso:

- Propor diretrizes para a elaboração de currículos, programas e normas metodológicas de ensino, em atendimento às regras aprovadas pelo Órgãos de Administração;
- Propor, por iniciativa própria ou quando solicitado, projetos de ensino e de extensão;
- Estabelecer normas de orientação e coordenação do ensino, no âmbito do curso;
- Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas de acordo com os objetivos de curso e do perfil do profissional a ser formado, com base nas diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;

- Acompanhar a avaliação do curso;
- Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação e;
- Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

2.6. Organização Acadêmico-Administrativa

A FACAR entende que sua organização acadêmico-administrativa deve ser estruturada com o propósito de proporcionar aos professores, estudantes e membros da comunidade, um atendimento com qualidade e presteza. Nesse sentido, a Instituição dispõe de órgãos administrativos e de apoio que possibilitem alcançar este objetivo, por meio do envolvimento de uma equipe qualificada e apta a lidar com as variadas questões suscitadas pelas atividades promovidas.

2.6.1. Participação da Coordenação do Curso nos Órgãos Colegiados da IES

O Regimento da FACAR prevê a participação do Coordenador do curso nos Órgãos de Administração Superior e Acadêmico.

As atribuições previstas para o coordenador do curso são de natureza política, gerencial, acadêmica e institucional, conforme consta no PDI.

3. DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Instalações Gerais

A fim de concretizar seus objetivos institucionais e formar o egresso com o perfil descrito, a FACAR conta com infraestrutura que, de fato, possibilita o desenvolvimento das atividades propostas no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Direito.

3.1.1. Espaço Físico

As instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

QUADRO 19– Dimensões das Instalações Físicas

Dependências	Quantidade	m²
Almoxarifado	01	20
Biblioteca	02	260
Cantina	01	20
Copa/Cozinha	01	10
Direção	01	10
Laboratórios de Informática/Laboratório de Redação Forense	02	90
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência / Circulação	01	652
Reprografia	01	12
Sala de (TI) Tempo Integral	01	06
Sala de NDE/CPA/NAAP	01	12
Sala de Professores	02	20
Salas de Aula	24	1.000
Salas de Coordenação	01	06
Sanitários	10	150
Secretaria	01	45
Total		2.268m²

3.1.1.1. Espaço de Trabalho Para Docentes em Tempo Integral – TI

Os professores contratados em tempo integral dispõem de espaço exclusivo onde é possível abrigar seus materiais e realizar atendimento aos estudantes, planejamento de aulas, correção de provas e outras atividades. Possui disponível também computadores com acesso à internet e impressora a laser.

3.1.1.2. Espaço de Trabalho Para a Coordenação

A Coordenação do Curso Superior de Direito ocupa uma sala exclusiva, bem dimensionada e dotada de isolamento acústico, iluminação, condicionador de ar, mobiliário e aparelhagem específica.

3.1.1.3. Sala Coletiva de Professores

Nas instalações físicas da IES há sala de professores, equipada com computador com acesso à Internet, que atende às condições de salubridade e aos

requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

3.1.1.4. Salas de Aula

Todas as salas de aula são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, aparelhos de ar-condicionado, quadro branco e mobiliário.

3.1.1.5. Espaço de Trabalho do NDE – CPA - NAAP

O Núcleo Docente Estruturante ocupa sala com toda infraestrutura para as reuniões, bem dimensionada, iluminada, condicionador de ar, mobiliário e aparelhagem específica.

3.2. Infraestrutura de Acesso para Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências físicas às dependências, a FACAR determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

3.3. Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida (conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003).

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências físicas às dependências da FACAR, a Mantenedora determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino

apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

a) Para os estudantes com deficiência física:

- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas, assegurando o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- Lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de pessoas com deficiência;
- Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Rampas com corrimãos, facilitando a livre circulação de cadeira de rodas.

Sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, estas adaptações privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência.

b) Para os estudantes com deficiência visual, a FACAR proporciona:

- Sistema de síntese de voz;
- Fotocopiadora que amplie textos;
- Acervo bibliográfico em áudio;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento ao estudante com visão subnormal;

c) Para os estudantes com deficiência auditiva a FACAR oferece:

- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita.

d) Para os professores, estudantes, funcionários e empregados com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida, a FACAR proporciona, além de ajuda técnica, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da

oferta de disciplina específica *online* para o entendimento da linguagem dos sinais, LIBRAS.

e) Para a comunidade, a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para pessoas com deficiência.

3.4. Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado

A FACAR tem normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, estudantes e funcionários com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, garantindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado aos estudantes e docentes com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Quaisquer falhas por parte do corpo técnico-administrativo ou docente em seguir estas normas, podem ser comunicadas pelo estudante diretamente à Coordenação ou à Direção da IES, que tomará as providências cabíveis, conforme instrui o Regimento da Instituição, para que sejam respeitadas de fato a dignidade e a cidadania integral do indivíduo.

3.5. Política de Acesso aos Equipamentos de Informática

Os laboratórios são destinados às aulas práticas, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores dentro do horário de aula, podendo ser reservados com antecipação de, pelo menos, 24 horas antes das aulas.

Das 16h às 22h, os laboratórios são destinados aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A permanência dos estudantes nesse horário é acompanhada por monitores/técnicos, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades institucionais.

3.5.1. Equipamentos de Informática

QUADRO 20 – Quantidade de Computadores

Equipamento	Especificação	Qte.
--------------------	----------------------	-------------

Laboratório de Informática	DESKTOPS LENOVO PLACA MÃE IPHM8 4GB DE RAM 24 MONITOR: 18,5 POLEGAS AOC	24
-----------------------------------	--	----

QUADRO 21 – Quantidade de Impressoras

Equipamento	Especificação	Qte.
Impressora Laser	LEXMARK MX511	01

3.5.2. Relação Equipamento/Estudante/Curso

O número de equipamentos existentes no Laboratório de Informática da IES é suficiente para o atendimento do Curso Superior de Direito e dos cursos em funcionamento.

A FACAR, em função da demanda, possui projeto de expansão dos equipamentos, visando sempre a melhoria no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

3.6. Recursos Audiovisuais e Multimídia

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a FACAR propicia à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, através de Projetores de Multimídia (Data Show) instalados em todas as salas.

3.7. Serviços

3.7.1 Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas. O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Secretaria. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, entre outras atividades, também estão a cargo da Secretaria. A verificação e o registro de

frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle cabe à Secretaria.

3.7.2. Pessoal Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo e de apoio é contratado de acordo com as normas da Consolidação das Leis de Trabalho, sendo constituído por todos os funcionários não-docentes da FACAR, a saber: agentes administrativos, auxiliares de serviços, secretarias e demais funcionários indispensáveis na forma do organograma estrutural da Instituição.

Na FACAR estão lotados funcionários de nível superior e auxiliares administrativos, com formação e experiência profissional compatíveis com as atividades que exercem nas respectivas categorias funcionais.

A quantidade de profissionais do corpo técnico-administrativo é adequada às necessidades do Curso Superior de Direito.

3.7.3. Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

Em relação à manutenção e ampliação da infraestrutura, a IES mantém a constante manutenção da estrutura física de suas salas de aula, áreas comuns, de áreas especiais e de instalações pertinentes aos recursos materiais e tecnológicos gerais e específicos para cada curso existente e a ser implantado pela Instituição, priorizando a demanda dos cursos de Graduação.

3.7.4. Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção dos equipamentos do Laboratório e material de apoio é realizada por técnicos responsáveis da própria Instituição e por técnicos contratados por meio de convênio com empresas da região para o diagnóstico de falhas e respectivas manutenções.

A manutenção externa é realizada regularmente, duas vezes por ano, mediante solicitação escrita feita pelos monitores do laboratório e, sempre que se fizer necessário, pela equipe interna.

3.7.4.1. Pessoal Técnico de Apoio

O pessoal técnico de apoio é orientado por técnicos de laboratório, capazes de oferecer o suporte aos usuários dos laboratórios, sejam eles estudantes ou professores. Esses profissionais estão disponíveis nos laboratórios durante os períodos previstos de funcionamento da Instituição.

3.8. Biblioteca

Atualmente, quando informações rápidas e eficientes são um marco em qualidade de serviço, a Biblioteca tem como responsabilidade apoiar e disseminar todas as formas de conhecimento pertencentes a um contexto global de informação.

Para que estes propósitos se concretizem, a Biblioteca da FACAR conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e de melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

Na FACAR, o estudante conta com um serviço de apoio e consultas aos livros básicos e complementares de cada disciplina, oferecendo também alguns periódicos, que contribuem no processo de ensino x aprendizagem.

A Biblioteca da FACAR conta com um espaço físico amplo, climatizado e bem iluminado.

A política de aquisição considera a legislação pertinente constante dos instrumentos de avaliação do INEP e a atualização editorial em consonância com o PDI e com a necessidade bibliográfica acadêmica encaminhada pelos docentes e coordenadores.

Quanto aos serviços, os usuários podem contar com empréstimo domiciliar, pesquisa bibliográfica, elaboração de ficha catalográfica, acesso a computadores para

estudos. O sistema de controle utilizado é o Coruja, estando o catálogo do acervo e os serviços de renovação e reserva disponíveis no site: www.corujabiblioteca.com.br/

As bibliotecas da FACAR (local e virtual – a última oferecida pela mantenedora) desempenham um importante papel na execução da missão organizacional da instituição. O desenvolvimento das coleções das bibliotecas FACAR vem acompanhando as novas tecnologias da informação, adquirindo acervos impressos e digitais, como livros, plataformas de leitura de livro na web, periódicos, bases de dados nacionais, atendendo às necessidades geradas pelas atividades de ensino e extensão da Instituição.

- a) Gestão das bibliotecas e do acervo da FACAR: a biblioteca sede encontra-se na Rua Oscar Valois Galvão, 355, Grageru, no *campus* da FACAR. Por meio dela são tomadas as decisões sobre tratamento técnico e expansão de acervo.
- b) Serviço de processamento técnico: todo o acervo da FACAR é registrado em conformidade com os seguintes padrões internacionais:
 - Classificação Decimal Universal (CDU).
 - TableCutter-Sanborn.
 - Código de catalogação anglo-americano (AACR-2).
 - Machine-ReadableCataloging (MARC-21).
- c) Informatização do acervo e serviços: o sistema de gestão utilizado é o Coruja, que permite o controle do acervo e da circulação em ambiente *online*, possibilitando que a consulta ao catálogo seja feita a partir de qualquer micro conectado à internet. O catálogo online do sistema Coruja permite consulta por filtros de assunto, autor, título e biblioteca, estando disponível no site acadêmico a qualquer momento por meio da internet.

Tendo como suporte o sistema Coruja, o serviço de referência da biblioteca FACAR disponibiliza para o corpo discente e docente presencial e de EaD os seguintes serviços:

- Pesquisa bibliográfica.
- Elaboração de ficha catalográfica seguindo as normas da ABNT.
- Empréstimo domiciliar.
- Renovação online (feita pelo próprio usuário por meio da internet).
- Reserva online (feita pelo próprio usuário por meio da internet).
- Consulta local.

d) Acervo Virtual:

Material online: no ambiente online, todos os alunos da FACAR podem acessar os bancos de dados disponíveis no site da Biblioteca. Ainda contamos com o recurso Virtual da Biblioteca Pearson e da Minha Biblioteca, as quais juntas oferecem aos nossos alunos diversos títulos em várias áreas do conhecimento, que podem ser lidos pelos alunos por computador, celular, tablet etc. A Biblioteca Virtual permite também a impressão de partes dos livros.

3.8.1. Livros da Bibliografia Básica e Complementar

A FACAR cumpre a meta estabelecida de quantidade de títulos por unidade curricular de acordo com o MEC, disponibilizando os livros das Bibliografias Básicas e Complementares à comunidade acadêmica. Visando o acesso digital a FACAR possui convênio para acesso a duas bibliotecas virtuais.

Recursos disponíveis na biblioteca: livros; periódicos; monografias; obras de referência (enciclopédias, dicionários e atlas).

Para compor o acervo específico do Curso Superior de Direito da FACAR foram adquiridos os títulos indicados na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular. O acervo encontra-se atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

No acervo existe atualmente uma média de 2.394 títulos, totalizando 9.039 exemplares físicos e conta ainda com mais de 15 mil títulos nas duas bibliotecas virtuais (Minha Biblioteca e Biblioteca Virtual Universitária).

3.8.1.2. Periódicos Especializados, Jornais e Revistas

É disponibilizado aos acadêmicos diversos periódicos pertinentes à área do curso. Por meio de consulta digital, essas plataformas oferecem mecanismos de consulta para constante aprimoramento no processo de aprendizagem.

Complementarmente ao acervo de livros e periódicos, a FACAR oferece aos seus estudantes e colaboradores o acesso a jornais e revista de ampla circulação com o propósito de estimular a divulgação da informação e promover a cultura.

3.8.2. Política de Atualização do Acervo

A política de aquisição considera a legislação pertinente constante dos instrumentos de avaliação do INEP e a atualização editorial em consonância com o PDI e com a necessidade bibliográfica acadêmica encaminhada pelos docentes e coordenadores.

QUADRO 23 – Atualização de Acervo

MATERIAIS	DIRETRIZES
LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIA	Obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para o dimensionamento do acervo bibliográfico do curso.
	Atualizar o editorial quando preciso.
	Incorporar ao acervo a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.
OBRAS SERIADAS (PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS)	Adequar o acervo junto aos coordenadores de acordo com a legislação vigente.
	Consultar os conceitos das obras no Programa Qualis da CAPES (http://qualis.capes.gov.br/webqualis) sempre que possível, já que nem todas obras em circulação foram avaliadas.
	Verificar a circulação das obras em outros acervos utilizando o Catálogo Coletivo Nacional (http://ccn.ibict.br/busca.jsf).
	Priorizar obras que possuem acesso pela Internet sempre que possível.
MULTIMÍDIA (VHSs/DVDs, Disquetes/CD ROMs e E-books/Páginas Eletrônicas)	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.

A aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca é motivada pela demanda dos docentes no início de cada período letivo que as submete ao Coordenador do Curso. Este, por sua vez, encaminha à Direção, que após consulta de disponibilidade das editoras faz a aquisição.

3.8.3. Serviços

a) Horário de Funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 16:00h às 22:00h e aos sábados no horário das 9h às 12:00h.

b) Serviço e Condições de Acesso ao Acervo

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços aos estudantes, professores e pesquisadores: consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; acesso à Internet; levantamento bibliográfico; elaboração de ficha catalográfica (normas ABNT).

Cabe ao bibliotecário, responsável pela seção de referência, controlar o uso do acervo da biblioteca, sendo-lhe facultado colocar em regime de reserva ou circulação especial, as obras mais solicitadas.

A consulta ao acervo é livre aos usuários, que podem dirigir-se às estantes onde estão dispostas as obras, ou então, aos microcomputadores disponíveis na biblioteca, que permitem a busca on-line por autor, título, assunto ou palavra-chave, utilizando os conectores lógicos.

É indispensável que o estudante apresente a carteirinha de identificação e o professor crachá com o número da funcional para realização de empréstimo de material

O prazo de empréstimo poderá ser renovado até 03 (três) vezes consecutivas, o usuário poderá fazer a renovação acessando o site da Biblioteca ou se dirigindo a mesma.

Aos estudantes regularmente matriculados serão facultados empréstimos por 07 (sete) dias úteis, e aos professores, empréstimos por 10 (sete) dias úteis. Aos alunos são emprestados até 04 exemplares de livros e aos professores 06.

c) Pessoal Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo da Biblioteca é constituído de profissionais qualificados e em número suficiente para atender às funcionalidades inerentes ao setor, sob a liderança de um profissional graduado em Biblioteconomia.

d) Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca oferece programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos acadêmicos. Além disso, disponibiliza o conjunto de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas

(ABNT) para normalização de documentação e um Guia de Normalização para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.

3.9. Laboratórios Especializados

Os Laboratórios específicos são capazes de proporcionar a execução de atividades laboratoriais de acordo com o plano de ensino proposto no Projeto Pedagógico.

A fim de concretizar seus objetivos institucionais e formar o egresso com o perfil descrito, a IES conta com a infraestrutura que, de fato, possibilita o desenvolvimento das atividades propostas no Projeto do Curso Superior de Direito. Diante disso, para a prática profissional dos egressos destacam-se:

Os estudantes, quando utilizam esses espaços para estudo, possuem todo o apoio técnico especializado durante as atividades laboratoriais, tanto em horário de aulas, quanto nos horários livres.

- Laboratórios de Informática

O laboratório oferece, além dos equipamentos, o apoio técnico especializado para os estudantes, tanto em horários de aula, como em horários livres. São adequados aos objetivos do curso e atendem as necessidades metodológicas dos docentes, uma vez que nestes são realizadas aulas que subsidiam diversas disciplinas, como Método do Trabalho Acadêmico e Métodos de Pesquisa, que servem como fonte de pesquisa, confecção de trabalhos acadêmicos e de apoio aos estudantes. Todos os equipamentos estão interligados em rede, com acesso à “internet” e *softwares*.

- Laboratório de Redação Forense

Em conjunto com o laboratório de informática os acadêmicos atuam, sob orientação dos professores, em processos digitais, especificamente, no sistema SPC, sistema esse utilizado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, bem como redigem demais peças simuladas jurídicas referente a demais atividades relacionadas ao NPJ.

- Laboratório de Prática Simulada

Neste espaço, sob orientação dos professores, os estudantes desenvolvem atividades simuladas como Tribunal de Argumentação, Audiências e Júri Simulado e análise de autos findos.

- Núcleo de Prática Jurídica

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, órgão encarregado de organizar, coordenar e supervisionar a realização do Estágio Supervisionado e outras atividades práticas desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

A estrutura física do Núcleo de Prática Jurídica é composta de:

- I – Supervisão de Estágio;
- II – Secretaria de Estágio;
- III – Escritório de Assistência Jurídica – EAJ;
- IV – Ambiente para Prática Simulada (Laboratórios).

O Núcleo de Prática Jurídica é servido por uma rede de microcomputadores, com terminais em todas as salas, com acesso à Internet.

Na biblioteca do NPJ é disponibilizado acervo compilado de legislação, considerados códigos e regulamentos necessários ao atendimento da clientela.

No que tange aos serviços, além da Secretaria de Estágio, há fichário individualizado dos alunos e arquivo de cópias de autos findos.

Conta também, com sala de mediação, conciliação e arbitragem.

A estrutura organizacional do Núcleo de Prática Jurídica é composta por:

- I - Coordenador de curso;
- II – Supervisor de Estágio;
- III – Advogado;
- IV – Secretária;
- V – Acadêmicos Estagiários/Monitores.

3.9.1. Infraestrutura e Serviços dos Laboratórios Especializados

Todos os colaboradores são capacitados para as funções que realizam, trabalham uniformizados e regras de acordo com a Comissão Interna de Prevenção a Acidentes - CIPA. Os equipamentos de segurança ficam em locais de fácil acesso e são conhecidos por todos os usuários.

3.9.1.1. Tipos de Ambientes e Laboratórios

Os laboratórios possuem ambientes ergonômicos, amplos e seguros para docentes, discentes e funcionários. São adequados à proposta do curso, atendendo a todas as aulas práticas preconizadas pelos docentes. Possui estrutura compatível, sempre de acordo com a especificidade das aulas práticas previstas tanto na formação geral, quanto na específica do estudante.

O planejamento e o controle pleno das atividades de ensino desenvolvidas nesses locais pelas diferentes disciplinas de aplicação jurídica. Ressaltamos que, além de toda a infraestrutura disponível para o estudante, os professores e técnicos sempre estão presentes durante as atividades para que o estudante possa ter um melhor aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem. Todos os laboratórios estão adequados à proposta do curso, atendendo a todas as aulas práticas preconizadas no plano de ensino proposto pelos docentes.

3.9.1.2. Condições de Conservação das Instalações

As instalações e os espaços físicos dos laboratórios utilizados pelo Curso Superior de Direito possuem equipe técnica especializada para a conservação e manutenção de equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática que cuidam da conservação de todas as dependências e instalações no que diz respeito à alvenaria, pintura, parte elétrica e hidráulica, telecomunicações e telefonia. Conta também com equipe de técnicos especializados em informática, eletrônica.

Discentes e funcionários recebem educação continuada na prevenção de acidentes ocupacionais e na avaliação e quantificação de risco profissional.

ANEXOS

ANEXO I

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 1º Semestre 2020/1

DISCIPLINA: Economia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Economia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução do pensamento econômico. O conceito de economia e o funcionamento do mercado. Relações entre economia e direito. O estudo da atividade econômica nacional. Desenvolvimento e crescimento econômico. Economia internacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar, ao aluno do Curso de Direito, noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Proporcionar aos alunos o domínio do conteúdo de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão das noções básicas de economia procurando usar os conceitos transmitidos para a interpretação de questões atuais e destacar as interfaces desta ciência com o Direito. Aplicação de conceitos básicos da economia que permitam a compreensão do funcionamento cotidiano do mercado bem como a importância da relação economia x direito estimulando, ao mesmo tempo, uma reflexão crítica sobre a estrutura social do País. Entendimento do funcionamento do mercado, assim como os fundamentos jurídicos do mercado. Assimilação das estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência. Entendimento da relação entre o setor público na economia. Compreensão da importância da economia Internacional e a globalização como fenômeno multidimensional.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes da economia.
2. A evolução do pensamento econômico.

3. O conceito de economia e o funcionamento do mercado.

- A lei da escassez e as necessidades humanas.
- Oferta x procura, preços e equilíbrio de mercado.
- Fatores de produção, produção e custos de produção.

4. Economia e direito.

- Fundamentos jurídicos do mercado.
- Estruturas de mercado (concorrência perfeita, oligopólio, monopólio, cartel) e o sistema brasileiro de defesa da concorrência.
- A relação entre fornecedores e consumidores e o Código de Defesa do Consumidor.
- Produção e recursos naturais: a legislação de proteção ao meio ambiente.

5. A atividade econômica nacional.

- Conceitos básicos: PIB, renda, investimento.
- A distribuição da renda nacional.
- Objetivos e instrumentos de política econômica: política fiscal, política monetária, política cambial.
- O setor público na economia.

6. O desenvolvimento e o crescimento econômico.

7. Economia Internacional.

- Comércio internacional.
- O balanço de pagamentos.
- O papel das instituições multilaterais: FMI, Banco Mundial, OMC.
- A globalização como fenômeno multidimensional.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões. Apresentação, análise e discussão de artigos e material divulgado pela imprensa, conceitos teóricos com referência aos problemas econômicos atuais. Comentários e breves análises sobre assuntos econômicos da atualidade, incluindo discussões sobre os planos econômicos implantados na história recente do País, procurando demonstrar o emprego dos instrumentos econômicos.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia: Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Pearson, 2009.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2017.

SAMUELSON, Paul A. **Economia**. São Paulo: AMGH, 2019.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Contexto, 2010.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

DISCIPLINA: Estudos Disciplinares

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado no inciso II, do Art. 53 da Lei n. 9.494/96

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;(g.n)

e nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

(...)

1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)

2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)

(...)

4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED), constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, ao abrigo do que dispõe o inciso II do Art. 53, da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Instituição, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares será definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

- a. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- b. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;

- c. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
- d. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, criteriosamente elaborados pelo NDE, quando houver, em conjunto com responsáveis pelas disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas da sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Instituição.

CAPÍTULO III DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), quando houver, supervisionar e avaliar os Estudos Disciplinares de cada curso.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas atividades presenciais e a distância,

Parágrafo Único - O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de provas.

Art. 9º. A frequência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas atividades presenciais e naquelas realizadas a distância.

Parágrafo Único - Nas atividades a distância, a frequência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2010, após a sua aprovação dos órgãos colegiados superiores da Instituição.

02 de Julho de 2010

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 1º Semestre 2020/1

DISCIPLINA: Filosofia

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Pequeno resumo da história da filosofia. Filosofia antiga. Renascimento. Teoria do conhecimento. Pensadores dos séculos XIX e XX. Direito como objeto da filosofia. Ciência do direito. Filosofia do direito e filosofia e o direito contemporâneo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Transmitir aos alunos as noções introdutórias: objeto e divisão da Filosofia do Direito, e estimular a reflexão crítica sobre os fundamentos da ordem jurídica contemporânea, pelo domínio dos conceitos básicos da Filosofia.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as principais escolas filosóficas, situando a filosofia do direito no âmbito da filosofia geral.

Analisar as diferentes concepções filosóficas sobre o fenômeno jurídico e suas conexões históricas.

Desenvolver uma reflexão crítica sobre a relação entre filosofia do direito e dogmática jurídica, a partir das noções de justiça, ética e conhecimento.

Situar os alunos nas discussões contemporâneas da filosofia do direito, examinando as suas principais tendências.

Trabalhar as habilidades atinentes à reflexão filosófica, em especial o raciocínio lógico, a capacidade de argumentação e o senso crítico.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da filosofia, sua história e seus pensadores.
2. Assimilar a filosofia e as escolas filosóficas como base para a compreensão do direito contemporâneo.
3. Propiciar o estudo das escolas filosóficas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
4. Conhecer o pensamento crítico e a filosofia para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente.
5. Propiciar-lhe conhecimento da filosofia do direito como epistemologia jurídica, relacionando esse conhecimento com as áreas da ciência jurídica.
6. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios examinados.

8. Propiciar-lhe a captação das expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Resumo da história da filosofia.
2. Mito, religião, filosofia, senso comum e pensamento científico.
3. Filosofia antiga.
 - Grécia: Sócrates, Platão e Aristóteles.
 - Roma.
 - Cícero.
 - Idade Média.
 - S. Agostinho.
 - S. Tomás de Aquino.
1. Renascimento.
2. Teoria do conhecimento.
3. Empirismo.
4. Racionalismo.
5. Direito e Moral.
6. Pensadores dos séculos XIX e XX.
7. Filosofia e pensamento filosófico.
 - Natureza e essência do pensamento filosófico.
 - Nascimento da filosofia.
 - Escolas filosóficas.
 - Filosofia do direito no contexto do pensamento filosófico.
8. Do pensamento clássico ao pensamento crítico em filosofia do direito.
 - A tradição jusnaturalista.
 - As teorias juspositivistas.
 - As teorias críticas.

- As teorias sistêmicas e a ideia de complexidade.
- 9. Tendências contemporâneas da filosofia do direito.
 - Filosofia do direito como epistemologia jurídica.
 - Filosofia do direito como ética.
 - Filosofia do direito como teoria da justiça.
 - Perspectivas para a filosofia do direito no século XXI.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Curso de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Forense, 2017

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2021.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de, **O espírito das leis** : as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes. São Paulo : Saraiva, 2008.

WEBER, Thadeu. **Ética e filosofia do Direito**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 1º Semestre 2020/1

DISCIPLINA: Instituições Judiciárias e Ética

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Ética e direito. Direito e justiça. Ética profissional. O papel do Bacharel em Direito no contexto social brasileiro. Relações interdisciplinares na ação do profissional. Regras deontológicas. Os deveres ético-profissionais. O controle de conduta dos profissionais do direito. Compreensão e visualização das estruturas e organizações dos órgãos das principais carreiras jurídicas e a conduta de regras morais. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

II – OBJETIVOS GERAIS

Dotar o aluno de conhecimentos elementares ao exercício dos diversos ramos das carreiras jurídicas inerentes à estrutura do judiciário nacional e das funções essenciais à justiça, bem como proporcionar ao acadêmico os fundamentos éticos de comportamento dos profissionais do direito nos múltiplos campos das atividades profissionais dentro das carreiras jurídicas.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar as Instituições Judiciárias, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados, da Defensoria Pública, da Polícia Judiciária e seus princípios, normas, regulamento e códigos éticos que disciplinam o exercício das profissões jurídicas de forma a defender inexoravelmente o Estado Democrático de Direito, a cidadania e a moralidade pública.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, das diversas profissões jurídicas, suas normas éticas e suas ligações com os diversos ramos do direito, além da estrutura judiciária brasileira.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais e deontológicos, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação às diversas profissões jurídicas. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridas.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados às diversas profissões jurídicas, enquanto verdadeiros operadores do direito na busca da aplicação da justiça.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística das profissões jurídicas e de seu papel de pacificador social na estrutura judiciária atual e extrajudicial.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das diversas profissões, inclusive as relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ética e Direito.

– Significado do tema.

– Direito e justiça.

2. Ética profissional.

– Conceito de profissão sobre o enfoque moral.

– Princípios fundamentais e gerais da deontologia (dever ser) forense.

– A ética na visão das instituições judiciárias.

– Os códigos, regulamentos ou normas éticas nas Instituições Judiciárias.

– O Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil: regras fundamentais; nas relações com os clientes; sigilo profissional.

3. Instituições Judiciárias: noções básicas e conceituais sobre o tema.

4. Do Poder Judiciário.

– Composição: Estrutura e Órgãos do Poder Judiciário.

– Justiça Estadual Comum.

– Justiça Federal Comum.

– Justiça do Trabalho.

– Justiça Eleitoral.

- Justiça Militar.
- Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- Magistratura: acesso, ingresso, promoção e desenvolvimento da carreira; garantias e vedações constitucionais; controle externo; dos auxiliares da justiça.

5. Da Polícia Judiciária.

- Polícia Federal.
- Polícias Cíveis e Militares.
- Polícia Administrativa ou de Repressão.
- Polícia Judiciária.

6. Das Funções Essenciais à Justiça.

a) Do Ministério Público:

- Origem;
- Acesso: ingresso e promoção dentro da carreira do Ministério Público;
- Atribuições do Ministério Público;
- Garantias constitucionais;
- Vedações constitucionais;
- Controle externo do Ministério Público.

b) Do Advogado:

- Origens da profissão;
- Função do advogado;
- Requisitos para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;
- Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da profissão;
- Atividades privativas do advogado;
- Prerrogativas do advogado;
- Sociedade de advogados;
- Advogado empregado;
- Honorários advocatícios;

- Deveres do advogado, as conseqüentes infrações e respectivas sanções disciplinares;
- Sigilo profissional;
- Publicidade;
- Responsabilidade civil do advogado;
- A Ordem dos Advogados do Brasil.

c) Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados.

d) Defensoria Pública.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Guilherme de. **Ética e Direito: uma Perspectiva Integrada**. São Paulo: Atlas, 2009.

GONZAGA, Alvaro Azevedo. **Ética Profissional sintetizado**. São Paulo: Método, 2019.

WEBER, Thadeu. **Ética e filosofia do Direito**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência**. São Paulo: Saraiva, 2019.

GONZAGA, Alvaro Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da OAB**. São Paulo: Método, 2021.

MEDINA, Paulo Roberto Gouvêa. **Comentários ao Código de Ética e Disciplina da OAB**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANCHEZ, Alessandro. **Ética Profissional e Filosofia do Direito**. São Paulo: Método, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 1º Semestre

DISCIPLINA: Interpretação e Produção de Textos (AVA) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,50 Horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas

I – EMENTA

Leitura, interpretação e conhecimento. Temas da atualidade. Diferentes linguagens. Estilos e gêneros discursivos. Qualidade do texto. Produção de texto.

II – OBJETIVOS GERAIS

- Ampliar o universo cultural e expressivo do aluno;
- Trabalhar e analisar textos orais e escritos sobre assuntos da atualidade;
- Produzir na linguagem oral e escrita textos diversos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término do curso, o aluno deverá:

- Valorizar a leitura como fonte de conhecimento e prazer;
- Aprimorar as habilidades de percepção das linguagens envolvidas na leitura;
- Ler e analisar diversos estilos e gêneros discursivos com senso crítico;
- Identificar as ideias centrais do texto;
- Ampliar seu vocabulário ativo;
- Expressar-se com coerência, concisão e clareza, visando à eficácia da comunicação.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Conscientização da importância da leitura como fonte de conhecimento e participação na sociedade;
- 2) As diferentes linguagens: verbal, não verbal; formal e informal;
- 3) Noções de texto: unidade de sentido;
- 4) Textos orais e escritos;
- 5) Estilos e gêneros discursivos: jornalístico, científico, técnico, literário, publicitário, entre outros;
- 6) Interpretação de textos diversos e de assuntos da atualidade;
- 7) Qualidades do texto: coerência, coesão, clareza, concisão e correção gramatical;

- 8) Complemento gramatical;
- 9) Produção de textos diversos.

V – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de:

Aulas interativas via *internet* (**SEI** – Sistema de Ensino Interativo).

Leitura dos conteúdos apresentados na disciplina *online*.

VI - AVALIAÇÃO

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela Universidade e pela Direção do Instituto do curso.

A avaliação será feita por meio de questionários e atividades do AVA (NP1), bem como a avaliação presencial no seu campus (NP2) a ser realizada conforme calendário acadêmico.

A média final de cada semestre será o resultado de soma e divisão com os respectivos pesos das avaliações parciais, seguindo regimento institucional de aprovação.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CANO, M.R de O. **Língua Portuguesa**: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Bucher, 2018.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz. C. **A coerência textual**. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINO, Agnaldo. **Português esquematizado**: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. São Paulo: Saraiva, 2020.

MASIP, Vicente. **Interpretação de textos**: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo: E.P.U., 2001.

MOYSES, Carlos Alberto. **Língua portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2016.

COMPLEMENTAR

CASTRO, Claudio de Moura. **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson, 2011.

FERNANDES, Alessandra C.; PAULA, A. B. **Compreensão e produção de textos em língua materna e língua estrangeira**. Curitiba: InterSaber, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2010.

MASIP, Vicente. **Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SANTOS, Leonor Werneck. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 1º semestre 2020/1

DISCIPLINA: Português Instrumental Jurídico

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I - EMENTA

Esta disciplina oferece ênfase ao estudo da expressão oral e escrita propriamente em âmbito jurídico, contribuindo com a capacidade de argumentação e expressão do aluno.

II – OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o aprimoramento de habilidades de comunicação – oral e escrita – propiciando a compreensão e valorização da linguagem, especificamente, do discurso jurídico. Colaborar com a formação do profissional de forma a atender as exigências sociais da esfera jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de ler, compreender e interpretar textos jurídicos; Produzir textos argumentativos utilizando linguagem jurídica; Saber se expressar com clareza, coerência e objetividade.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Tratar da comunicação jurídica, seus conceitos, níveis e funções de linguagem, para o alcance da compreensão das disciplinas jurídicas.
2. Conhecer o vocabulário jurídico e as suas peculiaridades, com o uso cotidiano de arcaísmos e latinismos, principalmente, visando à familiarização com os termos usuais.
3. Propiciar o conhecimento dos textos jurídicos para viabilizar a elaboração de textos, como instrumento de trabalho do profissional, em qualquer área de atuação, qualquer que seja a carreira a ser seguida pelo aluno.
4. Conscientizar o aluno da importância do português instrumental jurídico para a correta interpretação dos textos, sejam petições, julgados, doutrina e a própria lei.
5. Fazê-lo conhecer o vocabulário para o desenvolvimento e a articulação dos discursos jurídicos, propiciando sejam verbalizados argumentos e teses, nas diversas disciplinas jurídicas tratadas no curso.
6. Fazê-lo examinar abreviaturas e siglas muito utilizadas no universo da ciência jurídica.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e comedimento, a partir da utilização da correta linguagem e dos termos adequados.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Comunicação Jurídica

1.1. Conceitos Básicos;

- 1.2. Níveis de Linguagem;
- 1.3. Funções da Linguagem – Fática; poética; emotiva; conativa; referencial e metalinguística;

2. Vocabulário Jurídico

- 2.1. O sentido das palavras na linguagem jurídica;
- 2.2. Seleção vocabular e vocabulário jurídico: linguagem técnica x jargão;
- 2.3. Palavras unívocas, equívocas e análogas;
- 2.4. As formas e referência de tratamento;
- 2.5. O verbo jurídico;
- 2.6. Arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e latinismos no discurso jurídico;

3. O parágrafo e a redação jurídica

- 3.1. Conceitos e qualidades;
- 3.2. Estrutura do parágrafo;
- 3.3. O encadeamento dos parágrafos;
- 3.4. Elaboração do parágrafo: requisitos e qualidades;
- 3.5. Parágrafo descritivo, narrativo e dissertativo;

4. Termos e locuções latinas

- 4.1. Locuções latinas;
- 4.2. Brocardos jurídicos;
- 4.3. Expressões latinas mais usadas no discurso jurídico;

5. Abreviaturas e siglas

- 5.1. Legislação acerca das abreviaturas;
- 5.2. Principais abreviaturas utilizadas no discurso jurídico;
- 5.3. Siglas mais utilizadas no texto jurídico.

VI – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de aulas expositivas e interativas, bem como leitura de textos jurídicos que abarquem os conceitos apresentados em aula. Serão realizadas oficinas de leitura e produção de textos jurídicos, seminários e trabalhos dirigidos.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma permanente, por meio de trabalhos, seminários, provas e participação em aula.

VIII - BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

GOLD, Miriam. **Português instrumental para cursos de Direito**: como elabora textos jurídicos. São Paulo: Pearson, 2008.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2023.

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2021.

HENRIQUES, Antonio. **Prática da linguagem Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2018.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Português jurídico**. São Paulo: Atlas, 2010.

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem Jurídica e Argumentação: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 1º Semestre 2020/1

DISCIPLINA: Psicologia Jurídica

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Psicologia jurídica: definição, objetivo, área de atuação, relação com outras áreas da psicologia e com outras ciências e profissões. O aporte psicológico para a elaboração de leis. As relações intersubjetivas entre o indivíduo, a família e a lei. Psicologia criminal. Motivações psicológicas para o ato delituoso. Representação psicológica do ato delituoso e das penas. Análise das tentativas de tratamento e de re-inserção social do sujeito infrator. Psicologia penitenciária e judicial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Transmitir aos alunos as noções introdutórias sobre a Psicologia e prepará-los para terem um conhecimento teórico e prático que implique numa percepção interdisciplinar entre as questões psicológicas e a dogmática jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conceituar a Psicologia e sua intercomunicação com o Direito.

Proporcionar uma visão geral da Psicologia, desde a sua importância no escritório do futuro advogado ao tribunal, nas relações dos juízes e dos promotores com seus interlocutores e nas relações humanas dos profissionais do Direito.

Informar o aluno para que ele saiba discutir e analisar a prática da psicologia jurídica no Brasil em suas diversas áreas: nos sistema de justiça (penal, cível, família e sucessões e infância e juventude); no sistema prisional (prisões, hospital de custódia, acompanhamento aos egressos); nos serviços e programas de atendimento à criança,

ao adolescente e à família (conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, FEBEM, abrigos temporários, famílias de apoio).

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da psicologia jurídica, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito (direito de família, direito da criança e do adolescente, direito penal e processual penal e direito previdenciário), ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à psicologia jurídica. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a psicologia jurídica.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da psicologia jurídica.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações familiares, as relações pessoais e matrimoniais entre os cônjuges, as relações de parentesco, as questões infanto-juvenis, inclusive, as relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito e importância da Psicologia para os estudantes e os profissionais do Direito.

– Escolas psicológicas. A psicologia com calcanhar de aquiles da medicina, as questões do supergo e o direito.

2. Psicologia jurídica no Brasil.

– Informar, discutir e analisar a prática da Psicologia Jurídica no Brasil em suas diversas áreas: sistemas de justiça (penal, cível, família e sucessões e infância e juventude); sistema prisional (prisões, hospital de custódia, acompanhamento aos egressos); serviços e programas de atendimento à criança, ao adolescente e à família

(conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, FEBEM, abrigos temporários, famílias de apoio).

– Dilemas éticos da psicologia punitiva.

– Desafios da psicologia criminal.

3. Novos paradigmas para a psicologia.

– Aspectos psicológicos de menores infratores.

– Direito de nascer.

– Psicologia e lei. Critérios sócio-legais na tomada de decisões judiciais.

– O prazer do censor.

– A prevenção dos maus tratos infantis.

– Aspectos psicológicos do fenômeno da violência na rede familiar.

– Psicologia e tribunal do júri.

– Atuação dos advogados em procedimentos matrimoniais.

– Os direitos da vítima.

– A entrevista com os clientes, uma abordagem psicológica.

– A psicologia e a prisão.

4. As práticas psicológicas e a justiça.

– Psicologia e o direito da infância e juventude.

– Psicologia e o direito de família.

– Análise institucional.

– Psicanálise e direito.

– Observação e prática institucional.

5. Formação de vínculos e o desenvolvimento humano. A família e a escola na prevenção e educação do cuidar do aparelho feito para pensar.

6. O direito também como profissão do cuidar, escutando os clientes através de uma concepção psicossomática. Da psicologia comportamental à psicanálise (noções). A Programação Neurolinguística (PNL).

7. A interface entre a psicologia da família e direito de família.

8. Corpo anatômico e corpo vivido.

– Merleau-Ponty e a fenomenologia da percepção.

– A estrutura do comportamento.

– Tutela jurídica à saúde da mente.

– Noções do modelo mental proposto por Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Bion, Skinner, Rogers, Moreno.

– Uma conceituação de saúde mental como valor agregado à abordagem psicológica.

– A importância do cuidar da saúde mental percebida pelo estudante de direito.

– Autonomia da vontade do portador de doença mental.

– Problemas do tratamento psiquiátrico involuntário,

– Direito à integridade psíquica e física do acusado e do condenado: corpo de delito, uma revistação.

– Problemas psicológicos do enfermo com AIDS e o direito.

9. Sigmund Freud: impulsos, impulsos associativos.

– A sociedade e o direito.

– Elementos do direito e os direitos subjetivos.

– Direitos humanos. Direitos sexuais.

– O neurótico e a lei.

– Sociedade enferma ou defeito socialmente modelado.

10. Direito: conflitos mentais e mecanismos de defesa.

– Empatia, introjeção, incorporação, formação reativa, compensação, racionalização, substituição, deslocamento, restituição, motivos de projeção, delírios e projeção, idéias

e referências, simbolização, fixação, regressão, dissociação, personalidade dupla ou múltipla, sonambulismo, escrita automática, fuga, resistência, negação, sublimação.

– Dos processos defensivos do ego: defesas do caráter, perfeccionismo, fantasia, sonhos.

– A doutrina criminal psicanalítica: crimes culposos, crimes dolosos.

– O crime e a pré-germinalidade: o crime oral, o crime anal, o crime fálico.

– A delinqüência neurótica. O delinqüente psicótico. A delinqüência essencial.

– Freud: a lei e a justiça.

11. Síndrome da alienação parenteral.

12. Adoecer na classe trabalhadora.

– Introdução, questões psicológicas do trabalho. Infortúnios do trabalho.

– A psicologia do trabalho. Questões interdisciplinares.

13. Psicologia social.

– Preconceito, estereótipos e discriminação.

– Comportamento anti-social: agressão.

– Comportamento pró-social: o altruísmo.

– Justiça nas relações sociais.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e seminários com incentivo à participação dos alunos no questionamento e discussões.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais, trabalhos acadêmicos, participação em aulas e seminários.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2021.

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2022.

SERAFIM, Antonio de Pádua. **Psicologia e práticas forenses**. Barueri: Manole, 2019.

Bibliografia Complementar:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2018.

HUSS, Matthew T. **Psicologia Forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

MYERS, David G. **Psicologia**. São Paulo: LTC, 2019.

SERAFIM, Antonio Pádua, SAFFI, Fabiana. **Neuropsicologia Forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2015.

WEITEN, Wayne. **Introdução à Psicologia: Temas e variações**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Comunicação e Expressão – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Texto e contexto; sistemas de conhecimento e processamento textual; intertextualidade; as informações implícitas; alteração do sentido das palavras; sofisticação do processo da argumentação: o artigo de opinião e a resenha, bem como os tipos de argumentos.

II – OBJETIVOS GERAIS

O estudo da disciplina deverá levar o aluno a:

- a) ampliar os conhecimentos e vivências de comunicação e de novas leituras do mundo, por meio da relação texto/contexto;
- b) propiciar a compreensão e valorização das linguagens utilizadas nas sociedades atuais e de seu papel na produção de conhecimento;
- c) vivenciar processos específicos da linguagem e produção textual: ouvir e falar; ler e escrever – como veículos de integração social;
- d) desenvolver recursos para utilizar a língua, por meio de textos orais e escritos, não apenas como veículo de comunicação, mas como ação e interação social.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término do curso, o aluno deverá ter desenvolvido:

- a) seu universo linguístico, incorporando recursos de comunicação oral e escrita;
- b) a capacidade de leitura e redação, a partir da análise e criação de textos;
- c) o pensamento analítico e crítico, estabelecendo associações e correlações de conhecimentos e experiências;
- d) seus recursos pessoais para identificação, criação, seleção e organização de ideias na expressão oral e escrita;
- e) a atitude de respeito ao desafio que constitui a interpretação e construção de um texto;

IV – COMPETÊNCIAS

Capacidade de leitura e redação, a partir da análise e criação de textos. Desenvolve o pensamento analítico e crítico, estabelecendo associações e correlações de conhecimentos e experiências.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos e elementos de comunicação.
2. Funções da linguagem.
3. Características e qualidades do texto escrito: clareza, coesão, coerência, concisão, estruturação sintática.
4. Adequação de linguagem
5. Tópicos gramaticais: ortografia, concordância, regência, pontuação, uso de pronomes.
6. Gêneros e estruturas textuais: textos narrativos, descritivos e dissertativos.
7. Construção da argumentação e seus principais defeitos. Principais tipos de argumentos.
8. Gêneros textuais acadêmicos: fichamento, resumo, resenha, paráfrase, ensaio, relatório, comunicação científica, artigo científico, projeto de pesquisa, monografia.
9. Gêneros textuais da comunicação empresarial: carta, aviso, ata, declaração, relatório, requerimento, currículo, e-mail.
10. Gêneros textuais do cotidiano digital: postagens e comentários em redes sociais, conversas in box, fóruns de discussão, blogs, memes.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CANO, M.R de O. **Língua Portuguesa: sujeito, leitura e produção**. São Paulo: Bucher, 2018.

LÉON, Cleide Bacil de. **Comunicação e expressão**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MOYSES, Carlos Alberto. **Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de texto**. São Paulo: Saraiva, 2016.

SANGALETTI, Letícia. **Comunicação e expressão**. Porto Alegre: Grupo A, 2019.

COMPLEMENTAR

CAVALCANTE, Mônica Magalhaes. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

FAULSTICH, Enilde Leite de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. São Paulo: Vozes, 2014.

FERNANDES, Alessandra C.; PAULA, A. B. **Compreensão e produção de textos em língua materna e língua estrangeira**. Curitiba: InterSaber, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz. C. **A coerência textual**. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **Escrever a argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2010.

MASIP, Vicente. **Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística**. São Paulo: E.P.U., 2001.

NADÓLSKIS, Hêndricas. **Comunicação redacional atualizada**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PUPPI, A. **Comunicação e semiótica**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Ciência Política

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Ciência política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Principais correntes do

pensamento político contemporâneo. Origem da sociedade. Conceito de Estado. Soberania. Território. Povo. Finalidades e funções do Estado. Personalidade jurídica do Estado. Estado e democracia. Democracia direta e semidireta. Democracia representativa. Sistemas eleitorais e sistemas partidários. O Estado de Direito. O Estado Social de Direito. O Estado Democrático de Direito.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão de conhecimentos sobre autores e conceitos básicos da Ciência Política que funcionem como referencial teórico ao entendimento das relações políticas que permeiam a sociedade onde o Direito se insere, assim como contribuam para a uma visão crítica dessas relações.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Debater sobre as principais correntes de pensamento político ocidental e sua influência sobre a formação das instituições políticas contemporâneas

Analisar a Teoria do Estado à luz do pensamento político clássico da Idade Moderna e do Iluminismo: as instituições que formam o Estado e a noção de Democracia.

Analisar objetivamente os principais elementos da Teoria do Estado: Estado, Nação, Soberania, Formas de Governo e Sistemas Políticos e Democracia Contemporânea.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da Ciência Política e dos elementos constituintes do Estado, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- 2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à Ciência Política e a Teoria Geral do Estado, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridas.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da Ciência Política e da Democracia.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre povo, território e soberania, função estatal, estado democrático de direito e a representação política.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções de Ciência Política.
2. O conceito de política. Noção de teoria geral do Estado. Política e direito constitucional.
3. Evolução histórica e clássica do pensamento político.
4. Pensamento político contemporâneo.
5. Origem da sociedade.
6. A origem do Estado.
7. Conceito de Estado: soberania, território, povo.
8. Constituição e poder constituinte.
9. Finalidades e funções do Estado.
10. Estado e direito. Personalidade jurídica do Estado.
11. Estado absolutista. Estado totalitário. Estado liberal. Estado social.
12. Elementos essenciais do Estado. Povo e nação. Nacionalidade.
13. Soberania.
14. Território. Natureza e espécies de território. Fronteiras. O território e a CF de 88.
15. Estado moderno e democracia.
16. A separação de poderes.
17. Democracia direta, semi-direta e representativa.
18. O sufrágio.
19. Formas de governo.
20. Parlamentarismo. Presidencialismo.
21. Representação política. Partidos políticos. Partidos políticos e a CF 88.
22. O Estado federal. A federação brasileira.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

FRIEDE, Reis. **Curso de Ciência política e teoria geral do estado:** teoria constitucional e relações internacionais. São Paulo: Freitas Bastos Editora, 2013.

GIANTURCO, Adriano. **A Ciência Política:** uma introdução. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2020.

REALE, Miguel. **Teoria do direito e do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SCALABRIN, Felipe; MELO, Débora S. da Silva. **Ciência política e teoria geral do Estado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2013.

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2021.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2019.

RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2021.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**: princípios do direito político. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf>>. ACESSO 24/06/2021

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Direitos Humanos

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Teoria dos direitos humanos fundamentais. Os direitos de defesa e os direitos prestacionais. A efetividade dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos de nacionalidade e cidadania. As garantias processuais dos direitos fundamentais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos. Compreender os mecanismos de proteção aos direitos humanos nos planos interno e internacional.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, dos Direitos Humanos, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- 2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação aos direitos humanos, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridos.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com os direitos humanos, incluindo sua proteção internacional no sistema universal e regional.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística dos direitos humanos enquanto direitos fundamentais do cidadão e sua previsão constitucional.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos direitos humanos e sua previsão constitucional, a efetividade dos direitos humanos, sobretudo, dos direitos sociais, a proteção da vida, da liberdade, da igualdade e da propriedade. Os pressupostos dos direitos políticos e o estado democrático de direito.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria dos Direitos Fundamentais.
 - 1.1. Caracterização, Conceito, Natureza e Universalidade dos Direitos Fundamentais.
 - 1.2. Os Direitos Fundamentais de Primeira e Segunda Geração.
 - 1.3. A Teoria Objetiva dos Direitos Fundamentais.
 - 1.4. Os Direitos Fundamentais de Terceira e Quarta Geração.
 - 1.5. A Nova Universalidade dos Direitos Fundamentais.
 - 1.6. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.
 - 1.7. A Teoria da Crise Política (Crise Constituinte) e os Direitos Fundamentais.
 - 1.8. A Declaração Universal e a Proteção dos Direitos Sociais no Brasil.
2. Direitos Fundamentais e a Constituição de 1988: A Posição e o Significado dos Direitos Fundamentais.
 - 2.1. Os Direitos de Defesa e os Direitos Prestacionais.
 - 2.2. A Efetividade dos Direitos Fundamentais.
3. Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1988.
 - 3.1. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.
 - 3.1.1. Do Direito à Vida e Outros Âmbitos Existenciais.
 - 3.1.2. Dos Direitos de Liberdade.
 - 3.1.3. Dos Direitos de Igualdade.
 - 3.1.4. Dos Direitos de Propriedade
 - 3.2. Direitos Sociais.
 - 3.2.1. Dos Direitos de Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência.
 - 3.2.2. Do Direito à Educação.
 - 3.2.3. Dos Direitos dos Trabalhadores.
 - 3.2.4. Da Proteção à Maternidade e à Infância.
 - 3.2.5. Dos Direitos Econômicos.
 - 3.3. Direitos de Nacionalidade e Cidadania.
 - 3.3.1. Da Nacionalidade e dos Direitos de Nacionalidade.
 - 3.3.2. Da Cidadania e dos Direitos Políticos.
4. As Garantias Processuais dos Direitos Fundamentais.
5. Direitos Humanos
 - 5.1. Direito humanitário
 - 5.2. Proteção constitucional
6. Proteção Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.1. Carta das Nações Unidas.
 - 6.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - 6.3. Convenção de Viena.
 - 6.4. Tratados Internacionais.
7. Órgãos e Tribunais Internacionais
 - 7.1. ONU
 - 7.2. Corte Interamericana

7.3. Corte Europeia.

7.4. Tribunal Penal Internacional

8. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2019.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2016.

JELLINEK, Georg. **A declaração dos direitos do homem e do cidadão**: Contribuição para a História do Direito Constitucional Moderno. São Paulo: Atlas, 2015.

MAZZOULI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Método, 2021.

"MONDAIANI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Diretos Humanos:** a carta universal de Direitos Humanos. Nº 2. Rev. 1. 1995-2004. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Ficha_Informativa_2.pdf>.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: História do Direito

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

História do direito no mundo ocidental. O direito na Antiguidade. O direito na Grécia. Roma e a República. O direito na Idade Média. O direito germânico. O direito canônico. A recepção do direito romano. O direito na Idade Moderna. Iluminismo e a democracia moderna. História do direito brasileiro. O direito luso-brasileiro no período colonial. O direito brasileiro no Império. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do século XIX.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância da História do Direito a fim de proporcionar aos alunos os instrumentos teóricos necessários para uma releitura desmistificadora das instituições jurídicas brasileiras.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Examinar a problemática das instituições jurídicas ocidentais a partir de suas raízes históricas geradas pelo legado cultural greco-romano cristão.

Discutir criticamente a historicidade das instituições jurídicas no Brasil sob os aspectos social, ético, cultural e político.

Compreender o sistema normativo através de sua evolução histórica.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da Evolução Histórica do Direito e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à evolução histórica do direito, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a evolução histórica do direito e a correlação com o direito atual.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da evolução dos direitos, sobretudo, os direitos humanos.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre o homem e o direito e sua evolução cultural e jurídica, analisando as principais legislações que inspiraram o direito atual e a conquista dos direitos fundamentais na história.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O homem e a formação do Direito. Evolução cultural.
2. O mundo grego ou Grécia antiga.
3. Sócrates e Platão.
4. Aristóteles.
5. Direito Romano. Noção do conceito de direito. A Lei das XII Tábuas.
6. Justiniano e o *Corpus Iuris Civilis*.
7. Idade Média. A Patrística e Sto. Agostinho. A Escolástica e Sto. Tomás de Aquino.
8. O Direito inglês: *common law*.
9. O pensamento político de Hobbes
10. O iluminismo.
11. A independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.
12. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).
13. História do direito brasileiro no período colonial e no Império.
14. A independência do Brasil.
15. Evolução Histórica das Constituições Brasileiras.
16. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do século XIX.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **História do Direito Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2017.
MACIEL, José Fabio Rodrigues. **Manual de História do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2022.
PALMA, Rodrigo Freitas. **História do direito**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

ALVES, José Carlos Moreira. **O direito romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2009.
GRIVOT, Débora Cristina Hohenbach. **História do Direito**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de História do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito: tradição no Ocidente e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Linguagem e Comunicação Jurídica

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Esta disciplina visa trabalhar a argumentação como recurso persuasivo. Oferece ênfase ao estudo da expressão oral e escrita propriamente em âmbito jurídico, contribuindo com a capacidade de argumentação por meio de comunicação eficaz.

II – OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o aprimoramento de habilidades de comunicação – oral e escrita – propiciando a compreensão e valorização da linguagem, especificamente, do discurso jurídico. Colaborar com a formação do profissional de forma a atender as exigências sociais da esfera jurídica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Habilitar o aluno à leitura, interpretação e sínteses de textos jurídicos; Capacitar o alunos a elaborar textos coerentes e lógicos com eficácia argumentativa; Utilizar, adequadamente, o vocabulário e expressões jurídicas.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Assimilar as técnicas de interpretação e do recurso persuasivo.
2. Estudar a expressão oral e escrita para uso prático nas diversas carreiras jurídicas.
3. Propiciar-lhe a busca da comunicação eficaz, com clareza, objetividade e uso correto das expressões jurídicas.
4. Conscientizar o aluno da importância da leitura para o aprimoramento da interpretação e da escrita, instrumentos de trabalho em qualquer carreira jurídica.
5. Estimular o exercício da argumentação através do estudo das técnicas e da prática da leitura e da redação de textos.
6. Tratar de retórica e de oratória com destaque para a sua importância no âmbito do direito.
7. Aplicar as técnicas e conhecimentos assimilados na disciplina para uso prático no discurso jurídico, com atuação respeitosa e cooperativa, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Características do texto argumentativo em âmbito jurídico;
2. Teses argumentativas: principais e secundárias;
3. Auditório: particular e universal;
4. Lugares da Argumentação: ordem, pessoa, existente, quantidade, qualidade e essência.
5. Hierarquia de valores;
6. Retórica e Oratória;
7. Argumentação jurídica: os diferentes tipos de argumentos;
8. A aplicação da lógica no discurso jurídico.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALVES, Alaôr Caffé. **Dialética e Direito: linguagem, sentido e realidade: fundamentos a uma teoria crítica da interpretação do direito.** Barueri: Manole, 2010.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2023.

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e argumentação jurídica.** Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Argumentação jurídica.** Barueri: Manole, 2016.

HENRIQUES, Antonio. **Prática da linguagem Jurídica.** São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito.** São Paulo: Atlas, 2018.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Português jurídico.** São Paulo: Atlas, 2010.

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem Jurídica e Argumentação: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral do Crime

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Conceito, teorias e correntes sobre o crime. Aplicação da lei penal. Anterioridade da lei. Lei penal no tempo. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime. Territorialidade. Lugar do crime. Extraterritorialidade. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia de sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Teoria geral do crime. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado. Tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.

IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.

V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Síntese Histórica do Pensamento Jurídico-Penal.

1.1. Tempos Primitivos.

1.2. Direito Penal Romano, Germânico, Canônico, Comum.

1.3. Escolas Penais: Clássica, Positiva, Técnico-Jurídica.

2. Evolução Histórica do Direito Penal Brasileiro: Períodos Colonial, Imperial, Republicanos.

3. Direito Penal no Estado Democrático de Direito.

3.1. Conceito, Teorias e Correntes sobre o Crime.

3.2. Os Princípios Limitadores do Poder Punitivo.

4. Fontes do Direito Penal.

5. Interpretação da Lei Penal.

6. Analogia no Direito Penal.

7. Aplicação da Lei Penal.

7.1. Princípios Constitucionais do Direito Penal.

7.2. Outros Princípios Fundamentais do Direito Penal.

7.3. Anterioridade da Lei Penal.

7.4. A Lei Penal no Tempo e sua Eficácia.

7.4.1. Irretroatividade.

7.4.2. Retroatividade.

7.4.3. Extraterritorialidade.

7.4.4. Lei Penal em Branco.

7.4.5. Tempo do Crime.

7.5. Leis Penais Temporárias e Excepcionais.

7.6. A Lei Penal no Espaço e sua Eficácia.

7.6.1. Territorialidade.

7.6.2. Extraterritorialidade.

7.6.3. Imunidades.

7.6.4. Extradição, Deportação e Expulsão.

7.6.5. Lugar do Crime.

7.8. Disposições Finais do Título I do Código Penal.

7.9. Conflito Aparente de Normas.

8. Teoria Geral do Crime.

8.1. Conceito de Crime.

8.2. Análise e Caracteres do Crime sob o Aspecto Analítico.

8.3. Sujeitos do Crime.

8.4. Objeto do Crime.

8.5. Classificação das Infrações Penais.

8.6. Elementos do Crime: Ação (Dolo e Culpa), Omissão, Nexo Causal e Resultado.

9. Conduta.

9.1. Conceito.

9.2. Teorias Clássica, Finalista e Social.

9.3. Elementos: Vontade, Finalidade, Exterioridade, Consciência.

- 9.4. Formas: Comissiva, Omissiva, Comissiva-Omissiva.
- 9.5. Elemento Subjetivo: Dolo, Culpa, Preterdolo.
- 9.6. Sujeitos: Ativo e Passivo; a Questão da Pessoa Jurídica.
- 10. Nexo Causal.
 - 10.1. Conceito.
 - 10.2. O Dever de Agir.
 - 10.3. Superveniência Causal: Absoluta e Relativa Independentes. Preexistentes, Concomitantes, Supervenientes.
 - 10.4. Caso Fortuito e Força Maior.
 - 10.5. Imputação Objetiva.
- 11. Resultado.
 - 11.1. Conceito.
 - 11.2. Espécies.
 - 11.3. Teorias.
- 12. Erro de Tipo e Erro de Proibição.
- 13. Discriminantes Putativas.
- 14. Iter Criminis.
 - 14.1. Tentativa.
 - 14.2. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.
 - 14.3. Arrependimento Posterior.
 - 14.4. Crime Impossível.
- 15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 1. (arts. 1º a 120).
- ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal: parte geral** (Arts. 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 1.
- TORTATO, Carla Juliana. **Crimes em espécie**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Vol. 3: Parte Especial - Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. São Paulo: Saraiva, 2022.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

LIMA, Renato Sérgio. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 2º semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Civil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Codificação. Teoria da unificação do direito privado. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Ausência. Curadoria. Sucessão. Pessoas jurídicas. Associações. Fundações. Domicílio. Bens.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Formar o alicerce para o estudo do Direito Civil, com a análise dos conceitos basilares (direito positivo e direito natural; direito objetivo e direito subjetivo; direito público e direito privado; etc.), da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e dos Livros I e II do Código Civil, que tratam, respectivamente, das pessoas e dos bens.
2. Saber identificar a importância da Parte Geral do Código Civil para o desenvolvimento do estudo dos demais Livros dessa codificação.
3. Propiciar-lhe conhecimento sobre pessoas físicas e jurídicas, direitos da personalidade, personalidade civil, ausentes, domicílio, classificação de bens e sua importância para a prática jurídica.
4. Relacionar cada conceito com a sua aplicação na parte contratual, no direito das obrigações, no direito das coisas, no direito de família e no direito das sucessões.
5. Entender a constante evolução das leis e de sua interpretação doutrinária e jurisprudencial, no que tange às pessoas, como ocorre com a aplicação efetiva do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e aos bens.
6. Fazê-lo refletir sobre a importância pública do Direito Civil, sub-ramo do direito privado que apresenta em muitos casos normas cogentes, de interesse público, que não aceitam disposição em sentido contrário.

7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos, relacionando essa disciplina com outras áreas do direito.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Bimestre

1. Noções Introdutórias ao Direito Civil.

1.1. Conceito de Direito.

1.2. Direito Objetivo e Subjetivo.

1.3. Direito Público e Direito Privado.

1.4. Conceito de Direito Civil.

1.5. Importância do Direito Civil.

1.6. Utilidade da Codificação.

1.7. Objeto e Divisão.

1.8. Princípios do Direito Civil.

1.9. Relação do Direito Civil com os Demais Ramos do Direito.

2. História da Codificação Civil Brasileira.

2.1. O Código de 1916.

2.2. O Código Civil de 2002.

3. Considerações sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

3.1. Vacância.

3.2. Revogação da lei.

3.3. A presunção do art. 3º da **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.**

3.4. Integração e lacunas da lei. Analogia, costumes e princípios gerais de direito.

3.5. Interpretação da lei.

3.6. A lei no tempo – a questão da retroatividade.

3.7. A eficácia da lei no espaço.

4. Pessoas Naturais.

4.1. A Pessoa.

4.2. Personalidade e Capacidade.

4.3. Momento da Aquisição da Personalidade: a Questão do Nascituro.

5. Incapacidades.

5.1. Capacidade de Direito e de Fato.

5.2. Incapacidade Absoluta.

- 5.3. Incapacidade Relativa.
- 5.4. Suprimento da Incapacidade.
- 5.5. Cessação da Incapacidade.
- 6. Fim da Personalidade.
 - 6.1. A Morte como Causa de Exting o da Personalidade.
 - 6.2. Morte Civil.
 - 6.3. Comori ncia.
- 7. Registro Público.
 - 7.1. Conceito.
 - 7.2. Atos Registráveis.
 - 7.3. Atos Sujeitos   Averba o.
- 8. Direitos da Personalidade.
 - 8.1. Conceito.
 - 8.2. Características.
 - 8.3. Prote o aos Direitos da Personalidade.
 - 8.4. Classifica o.
 - 8.5. Direito   Integridade Física.
 - 8.6. Tratamento Médico.
 - 8.7. Prote o   Palavra e   Imagem.
 - 8.8. Prote o   Vida Privada.
 - 8.9. Direito ao Nome.
- 9. Ausência.
 - 9.1. Conceito.
 - 9.2. Curadoria.
 - 9.3. Sucessão Provisória.
 - 9.4. Sucessão Definitiva.
 - 9.5. Dissolu o do Casamento do Ausente.
- 10. Pessoa Jurídica.
 - 10.1. Conceito.
 - 10.2. Histórico.
 - 10.3. Denomina o.
 - 10.4. Natureza Jurídica.
 - 10.5. Classifica o.
 - 10.6. Constitui o da Pessoa Jurídica.
 - 10.7. Grupos Despersonalizados.
 - 10.8. Administra o.
 - 10.9. Desconsidera o da Personalidade Jurídica.
 - 10.10. Responsabilidade da Pessoa Jurídica.
 - 10.11. Altera o, Transforma o e Exting o.
- 11. Associa es.
 - 11.1. Conceito.
 - 11.2. Estatuto.
 - 11.3. Associados.
 - 11.4. Assembléia Geral.
 - 11.5. Dissolu o.
- 12. Funda o.
 - 12.1. Conceito.
 - 12.2. Constitui o.
 - 12.3. Estatuto.
 - 12.4. Atua o do Ministério Público.
 - 12.5. Exting o.

13. Domicílio.
 - 13.1. Conceito.
 - 13.2. Importância do Domicílio.
 - 13.3. Elementos.
 - 13.4. Espécies.
 - 13.5. Pluralidade de Domicílios.
 - 13.6. Mudança de Domicílio.
 - 13.7. O Domicílio das Pessoas Jurídicas.
14. Bens.
 - 14.1. Conceito.
 - 14.2. Classificação.
 - 14.3. Patrimônio.
15. Bens Considerados em Si Mesmos.
 - 15.1. Classificações do Código.
 - 15.2. Bens Imóveis.
 - 15.3. Móveis.
 - 15.4. Bens Fungíveis e Infungíveis.
 - 15.5. Bens Consumíveis e Não Consumíveis.
 - 15.6. Bens Divisíveis e Indivisíveis.
 - 15.7. Bens Singulares e Coletivos.
 - 15.8. Bens Corpóreos e Incorpóreos.
16. Bens Considerados uns em Relação aos Outros.
 - 16.1. Bens Principais ou Acessórios.
 - 16.2. Pertenças.
 - 16.3. Frutos e Produtos.
 - 16.4. Benfeitorias.
 - 16.5. Acessões.
17. Bens em Relação ao Titular do Domínio.
 - 17.1. Conceito.
 - 17.2. Classificação.
 - 17.3. Inalienabilidade.
18. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2021

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 1: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 1.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 1: Parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TEPEDINO, Gustavo. **Teoria geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Fundamentos do Direito Civil, Vol. 1.)

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Fatos e Negócios Jurídicos

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fatos jurídicos. A hipótese legal e o suporte fático. Formação simples e complexa dos fatos jurídicos. Existência e eficácia jurídica. Classificações dos fatos jurídicos. Negócio jurídico. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos. Invalidez. Atos jurídicos lícitos e atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Tratar dos princípios norteadores das relações jurídicas, concernentes aos fatos e negócios jurídicos.
2. Conscientizar o aluno da relação entre os fatos e negócios jurídicos e os princípios fundamentais, essenciais à dignidade da pessoa humana.
3. Fazer com que o aluno saiba relacionar a questão dos fatos e dos negócios jurídicos, seus elementos e requisitos com outros ramos do Direito, mormente a matéria contratual, para lidar com os casos de nulidade absoluta e nulidade relativa dos atos.
4. Ressaltar os pontos controvertidos da disciplina, no que tange aos atos ilícitos e aos meios de prova que são tratados na presente disciplina.
5. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação aos negócios jurídicos, seus vícios (defeitos) e elementos acidentais, permitindo um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acham inseridos.
6. Propiciar o conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com os fatos e negócios jurídicos.

7. Conscientizar o aluno da importância do Livro III da Parte Geral do Código Civil, para a compreensão posterior, nos semestres seguintes, dos Livros da Parte Especial do Código Civil, principalmente no que tange ao estudo das obrigações, mormente da responsabilidade civil.
8. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos atos ilícitos e dos negócios jurídicos, com as consequências jurídicas de cada espécie.
9. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na humanização do direito e nas novas tecnologias (por exemplo, na criação de novos meios de prova).
10. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
11. Alcançar domínio amplo das técnicas e estratégias de interpretação dos negócios jurídicos, de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fatos Jurídicos.

1.1. Conceito.

1.2. Classificação.

1.3. Classificação dos Direitos.

1.4. Modos de Aquisição dos Direitos.

2. Negócios Jurídicos.

2.1. Conceito.

2.2. Elementos de Existência.

2.3. Requisitos de Validade.

2.4. Interpretação.

2.5. Classificação.

3. Representação.

3.1. Conceito e Origem.

3.2. Vinculação ao Representado.

3.3. Contrato Consigo Mesmo.

3.4. Atos Praticados Contra o Interesse do Representado.

4. Condição, Termo e Encargo.

4.1. Condição.

- 4.2. Espécies de Condição.
- 4.3. Condição Maliciosamente Obstada ou Provocada.
- 4.4. Termo.
- 4.5. Prazos.
- 4.6. Encargo.
- 5. Defeitos dos Negócios Jurídicos.
 - 5.1. Conceito.
 - 5.2. Erro.
 - 5.3. Dolo.
 - 5.4. Coação.
 - 5.5. Estado de Perigo.
 - 5.6. Lesão.
 - 5.7. Fraude Contra Credores.
- 6. Invalidade dos Negócios Jurídicos.
 - 6.1. Conceito.
 - 6.2. Distinção Entre Nulidade Absoluta e Relativa.
 - 6.3. Nulidade Absoluta.
 - 6.4. Simulação.
 - 6.5. Nulidade Relativa.
 - 6.6. Efeitos da Invalidade.
- 7. Dos Atos jurídicos lícitos.
- 8. Atos Ilícitos.
 - 8.1. Definição.
 - 8.2. Pressupostos.
 - 8.3. Causas de Não Configuração de Responsabilidade.
 - 8.4. Abuso do Direito.
- 9. Prescrição e Decadência.
 - 9.1. Conceito de Prescrição.

9.2. Distinção entre Prescrição e Decadência.

9.3. Espécies de Prescrição.

9.4. Requisitos da Prescrição.

9.5. Alegação da Prescrição.

9.6. Prazos de Prescrição.

9.7. Suspensão ou Impedimento da Prescrição.

9.8. Interrupção da Prescrição.

9.9. Prescrição de Dívida Pública.

9.10. Renúncia.

9.11. Decadência.

10. Provas.

10.1. Conceito.

10.2. Confissão.

10.3. Documento.

10.4. Testemunha.

10.5. Presunção.

10.6. Perícia.

11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CÂMARA, Helder Moroni. **Negócios jurídicos processuais: condições, elementos e limites.** São Paulo: Almedina, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro.** Vol. 1: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência.** São Paulo: Saraiva, 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral.** Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: fatos jurídicos.** Caxias do Sul: Educus, 2010.

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2021

GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NEGRÃO, Theotônio. **Código civil e legislação civil em vigor.** São Paulo: Saraiva, 2022.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** Vol. 1: Parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Homem e Sociedade (AVA) – Oferecida em EAD

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 30 Horas

I - EMENTA

O conceito antropológico de cultura. As explicações sobre a origem humana: a base biológica e cultural de nossa espécie. O estudo da complexidade do conceito antropológico de cultura. O uso do conceito de cultura pelo senso comum em comparação com o conceito científico. Importância da diversidade cultural. As relações étnico-raciais, a inclusão social e as fronteiras nacionais.

II – OBJETIVOS GERAIS

- Reconhecimento da antropologia como uma ciência que se caracteriza por considerar o ser humano em sua diversidade.
- Compreensão crítica do ser humano em sua relação com a herança cultural e as constantes transformações da sociedade.
- Análise e interpretação da realidade social como um processo de contato com as diferenças.

III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tais competências serão desenvolvidas a partir das seguintes habilidades:

- Conhecer o significado da cultura e suas implicações na construção e transformação das relações sociais.
- Identificar os aspectos significativos das ações individuais e coletivas com senso crítico e analítico.
- Compreender o cidadão como construtor e transformador da realidade social e das relações interpessoais no trabalho e na família.
- Promover estratégias e movimentos culturais de combate aos preconceitos étnico-raciais e de construção da identidade cultural.
- Ler e interpretar textos e comunicações orais através dos meios convencionais e eletrônicos.
- Levantar informação bibliográfica através dos meios convencionais e eletrônicos.
- Expressar o pensamento de forma clara, coerente e concisa.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O HOMEM

1.1 - Principais visões sobre a origem humana: o evolucionismo e o debate das determinações biológicas *versus* processo cultural.

1.2 - O conceito de cultura através da história.

2. A CULTURA

2.1 - A Antropologia e o estudo da cultura - senso comum e ciência; a diversidade cultural e as culturas nacionais.

2.2 - As principais características da cultura como visão de mundo: herança cultural e formas de compreender o mundo, a participação dos indivíduos na cultura.

3. A SOCIEDADE

3.1- As relações étnico-raciais: preconceito, exclusão e problemas de convivência com a diversidade. Etnocentrismo e Relativismo Cultural.

3.2 - Identidade cultural na atualidade e multiculturalismo.

V – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de:

Aulas interativas via *internet* (**SEI** – Sistema de Ensino Interativo).

Leitura dos conteúdos apresentados na disciplina *online*.

VI - AVALIAÇÃO

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela Universidade e pela Direção do Instituto do curso.

A avaliação será feita por meio de questionários e atividades do AVA (NP1), bem como a avaliação presencial no seu campus (NP2) a ser realizada conforme calendário acadêmico.

A média final de cada semestre será o resultado de soma e divisão com os respectivos pesos das avaliações parciais, seguindo regimento institucional de aprovação.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

"BARROSO, Priscila Farfan. **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

CHICARINO, Tathiana (org.). **Antropologia social e cultural**. São Paulo: Pearson, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Kottak, Conrad Phillip. **Espelho para a humanidade: uma introdução concisa à antropologia cultural** Porto Alegre: AMGH, 2013.

COMPLEMENTAR

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONI, Marina Andrade. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2019.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Ilicitude e Culpabilidade

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Tipo e tipicidade. Antijuricidade. Exclusão de ilicitude. Culpabilidade. Imputabilidade penal. Doença Mental. Menoridade. Emoção e paixão. Embriaguez. Concurso de pessoas. Regras comuns às penas privativas de liberdade. Circunstâncias incomunicáveis. Casos de impunibilidade.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte geral do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do tipo penal, da antijuridicidade, da culpabilidade, da imputabilidade e do concurso de pessoas, inclusive, das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tipo e Tipicidade.
 - 1.1. Conceito.
 - 1.2. Espécies de Tipo: Permissivos e Incriminadores.
 - 1.3. Elementos do Tipo: Objetivos, Subjetivos e Normativos.

- 1.4. Tipicidade.
2. Antijuridicidade.
 - 2.1. Conceito.
 - 2.2. Causas Excludentes de Antijuridicidade.
 - 2.3. Estado de Necessidade.
 - 2.4. Legítima Defesa.
 - 2.5. Estrito Cumprimento do Dever Legal.
 - 2.6. Exercício Regular de Direito.
3. Culpabilidade.
 - 3.1. Conceito.
 - 3.2. Causas que Excluem a Culpabilidade.
 - 3.3. Causas que Não Excluem a Culpabilidade.
4. Imputabilidade.
 - 4.1. Conceito.
 - 4.2. Inimputáveis.
 - 4.3. Doença Mental.
 - 4.4. Desenvolvimento Mental Incompleto ou Retardado.
 - 4.5. Menoridade.
 - 4.6. Emoção e Paixão.
 - 4.7. Embriaguez.
5. Potencial de Consciência da Ilícitude.
6. Exigibilidade de Conduta Diversa.
7. Concurso de Pessoas.
 - 7.1. Conceito.
 - 7.2. Espécies: co-autoria e participação.
 - 7.2. Regras Comuns às Penas Privativas de Liberdade.
 - 7.3. Comunicabilidade e Incomunicabilidade de Elementares e Circunstâncias do Crime.
 - 7.4. Casos de Impunibilidade.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal**: parte geral (Arts. 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 1.

FLORENCIO FILHO, Marco Aurélio. **Culpabilidade**: crítica à presunção absoluta do conhecimento da lei penal. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 1. (arts. 1º a 120).

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022.

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado**: Doutrina e Jurisprudência. Barueri: Manole, 2022.

RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Organização do Estado

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Formação constitucional do Brasil. A Constituição de 1988: origem, princípios e objetivos fundamentais. Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Organização dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito constitucional, sobretudo, a organização do Estado, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito constitucional. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito constitucional.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do Estado como célula
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da formação constitucional do Brasil, da estrutura e organização do Estado e dos Poderes, das funções essenciais à justiça, da defesa do Estado e de suas instituições democráticas, da ordem econômica, financeira e social, inclusive, das relações de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formação Constitucional do Brasil.
 - 1.1. O Constitucionalismo Brasileiro Pós-88.
 - 1.2. Constituinte de 1987/1988.
 - 1.3. Aspectos Caracterizadores da Constituição de 1988.
 - 1.4. O Desenvolvimento Constitucional Brasileiro Pós-88.
2. A Constituição de 1988: Origem, Princípios e Objetivos Fundamentais.
 - 2.1. Origem da Constituição de 1988.
 - 2.2. Princípios Constitucionais Fundamentais.
 - 2.3. Objetivos Fundamentais da Constituição de 1988.
3. Estrutura e Organização do Estado Brasileiro.
 - 3.1. Estrutura Básica da Federação.
 - 3.2. Estado Federal e Entidades Componentes.

3.3. Repartição das Competências.

3.3.1. União: Natureza, Competência.

3.3.2. Estados Federados: Natureza, Competência.

3.3.3. Municípios: Natureza, Competência.

4. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

4.1. Poder Legislativo.

4.1.1. Organização, Atribuições e Funcionamento.

4.1.2. Processo Legislativo.

4.1.3. Espécies Normativas.

4.2. Poder Executivo.

4.2.1. Organização, Atribuições e Funcionamento.

4.2.2. Atribuições do Presidente da República.

4.2.3. Ministros de Estado.

4.3. Poder Judiciário: Organização, Atribuições e Funcionamento.

5. Funções Essenciais à Justiça.

6. Defesa do Estado e Instituições Democráticas.

8. Tributação e Orçamento.

9. Ordem Econômica e Financeira.

10. Ordem Social.

11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI- ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2021.

SOUZA, Marcos da Cunha e. **Instituições e organização do Estado**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

SOUZA, Marcoss da Cunha e. **Organização político-administrativa do Estado Federal**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

Bibliografia Complementar:

DUTRA, Luciano. **Direito Constitucional Essencial**. São Paulo: Método, 2017.

FRIEDE, Reis. **Curso de Ciência política e teoria geral do estado: teoria constitucional e relações internacionais**. São Paulo: Freitas Bastos Editora, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2019.

PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. **Direito constitucional: da organização do Estado, dos poderes, e histórico de contribuições**. São Paulo: Saraiva, 2020.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Teoria da Empresa

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Teoria da Empresa. Empresa. Empresário. Caracterização e inscrição. Capacidade. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Gerente. Contabilista e outros auxiliares. Escrituração. Teoria geral do direito societário. Sociedades não personificadas e sociedades personificadas. Sociedades empresárias no Código Civil. Sociedades por ações.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para a utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica específica;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Desenvolvimento de capacidade de julgamento e tomada de decisões;

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito empresarial, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito empresarial. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito empresarial.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do empresarial; os princípios norteadores do direito empresarial; a disciplina jurídica da atividade empresarial; o empresário e o estabelecimento empresarial; as diversas espécies de empresas e sociedades no direito empresarial;

V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Disciplina jurídica da atividade empresarial

1.1. Atividade econômica e atividade empresarial

1.2. Disciplina privada da atividade econômica

1.3. Desenvolvimento histórico do tratamento dado aos comerciantes

1.4. Teoria dos atos de comércio

1.5. Teoria da empresa

1.6. Sistema brasileiro atual de caracterização do empresário

2. Empresário

2.1. Exploração da atividade empresarial (individualmente ou coletivamente)

2.2. Empresário. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

2.3. Obrigações legais

2.3.1. Registro de empresas

2.3.2. Escrituração

2.3.3. Demonstrações contábeis

3. Estabelecimento Empresarial

3.1. Conceito, natureza e elementos

3.2. Alienação do estabelecimento - Trespasse

3.3. Locação comercial

3.3.1. Ação renovatória

4. Propriedade Industrial

4.1. Propriedade intelectual

4.2. Bens da propriedade industrial

4.3. Invenções

4.4. Modelos de utilidade

4.5. Requisitos de patenteabilidade

4.6. Desenho industrial

4.7. Marcas

4.8. Requisitos de registrabilidade

4.9. Indicações Geográficas

4.10. Práticas de concorrência desleal

5. Introdução ao Direito Societário

5.1. Sociedades Não-Personificadas

5.1.1. Sociedade em comum

5.1.2. Sociedade em conta de participação

5.2. Sociedades Personificadas

5.2.1. Personificação societária: origem e extinção

5.2.2. Desconsideração personalidade jurídica

6. Sociedades no Código Civil

6.1. Sociedades Simples

- 6.1.1. Tipos societários
 - 6.1.1.1. Sociedade simples pura
 - 6.1.1.2. Sociedade cooperativa
- 6.2. Sociedades Empresárias
 - 6.2.1. Tipos societários
 - 6.2.1.1. Sociedade em nome coletivo
 - 6.2.1.2. Sociedade em comandita simples
 - 6.2.1.3. Sociedade limitada
- 7. Sociedade por Ações:
 - 7.1. Títulos emitidos pelas sociedades por ações
 - 7.2. Capital social
 - 7.3. Órgãos sociais da companhia
 - 7.4. Deveres e responsabilidades dos administradores
 - 7.5. Consórcios
 - 7.6. Grupo de sociedades
 - 7.7. Sociedade em comandita por ações
- 8. Temas e casos práticos da área voltados para a realidade regional de inserção do curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo, Atlas, 2020.

FINKELSTEIN, Maria Eugênia. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: empresa, empresários e sociedades**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais**. São Paulo, Saraiva, 2018.

DINIZ, Gustavo Saad. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Atlas, 2022.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: contratos e obrigações comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: teoria geral da empresa e direito societário** São Paulo, Saraiva, 2022. Vol. 1.

SANCHEZ, Alessandro. **Direito Empresarial Sistematizado**. São Paulo: Método, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 3º Semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Meios de solução dos conflitos sociais. Meios extrajudiciais de composição de conflitos. Direito Processual. Fontes, Interpretação e Eficácia da Norma Processual. Princípios Constitucionais do Processo. Jurisdição. Ação. Competência

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.

V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Meios de solução dos conflitos sociais

1.1. Autocomposição

1.2. Heterocomposição

1.3. Meios extrajudiciais de composição de conflitos

2. Direito Processual

2.1. Conceito

2.2. Autonomia

2.3. Denominação

2.4. Divisão

2.5. Relações com outras disciplinas jurídicas

2.6. Objetivo

3. Fontes, Interpretação e Eficácia da Norma Processual

4. Princípios Constitucionais do Processo

4.1. Tutela constitucional do processo

4.2. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional

4.3. Princípio do juiz natural

4.4. Princípio do devido processo legal

4.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa

4.6. Princípio da inadmissibilidade de provas ilícitas

4.7. Princípio da presunção de inocência

4.8. Princípio do duplo grau de jurisdição

4.9. Princípio da publicidade

4.10. Princípio da fundamentação das decisões judiciais

5. Princípios informativos do procedimento

5.1. Princípio da oralidade

5.2. Princípio da economia

5.3. Princípio da eventualidade ou da preclusão

5.4. Princípio da identidade física do juiz

5.5. Princípio da cooperação

5.6. Princípio dispositivo

5.7. Princípio inquisitivo

6. Jurisdição

6.1. Conceito

6.2. Objetivos do Estado ao exercer a jurisdição

6.3. Características da jurisdição

6.4. Princípios fundamentais da jurisdição

6.5. Espécies de jurisdição

6.6. Limites da jurisdição

7. Ação

7.1. Generalidades

7.2. Conceito de ação

7.3. Natureza Jurídica

7.4. Condições da Ação

7.5. Conceito

7.6. Carência da ação

7.7. Classificação das ações

8. Competência

8.1. Conceito e critério determinativos

8.2. Cooperação internacional

8.3. Cooperação nacional

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALVIM, J. Carreira. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo Avelar. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Atlas, 2023.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Saraiva, 2022.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Bibliografia Complementar:

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2019.

PRIETO, Renata Barros. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SOUZA, André de. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Bases Constitucionais da Administração Pública

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

A Administração Pública. Função administrativa do Estado. Órgãos públicos. Desconcentração e descentralização. Administração direta e indireta. Servidores

públicos. Ato administrativo: conceito, atributos, elementos e classificação. Vícios. Extinção e convalidação. Confirmação. Licitação: conceito e princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades licitatórias. Procedimento. Anulação e revogação. Contrato administrativo: conceito, características, formalidades, modalidades e rescisão.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Administrativo, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Administrativo; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Administrativo, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do Direito Administrativo, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito administrativo, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito administrativo e à Administração Pública.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito administrativo em relação à adoção das Políticas Públicas na consecução do bem-estar social.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações entre direito administrativo e administração pública, a formalização dos atos e contratos administrativos e as licitações públicas.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Direito Administrativo e o regime jurídico-administrativo.
 - 1.1. Origem, evolução histórica e conceito do Direito Administrativo.
 - 1.2. Relações do Direito Administrativo com outros ramos do Direito.
 - 1.3. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.
 - 1.4. Fontes de Direito Administrativo.
 - 1.5. Interpretação do Direito Administrativo.
2. Administração Pública.
 - 2.1. Estado, Governo e Administração Pública.
 - 2.2. Função administrativa do Estado.
 - 2.3. Organização administrativa brasileira.
 - 2.3.1. Órgãos e competências públicas.
 - 2.3.2. Desconcentração e descentralização.
 - 2.3.3. Estrutura administrativa: administração direta e indireta.
 - 2.3.4. Figuras da administração indireta e entidades paralelas.
 - 2.3.5. Servidores públicos.
 - 2.3.5.1. Regime constitucional dos servidores públicos.
 - 2.3.5.2. Cargo, emprego e função.
 - 2.3.5.3. Direitos e deveres.
 - 2.3.5.4. Responsabilidade civil, penal e administrativa.
 - 2.4. Poderes da Administração Pública.
3. Ato administrativo.
 - 3.1. Conceito de ato administrativo.
 - 3.2. Perfeição, validade e eficácia.
 - 3.3. Requisitos do ato administrativo.
 - 3.4. Elementos do ato administrativo.
 - 3.5. Pressupostos do ato administrativo.
 - 3.6. Atributos do ato administrativo.
 - 3.7. Classificação dos atos administrativos.
 - 3.8. Vícios do ato administrativo.
 - 3.9. Extinção: revogação, invalidação, convalidação.
4. Licitação.
 - 4.1. Conceito e princípios da licitação.
 - 4.2. Objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade.

- 4.3. Modalidades da licitação.
- 4.4. Procedimento: etapas internas e externas, fases da licitação.
- 4.5. Anulação e revogação da licitação.
- 5. Contrato administrativo.
 - 5.1. Conceito de contrato administrativo.
 - 5.2. Características e formalidades do contrato administrativo.
 - 5.3. Modalidades de contrato administrativo.
 - 5.4. Rescisão.
- 6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2022.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
- SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

- CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo Facilitado**. São Paulo: Método; Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- CARVALHO FILHO, José Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2022.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2022.
- PIRES, Antonio Cecilio Moreira. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte I. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 19).

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte II. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 19).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Controle de Constitucionalidade

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Estado e Constituição. O Estado Constitucional: a ideia de Constituição, origem e características do constitucionalismo. Constituição em sentido material e formal. Poder constituinte e poder de reforma. Teoria das normas constitucionais. A supremacia jurídica da Constituição. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. O controle de constitucionalidade das leis.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Constitucional, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Constitucional; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou

judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito constitucional. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito constitucional brasileiro e comparado.

IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito constitucional.

V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formação Histórica do Constitucionalismo.

2. O Conceito de Constituição.

2.1. Constituição em Sentido Formal (Kelsen e Schmitt).

2.2. Constituição em Sentido Material (Lassalle, Heller e Hesse).

3. Formação e Processos de Mudança da Constituição.

3.1. Poder Constituinte Originário.

3.2. Poder Constituinte Derivado (Reformador).

3.3. Mutações Constitucionais.

4. Normas Constitucionais e sua Interpretação.

4.1. Normas, Regras e Princípios.

4.2. Proporcionalidade/Razoabilidade.

- 4.3. Eficácia Jurídica das Normas Constitucionais.
 - 4.3.1. Problema da Eficácia das Normas Constitucionais.
 - 4.3.2. Normas Constitucionais de Eficácia Plena.
 - 4.3.3. Normas Constitucionais de Eficácia Contida.
 - 4.3.4. Normas Constitucionais de Eficácia Limitada.
 - 4.3.5. Normas Programáticas.
- 4.4. Interpretação das Normas Constitucionais.
 - 4.4.1. Peculiaridades Justificantes de uma Hermenêutica Constitucional.
 - 4.4.2. Fontes Interpretativas.
 - 4.4.3. Objeto da Interpretação Constitucional.
 - 4.4.4. Finalidade da Interpretação Constitucional.
 - 4.4.5. Pressupostos Hermenêuticos-Constitucionais.
 - 4.4.6. Princípios Constitucionais: Diretrizes Hermenêuticas da Atividade Interpretativa.
 - 4.4.7. Força da Realidade face à Norma Jurídica.
 - 4.4.8. Efeitos da Interpretação Constitucional na Unidade do Sistema Jurídico.
- 5. Controle de Constitucionalidade das Leis.
 - 5.1. Os Fundamentos do Controle de Constitucionalidade das Leis.
 - 5.2. Espécies de Controle de Constitucionalidade: Político, Jurídico ou Misto.
 - 5.3. Pressupostos de Constitucionalidade das Espécies Normativas.
 - 5.4. Os Sistemas de Controle de Constitucionalidade das Leis.
 - 5.5. Controle Preventivo.
 - 5.6. Controle Repressivo de Constitucionalidade.
 - 5.6.1. Controle Repressivo Realizado pelo Poder Legislativo.
 - 5.6.2. Controle Repressivo Realizado pelo Poder Judiciário.
 - 5.7. Controle Difuso e Concentrado.
 - 5.5. Ações Relativas ao Controle de Constitucionalidade das Leis e Atos Normativos.
 - 5.5.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
 - 5.5.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
 - 5.5.3. Ação de Inconstitucionalidade por Omissão: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
 - 5.5.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade: Requisitos, Legitimação, Efeitos e Peculiaridades.
 - 5.5.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- 6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALMEIDA, Bruno Amaro Alves de. **Manual de controle de constitucionalidade**. São Paulo: Rideel, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2019.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Controle de constitucionalidade no Brasil: tópicos sobre o controle de convencionalidade**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

DELLORE, Luiz. **Estudos sobre a coisa julgada e o controle de constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2021.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2022.

SIMÃO, Calil. **Elementos do Sistema de controle de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Diálogo inconstitucional e controle de constitucionalidade: debate entre STF e o congresso Nacional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Ciências Sociais – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

A disciplina Ciências Sociais trata dos fundamentos e desdobramentos da sociedade moderna. Serão abordados o contexto histórico e as principais abordagens teóricas sobre a sociedade moderna. Serão problematizadas, ainda, as consequências sociais do intenso processo de expansão do capitalismo na atualidade, sendo abordados

temas como a globalização, impactos sobre o mercado de trabalho, as questões urbanas e as lutas sociais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Caberá à disciplina Ciências Sociais contribuir para que os alunos compreendam, sob a perspectiva científica, os principais problemas da sociedade capitalista e contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências:

- senso crítico e capacidade de contextualização;
- pensamento estratégico;
- visão sistêmica;
- consciência ética e social.

Fora isso, por meio das estratégias de trabalho e de avaliação, os alunos deverão ter a oportunidade de desenvolver as competências:

- senso crítico e capacidade de contextualização;
- comunicação e expressão;
- desenvolvimento pessoal;
- trabalho em equipe.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo primeiro da disciplina Ciências Sociais é levar os alunos a compreenderem como o capitalismo é um modo de organização econômica e social construída historicamente e quais são os fundamentos teóricos desse modelo.

Outro objetivo da disciplina tem a ver com o aprendizado dos diferentes princípios explicativos para os fenômenos sociais, que compreendem diferentes estilos de pensamento, distintas visões da sociedade e do mundo.

Por fim, um último objetivo relaciona-se à reflexão, com base nos diferentes princípios explicativos dos problemas latentes do mundo contemporâneo.

IV – COMPETÊNCIAS

Capacidade de contextualização, comunicação e expressão diante dos problemas sociais, assim como capacidade de desenvolvimento pessoal com foco no trabalho em Equipe. Compreende aspectos essenciais da sociedade em que as pessoas estão inseridas e a relação desses aspectos com seu setor de trabalho em geral e mais especificamente com a área de formação do estudante.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao pensamento científico sobre o social.

1.1. As origens do pensamento sobre o social.

2. Transformações sociais do século XVIII.

2.1. Revoluções burguesas.

3. As principais contribuições do pensamento sociológico clássico.

3.1. Emile Durkheim e o pensamento positivista.

3.1.1. A relação indivíduo versus sociedade.

3.1.2. Os fatos sociais; a consciência coletiva.

3.1.3. Solidariedade mecânica e orgânica.

3.2. Karl Marx e o materialismo histórico e dialético.

3.2.1. Classes sociais.

3.2.2. Ideologia e alienação.

3.3. Max Weber e a busca da conexão de sentido.

3.3.1. Ação social.

3.3.2. A ética protestante e o espírito do capitalismo.

3.3.3. Teoria da burocracia.

4. Globalização e suas consequências.

4.1. A globalização comercial e financeira.

4.2. Revolução tecnocientífica.

4.3. Corporações transnacionais.

4.4. O Brasil na nova ordem internacional.

5. Transformações no trabalho.

5.1. O processo de precarização do trabalho.

5.2. Desemprego estrutural; informalidade.

6. Questões urbanas.

6.1. A cidade e seus problemas.

6.2. A questão ambiental urbana.

6.3. Violência urbana.

7. Movimentos sociais.

7.1. A sociedade em movimento.

7.2. Movimentos da sociedade em rede.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado: política, sociedade e economia.** São Paulo: Contexto, 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Introdução às Ciências Sociais.** Campinas: Papyrus, 2013.

TERRA, Márcia de Lima Elias (Org.). **Humanidades, ciências sociais e cidadania.** São Paulo: Pearson, 2014.

COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CHINAZZO, Suzana Salete Raymundo. **Epistemologia das Ciências Sociais.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia.** São Paulo: Pearson, 2018.

FERREIRA, Delson. **Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade de informação.** São Paulo: Atlas, 2010.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Hermenêutica

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Principais escolas hermenêuticas. Especificidades e conceito de hermenêutica jurídica. Os modos de produção do Direito e os instrumentos hermenêuticos. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do Direito. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais e dos tratados internacionais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão das principais escolas de pensamento hermenêutico e sua influência na construção do pensamento jurídico contemporâneo, de forma a estimular a capacidade de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica e o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Relacionar os pressupostos metodológicos das escolas de hermenêutica jurídica e suas bases filosóficas.

Apresentar, desenvolver e proporcionar – científica, dialética e criticamente – noções propedêuticas sobre o processo racional de interpretação e aplicação do Direito.

Discutir a interpretação de casos concretos a partir da aplicação prática de critérios de interpretação jurídica e de uma metodologia fundamentada no exercício hermenêutico.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, da Hermenêutica Jurídica, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2.. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à Hermenêutica Jurídica, permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com a hermenêutica jurídica e os modos de produção do Direito e os instrumentos de interpretação.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da hermenêutica jurídica na busca do bem-estar social e do bem comum.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da hermenêutica jurídica, sua evolução histórica e base filosófica, os aspectos técnicos das formas de interpretação e integração da norma e as metodologias dogmática e zetética da hermenêutica jurídica.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Hermenêutica: Aspecto Histórico.
 - 1.1. Hermenêutica na Antiguidade Clássica.
 - 1.2. Hermenêutica na Idade Média.
 - 1.3. Hermenêutica na Idade Moderna.
 - 1.4. Escolas de Interpretação.
2. Hermenêutica: Aspecto Técnico.
 - 2.1. Funções da Interpretação.
 - 2.2. Critérios da Interpretação.
 - 2.3. Espécies de Interpretação.
 - 2.4. Integração das Leis.
3. Hermenêutica: Aspecto Filosófico.
 - 3.1. A Hermenêutica em Schleiermacher.
 - 3.2. A Hermenêutica em Dilthey.
 - 3.3. A Hermenêutica em Heidegger.
 - 3.4. A Hermenêutica em Gadamer.
 - 3.5. A Hermenêutica Pós-Positivista.
 - 3.6. Hermenêutica Constitucional.
4. Ciência da Hermenêutica Jurídica, Teoria Geral da Hermenêutica e Sistema Jurídico.
 - 4.1. Noções de Ordem Propedêutica, de Definibilidade, Terminológica e Objectual.
 - 4.2. O Processo de Produção do Conhecimento Jurídico-Científico e a Hermenêutica Jurídica.
5. Análise Teórico-Conceptual e Historiográfico-Descritiva da Hermenêutica Jurídica.
 - 5.1. O Direito Romano.
 - 5.2. Os Glosadores e Pós-Glosadores.
 - 5.3. A Escola da Exegese.
 - 5.4. A Escola Histórica.
 - 5.5. A Escola da Livre Investigação Científica.

- 5.6. A Escola do Direito Livre.
- 5.7. Jurisprudência dos Conceitos Versus Jurisprudência dos Interesses Versus Jurisprudência dos Valores.
- 6. Metodologia da Ciência da Hermenêutica Jurídica.
 - 6.1. A Problemática da Indiscernibilidade Conceitual: Hermenêutica/Interpretação/Integração/Aplicação do Fenômeno Jurídico.
 - 6.2. Princiologia da Hermenêutica Jurídica.
 - 6.3. Metodologia Dogmática da Hermenêutica Jurídica.
 - 6.4. Metodologia Zetética da Hermenêutica Jurídica.
- 7. A Ciência da Hermenêutica Jurídica e o seu Estatuto Teórico Contemporâneo.
 - 7.1. As Teorias da Retórica.
 - 7.2. As Teorias da Tópica.
 - 7.3. As Teorias da Lógica.
 - 7.4. As Teorias da Argumentação.
 - 7.5. As Perspectivas da Racionalidade Jurídica Contemporânea: O Exemplo da Hermenêutica Constitucional.
- 8. A Hermenêutica e a Interpretação do Direito.
- 9. Modos de Integração do Direito.
 - 9.1. Analogia.
 - 9.2. Costumes.
 - 9.3. Princípios Gerais de Direito.
 - 9.4. Equidade.
- 10. Antinomias Jurídicas.
- 11. Hermenêutica e Aplicação do Direito.
- 12. Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais e dos Tratados Internacionais.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- MELLO, Cleyson de Moraes. **Hermenêutica e Direito**. Rio de Janeiro: Processo, 2018.
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Inocêncio Mártires. **Da hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica: fragmentos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e hermenêutica jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZOTTI, Marcelo. **As Escolas Hermenêuticas e os Métodos de Interpretação da Lei**. Barueri: Manole, 2010.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Hermenêutica aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica e Jurisprudência no Novo CPC: coerência e integridade**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Processo e Relação Jurídica Processual

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Estudo dos aspectos subjetivos do processo, com ênfase ao aperfeiçoamento da relação processual. Processo e Procedimento. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição Inicial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Estudar os principais institutos do Direito Processual Civil, com ênfase na teoria geral do processo civil relativo ao estudo processo, sua formação, as causas de sua extinção, os sujeitos do processo e a intervenção de terceiros no processo civil.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Situar o ramo do processo civil dentro dos demais setores em que o Direito se desenvolve, definindo e estudando toda a sua estrutura, a sua cientificidade e a sua lógica, sempre dentro da dimensão da realidade concreta. Fornecer os subsídios necessários ao aluno, de molde a torná-lo apto a enfrentar e solucionar as dificuldades que o campo processual civil apresenta. Para tanto, serão ministradas questões práticas, em relação as quais o aluno fará uso dos ensinamentos provenientes da aula teórica do curso, além da leitura de livros doutrinários feita previamente.

IV – COMPETÊNCIAS

- I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
- IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
- V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Processo
 - 1.1 Conceito de processo
 - 1.2. Objeto do processo
 - 1.3. Tipos de processo
 - 1.4 Teorias sobre a natureza jurídica do processo
 - 1.5 Natureza jurídica do processo
 - 1.6. Ação, processo e procedimento
2. Relação jurídica processual
 - 2.1 Conceito
 - 2.2 Relação jurídica processual e relação material
 - 2.3 Características da relação processual
 - 2.4 Elementos da relação processual
 - 2.5. Sujeitos da relação processual
 - 2.6 Objeto da relação processual
 - 2.7. Autonomia da relação processual
3. Pressupostos processuais
 - 3.1 Conceito
 - 3.2 Constituição da relação processual
 - 3.3 Desenvolvimento da relação processual
 - 3.4 Pressupostos subjetivos

3.5 Pressupostos objetivos

4. Sujeitos do processo

- 4.1. Conceito
- 4.2 O juiz e seu papel no processo moderno
- 4.3. Poderes do juiz
- 4.4 Deveres do juiz
- 4.5 As partes: autor e réu
- 4.6 Deveres das partes
- 4.7 Despesas e honorários
- 4.8 Gratuidade da justiça
- 4.9 Substituição processual
- 4.10. Papel do Ministério Público

5. Atos processuais

- 5.1 Conceito
- 5.2 Características dos atos processuais
- 5.3 Forma dos atos processuais
- 5.4 Classificação dos atos processuais
- 5.5 Atos processuais do juiz
- 5.6 Atos processuais das partes
- 5.7 Atos dos auxiliares da Justiça
- 5.8 Documentação do ato processual

6. Vícios dos Atos processuais

- 6.1. Conceito
- 6.2 Nulidade
- 6.3 Nulidade absoluta e relativa
- 6.4 Decretação da nulidade
- 6.5 Convalidação do ato processual

7. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros

- 7.1 Conceito de parte e de terceiro
- 7.2 Litisconsórcio
- 7.3 Assistência
- 7.4. Denúnciação da lide
- 7.5 Chamamento ao processo
- 7.6 Amicus curiae
- 7.7. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica

8. Formação, suspensão e extinção do processo

- 8.1. Formação do processo: início do processo e estabilização do processo.
- 8.2. Suspensão do processo: conceito; Hipóteses de suspensão do processo.
- 8.3. Extinção do processo: extinção do processo sem resolução de mérito e a resolução do mérito: conceito e causas.

9. Processo e Procedimento

- 9.1. Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

10. Petição Inicial

- 10.1. Requisitos

- 10.2. Emenda, saneamento ou complementação da inicial
- 10.3. Indeferimento da petição inicial
- 10.4. Inalterabilidade da petição inicial
- 10.5. Improcedência liminar do pedido

11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALVIM, J. Carreira. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GONÇALVES, Marcus V. Rios. **Curso de direito processual civil**. V. 1: teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2019.

NEGRÃO, Theotônio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: Saraiva, 2022.

SOUZA, André de. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Responsabilidade Civil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Sujeitos de responsabilidade civil. Teoria da culpa. Teoria da responsabilidade objetiva. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade contratual. Ônus da prova. Dolo e culpa. Meios de defesa. Dano e sua liquidação. Dano patrimonial. Dano moral. Enriquecimento ilícito ou sem causa.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos alunos a possibilidade de construção de conhecimento científico sobre o Direito Civil por meio de um tratamento dogmático em conjunto com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil brasileiro.

Orientar para eventuais e futuras pesquisas e para a preparação de trabalhos acadêmicos em Direito Civil.

Demonstrar a essencialidade do Direito Civil na formação jurídica, política e profissional.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Assimilar o princípio da responsabilidade civil como um dos mais antigos no universo jurídico, para fins de reparação decorrente de ato ilícito, que viole lei, contrato ou dever social.
2. Relacionar a responsabilidade civil com outros ramos do direito, como direito penal, trabalhista, ambiental e consumerista, para conhecer normas e princípios fundamentais, com o intuito de se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação a obrigação de reparação de danos.
3. Propiciar-lhe posicionamento crítico a respeito dos valores fixados na indenização por dano moral, assimilando os critérios de determinação do montante, sem que se gere enriquecimento ilícito da vítima e sem que haja perda da proteção à vítima.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da proteção à integridade física, moral e psíquica da pessoa, em matéria de dano moral e dano material, reconhecendo-se a possibilidade de cumulatividade de pedidos.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da tutela de pessoas físicas e jurídicas, compreendendo os requisitos da responsabilidade civil subjetiva e objetiva, com aprofundamento nas hipóteses de atribuição de responsabilidade civil objetiva, com a aplicação da teoria do risco.
6. Fazê-lo refletir sobre as hipóteses de responsabilidade civil aquiliana e contratual, inclusive com a aplicação da lei consumerista, em diversos casos analisados.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Responsabilidade Civil.
 - 1.1. Conceito de Responsabilidade Civil.
 - 1.2. Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral.
 - 1.3. Resenha Histórica da Responsabilidade Civil.
 - 1.4. O Seguro de Responsabilidade.
 - 1.5. Responsabilidade Civil e Responsabilidade Penal.
2. Princípios Fundamentais da Responsabilidade Civil.
 - 2.1. Ato Ilícito e Conduta do Agente.
 - 2.2. Dano.
 - 2.2.1. Dano patrimonial.
 - 2.2.2. Dano moral.
 - 2.3. Culpa e Risco.
 - 2.4. Nexo de Causalidade.
 - 2.5. Abuso de Direito.
 - 2.6. Excludentes da Responsabilidade Civil.
 - 2.7. Da Responsabilidade Civil Objetiva. A Teoria do Risco.
3. Responsabilidade Extracontratual.
 - 3.1. Responsabilidade por Fato de Outrem.
 - 3.2. Responsabilidade por Danos Provocados por Animais.
 - 3.3. Danos Causados por Edifícios e Construções.
 - 3.4. Princípios da Liquidação de Danos.
 - 3.5. Responsabilidade Civil por Homicídio.
 - 3.6. Responsabilidade Civil por Danos Físicos.
 - 3.7. Responsabilidade por Usurpação ou Esbulho.
 - 3.8. Indenização por Ofensa à Honra.
 - 3.9. Indenização por Ofensa à Liberdade Pessoal.
 - 3.10. Acidentes de Trânsito.
 - 3.11. Responsabilidade do Estado.
 - 3.12. Danos no Direito de Família.
 - 3.13. Danos Ambientais e Nucleares.

- 3.14. Danos aos Direitos Autorais. Internet.
- 4. Responsabilidade Contratual.
 - 4.1. Inexecução das Obrigações.
 - 4.2. Danos na Área da Saúde.
 - 4.3. Responsabilidade Civil do Advogado.
 - 4.4. Responsabilidade Civil nos Transportes.
 - 4.5. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo.
 - 4.6. Responsabilidade Civil dos Construtores e Incorporadores.
 - 4.7. Responsabilidade das Instituições Bancárias.
- 5. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Aulas ministradas utilizando recursos tecnológicos digitais.

VII – AVALIAÇÃO

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 3.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 4: Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2022.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 4.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Vol. 2.

Bibliografia Complementar:

- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2011.
- DONIZETTI, Elpídio, Felipe Quintella. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2021.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2022.
- KRELLING NETO, Antonio Osmar. **Responsabilidade civil: cibercrimes**. Curitiba: Contentus, 2020.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 3: Contratos (declaração unilateral de vontades, responsabilidade civil). Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Teoria das Penas

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Espécies de pena. Cominação das penas. Aplicação da pena. Fixação da pena. Circunstâncias agravantes e circunstâncias atenuantes. Cálculo da pena. Limite das penas. Concurso de infrações. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos genéricos e específicos da condenação.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- I. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito penal brasileiro e comparado.
- IV. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
- V. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
- VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Sanção Penal e as Penas.

- 1.1. Fundamentos Históricos.
- 1.2. Princípios e Conceito.

2. As Espécies de Penas.

- 2.1. Penas Privativas de Liberdade.
 - 2.1.1. Reclusão e Detenção.
 - 2.1.2. Regras do Regime Fechado.
 - 2.1.3. Regras do Regime Semi-Aberto.
 - 2.1.4. Regras do Regime Aberto.
 - 2.1.5. Regime Especial.
 - 2.1.6. Direitos do Preso.
 - 2.1.7. Trabalho do Preso.
 - 2.1.8. Legislação Especial.
 - 2.1.9. Superveniência de Doença Mental.
 - 2.1.10. Detração.

2.2. Penas Restritivas de Direitos.

- 2.2.1. Substitutividade das Penas Restritivas de Direitos.
- 2.2.2. Conversão das Penas Restritivas de Direitos.

- 2.2.3. Prestação pecuniária e prestação inominada.
- 2.2.4. Perda de bens e valores
- 2.2.5. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas.
- 2.2.6. Interdição Temporária de Direitos.
- 2.2.7. Limitação de Fim de Semana.

2.3. Pena de Multa.

- 2.3.1. Cálculo da Multa.
- 2.3.2. Pagamento da Multa.
- 2.3.3. Suspensão da Execução da Multa.

3. Cominação das Penas.

4. Aplicação da Pena.

- 4.1. Fixação da Pena. O sistema trifásico.
- 4.2. Critérios Especiais da Pena de Multa.
- 4.3. Multa Substitutiva.
- 4.4. Circunstâncias Agravantes.
- 4.5. Agravantes no Caso de Concurso de Pessoas.
- 4.6. Reincidência.
- 4.7. Circunstâncias Atenuantes.
- 4.8. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes.
- 4.9. Cálculo da Pena.
- 4.10. Concurso Material.
- 4.11. Concurso Formal.
- 4.12. Crime Continuado.
- 4.13. Multas no Concurso de Crimes.
- 4.14. Erro na Execução.
- 4.15. Resultado Diverso do Pretendido.
- 4.16. Limite das Penas.
- 4.17. Concurso de Infrações.

5. Suspensão Condicional da Pena.

- 5.1. Requisitos da Suspensão da Pena.
- 5.2. Revogação Obrigatória.
- 5.3. Revogação Facultativa.
- 5.4. Prorrogação do Período de Prova.
- 5.5. Cumprimento das Condições.

6. Livramento Condicional.

- 6.1. Requisitos do Livramento Condicional.
- 6.2. Soma de Penas.
- 6.3. Especificações das Condições.
- 6.4. Revogação do Livramento.
- 6.5. Revogação Facultativa.
- 6.6. Efeitos da Revogação.
- 6.7. Extinção.

7. Efeitos da Condenação Penal.

7.1. Efeitos Genéricos.

7.2. Efeitos Específicos.

8. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 1. (arts. 1º a 120).

CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2020.

ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e aplicação das penas**. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. Barueri: Manole, 2022.

RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral das Obrigações

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Evolução da teoria das obrigações. A unificação do direito obrigacional. Distinções entre direitos pessoais e reais. Conceito e elementos constitutivos das obrigações. Fontes da relação obrigacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Compreender os princípios norteadores dos vínculos jurídicos obrigacionais, com noção sobre a boa-fé, a função social do contrato e a segurança jurídica, levando em conta a necessidade de circulação dos bens para servirem aos interesses sociais.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais acerca da origem, das modalidades e das características dos vínculos jurídicos obrigacionais.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos relacionados à circulação das obrigações, como a cessão de crédito, a assunção de dívida e a cessão de contrato.
4. Conscientizar o aluno do interesse social no cumprimento das prestações, posto que os bens e os serviços são essenciais para a vida e para o desenvolvimento.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica relacionada aos vários tipos de obrigação, como solidárias e não solidárias, divisíveis e indivisíveis, civis e naturais, com ou sem cláusula penal etc., para que na prática possa lidar com os seus diversos efeitos.
6. Fazê-lo refletir sobre as consequências dos vínculos jurídicos obrigacionais de acordo com cada característica, conforme prevê a lei e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial.
7. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
8. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
9. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º BIMESTRE

1. Noções Introdutórias de Direito das Obrigações.
 - 1.1. Conceito de Direito das Obrigações.
 - 1.2. Fontes e Princípios do Direito das Obrigações.
2. Conceito de obrigação e elementos constitutivos da obrigação.
3. Distinção entre Direitos Pessoais e Direitos Reais.
4. Fontes das Obrigações.
5. Das modalidades das Obrigações
 - 5.1. Obrigações de dar.
 - 5.1.1. Obrigações de dar coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta.
 - 5.2. Obrigações de fazer.
 - 5.3. Obrigações de não fazer.
6. Obrigações alternativas, conjuntivas e facultativas.

2º BIMESTRE

1. Obrigações divisíveis e indivisíveis
2. Obrigações solidárias.
3. Obrigações civis e naturais.
4. Obrigações de meio, de resultado e de garantia.
5. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
6. Obrigações puras, condicionais, a termo e com encargo.
7. Obrigações líquidas e ilíquidas.
8. Obrigações principais e acessórias.
9. Obrigações *propter rem*.
10. Da transmissão das obrigações
 - 10.1. Da Cessão de Crédito
 - 10.2. Da Assunção de Dívida
 - 10.3. Da Cessão de Contrato
11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 2: Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Vol. 2.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. Vol. 2.** São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia Complementar:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: Obrigações.** São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 2.

GOMES, Orlando. **Obrigações.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: obrigações.** São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 2.

MIRAGEM, Bruno. **Direito das Obrigações.** Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Vol. 2: Teoria Geral das Obrigações.** Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Títulos de Crédito

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Títulos de crédito. Características dos títulos de créditos. Classificação dos títulos de crédito. Requisitos para formalização dos títulos de crédito. A executoriedade dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Ações. Debêntures. Títulos de crédito e financiamento rural, industrial, comercial e imobiliário. Conhecimento de transporte. Depósito e Warrant. Letra imobiliária. Cédula hipotecária. Certificado de depósito bancário. Cédula de crédito bancário.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito empresarial, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito empresarial. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito empresarial.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do empresarial; os princípios norteadores do direito empresarial; a disciplina jurídica da atividade empresarial; o empresário e o estabelecimento empresarial; as diversas espécies de empresas e sociedades no direito empresarial;

V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria Geral dos Títulos de Crédito.
2. Características dos Títulos de Crédito.
3. Classificação dos Títulos de Crédito.
 - 3.1. Títulos ao Portador.
 - 3.2. Títulos à Ordem.
 - 3.3. Títulos Nominativos.
4. Formalização dos Títulos de Crédito.
5. Emissão a partir de Caracteres Eletrônicos.
6. Cláusulas Proibidas nos Títulos de Crédito.
7. Momento do Pagamento do Título.
8. Executoriedade dos Títulos de Crédito.
 - 8.1. Eficácia Cambiária.
 - 8.2. Titularidade e Legitimação.
9. Letra de Câmbio.
 - 9.1. Origem e Evolução da Letra de Câmbio.
 - 9.2. A Letra de Câmbio no Direito Brasileiro.
 - 9.3. Natureza da Letra de Câmbio.
 - 9.4. Criação e Emissão da Letra de Câmbio.
 - 9.5. Modalidades da Letra de Câmbio.
 - 9.6. Circulação da Letra de Câmbio.
 - 9.7. Aceite, Aval, Vencimento, Pagamento, Protesto, Intervenção, Duplicatas, Cópias e Alterações de Duplicatas, Ação Cambial e sua Prescrição.
10. Nota Promissória: Conceito e Requisitos.
11. Cheques.
 - 11.1. Pressupostos da Emissão do Cheque.
 - 11.2. Criação e Forma do Cheque.
 - 11.3. Modalidades de Cheques.
 - 11.4. Transmissão do Cheque.
 - 11.5. Aval.
 - 11.6. Apresentação e Pagamento.
 - 11.7. Ação por Falta de Pagamento.
12. Duplicatas.
 - 12.1. Emissão da Fatura e da Duplicata: Requisitos da Duplicata.
 - 12.2. Remessa e Devolução da Duplicata.
 - 12.3. Pagamento da Duplicata – Garantias.
 - 12.4. Protesto.
 - 12.5. Ação para Cobrança.
13. Ações.
14. Debêntures.
15. Títulos de Crédito e Financiamento Rural, Industrial, Comercial e Imobiliário.
 - 15.1. Títulos de Crédito Rural.
 - 15.2. Títulos de Crédito Industrial.
 - 15.3. Títulos de Financiamento Comercial.
 - 15.4. Títulos de Garantia Imobiliária.
16. Conhecimento de Transporte.

17. Conhecimento de Depósito e Warrant.
18. Letra Imobiliária.
19. Cédula Hipotecária.
20. Certificado de Depósito Bancário.
21. Cédula de Crédito Bancário.
22. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais**. São Paulo, Saraiva, 2022. Vol. 2.

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial: Títulos de Crédito**. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo, Atlas, 2020.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito**. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: contratos e obrigações comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Optativa) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Estudo das teorias sobre educação de surdos, cultura surda, linguística da língua brasileira de sinais e ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos. Discussão de temas relevantes para o exercício da função do professor em diferentes instituições de ensino na promoção da educação inclusiva do aluno surdo. Vocabulário básico em LIBRAS.

II – OBJETIVOS GERAIS

- (1) Compreender princípios teóricos - metodológicos relacionados a educação de surdos no ensino regular e na escola bilíngue ao ensino conceitos e práticas relacionados à educação da pessoa surda.
- (2) Conhecer as idiosincrasias da comunidade e da cultura surda contribuindo para a inclusão social e educacional do surdo.
- (3) Analisar de forma reflexiva as mudanças que ocorrem nas instituições e na sociedade a partir da inclusão da LIBRAS na educação dos surdos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- (1) Desenvolver habilidades necessárias para a compreensão e aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em nível básico I.
- (2) Possibilitar a compreensão ampla e consistente da importância da LIBRAS na constituição do sujeito surdo e, na aprendizagem da Língua Portuguesa.

IV – COMPETÊNCIAS

A disciplina capacita o aluno ao desenvolvimento inicial para o mundo da comunicação através do Sistema de Língua Brasileira de Sinais, com isso o impulsiona e o estimula a se aprofundar para obter mais uma ferramenta no intuito da melhoria na comunicação com seus clientes em sua profissão.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

HISTORIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Oralismo.

Comunicação Total.

Educação Bilíngue.

Vocabulário em LIBRAS.

LINGUISTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Aspectos fonológicos e morfológicos da LIBRAS.

Categorias gramaticais: verbos, adjetivos, pronomes e classificadores.

Aspectos sintáticos: estrutura das frases em LIBRAS.

Vocabulário em LIBRAS.

VI – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel (org.). **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo, SP: Pearson, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

SILVA, Rafael Dias. **Língua brasileira de sinais**: Libras. São Paulo: Pearson, 2015.

COMPLEMENTAR

BAGGIO, Maria Auxiliadora. **Libras**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BARROS, Mariangela Estelita. **ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais**. São Paulo: Penso, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino da Língua Portuguesa Para Surdos:** caminhos para a prática pedagógica- Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12675:ensino-de-lingua-portuguesa-para-surdos-caminhos-para-a-pratica-pedagogica&catid=192:seesp-esducacao-especial. (online)

QUADROS, Ronice M. **Língua de Herança:** Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Penso, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre-RS: Artmed, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Gestão de Equipes de Trabalho – Optativa – Oferecida em EAD

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 hora/aula

I – EMENTA

Empreendedorismo; Competências e comportamento dos empreendedores; Empreendedorismo e Liderança; Conceitos de liderança; Estudo das teorias de liderança; Liderança para organizações que aprendem; Planejamento e liderança; O processo de planejamento e Tipos de planejamento.

II – OBJETIVOS GERAIS

A disciplina tem por objetivo produzir conhecimentos necessários para desenvolvimento do senso crítico e capacidade de contextualização; pensamento sistêmico; visão estratégica; orientação para processos; orientação para as necessidades dos clientes; orientação para resultados; consciência ética e social; capacidade de identificar, analisar e solucionar problemas; trabalho em equipe; comunicação e expressão; desenvolvimento pessoal; orientação para o empreendedorismo e capacidade para influenciar pessoas.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo é o de promover o conhecimento dos principais comportamentos e atitudes observados em Líderes e em equipes de sucesso. Conhecimento das Teorias sobre liderança. Conhecimento dos variados tipos de liderança e das várias formas de estudo

de liderança. Liderança situacional e para organização que aprende. Estimular o desenvolvimento de comportamentos e atitudes de liderança empreendedora no alunado.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º BIMESTRE

- Empreendedorismo
Definições e histórico de empreendedorismo
- Competências e comportamentos dos empreendedores
Perseverança
Iniciativa
Criatividade
Protagonismo
Energia
Rebeldia a padrões impostos
Capacidade de diferenciar-se
Comprometimento
Capacidade incomum de trabalho
Liderança
Orientação para o futuro
Imaginação
Proatividade
Tolerância a riscos moderados
Alta tolerância a ambigüidades e incertezas

2º BIMESTRE

- Empreendedorismo e Liderança
- Conceitos de liderança
- Estudo das teorias de liderança:
Traços de personalidade
Estilos de liderança
Liderança situacional
- Liderança para organizações que aprendem:
O líder como projetista
O líder como regente
O líder como professor
O desenvolvimento dos líderes
- Planejamento e liderança
- O processo de planejamento:
Definição dos objetivos
Análise da situação atual
Desenvolvimento de premissas
Análise das alternativas
Definição do plano de ação
Implementar o plano de ação
Avaliar os resultados
- Tipos de planejamento:

Estratégico
Tático
Operacional

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VI – AVALIAÇÃO

- ☐ Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- ☐ A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração**. São Paulo: Atlas, 2020.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Corporativo: como ser Empreendedor, Inovar e Diferenciar na sua Empresa**. Rio de Janeiro: LTC, 2023.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2017.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura Organizacional e Liderança**. São Paulo: Atlas, 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2016.

Complementar

AGUIAR, Maria Aparecida de. **Psicologia aplicada à Administração: uma abordagem multi-disciplinar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ARAÚJO, Luis César de. **Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2014.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia Aplicada à Administração de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2015.

DORNELAS, J. **Dicas essenciais de empreendedorismo**. São Paulo: Empreende, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis estratégicos. São Paulo: Atlas, 2016.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

LENZI, Fernando César. **A Nova Geração de Empreendedores**: guia para elaboração de um plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009.

SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SOBOLL, Lis A. **Gestão de Pessoas**: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais/Afrodescendentes (Optativa) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

A partir da aprovação da Lei 10.639/2003, torna-se necessário a formação para uma prática educacional e profissional sob a perspectiva das relações étnico-raciais no Brasil, abordando os seguintes elementos: conceito de raça e etnia; racismo e relações raciais no Brasil (o mito da democracia racial); história da afroescendência no Brasil; imagens, representações e estereótipos dos negros no Brasil; identidade, diferença, interação e diversidade nas relações étnico-raciais; escola e currículo para a promoção da igualdade racial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Caberá à disciplina Relações Étnico-Raciais e Afro- Descendência contribuir para:

- A formação de uma consciência crítica em relação às questões étnico-raciais no Brasil;
- O estudo das principais correntes teóricas brasileiras acerca do tema de africanidade e relações étnico-raciais;
- Uma futura prática pedagógica e profissional de promoção da igualdade racial na escola e na comunidade.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Espera-se que o aluno saiba através desta disciplina:

- Avaliar as situações de conflitos inter-étnicos e promover ações que incentivem a igualdade e o respeito à diversidade no contexto escolar;
- Compreender a relevância do papel da escola na promoção da igualdade racial, envolvendo-se pessoalmente nesse projeto.

IV – COMPETÊNCIAS

Ser capaz de compreender o estudo dos processos de construção de fronteiras e de identidades étnicas, procurando discutir os fatores que as modificam e determinam como as teorias e concepções nativas, a competição por recursos, a hierarquia e estratificação entre grupos assimétricos, o estabelecimento de tradições e culturas regionais, a intervenção disciplinar do Estado.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONCEITOS INICIAIS: A QUESTÃO DE RAÇA E ETNIA

- 1.1 Raça
- 1.2 Etnia

2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

- 2.1 O racismo científico
- 2.2 O racismo à brasileira e o mito da democracia racial
- 2.3 Mas, afinal, o que é racismo
 - 2.3.1 Biologicamente, não existem “raças”; somos uma só raça humana
 - 2.3.2 Raça é um conceito político
 - 2.3.3 Os pressupostos do racismo

3 A CONDIÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

- 3.1 A questão da autoidentificação racial nos levantamentos brasileiros
- 3.2 Distribuição racial brasileira, desenvolvimento econômico e desigualdades no mercado de trabalho
- 3.3 Desigualdade racial no sistema educacional
- 3.4 A questão de gênero e a condição da mulher negra

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS: É POSSÍVEL ACELERAR O PROCESSO DE MUDANÇA?

- 4.1 Movimentos negros na luta contra o racismo: para uma nova condição afrodescendente
- 4.2 A especificidade das ações afirmativas

5 O ANTIRRACISMO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

- 5.1 A Carta Maior: a Constituição Brasileira de 1988
- 5.2 Estatutos específicos: o ECA e o Estatuto da Igualdade Racial
 - 5.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90
 - 5.2.2 Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010
- 5.3 Leis e diretrizes educacionais
 - 5.3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96
 - 5.3.2 Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008

5.3.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de 2004 – Parecer CNE 003/2004

6 AFRICANIDADES BRASILEIRAS E ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA AFRICANA DOS NEGROS NO BRASIL

6.1 Pegando o “fio da história”: a África antes de 1500

6.2 Heranças coloniais africanas e a formação de um país chamado Brasil

6.3 Diáspora, travessia dos escravizados e o constrangimento de seres humanos à condição de objetos

6.4 Resistência negra e o movimento abolicionista: antes e depois da Lei Áurea

7 A PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO BRASIL

7.1 Imagens e representações do negro na literatura, na mídia e na escola: a trilha do círculo vicioso

7.2 O processo de construção da identidade na infância e na juventude: a igualdade jurídica em meio a uma sociedade hierárquica

8 IDENTIDADE, INTERAÇÃO E DIVERSIDADE: POR UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ

8.1 Diversidade, livro didático e currículo: desafios para a prática educativa

8.2 Escola e a promoção da igualdade racial: estratégias e possibilidades

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

AMERICO JUNIOR, Elston. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Curitiba: Contentus, 2020.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização**: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro. São Paulo: Selo Negro, 2013.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: InterSaber, 2014.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009., 2016.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm .

CARLI, R. **Antropologia filosófica**. Curitiba: InterSaber, 2012.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: IntterSaber, 2012.

FONSECA, Dagoberto José. **Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, A. **Fundamentos socioculturais da Educação**. Curitiba: IBPEX, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 4º semestre

DISCIPLINA: Educação Ambiental (Optativa) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Promover a compreensão de que a Educação Ambiental (EA) está associada a uma valorização humanitária, crítica, cultural e reflexiva, de acordo com as exigências do mundo contemporâneo, além de fornecer subsídios para a formação de um sujeito ecológico, portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, que incidem sobre o plano individual e coletivo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Introduzir a EA no contexto sociocultural como meio para alcançar comportamentos ecologicamente adequados.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O aluno deverá compreender e estabelecer reflexões sobre a questão ambiental entendendo-a em seus desdobramentos e desafios de aplicabilidade.

IV – COMPETÊNCIAS

Ao final do semestre o aluno será capaz de entender a importância da disciplina de Educação ambiental para a humanidade e em sua área de atuação. Entender a relação do homem com o meio ambiente, reconhecendo-o como agente de transformação, contribuindo assim com a redução dos impactos ambientais.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução à disciplina. A crise ambiental e a questão da consciência ambiental.
- Histórico da Educação Ambiental no Brasil. A década de 60 e o movimento ambientalista.
- Os caminhos da Educação Ambiental no Brasil. A agenda 21: instrumento para a transformação social.
- A educação ambiental segundo a lei n.º 9.795 /99. A educação ambiental como disciplina curricular e os parâmetros curriculares nacionais.
- O projeto pedagógico e a Educação Ambiental no ensino fundamental, médio e universitário.
- A interdisciplinaridade como eixo norteador de projetos em educação ambiental.
- O papel do professor em educação ambiental: a reflexão sobre a sua prática pedagógica. Teoria e prática docente para a educação ambiental.
- A Educação Ambiental e o desenvolvimento de diferentes valores e de comportamentos na relação humana com o meio ambiente.
- A educação Ambiental na educação formal e informal. Educação ambiental crítica. Educação, cidadania e justiça ambiental: a luta pelo direito da existência.
- Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Discussão dos planos de ação em educação ambiental
- Metodologia de Ensino para Educação Ambiental – Modelo de Concepção. Metodologia de Ensino para Educação Ambiental – Modelo de Ação.
- A epistemologia da educação ambiental e a ética ambiental. Atitude, comportamento e ação política: elementos para pensar a formação ecológica.
- O papel do conhecimento integrado da realidade e dos procedimentos baseados na investigação dos problemas ambientais, com a utilização de estratégias interdisciplinares.

VI – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de conteúdos interativos via internet.

VII – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente:** guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2019.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação Ambiental:** abordagens múltiplas. Porto Alegre: Penso, 2012.

SATO, Michele. **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COMPLEMENTAR

ALBANUS, Livia Lucina Ferreira. **Ecopedagogia:** Educação e meio ambiente. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R.; CASTANHEIRA, S. F. **Formação do professor como agente letrado.** São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** v. 4. Brasília: MEC SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro04.pdf>> . Acesso em 12/04/2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** v. 10.3 Brasília: MEC SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>> . Acesso em 12/10/2012.

CUNHA, Belinda Pereira. **Sustentabilidade ambiental:** estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação Ambiental no Brasil:** Formação, identidades e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Bases Procedimentais da Administração Pública

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Serviço público. Bens públicos. Restrições do Estado sobre a propriedade privada. Supremacia do interesse público e função social da propriedade. Limitação administrativa. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Tombamento. Servidão administrativa. Edificação ou parcelamento compulsório. Desapropriação. Processo administrativo. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Improbidade administrativa. Controle da Administração Pública.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Administrativo, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Administrativo; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Administrativo, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito administrativo, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito administrativo. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito administrativo.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito administrativo e da administração pública enquanto célula.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações com a administração pública, inclusive as relações de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Serviço público.
 - 1.1. Conceito de serviço público.
 - 1.2. Titularidade do serviço e titularidade da prestação.
 - 1.3. Serviços públicos por determinação constitucional.
 - 1.3. Delegação do serviço: concessão, permissão e autorização.
 - 1.4. Contratos de gestão. Convênio e consórcio administrativo. Terceirização na Administração Pública.
2. Bens públicos.
 - 2.1. Conceito de bens públicos.
 - 2.2. Classificação no Direito Brasileiro.

2.3. Afetação e desafetação dos bens públicos.

2.4. Aquisição de bens públicos.

2.5. Formas de alienação de bens públicos.

2.6. Formas de utilização de bens públicos.

2.7. Bens públicos em espécie.

2. Restrições do Estado sobre a propriedade privada.

2.1. Fundamentos

2.2. Modalidades: limitação administrativa, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa, edificação ou parcelamento compulsório, desapropriação: espécies (procedimento, indenização; imissão provisória na posse; retrocessão; desvio de finalidade e anulação).

3. Processo Administrativo.

3.1. Noções gerais.

3.2. Processo e procedimento.

3.3. Modalidades de processo administrativo.

3.4. Princípios do processo administrativo.

3.5. Fases do processo administrativo.

3.6. Processo administrativo disciplinar.

3.7. Processo sumário.

4. Responsabilidade civil, penal e administrativa.

4.1. Evolução da responsabilidade.

4.2. Dano indenizável.

4.3. Causas excludentes da responsabilidade.

4.4. Ação regressiva.

4.5. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.

5. Improbidade administrativa.

6. Controle da Administração Pública.

6.1. Controle interno.

6.2. Controle externo.

6.3. Controle legislativo: Comissão Parlamentar de Inquérito, pedido de informações, convocação de autoridades e fiscalização pelo Tribunal de Contas

6.4. Controle jurisdicional.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo Facilitado**. São Paulo: Método; Rio de Janeiro: Forense, 2021.

CARVALHO FILHO, José Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2022.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PIRES, Antonio Cecilio Moreira. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo: parte I**. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 19).

ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo**: parte II. São Paulo: Saraiva, 2018. (Coleção Sinopses Jurídicas, v. 19).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Direito das Obrigações

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Classificação das obrigações. Prestação pecuniária. Dívida de valor. Transmissão das obrigações (cessão de crédito e débito). Efeitos das obrigações. Pagamento. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Conseqüências da inexecução.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Tratar do pagamento como único modo direito de adimplemento obrigacional: os sujeitos envolvidos, seu lugar, seu objeto, seus princípios.
2. Relacionar o adimplemento obrigacional, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
3. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito das obrigações.
4. Permitir ao aluno um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido o tema do adimplemento e das consequências do inadimplemento das obrigações.
5. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito das obrigações.
6. Conscientizar o aluno da importância da humanística das relações jurídicas e das sanções aplicáveis ao inadimplente.
7. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos modos de adimplemento obrigacional pela via indireta, suas diversas possibilidades e as vantagens e desvantagens de cada modo.
8. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na humanização do direito e nas novas tecnologias, concernentes à quitação, ao cumprimento das obrigações, às formas de pagamento.
9. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
10. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
11. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
12. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Adimplemento e Extinção das Obrigações.
 - 1.1. Pagamento.
 - 1.2. Pagamento em Consignação.
 - 1.3. Pagamento com Sub-Rogação.
 - 1.4. Imputação do Pagamento.

- 1.5. Dação em Pagamento.
- 1.6. Novação.
- 1.7. Compensação.
- 1.8. Confusão
- 1.9. Remissão das Dívidas.
2. Inadimplemento das Obrigações.
 - 2.1. Mora.
 - 2.2. Perdas e Danos.
 - 2.3. Juros Legais.
 - 2.4. Cláusula Penal
 - 2.5. Arras ou Sinal.
3. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 2: Teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2022.

MIRAGEM, Bruno. **Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 2: Teoria Geral das Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. Vol. 2.** São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia Complementar:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: Obrigações.** São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 2.

GOMES, Orlando. **Obrigações.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: obrigações.** São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 2.

NEGRÃO, Theotonio. **Código civil e legislação civil em vigor.** São Paulo: Saraiva, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil.** Rio de Janeiro: Forense, 2022. Vol. 2.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Extinção da Punibilidade

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Ação pública e de iniciativa privada. Ação penal no crime complexo. Irretratabilidade da representação. Decadência do direito de queixa ou de representação. Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa. Perdão do ofendido. Extinção da punibilidade.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte geral do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da reabilitação penal, das medidas de segurança, da ação penal, das causas de extinção da punibilidade, inclusive das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Reabilitação.

1.1. Conceito.

1.2. Efeitos.

1.3. Prazo para Requisição.

1.4. Caso de Revogação.

2. Medidas de Segurança.

2.1. Conceito.

2.2. Espécies de Medidas de Segurança.

2.3. Imposição da Medida de Segurança para Inimputável.

2.4. Prazo da Medida.

2.5. Perícia Médica.

2.6. Desinternação ou Liberação Condicional.

2.7. Substituição da Pena por Medida de Segurança para o Semi-Imputável.

2.8. Direitos do Internado.

3. Ação Penal.

3.1. Distinção entre Ação Pública e Ação Privada.

3.2. Ação Penal no Crime Complexo.

3.3. Representação.

3.3.1. Irretratibilidade da Representação.

3.3.2. Decadência do Direito de Representação.

3.4. Direito de Queixa.

3.4.1. Decadência do Direito de Queixa.

3.4.2. Renúncia Expressa ou Tácita do Direito de Queixa.

3.5. Perdão do Ofendido.

4. Causas da Extinção da Punibilidade.

4.1. Morte do Agente.

4.2. Anistia, Graça ou Indulto.

4.3. Retroatividade de Lei que não mais Considera o Fato como Criminoso.

4.4. Renúncia do Direito de Queixa ou pelo Perdão Aceito.

4.5. Retratação do Agente.

4.6. Perempção.

4.7. Decadência.

4.8. Prescrição.

4.8.1. Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença.

4.8.2. Prescrição das Penas Restritivas de Direito.

4.8.3. Prescrição Depois de Transitar em Julgado Sentença Final Condenatória.

4.8.4. Termo Inicial da Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença Final.

4.8.5. Termo Inicial da Prescrição Após a Sentença Condenatória Irrecorrível.

4.8.6. Prescrição no caso de Evasão do Condenado ou de Revogação do Livramento Condicional.

4.8.7. Prescrição da Multa.

4.8.8. Redução dos Prazos de Prescrição.

4.8.9. Causas Impeditivas da Prescrição.

4.8.10. Causas Interruptivas da Prescrição.

4.9. Reabilitação.

4.10. Perdão Judicial.

5. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas,

acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal: parte geral** (Arts. 1 ao 120). São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 1.

RAIZMAN, D. **Manual de Direito Penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 1. (arts. 1º a 120).

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Porto Alegre: Grupo A, 2021.

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. Barueri: Manole, 2022.

REALE JR., Miguel. **Fundamentos de Direito Penal**. Porto Alegre: Grupo A, 2020.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Metodologia do Trabalho Acadêmico (AVA) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 Horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 Horas

I - EMENTA

Esta disciplina trata da iniciação à pesquisa científica, proporcionando informações relativas à conceituação de ciência e de seus objetivos. A disciplina fornece fundamentação teórico-científica para a realização de trabalhos acadêmicos e introduz a linguagem científica por meio de uma visão geral das várias formas de planejamento de pesquisa.

II- OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para o desenvolvimento das competências requeridas dos alunos, conforme definidas no Projeto Pedagógico do Curso/PPC, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas.

III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Saber como elaborar um projeto de pesquisa, redigir e apresentar relatórios e trabalhos acadêmicos. Saber a relação da produção científica e o contexto histórico social. Saber empregar o instrumental básico para a realização adequada da pesquisa bibliográfica e organização de trabalhos pautados por princípios científicos mediante o uso da fundamentação teórico-científica.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da ciência e das universidades.
2. Conhecimento científico versus senso comum. Pesquisa teórica versus pesquisa empírica.
3. Os quatro tipos de conhecimento: popular, filosófico, religioso e científico
4. A determinação histórica na produção do conhecimento.
5. O papel da ciência na sociedade atual. A ciência e a pós-modernidade.
6. Iniciação à pesquisa científica.
7. Teorias. Métodos.
8. Levantamento bibliográfico. Organização, funcionamento e uso da biblioteca.
9. A busca nas fontes de informação: primária, secundária e terciária.
10. A Internet e o ciberespaço, novo plano de captação da informação. Fontes de informação: Sibi (USP), Portal Periódicos da CAPES , IBICT , SCIELO , Web of Science, Normas ABNT
11. Introdução à estruturação do trabalho acadêmico.

V – ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de:

Aulas interativas via *internet* (**SEI** – Sistema de Ensino Interativo).

Leitura dos conteúdos apresentados na disciplina *online*.

VI - AVALIAÇÃO

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela Universidade e pela Direção do Instituto do curso.

A avaliação será feita por meio de questionários e atividades do AVA (NP1), bem como a avaliação presencial no seu campus (NP2) a ser realizada conforme calendário acadêmico.

A média final de cada semestre será o resultado de soma e divisão com os respectivos pesos das avaliações parciais, seguindo regimento institucional de aprovação.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, Luiz Paulo D. **Elaboração de projetos de pesquisa: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016.

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica ao alcance de todos**. Barueri: Manole, 2018.

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson, 2006.

CERVO, Amado L., BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2015.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2021.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia jurídica: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica.** Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

PERIÓDICOS

REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE (REPEC)

<http://www.repec.org.br>

PESQUISA MUNDI

<http://www.pesquisamundi.org/>

RAE : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

<http://rae.fgv.br/>

ADMINISTRAÇÃO : ENSINO E PESQUISA

http://old.angrad.org.br/revista/edicoes_anteriores/

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Procedimento Comum

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Atos de Comunicação Processual. Citação. Intimação. Audiência de conciliação e mediação. Resposta do réu. Revelia e Reconhecimento do Pedido. Fase de Saneamento. Das provas. Audiência de Instrução e Julgamento.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos

jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

• **IV – COMPETÊNCIAS**

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II.** Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.
- **V.** Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII.** Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VIII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atos de Comunicação Processual

2.1 Citação

2.1. Conceito e natureza

2.2. Destinatário da citação

2.3. Efeitos da citação

2.4. Modalidades de citação

2.5. Da forma de contagem dos prazos

3. Intimação

4. Audiência de conciliação e mediação

5. Resposta do réu

5.1. Espécies de defesa contra o processo e contra o mérito

5.2. Contestação

5.3. Reconvenção

4. Revelia e Reconhecimento do Pedido

4.1. Contumácia do Réu

4.2. Efeitos da revelia

4.3. Alteração do pedido

4.4. Reconhecimento da procedência do pedido

5. Fase de Saneamento

5.1. Providências Preliminares

5.2. Julgamento conforme o Estado do Processo

5.3. Extinção do Processo

5.4. Julgamento Antecipado da Lide

5.5. Julgamento Antecipado Parcial de Mérito

5.6. Saneamento do Processo

7. Das Provas

7.1. Conceito de prova

7.2. Princípios

7.3. Classificação geral das provas

7.4. Ônus da prova

7.5. Proposição, admissão e produção

8. Das provas em espécie

8.1. Prova Documental

8.2. Depoimento Pessoal

8.3. Prova Testemunhal

8.4. Prova Pericial

8.5. Inspeção Judicial

8.6. Indícios e Presunções

8.7. Depoimento Pessoal

8.8. Prova Testemunhal

8.9. Prova Pericial

8.10. Inspeção Judicial

8.11. Produção antecipada de provas

9. Audiência de Instrução e Julgamento

10. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática,

entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

NEGRÃO, Theotônio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: Saraiva, 2022.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito processual civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos**. São Paulo: Saraiva, 2022.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2022.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Recuperação Judicial e Falência

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direito falimentar e recuperação da empresa: evolução. Preservação da empresa. Disposições comuns à falência e à recuperação de empresas. Análise da empresa em crise sob a ótica da recuperação judicial e extrajudicial. Aplicação da Lei nº 11.101/2005: aspectos processuais da legislação falimentar.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão do Direito Empresarial, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar o aluno para a utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Empresarial, com uma visão crítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica específica;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Desenvolvimento de capacidade de julgamento e tomada de decisões;

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito empresarial, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito empresarial. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito empresarial.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do empresarial; os princípios norteadores do direito empresarial; a disciplina jurídica da atividade empresarial; a disciplina jurídica dos institutos da Falência e da Recuperação Judicial; os pontos em

comuns dos institutos da falência e da recuperação judicial; a caracterização dos crimes falimentares;

V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução

1.1. Ordem econômica e função social da empresa

1.2. Aspectos históricos do Direito Falimentar brasileiro

1.3. Lei de Falência e Recuperação de Empresas - Lei 11.101/2005

2. Aspectos comuns à Falência e à Recuperação de Empresas

2.1. Abrangência da Lei 11.101/2015 (art. 2º)

2.2. Juízo competente (art. 3º)

2.3. Administrador judicial – aspectos gerais

2.4. Comitê de credores

2.5. Assembleia geral de credores

3. Recuperação de Empresas

3.1. Recuperação judicial

3.1.1. Pedido de processamento

3.1.2. Plano de recuperação

3.1.3. Procedimento da recuperação judicial

3.1.4. Convolação da recuperação judicial em falência

3.2. Recuperação extrajudicial

4. Falência

4.1. Hipóteses legais de caracterização da falência (arts. 94 e 105)

4.2. Efeitos da sentença declaratória de falência

4.3. Arrecadação e custódia dos bens do falido

4.4. Pedido de restituição

4.5. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência

4.6. Classificação dos créditos na falência

4.7. Realização do ativo

4.8. Pagamento aos credores

4.9. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido

4.10. Crimes falimentares

5. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras - Lei 6.024/1974

6. Temas e casos práticos da área voltados para a realidade regional de inserção do curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiem a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

AYOUB, Luiz Roberto. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro : Forense, 2021.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo, Atlas, 2020.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Gustavo Saad. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Atlas, 2022.

DINIZ, Gustavo Saad. **Grupos Societários: da formação à falência**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: recuperação de empresas e falência**. São Paulo, Saraiva, 2022. Vol. 3.

NEGRÃO, Ricardo. **Falência e recuperação de empresas: aspectos objetivos da lei 11.101/2005**. São Paulo, Saraiva, 2019.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo : Saraiva Educação, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 5º Semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo Penal

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Desenvolvimento histórico do processo penal. O processo como uma das formas de composição da lide penal. *Jus puniendi*. Unidade ou dualidade do processo penal. Princípios de direito processual penal. Eficácia da lei no tempo e no espaço. A interpretação da lei. Fontes da matéria.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito processual penal, sobretudo, sua teoria geral, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual penal.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito processual penal e da justiça penal.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da pretensão punitiva do Estado, da lide penal, dos sistemas processuais, da norma processual penal, da humanização da justiça penal, inclusive, das relações de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Processo Penal.
 - 1.1. O Direito de Punir.
 - 1.2. Abordagem e Evolução Histórica do Direito Processual.
2. Pretensão Punitiva e Lide Penal.

- 2.1. O Direito de Punir e o Direito de Liberdade.
- 2.2. O Processo Penal como Instrumento da Pretensão Estatal.
- 2.3. O Processo Penal como Garantia do Cidadão.
- 2.4. Finalidade do Processo e o Devido Processo Legal.

3. Sistemas Processuais.

- 3.1. Origem, Evolução Histórica, Importância.
- 3.2. Do Processo Acusatório.
- 3.3. Do Processo Inquisitivo.
- 3.4. Do Processo Misto.
- 3.5. O Juiz, o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
- 3.6. Processo e Procedimento.
- 3.7. Fases Da Persecução Penal.

4. Norma Processual Penal.

- 4.1. Fontes das Normas Processuais.
- 4.2. Leis Locais de Organização Judiciária.
- 4.3. Aplicação da Lei Processual no Tempo.
- 4.4. Aplicação da Lei Processual no Espaço.
- 4.5. Interpretação da Lei Processual Penal.

5. A Constituição Federal e o Processo Penal.

- 5.1. Princípios Constitucionais do Processo Penal.

6. A Humanização da Justiça Penal.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MOUGENOT, Edilson. **Código de processo penal anotado**. São Paulo : Saraiva, 2017.

REIS, Anna Carolina Gomes dos; MARINO, Aline Marques; RODRIGUES, Ana Luiza; SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de; FERREIRA, Gabriel Bonesi; MACHADO, Lécio Silva. **Teoria Geral do Processo Penal**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

Bibliografia Complementar:

AVENA, Norberto Pâncaro. **Processo Penal**. São Paulo: Método, 2022.

BRITO, Alexis Couto de. **Processo Penal Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2019.

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Elementos de processo penal**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Ação Penal

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Persecutio criminis. Inquérito policial. Ação penal. Condições da ação. Rejeição da denúncia ou queixa. Extinção da punibilidade. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Organização judiciária. Os juízes, os auxiliares da justiça, o Ministério Público, os sujeitos processuais, o imputado, o defensor, o assistente. Processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Conflito de jurisdição.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Considerações Preliminares sobre a Persecução Penal.
2. Características e Formas da Persecução Penal.
4. Objeto da Investigação Policial.
5. Persecução Penal e o Fato Típico.
6. Inquérito e suas Modalidades.
7. A Investigação Policial e a Constituição Federal.
8. Inquérito Policial.
 - 8.1. Conceito, Natureza e Finalidade.
 - 8.2. Competência, Valor Probatório e Vícios.
9. Iniciativa de Instauração do Inquérito Policial.
 - 9.1. *Notitia Criminis*.
 - 9.2. Portaria.

- 9.3. Auto de Prisão em Flagrante.
- 9.4. Várias Modalidades de Requisição de Instauração.
- 9.5. Termo Circunstanciado e a Lei nº 9.099/95.

- 10. Atos de Instrução do Inquérito Policial.
 - 10.1. Direcionamento, Conveniência e Oportunidade.
 - 10.2. Deveres da Autoridade Policial.

- 11. Encerramento do Inquérito Policial.

- 12. Endereçamento do Inquérito Policial.

- 13. Ação Penal.
 - 13.1. Conceito de Ação Penal.
 - 13.2. Condições da Ação Penal.
 - 13.3. Condições de Procedibilidade.
 - 13.4. Pressupostos Processuais.

- 14. Classificação das Ações Penais.
 - 14.1. Ação Penal Pública Incondicionada.
 - 14.2. Ação Penal Pública Condicionada.
 - 14.3. Ação Penal Privada e Subsidiária da Pública.

- 15. Titularidade das Ações Penais.

- 16. Conceito, Princípios das Várias Espécies de Ação.

- 17. Prazos e Causas de Extinção de Punibilidade.

- 18. Jurisdição e Competência Penal.
 - 18.1. Conceitos, Princípios e Características.
 - 18.2. Competência Material e Funcional.
 - 18.3. Prorrogação da Competência.
 - 18.4. Competência pelo Local da Infração.
 - 18.5. Competência por Prevenção.
 - 18.6. Competência pela Prerrogativa de Função.
 - 18.7. Conexão e Continência.

- 19. Organização Judiciária em Material Penal.

- 20. Juiz Criminal.
 - 20.1. Atribuições e Poderes do Juiz no Processo.
 - 20.2. Prerrogativas do Juiz no Processo Penal.
 - 20.3. A Busca da Verdade Real e o Juiz Criminal.

- 21. As Partes no Processo Penal.
 - 21.1. Conceito de Partes.

21.3. Capacidade Processual e Legitimação *Ad Causam*, *Ad processum* e Postulatória.

21.4. Substituição Processual.

22. Ministério Público.

22.1. Intervenção como Parte.

22.2. Natureza e Funções Institucionais do Ministério Público.

22.3. O Ministério Público como Fiscal da Lei.

23. O Acusado e eu defensor.

23.1. Legitimação Passiva *Ad Causam*.

23.2. O Réu e a Defesa Técnica.

23.3. O Advogado do Réu

23.4. O defensor constituído, dativo e *ad hoc*.

24. O Ofendido.

24.1. O Assistente de Acusação.

24.2. Admissibilidade e requisitos.

24.3. Intervenção e Poderes do Assistente do Ministério Público.

25. Dos auxiliares da justiça

25.1. Dos funcionários e serventuários da justiça

25.2. Dos peritos e intérpretes

25. Processos Incidentes.

26. Questões Prejudiciais.

27. Exceções.

28. Conflito de Jurisdição.

29. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito processual penal esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

AVENA, Norberto Pâncaro. **Processo Penal**. São Paulo: Método, 2022.

BRITO, Alexis Couto de. **Processo Penal Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2019.

MOUGENOT, Edilson. **Código de processo penal anotado**. São Paulo : Saraiva, 2017.

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Elementos de processo penal**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Contratos em Geral

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Teoria geral dos contratos. Classificação dos contratos. Formação dos contratos. Efeitos dos contratos. Arras, vícios redibitórios e evicção. Extinção dos contratos.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a

capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Direito dos Contratos.

1.1. Conceito de Direito dos Contratos.

1.2. Fontes e Princípios de Direito dos Contratos.

1.3. Resenha Histórica de Direito dos Contratos.

2. Teoria Geral dos Contratos.

2.1. Conceito de Contrato.

2.2. Função Social do Contrato.

2.3. Elementos Constitutivos e Pressupostos de Validade do Contrato.

- 2.4. Princípios Contratuais.
- 2.5. Interpretação dos Contratos.
- 3. Classificação dos Contratos.
- 4. Formação dos Contratos.
 - 4.1. Vontade.
 - 4.2. Silêncio.
 - 4.3. Negociações Preliminares.
 - 4.4. Proposta.
 - 4.5. Aceitação.
- 5. Do Lugar em que se Reputa Celebrado o contrato.
- 6. Estipulação em Favor de Terceiro.
- 7. Promessa de Fato de Terceiro.
- 8. Vícios Redibitórios.
- 9. Evicção.
- 10. Contratos Aleatórios.
- 11. Contrato Preliminar.
- 12. Contrato com Pessoa a Declarar.
- 13. Extinção do Contrato.
 - 13.1. Distrato.
 - 13.2. Cláusula Resolutiva.
 - 13.3. Exceção de Contrato não Cumprido.
 - 13.4. Resolução por Onerosidade Excessiva.
- 14. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da

disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: contratos**. São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 3: Contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2022

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: contratos**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 3.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: contratos e obrigações comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 3: Contratos (declaração unilateral de vontades, responsabilidade civil). Rio de Janeiro: Forense, 2022.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Direito Individual do Trabalho

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Contrato individual de trabalho. Empregado e empregador. Contrato de Trabalho Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Aviso Prévio. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabilidade e Garantia de Emprego.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito do Trabalho, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Trabalho; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Trabalho, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução Histórica do Direito do Trabalho.

1.1. Origem do Direito do Trabalho: Escravidão, Servidão, Corporações de Ofício, Locação de Serviços e o Contrato de Trabalho. Evolução do Direito do Trabalho no Brasil.

2. Fontes do Direito do Trabalho.

3. Princípios do Direito do Trabalho.

4. Definição e Natureza Jurídica do Direito do Trabalho.

5. Sujeitos do Contrato de Trabalho.

5.1 Empregado.

5.2 Empregador. Poder de Direção do Empregador: Formas de Manifestação.

6. Contrato de Trabalho. Definição. Natureza Jurídica. Características e Requisitos de Validade. Formação do Contrato de Trabalho.

6.1. Modalidades de Contrato de Trabalho (Prazo Determinado, Contrato de Trabalho Intermitente; Contrato de Trabalho por tempo parcial; Contrato de Trabalho Temporário.

7. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho.

8. Extinção do Contrato de Trabalho.

8.1 Formas de Extinção do Contrato de Trabalho. Pedido de Demissão. Extinção do Contrato Sem Justa Causa. Extinção por Contrato Por Justa Causa. Extinção do contrato por comum acordo.

9. Aviso Prévio.

10. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Conceito e Finalidades. Legislação Aplicável. Hipóteses de Levantamento.

11. Estabilidade e Garantia de Emprego. Formas Ativas.

12. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2022.
RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. São Paulo: Método, 2020.

Bibliografia Complementar:

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT organizada**: consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Método, 2022.

CISNEIROS, Gustavo. **Direito do Trabalho Sintetizado**. São Paulo: Método, 2018.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho. Barueri: Manole, 2019

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. Rio de Janeiro: Método, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 6º Semestre

DISCIPLINA: Direito e Meio Ambiente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Elementos de ecologia. O homem e o meio ambiente. O meio ambiente, a sociedade e o ensino superior. Consciência ecológica e educação ambiental. Ética ambiental e cidadania. Visão do meio ambiente. O direito e meio ambiente. Conceito legal de meio ambiente. Classificação do meio ambiente. Bens ambientais. Tutela constitucional do meio ambiente.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou

- normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
 - Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
 - Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
 - Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
 - Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
 - Julgamento e tomada de decisões;
 - Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Elementos de Ecologia;

- 1.1. Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- 1.2. Dinâmica Interna, Dinâmica Externa e Intemperismo;
- 1.3. Minerais, Cristais, Rochas e Solos;
- 1.4. Recursos Hídricos, Ecossistemas e Biodiversidade.

2. Economia e Natureza Ecológica:

- 2.1. Relação Homem-Natureza;
- 2.2. Economia como Subsistema da Natureza;
- 2.3. Padrões de Consumo e as Implicações Ambientais;
- 2.4. Externalidades Ambientais da Economia.

3. Consciência Ecológica e Educação Ambiental;

4. Ética Ambiental e Cidadania;

5. Visões do Meio Ambiente: Antropocêntrica, Ecocêntrica e Biocêntrica;

6. Conceito Legal de Meio Ambiente;

7. Classificação do Meio Ambiente;

8. Bens Ambientais;

9. A Tutela Constitucional do Meio Ambiente:

- 9.1. Competência Ambiental dos Entes Federativos no Brasil;
- 9.2. Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente:** guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2019.

CUNHA, Belinda Pereira. **Sustentabilidade ambiental:** estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito, economia e meio ambiente:** olhares de diversos pesquisadores. Caxias do Sul: Educs, 2012.

RECH, Adir Ubaldo. **Estudos contemporâneos de direito urbanístico e ambiental.** Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

Bibliografia Complementar:

CAIN, Michael L. **Ecologia.** Porto Alegre: Artmed, 2018.

MARIOTTI, Humberto. **Complexidade e sustentabilidade:** o que se pode e o que não se pode fazer. São Paulo: Atlas, 2013.

MILLER, G. T. **Ecologia e sustentabilidade.** São Paulo: Cengage Learning Editores, 2013.

RECH, Adir Ubaldo. **Cidade sustentável:** direito urbanístico e ambiental: instrumentos de planejamento. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito e economia verde.** Caxias do Sul: Educs, 2011.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Métodos de Pesquisa – Oferecida em EAD

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Iniciar o aluno no trabalho intelectual por meio da aplicação da metodologia científica. Capacitá-lo a utilizar os instrumentos necessários à busca de informação, mostrar os tipos de pesquisa científica, apresentar os instrumentos para coleta de dados e propiciar as bases necessárias para a compreensão dos fundamentos da metodologia científica.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver as habilidades para escrever um projeto de pesquisa. Possibilitar o conhecimento das diferentes fases de uma pesquisa, da pesquisa bibliográfica à redação de um trabalho.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Detalhar as etapas para elaboração de um projeto de pesquisa. Mostrar as diversas técnicas de pesquisa. Estabelecer procedimentos para coleta, apresentação, tratamento e interpretação de dados. Destacar as etapas para elaboração e divulgação de um relatório de pesquisa.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A pesquisa como produção de conhecimento
2. Noções gerais, conceito e etapas do projeto de pesquisa.
3. Tipos de pesquisa: estudos de caso, bibliográficas, descritivas, observacionais, correlacionais.
4. Estudos prospectivos, experimentais, de grupo, de sujeito único.
5. Técnicas de pesquisa. O projeto de pesquisa.
6. Estrutura do trabalho de pesquisa; escolha e delimitações do assunto de pesquisa
7. Coleta e apresentação dos dados.
8. Análise dos dados, tratamento estatístico.
9. Interpretação dos dados.
10. O relatório da pesquisa. Seções do relatório da pesquisa.
11. A divulgação da pesquisa. Comunicação científica oral e escrita.
12. Normas de citações e referências bibliográficas.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de conteúdos interativos via internet.

VI – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.

□ A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2021.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia jurídica: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, Luiz Paulo D. **Elaboração de projetos de pesquisa: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016.

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica ao alcance de todos**. Barueri: Manole, 2018.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson, 2006.

CERVO, Amado L., BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2015.

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Proteção Penal ao Indivíduo

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra a pessoa. Homicídio. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. Infanticídio. Aborto e suas espécies. Lesão corporal. Crimes de perigo para a vida e a saúde. Rixa. Crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria. Crimes contra a liberdade individual: constrangimento ilegal, ameaça, seqüestro, cárcere privado, redução a condição análoga à de escravo. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos. Crimes contra os costumes. Estupro. Atentado violento ao pudor. Posse sexual mediante fraude. Atentado ao pudor mediante fraude. Assédio sexual. Corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de pessoas. Ultraje público ao pudor. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos crimes contra a pessoa.

1.1. Crimes contra a vida.

1.1.1. Homicídio. Homicídio simples: generalidades, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo do tipo, caso de diminuição da pena. Homicídio qualificado: generalidades, qualificação pelos motivos determinantes do crime, qualificação pelos meios de execução, qualificação em razão dos fins pelos quais a conduta é praticada. Homicídio culposo: generalidades, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo do tipo caso de aumento da pena.

1.1.2. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio: generalidades, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo do tipo, caso de aumento da pena.

1.1.3. Infanticídio.

1.1.4. Aborto: aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; aborto provocado por terceiro; forma qualificada; aborto necessário; aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

1.2. Lesões corporais: conceito, objetividade jurídica, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo, exclusão do crime, modalidades, ação penal. Crimes contra a violência doméstica (Lei nº 11340/2006).

1.3. Periclitación da vida e da saúde: perigo de contágio venéreo; perigo de contágio de moléstia grave; perigo para a vida ou saúde de outrem; abandono de incapaz; exposição ou abandono de recém-nascido; omissão de socorro; maus-tratos.

1.4. Rixa: conceito, sujeitos, conduta, consumação, elemento subjetivo, legítima defesa, crime qualificado.

2. Dos crimes contra a honra.

2.1. Calúnia, difamação e injúria: generalidades, conduta, elemento subjetivo.

2.2. Causas de aumento e Exclusão do crime.

2.3. Retratação.

3. Dos crimes contra a liberdade individual.

- 3.1. Crimes contra a liberdade pessoal: constrangimento ilegal, ameaça, seqüestro e cárcere privado, redução a condição análoga a de escravo. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.
- 3.2. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio (conceito, conduta, dissenso, clandestinidade e astúcia, sujeitos, elemento subjetivo, formas agravadas, excludentes da criminalidade, concurso de delitos),
- 3.3. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência. Generalidades, violação de correspondência, sonegação ou destruição de correspondência, violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica: observações sobre a Lei de Interceptação Telefônica – Lei nº 9.296/1996. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.

4. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

- 4.1. Crimes contra a liberdade sexual. Estupro. Violação sexual mediante fraude. Assédio sexual. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.
- 4.2. DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL. Estupro de vulnerável. Induzimento de vulnerável à satisfação à lascívia de outrem. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo do tipo.
- 4.3. Ação penal. Aumento de pena.
- 4.4. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Mediação para servir a lascívia de outrem. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual. Casa de prostituição. Rufianismo. Tráfico internacional e interno de pessoa para fim de exploração sexual. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.
- 4.3. Ultraje público ao pudor. Ato obsceno. Escrito ou objeto obsceno. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.
- 4.4. Casos de aumento de pena

5. Dos crimes contra a família.

- 5.1. Crimes contra o casamento. Bigamia. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Simulação de casamento. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.
- 5.2. Crimes contra o estado de filiação. Registro de nascimento inexistente. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido. Sonegação de estado de filiação. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.
- 5.3. Crimes contra a assistência familiar. Abandono material. Entrega de filho menor a pessoa inidônea. Abandono intelectual. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

5.4. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes. Subtração de incapazes. Sujeitos, objetividade jurídica, elemento subjetivo dos tipos.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 2. (arts. 121º a 212).

GILABERTE, Bruno. **Direito Penal: crimes contra a dignidade sexual**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

GILABERTE, Bruno. **Direito Penal: crimes contra a pessoa**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. Barueri: Manole, 2022.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 3. (Crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública).

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: dos crimes contra a dignidade sexual aos crimes contra a administração**. São Paulo: Saraiva, 2020. v.10

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Porto Alegre: Grupo A, 2021.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2015. Vol. 2. (Crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Sentença e Recursos Civil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Sentença e coisa julgada Teoria Geral dos Recursos. Processos no Tribunal. Precedentes. Incidente de resolução de demanda repetitiva. Conflito de competência. Embargos de declaração. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos Infringentes de ofício (incidente de colegialidade). Recursos para os tribunais superiores. Recurso especial. Recurso extraordinário. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Recurso ordinário. Embargos de divergência. Reclamação. Ação Rescisória.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sentença

1.1 Definição legal e classificação doutrinária

1.2 Sentença Definitiva e Terminativa

1.3 Estrutura e formalidades da sentença

1.4 Classificação

1.5 Efeitos

2. Coisa Julgada.

2.1 Coisa Julgada Formal e Material.

2.2 Limites da Coisa Julgada: Objetivos e Subjetivos.

3. Teoria Geral dos Recursos

3.1. Noções gerais

3.2. Princípios

3.3. Pressupostos (objetivos/ subjetivos)

3.4. Efeitos

3.5. Limites: objetivo e subjetivos

3.6. Remessa necessária

4. Processos no Tribunal

4.1. Precedentes

4.2. Incidente de resolução de demanda repetitiva

4.3. Conflito de competência

5. Embargos de declaração
6. Apelação
7. Agravo de instrumento
8. Agravo interno
9. Embargos Infringentes de ofício (incidente de colegialidade)
10. Recursos para os tribunais superiores
 - 10.1. Recurso especial
 - 10.2. Recurso extraordinário
 - 10.3. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário
 - 10.4. Recurso ordinário
 - 10.5. Embargos de divergência
11. Reclamação
12. Ação Rescisória
 - 12.1. Conceito
 - 12.2. Pressupostos
 - 12.3. Admissibilidade
 - 12.4. Prazos e procedimento
 - 12.5. Sentença nula de pleno direito
13. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do curso

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ARAÚJO JÚNIOR, Gediél Claudino. **Prática de recursos no processo civil**. São Paulo: Atlas, 2020.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Novo Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: Atlas, 2018.

POLONI, Ismair Roberto. **Sentença Cível: teoria e prática**. Juiz comum e juizado especial. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 3: Execução Forçada (Cumprimento de Sentença, Execução de títulos extrajudiciais), Processos nos Tribunais, Recursos, Direito Intertemporal. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

COSTA NETO, Raimundo Silvino da. **Sentença Cível: estrutura e técnicas de elaboração**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

DONIZETTI, Elpídio. **Redigindo a sentença cível**. São Paulo: Atlas, 2017.

GAJARDONI, Fernando Fonseca. **Execução e Recursos: Comentários ao CPC de 2015**. São Paulo: Método, 2018.

GAJARDONI, Fernando Fonseca. **Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença: Comentários ao CPC de 2015**. São Paulo: Método, 2018.

NEGRÃO, Theotônio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: Saraiva, 2022.

STOLZE, Pablo; VIANA, Salomão. **Manual da sentença cível**. São Paulo: Saraiva, 2019.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 6º Semestre

DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito Tributário

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. O sistema tributário na Constituição. Tributos: conceito legal, legislação tributária. O poder de tributar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária: fato gerador, elementos. Crédito tributário: conceito, suspensão, extinção, exclusão, garantias, privilégios e preferência.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Tributário, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Tributário; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Tributário, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução do Fenômeno da Tributação.
2. Conceito de Direito Tributário.
3. Autonomia do Direito Tributário.
4. Relações do Direito Tributário com outros Ramos do Direito.
5. Fontes do Direito Tributário: Materiais e Formais.
6. Princípios e Conceitos Fundamentais do Direito Tributário.
7. Sistema Constitucional Tributário.
 - 7.1. Princípios Gerais.
 - 7.2. Espécies Tributárias.
 - 7.3. Legislação Tributária.
 - 7.3.1. Leis, Tratados e Convenções Internacionais, Decretos e Normas Complementares.
 - 7.3.2. Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária.
 - 7.4. Poder de Tributar e os Limites do Poder de Tributar.
 - 7.5. Competência Tributária.
8. Obrigação Tributária.
 - 8.1. Fato Gerador e Elementos da Obrigação Tributária.
 - 8.2. Responsabilidade Tributária.
9. Crédito Tributário.
 - 9.1. Conceito e Natureza Jurídica.
 - 9.2. Constituição do Crédito Tributário pelo Lançamento.
 - 9.3. Suspensão do Crédito Tributário.
 - 9.4. Extinção do Crédito Tributário.
 - 9.5. Exclusão de Crédito Tributário.

9.6. Garantias, Privilégios e Preferências do Crédito Tributário.

10. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. Rio de Janeiro: Método, 2021.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GLASENAPP, Ricardo. **Direito tributário**. São Paulo: Pearson, 2019.

HARADA, Kyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas, 2021.

KFOURI JR., Anis. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário na prática**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Contratos Civil e Empresarial

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Contratos em espécie. Classificação: contratos nominados e inominados. Contratos civis e empresariais. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Contrato de transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais. Contratos Bancários. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia. Leasing e Factoring.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Ampla assimilação do conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Percepção das novas dimensões do desenvolvimento sustentável, compreendendo a saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência, diversidade cultural e meio ambiente. Conscientização da

relação entre meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção ambiental, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

VI – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Compra e Venda.

1.1. Disposições Gerais.

1.2. Cláusulas Especiais à Compra e Venda: Retrovenda, Venda a Contento e Sujeita a Prova, Preempção ou Preferência, Venda com Reserva de Domínio, Venda Sobre Documentos.

2. Troca ou Permuta.

3. Contrato Estimatório.

4. Doação.

4.1. Disposições Gerais.

4.2. Revogação da Doação.

5. Locação de Coisas.

6. Empréstimo.

6.1. Comodato.

6.2. Mútuo.

7. Prestação de Serviço.

8. Empreitada.

9. Depósito.

9.1. Depósito Voluntário.

9.2. Depósito Necessário

10. Mandato.

10.1. Disposições Gerais.

10.2. Obrigações do Mandatário.

10.3. Obrigações do Mandante.

10.4. Extinção do Mandato.

10.5. Mandato Judicial.

11. Comissão.

12. Agência e Distribuição.

13. Corretagem.

14. Transporte.

14.1. Disposições Gerais.

14.2. Transporte de Pessoas.

14.3. Transporte de Coisas.

15. Seguro.

15.1. Disposições Gerais.

15.2. Seguro de Dano.

15.3. Seguro de Pessoa.

16. Constituição de Renda.

17. Jogo e a Aposta.

18. Fiança.

18.1. Disposições Gerais.

18.2. Efeitos da Fiança.

18.3. Extinção da Fiança.

19. Transação.

20. Compromisso.

21. Atos Unilaterais.

21.1. Promessa de Recompensa.

21.2. Gestão de Negócios.

21.3. Pagamento Indevido.

21.4. Enriquecimento Sem Causa.

22. Noções Gerais de Contrato por Adesão, Contrato de Construção, Contrato de Incorporação Imobiliária, Contrato de Edição, Contrato de Representação Dramática.

23. Contratos Bancários.

24. Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia.

25. Arrendamento Mercantil (Leasing).

26. Factoring.

27. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 3: Contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2022.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: contratos**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 3.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais**. São Paulo, Saraiva, 2022. Vol. 2.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 3: Contratos (declaração unilateral de vontades, responsabilidade civil). Rio de Janeiro: Forense, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2022

Bibliografia Complementar:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: contratos**. São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 4.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: contratos e obrigações comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MARTINS, Guilherme Magalhães. **Contratos eletrônicos de consumo**. São Paulo: Atlas, 2016.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Cumprimento de Sentença e Processo de Execução

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/ aula

I – EMENTA

Execução. Regras gerais. Princípios informadores da execução. Responsabilidade patrimonial. Sujeitos do processo de execução. Espécies de execução: entrega de coisa, quantia certa, obrigação de fazer, alimentos, fazenda pública. Petição inicial. Citação. Arresto. Penhora. Avaliação. Arrematação. Pagamento: adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, dinheiro. Suspensão da execução. Remição da execução, remição de bens e remissão. Insolvência. Ações prejudiciais à execução.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.

V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Execução Forçada – Introdução

2. Execução em geral

2.1 Processo de execução e cumprimento da sentença

2.2 Requisitos da execução

2.3 Títulos executivos

2.4 Competência

2.5 Princípios da execução

3. Liquidação da sentença

4. Responsabilidade patrimonial. Fraudes

5. Execução de quantia certa contra devedor solvente (extrajudicial)

5.1 Petição inicial e estrutura procedimental

5.2. Penhora, avaliação, alienação e adjudicação

5.3 Remição, suspensão e extinção da execução

5.4 Embargos à execução

5.5 Demais meios de defesa do devedor

5.6 Exceção de pré-executividade

5.7. Ação anulatória

6. Execução de quantia certa contra devedor solvente (judicial)

6.1 Cumprimento da sentença

6.2 Impugnação

7. Execução para entrega de coisa

8. Execução das obrigações de fazer e não fazer

9. Execução da prestação alimentícia

10. Noções de execução contra a Fazenda Pública

11. Noções de execução fiscal

12. Noções de execução por quantia certa contra devedor insolvente

13. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2022.

GAJARDONI, Fernando Fonseca. **Execução e Recursos: Comentários ao CPC de 2015**. São Paulo: Método, 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 3: Execução Forçada (Cumprimento de Sentença, Execução de títulos extrajudiciais), Processos nos Tribunais, Recursos, Direito Intertemporal. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Bibliografia Complementar:

ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022.

GAJARDONI, Fernando Fonseca. **Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença: Comentários ao CPC de 2015**. São Paulo: Método, 2018.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Novo Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: Atlas, 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Desenvolvimento Sustentável

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Desenvolvimento sustentável: novas dimensões a serem compreendidas: saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência,

diversidade cultural e meio ambiente. O problema do desenvolvimento sustentável e os problemas ambientais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Ampla assimilação do conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Percepção das novas dimensões do desenvolvimento sustentável, compreendendo a saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência, diversidade cultural e meio ambiente. Conscientização da

relação entre meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção ambiental, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Desenvolvimento Sustentável: Um Paradigma em Construção.
 - 1.1. A Linha do Tempo da Sustentabilidade.
 - 1.2. Premissas da Sustentabilidade.
 - 1.3. Sustentabilidade na Perspectiva Econômica.
 - 1.4. Sustentabilidade na Perspectiva Social.
 - 1.5. Sustentabilidade na Perspectiva Ambiental.
 - 1.6. Sustentabilidade na Perspectiva Política.
2. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável na Doutrina Nacional e Estrangeira.
3. Fusão do Direito do Desenvolvimento com o Direito Internacional Ambiental: Criação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável GATT de 1946.
 - 3.1. Conferência de Bandoeng.
 - 3.2. Rodada de Tóquio do GATT.
 - 3.3. Princípios da Desigualdade Compensadora, Não Proporcionalidade das Obrigações entre os Países do Norte e do Sul e Formação de um Sistema Geral de Preferências.
 - 3.4. Conferência de Estocolmo de 1972.
 - 3.5. Estruturação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.
 - 3.6. Conteúdo Conceitual.
4. Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.
 - 4.1. A Questão da Saúde.
 - 4.2. A Questão da Educação.
 - 4.3. Expectativa de Vida.
 - 4.4. Coesão Social.
 - 4.5. Condições Materiais de Existência.

4.6. Diversidade Cultural e Meio Ambiente.

5. O Desenvolvimento Sustentável e os Problemas Ambientais.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HADDAD, Paulo Roberto. **Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARIOTTI, Humberto. **Complexidade e sustentabilidade: o que se pode e o que não se pode fazer**. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDONÇA, F. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

PHILIPPI, A.; FREITAS, V.; SPINOLA, A. **Direito ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BERTÉ, R. **Meio ambiente: certificação e acreditação ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

CUNHA, Belinda Pereira. **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul: Educs, 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2017.

FRANCO, D. **Responsabilidade legal pelo dano ambiental**: a aplicação das excludentes de responsabilidade. São Paulo: Blucher, 2017.

MILLER, G. T. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2013.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI**: no Brasil e no mundo. São Paulo: Blucher, 2018.

ROSA, André Henrique. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SGS ACADEMY. **Meio ambiente e qualidade de vida**. São Paulo: Pearson, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 7º Semestre

TURNO: Diurno/Noturno

DISCIPLINA: Direito Tutelar e Coletivo do Trabalho

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direito Tutelar do Trabalho: jornada de trabalho, repousos em geral; banco de horas; salário e remuneração; participação nos lucros da empresa; adicionais de hora extra, noturno, insalubridade, periculosidade; prescrição trabalhista; Direito coletivo do trabalho: origens históricas dos sindicatos. As especificidades dos sindicatos na sociedade brasileira. Conceito, características e natureza sócio-jurídica do contrato coletivo de trabalho. Contrato coletivo de trabalho e formas de solução dos conflitos trabalhistas: convenção, acordo, negociações coletivas e formas alternativas de resolução de conflitos. A extensão do campo da negociação coletiva nas sociedades contemporâneas. Conflitos do trabalho e direito de greve na sociedade brasileira.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito do Trabalho, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Trabalho; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Trabalho, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
 - Interpretação e aplicação do Direito;
 - Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
 - Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
 - Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
 - Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
 - Julgamento e tomada de decisões;
 - Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
-
- **IV – COMPETÊNCIAS**
 - **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito do trabalho, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
 - **II.** Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito do trabalho. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
 - **III.** Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito do trabalho.
 - **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito do trabalho; os princípios norteadores do direito do trabalho, inclusive insculpidos na Constituição Federal; a história do direito do trabalho e a evolução dos direitos trabalhistas; as diversas espécies de tutelas na seara do direito do trabalho; os direitos trabalhistas protetivos na relação de emprego; as relações individuais e coletivas do trabalho; o papel do sindicato nas relações de trabalho; a evolução do direito do trabalho frente à modernização da legislação trabalhista.
 - **V.** Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação trabalhista como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII.** Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Jornada de Trabalho.

2.1. Conceito.

2.2. Horas Extraordinárias: Hipóteses de Ocorrência.

2.3. Jornada Noturna.

2.4. Turnos Ininterruptos de Revezamento.

2.5. Empregados Excluídos das Regras de Proteção da Jornada.

2.6. Horas de Sobreaviso e Prontidão.

3. Períodos de Descanso.

3.1. Intervalos Intrajornada e Interjornada.

3.2. Descanso Semanal Remunerado.

3.3. Férias Anuais.

3.4. Banco de Horas.

4. Salário e Remuneração.

4.1. Conceito.

4.2. Formas de Estipulação.

4.3. Equiparação Salarial.

4.4. Proteção ao Salário.

5. Prescrição Trabalhista.

6. Segurança e Medicina do Trabalho.

6.1 Adicional de Insalubridade e Periculosidade

7. Direito Coletivo do Trabalho

7.1 Princípios do Direito Coletivo do Trabalho.

7.2. Organização Sindical Brasileira.

7.3 Conflitos Coletivos de Trabalho. Solução dos Conflitos Coletivos. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho.

8. Direito de Greve.

9. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

LEITE, Carlos Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. São Paulo: Método, 2020. **Bibliografia**

Complementar:

BENATTO, Pedro Henrique Abreu. **Direito do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2022.

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT organizada: consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Método, 2022.

CISNEIROS, Gustavo. **Direito do Trabalho Sintetizado**. São Paulo: Método, 2018.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho. Barueri: Manole, 2019

ZAFFARI, Eduardo Kicker. **Direito Coletivo do Trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Proteção Penal ao Patrimônio

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra o patrimônio. Furto, roubo e extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Estelionato e fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a propriedade intelectual. Crimes contra a organização do trabalho.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte especial do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos crimes contra o patrimônio, dos crimes contra a propriedade imaterial, dos crimes contra a organização do trabalho, dos crimes contra a incolumidade pública, inclusive, das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos crimes contra o patrimônio.
 - 1.1. Furto: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, furto qualificado, furto de coisa comum.
 - 1.2. Roubo e extorsão: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, extorsão mediante seqüestro, extorsão indireta.
 - 1.3. Usurpação: alteração de limites, usurpação de águas, esbulho possessório, supressão ou alteração de marcas em animais.

- 1.4. Dano: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, dano qualificado, introdução ou abandono de animais em propriedade alheia, dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico, alteração de local especialmente protegido.
 - 1.5. Apropriação indébita: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, caso de aumento de pena, apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza, apropriação de tesouro, apropriação de coisa achada.
 - 1.6. Estelionato e fraudes: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, disposição de coisa alheia como própria, alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria, defraudação de penhor, fraude na entrega de coisa, fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro, fraude no pagamento por meio de cheque, duplicata simulada, abuso de incapazes, induzimento à especulação, fraude no comércio, fraudes do artigo 176 do CP, fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações, emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”, fraude à execução.
 - 1.7. Receptação: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, receptação qualificada.
2. Dos crimes contra a propriedade imaterial.
 - 2.1. Crimes contra a propriedade intelectual: violação de direito autoral, usurpação de nome ou pseudônimo alheio.
3. Crimes contra a organização do trabalho.
 - 3.1. Atentado contra a liberdade de trabalho.
 - 3.2. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
 - 3.3. Atentado contra a liberdade de associação.
 - 3.4. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.
 - 3.5. Paralisação de trabalho de interesse coletivo.
 - 3.6. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.
 - 3.7. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.
 - 3.8. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.
 - 3.9. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.
 - 3.10. Aliciamento para o fim de emigração.
 - 3.11. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.
4. Dos crimes contra a incolumidade pública.
 - 4.1. Dos crimes de perigo comum
 - 4.1.1. Incêndio. Aumento de pena. Modalidade culposa
 - 4.1.2. Explosão. Aumento de pena. Modalidade culposa
 - 4.1.3. Uso de gás tóxico ou asfixiante
 - 4.1.4. Fabrico. Fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante
 - 4.1.5. Inundação. Perigo de inundação.
 - 4.1.6. Desabamento ou desmoronamento.
 - 4.1.7. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento. Difusão de doença ou praga.
 - 4.2. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.

4.2.1. Perigo de desastre ferroviário. Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte. Arremesso de projétil. Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico.

4.3. Dos crimes contra a saúde pública.

4.3.1. Epidemia.

4.3.2. Infração de medida sanitária preventiva.

4.3.3. Omissão de notificação de doença.

4.3.4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.

4.3.5. Substância destinada à falsificação. Outras substâncias nocivas à saúde pública

4.3.6. Medicamento em desacordo com receita médica. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica

4.3.7. Charlatanismo. Curandeirismo.

5. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Vol. 3: Parte Especial - Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. São Paulo: Saraiva, 2022.

GILABERTE, Bruno. **Direito Penal**: crimes contra o patrimônio. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

GONÇALVES, Victor Rios; BALTZAR JUNIOR, José. **Legislação penal especial esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2021.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Porto Alegre: Grupo A, 2021.

Bibliografia Complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 2. (arts. 121º a 212).

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: dos crimes contra o patrimônio aos crimes contra a propriedade imaterial**. São Paulo: Saraiva, 2020. v.09

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. Barueri: Manole, 2022.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2015. Vol. 2. (Crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Provas Processuais Penais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Prisão. Liberdade provisória. Teoria da prova. Provas processuais penais em espécie. Exame de corpo de delito. Interrogatório do réu. Confissão. Prova testemunhal. Prova documental. Prova pericial. Busca e apreensão. Citações, intimações e notificações. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimentos comuns da competência do Juiz singular e do Tribunal do Júri. Procedimentos especiais para crimes apenados com reclusão e detenção. Procedimento das contravenções.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito processual penal, sobretudo, o instituto das provas, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual penal.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito processual penal e da justiça penal.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica da prisão penal, dos mecanismos legais para restabelecimento da liberdade da lide penal, das considerações preliminares sobre a prova penal, dos sistemas processuais, do exame de corpo de delito, do interrogatório

do acusado, da confissão e do ofendido, das provas testemunhal, pericial e documental, do reconhecimento de pessoas e coisas, da acareação e indícios, da busca e apreensão, do processo e procedimentos em matéria penal, inclusive, das relações de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Prisão Penal.

- 1.1. Conceito e Modalidades.
- 1.2. Prisão Cautelar e Prisão Processual.
- 1.3. Princípios e Legalidade da Prisão.
- 1.4. Prisão em Flagrante.
- 1.5. Prisão Temporária ou Provisória.
- 1.6. Prisão Preventiva.
- 1.7. Prisão por Sentença de Pronúncia.
- 1.8. Prisão por Força de Sentença Condenatória Recorrível.
- 1.9. Prisão por Força de Sentença Condenatória Irrecorrível.

2. Mecanismos Legais para Restabelecimento da Liberdade.

- 2.1. Liberdade Provisória.
- 2.2. Princípios Norteadores do Instituto.
- 2.3. Casos em que o Agente se Livra Solto.
- 2.5. Relaxamento da Prisão em Flagrante.
- 2.6. Conversão da Prisão Temporária em Preventiva.
- 2.7. A Liberdade Provisória com ou sem Vinculação.
- 2.8. A Revogação da Prisão Preventiva.

3. Considerações Preliminares sobre a Prova Penal.

- 3.1. Conceito e Objeto da Prova Penal.
- 3.2. Classificações e Meios de Prova.
- 3.3. As Fases do Procedimento Probatório.

- 3.4. A Constituição Federal e os Meios de Prova.
 - 3.5. Teoria dos “Frutos da Árvore Envenenada”.
 - 3.6. Teoria da Razoabilidade ou Proporcionalidade.
 - 3.7. Ônus da Prova.
 - 3.8. O Sujeito Passivo e o Ônus da Prova.
 - 3.9. Sistemas de Apreciação.
 - 3.10. Princípios da Prova Penal.
4. Exame de Corpo de Delito.
 - 4.1. Exames Periciais.
 - 4.2. Realização das Perícias.
 - 4.3. Exames Necroscópicos.
 - 4.4. Outras Perícias.
5. Interrogatório do Acusado
 - 5.1. Natureza e Conceito.
 - 5.2. Oportunidade.
 - 5.3. Características e Formalidades.
 - 5.4. O Interrogatório e a Ampla Defesa.
6. Da confissão e do ofendido.
 - 6.1. Conceito.
 - 6.2. Confissão Qualificada.
7. Prova Testemunhal.
 - 7.1. Conceito e Classificação.
 - 7.2. Número e Espécies.
 - 7.3. Impedimentos.
 - 7.4. Deveres das Testemunhas.
 - 7.5. Valor Probatório.
 - 7.6. Oportunidade para o Questionamento da Prova.
 - 7.7. As alterações introduzidas pelas Leis 11.690/08 e 11.900/09
8. Reconhecimento de Pessoas e Coisas
9. Acareação e Indícios
10. Prova Documental.
 - 10.1. Conceito de Documento.
 - 10.2. Forma e Espécies.
 - 10.3. Normas Procedimentais.
 - 10.4. Incidente de Falsidade.
11. Prova Pericial.
 - 11.1. Perícias em Geral.
 - 11.2. Natureza Jurídica.
 - 11.3. Conceito e Importância das Perícias.

- 11.4. Valoração da Prova Pericial.
 - 11.5. Obrigatoriedade da Perícia.
 - 11.6. Indícios e Presunções.
12. Busca e Apreensão.
- 12.1. Conceito, Iniciativa e Execução.
 - 12.2. Objeto da Diligência.
 - 12.3. Busca Domiciliar.
 - 12.4. Busca Pessoal.
 - 12.5. A Constituição Federal e os Direitos Individuais.
13. Citações, Intimações e Notificações em Processo Penal.
14. Processo e Procedimento em Matéria Penal.
- 14.1. Pressupostos Processuais.
 - 14.2. Formas Procedimentais.
 - 14.3. Procedimento Comum. Ordinário, sumário, sumaríssimo.
 - 14.4. Procedimento da Competência do Tribunal do Júri.
 - 14.4.1. Da Acusação e da Instrução Preliminar. Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Do Alistamento dos Jurados. Desaforamento. Da Organização da Pauta. Do Sorteio e da Convocação dos Jurados. Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença. Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri. Da Instrução em Plenário e dos debates. Do Questionário e sua Votação dos quesitos. Sentença.
 - 14.5. Procedimentos Especiais.
 - 12.5.1. Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
 - 12.5.2. Crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Crimes.
 - 12.5.3. Crimes contra a propriedade imaterial
 - 12.5.4. Restauração de autos extraviados ou destruídos
 - 14.6. Procedimento das Contravenções.
15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PEDROSO, Fernando de Almeida. **Prova Penal: doutrina e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2017.

Bibliografia Complementar:

AVENA, Norberto Pâncaro. **Processo Penal**. São Paulo: Método, 2022.

BRITO, Alexis Couto de. **Processo Penal Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2019.

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Elementos de processo penal**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito processual penal esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 7º Semestre

DISCIPLINA: Tributos em Espécie

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Os tributos em espécie. Tributos federais: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre a Renda e os Proventos de qualquer natureza, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Contribuições Sociais, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas. Tributos estaduais: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de

Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Tributos municipais: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Tributário, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Tributário; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Tributário, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

- **IV – COMPETÊNCIAS**

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito tributário, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II.** Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito tributário. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito tributário.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito tributário; os princípios norteadores do direito tributário; a disciplina jurídica da atividade arrecadatória do Estado; os diversos tipos e espécies de tributos; os tributos nas esferas municipal, estadual e federal;
- **V.** Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII.** Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VIII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tributos Federais.

1.1. Imposto de Importação: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.2. Imposto de Exportação: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.3. Imposto sobre a Renda e os Proventos de Qualquer Natureza: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.4. Imposto sobre Produtos Industrializados: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.5. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.7. Contribuições Sociais: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.8. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

1.9. Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

2. Tributos Estaduais.

2.1. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

2.2. Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

2.3. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

3. Tributos Municipais.

3.1. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

3.2. Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

3.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: Sujeito Ativo e Passivo. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Legislação Pertinente.

4. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário na prática**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Hugo de; SEGUNDO, Machado. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2022.

CALIENDO, Paulo. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo : Saraiva Educação, 2022.

HARADA, Kyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas, 2021.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário completo**. São Paulo: Saraiva, 2022.

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. Rio de Janeiro: Método, 2021.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Direito Previdenciário

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução histórica da previdência social. A previdência social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. Prestações relativas a acidente do trabalho. Repercussões no contrato de trabalho. A responsabilidade decorrente do acidente de trabalho. Ação judicial acidentária.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Previdenciário, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Previdenciário; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Previdenciário, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Previdência Social: Conceito, Denominação, Divisão, Natureza Jurídica.

2. Previdência Social no Brasil e no Mundo.

2.1. Evolução da Previdência Social.

2.2. Origens e Desenvolvimento Histórico da Previdência Social no Brasil.

3. Conceitos Básicos de Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

4. Peculiaridades das Normas de Previdência Social.

5. Beneficiários da Previdência Social.

5.1. Segurado.

5.2. Dependentes.

5.3. Inscrições do Segurado Obrigatório.

5.4. Inscrições do Segurado Facultativo.

5.5. Inscrições dos Dependentes.

5.6. Filiação.

5.7. Perda da Qualidade de Segurado.

6. Custeio da Previdência Social.

7. Prestações da Previdência Social e Benefícios.

7.1. Período de Carência.

7.2. Salário Benefício.

7.3. Renda Mensal dos Benefícios.

7.4. Reajustes dos Benefícios.

7.5. Pagamento dos Benefícios.

7.6. Cumulação de Benefícios.

7.7. Prescrição.

7.8. Tempo de Serviço e Contagem Recíproca.

- 7.9. Auxílio-Doença.
- 7.10. Aposentadoria por Invalidez.
- 7.11. Aposentadoria por Tempo de Contribuição.
- 7.12. Aposentadoria por Idade.
- 7.13. Aposentadoria Especial.
- 7.14. Auxílio Acidente.
- 7.15. Pensão por Morte.
- 7.16. Pensões Especiais.
- 7.17. Salário-Maternidade.
- 7.18. Salário-Família.
- 7.19. Auxílio Reclusão.
- 8. Acidente de Trabalho.
 - 8.1. Teorias que Fundamentam a Proteção do Acidentado.
 - 8.1.1. Culpa Aquiliana.
 - 8.1.2 Teoria do Contrato.
 - 8.1.3. Responsabilidade pelo Fato da Coisa.
 - 8.1.4. Teoria do Risco Profissional.
 - 8.1.5. Teoria do Risco de Autoridade.
 - 8.1.6. Seguro Social.
 - 8.2. Evolução da Legislação Acidentária no Brasil.
 - 8.3. Definição de Acidente de Trabalho.
 - 8.4. Prestações Relativas a Acidente do Trabalho.
 - 8.4.1. Auxílio-Doença.
 - 8.4.2. Aposentadoria por Invalidez Acidentária.
 - 8.4.3. Auxílio Doente.
 - 8.4.4. Abono Anual Do Acidentário.
 - 8.5. Valor do Benefício.
 - 8.6. Garantia de Emprego.

8.7. Estabilidade.

8.8. Cancelamento do Benefício.

8.9. Ação Judicial Acidentária.

9. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

SANTOS, Marisa Ferreira. **Direito Previdenciário Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2020.

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários**. São Paulo: Saraiva, 2022.

GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Método, 2022.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. Barueri, SP: Manole, 2011.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Direito Previdenciário**. Porto Alegre: Grupo A, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Direitos Reais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Posse: origem e evolução histórica. Teorias principais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos. Sujeito e objeto da posse. Posse e sua classificação. Aquisição, efeitos e perda da posse. Proteção possessória. Classificação dos direitos reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habilitação. Direito do promitente comprador do imóvel. Penhor. Hipoteca. Anticrese. A concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Direito das Coisas.
 - 1.1. Conceito de Direito das Coisas.
 - 1.2. Fontes e Princípios de Direito das Coisas.
 - 1.3. Resenha Histórica de Direito das Coisas.
2. Posse.
 - 2.1. Origem e Evolução Histórica.
 - 2.2. Teorias Principais sobre a Posse.
 - 2.3. Conceito e Natureza Jurídica.
 - 2.4. Elementos.
 - 2.5. Sujeito e Objeto da Posse.
 - 2.6. A Posse e sua Classificação.
 - 2.7. Aquisição da Posse.
 - 2.8. Efeitos da Posse.
 - 2.9. Perda da Posse.
 - 2.10. Transmissão da Posse.
 - 2.11. Ações Possessórias.
 - 2.12. Proteção da Posse através de Outras Ações.
3. Classificação dos Direitos Reais.
4. Propriedade.
 - 4.1. Direito de Propriedade – Caracterização Geral.
 - 4.2. Função Social da Propriedade.
 - 4.3. Limitações do Direito de Propriedade.
 - 4.5. Aquisição da Propriedade Imóvel.
 - 4.5.1. Aquisição por Usucapião.

4.5.2. Aquisição pelo Registro do Título.

4.5.3. Aquisição por Acessão: Ilhas, Aluvião, Avulsão, Álveo Abandonado, Construções e Plantações.

4.6. Aquisição da Propriedade Móvel.

4.6.1. Usucapião.

4.6.2. Ocupação.

4.6.3. Achado do Tesouro.

4.6.4. Tradição.

4.6.5. Especificação.

4.6.6. Confusão, Comissão e Adjunção.

4.7. Perda da Propriedade.

4.8. Direitos de Vizinhança.

4.8.1. Uso Anormal da Propriedade.

4.8.2. Árvores Limítrofes.

4.8.3. Passagem Forçada.

4.8.4. Passagem de Cabos e Tubulações.

4.8.5. Águas.

4.8.6. Limites entre Prédios e do Direito de Tapagem.

4.8.7. Direito de Construir.

4.9. Condomínio Geral: Voluntário e Necessário.

4.10. Condomínio Edifício.

4.11. Propriedade Resolúvel.

4.12. Propriedade Fiduciária.

5. Superfície.

6. Servidões: Constituição, Exercício e Extinção.

7. Usufruto: Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Usufrutuário, Extinção do Usufruto.

8. Uso.

9. Habitação.

10. Direito do Promitente Comprador.

11. Penhor, Hipoteca e Anticrese.

11.1. Penhor:

11.1.1. Constituição, Direitos e Obrigações do Credor Pignoratício, Extinção do Penhor.

11.1.2. Penhor Rural, Penhor Industrial e Mercantil, Penhor de Direitos e Títulos de Crédito, Penhor de Veículos, Penhor Legal.

11.2. Hipoteca: Hipoteca Legal, Registro da Hipoteca, Extinção da Hipoteca, Hipoteca de Vias Férreas.

11.3. Anticrese.

12. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, conforme Lei nº 11.481, de 2007.

13. Concessão de Direito Real de Uso, conforme Lei nº 11.481, de 2007.

14. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil: Direitos Reais**: São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 5.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 5: Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2022.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TEPEDINO, Gustavo. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Fundamentos do Direito Civil, Vol. 5.).

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. Vol. 4 São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: coisas**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 4.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil: direito das coisas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 4: Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Vol. 4.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos: Negociação e Mediação

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O curso de Mediação tem como finalidade proporcionar conhecimentos básicos na área de Mediação, Conciliação e Negociação, como instrumentos voltados às soluções alternativas dos conflitos de interesse. Definições de negociação. Abordagem ganhos mútuos. Competição versus Cooperação. Matriz de Negociações Complexas. Etapas da Negociação – Preparação, criação de Valor, Distribuição de Valor e Implementação.

II – OBJETIVOS GERAIS

A disciplina tem como objetivos gerais a transmissão das noções gerais, princípios e regras do novo direito processual civil, numa abordagem interdisciplinar da mediação e demais temas relacionados. Utilizar o modelo da abordagem de ganhos mútuos na negociação, em diferentes contextos de uma organização, somados aos objetivos específicos a seguir descritos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estimular estudo da mediação, assegurando um arcabouço de conhecimento que possibilite a análise crítica e a escolha dos instrumentos alternativos adequados ao alcance efetivo da ordem jurídica justa, na busca da solução dos conflitos de interesses ou da transformação do conflito. Definir negociação. Abordar o conceito de ganho mútuo. Diferenciar contextos de competição e cooperação. Compreender as matrizes de negociações complexas e identificar as etapas da negociação e suas manifestações.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A teoria geral do conflito:

- A cultura da pacificação;
- Princípios constitucionais.

2. A comunicação:

- CNJ e a IN 125/2010: Políticas Públicas.

3. Meios alternativos da solução de conflitos:

- aspectos gerais;
- histórico;
- relevância.

4. Negociação:

- Preparação;
- Criação de Valor;
- Distribuição de Valor;
- Implementação.

5. Conciliação.

6. Mediação:

- origem;
- princípios;
- modelos;
- tipos;
- etapas.

7. Mediador

8. Mediação

- técnicas;
- regime jurídico.

9. Mediação familiar.

10. Mediação civil e empresarial.

11. Mediação Penal

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. **Mediação e gerenciamento do processo**. São Paulo: Atlas, 2013.

SALLES, Carlos Alberto; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SCAVONE JR., Luiz Antonio. **Arbitragem**: mediação, conciliação e negociação. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar:

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: Contentus, 2020.

LUCHIARI, Valeria Lagrasta. **Mediação Judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MUNIZ, Joaquim de Paiva. **Arbitragem e mediação: temas controvertidos**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2021.

ROCHA, Caio Cesar Vieira. **Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira**. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Processo de Conhecimento do Trabalho

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Princípios e singularidades do direito processual do trabalho. Organização judiciária do trabalho. Ministério Público do Trabalho. Jurisdição. Competência. Processo. Procedimento. Atos e fatos processuais. Prazos processuais. Nulidades. Partes. Litisconsórcio. Assistência. Substituição processual. Petição inicial. Defesa do reclamado. Exceções. Reconvencção. Audiência de conciliação e instrução. Prova. Sentença. Requisitos. Coisa julgada.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Trabalhista, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Trabalhista; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Trabalhista, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução Histórica do Direito Processual do Trabalho.
2. Princípios do Direito Processual do Trabalho.
3. Organização da Justiça do Trabalho.
 - 3.1. Órgãos da Justiça Laboral.
 - 3.2. Varas do Trabalho.
 - 3.3. Tribunal Regional do Trabalho.
 - 3.4. Tribunal Superior do Trabalho.
4. Jurisdição e Competência.
 - 4.1. Jurisdição e Competência Internacional.
 - 4.2. Competência Interna: Critérios Objetivo, Territorial e Funcional.
5. Ação e Processo Trabalhista.
 - 5.1. Conflitos Trabalhistas e suas Formas de Solução: Comissões de Conciliação Prévia, Mediação, Arbitragem e Jurisdição.
 - 5.2. Ações Trabalhistas: Dissídios Individuais e Coletivos.
 - 5.3. Classificação das Ações, Elementos e Condições da Ação.

5.4. Processo Trabalhista: Nomenclatura, Classificação, Partes e Procuradores. Litisconsórcio. Substituição Processual. Honorários Advocatícios. Justiça Gratuita e Assistência Judiciária Gratuita. Nulidades, Atos, Termos e Prazos Processuais.

6. Processo de Conhecimento.

6.1. Tipos de Procedimento. Procedimento Sumaríssimo e Procedimento Sumário.

6.2. Fase Postulatória: Petição Inicial e Respostas do Réu.

6.2.1. Requisitos da Petição Inicial.

6.2.2. Modalidades de Defesa e Espécies de Resposta. Contestação. Exceções. Reconvenção.

6.3. Audiência Trabalhista.

6.4. Provas.

6.5. Conciliação.

6.6. Alegações ou Razões Finais.

6.7. Sentença e Coisa Julgada.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do Trabalho: recursos trabalhistas, execução trabalhista e ações de rito especial**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de Direito e Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT organizada: consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Método, 2022.

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do trabalho sintetizado**. São Paulo: Método, 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2021.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Proteção Penal aos Interesses Sociais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública: falsificação de documento público e particular. Falsidade ideológica. Uso de documento falso.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

1.1. Crimes contra o sentimento religioso: ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

1.2. Crime contra o respeito aos mortos: impedimento ou perturbação de cerimônia funerária, violação de sepultura, destruição, subtração ou ocultação de cadáver, vilipêndio a cadáver.

2. Dos crimes contra a paz pública.

2.1. Incitação ao crime.

2.2. Apologia de crime ou criminoso.

2.3. Quadrilha ou bando.

3. Crimes contra a fé pública.

3.1. Moeda falsa: generalidades, objetividade jurídica, conduta, consumação, crimes assimilados ao de moeda falsa, petrechos para falsificação de moeda, emissão de título ao portador sem permissão legal.

3.2. Falsidade de títulos e outros papéis públicos.

3.3. Falsificação documental.

3.4. Outras falsidades previstas no CP.

4. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Vol. 3: Parte Especial - Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. São Paulo: Saraiva, 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 3. (arts. 213º a 359-H).

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. Barueri: Manole, 2022.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 2. (arts. 121º a 212).

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 4. (Crimes contra a fé pública até a crimes contra a administração pública).

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 3. (Crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 8º Semestre

DISCIPLINA: Participação Política e Meio Ambiente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Instrumentos da política de proteção ambiental. Zoneamento ecológico econômico. Áreas de proteção ambiental. O estudo de impacto ambiental. O relatório de impacto ambiental. Estudo de casos. Experiência brasileira. Os planos diretores dos Municípios, a participação popular e a publicidade.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Instrumentos da Política de Proteção Ambiental:

1.1. Conceito de Instrumento de Política;

- 1.2. Classificação dos Instrumentos de Política Ambiental;
 - 1.2.1. Instrumentos Corretivos;
 - 1.2.2. Instrumentos Preventivos;
 - 1.2.3. Instrumentos de Potencialização do Uso dos Recursos;
 - 1.2.4. Instrumentos de Persuasão;
- 1.3. Espécies de Instrumentos de Política Ambiental – Art. 9º da Lei nº 6.938/1981;
 - 1.3.1. O Estabelecimento de Padrões de Qualidade Ambiental;
 - 1.3.2. O Zoneamento Ambiental;
 - 1.3.3. A Avaliação de Impactos Ambientais;
 - 1.3.4. O Licenciamento e a Revisão de Atividades Efetiva ou Potencialmente Poluidoras;
 - 1.3.5. Os Incentivos à Produção e Instalação de Equipamentos e a Criação ou Absorção de Tecnologia, Voltados para a Melhoria da Qualidade Ambiental.
 - 1.3.6. A Criação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas.
 - 1.3.7. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.
 - 1.3.8. O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
 - 1.3.9. As Penalidades Disciplinares ou Compensatórias ao Não Cumprimento das Medidas Necessárias à Preservação ou Correção da Degradação Ambiental.
 - 1.3.10. A Instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser Divulgado Anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
 - 1.3.11. A Garantia da Prestação de Informações Relativas ao Meio Ambiente, Obrigando-se o Poder Público a Produzi-las, quando Inexistentes.
 - 1.3.12. O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais.
 - 1.3.13. Instrumentos Econômicos, como Concessão Florestal, Servidão Ambiental, Seguro Ambiental e Outros.
2. Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) – Decreto nº 4.297, de 10 de Julho de 2002.
 - 2.1. Objetivos e Princípios.
 - 2.2. Processo de Elaboração.
 - 2.3. Conteúdo do ZEE.
 - 2.4. Uso, Armazenamento, Custódia e Publicidade dos Dados e Informações.
3. Áreas de Proteção Ambiental.
4. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
 - 4.1. Natureza.
 - 4.2. Procedimento Administrativo.
 - 4.3. Estudos de Casos.
5. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
 - 5.1. Natureza.
 - 5.2. Procedimento Administrativo.
 - 5.3. Estudos de Casos.
6. O Plano Diretor Municipal e a Proteção ao Meio Ambiente.
 - 6.1. Conceito e Finalidade do Plano Diretor.
 - 6.2. A Questão Ambiental na Elaboração do Plano Diretor.
 - 6.3. A Participação Popular no Processo de Elaboração.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente: guia prático e didático**. São Paulo: Érica, 2019.

PHILIPPI JR., Arlindo. **Direitos humanos e meio ambiente: minorias ambientais**. Barueri: Manole, 2017.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito e ambiente: políticas de cidades socioambientalmente sustentáveis**. Caxias do Sul: Educs, 2017.

Complementar

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2016.

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2017.

LUNELLI, Carlos Alberto. **Ambiente, políticas públicas e jurisdição**. Caxias do Sul: EDUCs, 2012.

ROSA, André Henrique. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Recursos e Execução Penal

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Sentença e coisa julgada. Nulidades. Recursos (duplo grau, ações impugnativas autônomas – diferenças, natureza jurídica, conceito, características, princípios, efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, condições recursais e pressupostos recursais). Recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação: habeas corpus, mandado de segurança contra ato jurisdicional e revisão criminal. Execução penal.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sentença Penal.

- 1.1. Conceito e Classificações.
- 1.2. Requisitos Formais.
- 1.3. Os Efeitos da Sentença.
- 1.4. Correlação entre a Denúncia e a Decisão.
- 1.5. Sentença Absolutória.
- 1.6. Sentença Condenatória.
- 1.7. Sentença Absolutória Imprópria.
- 1.8. Sentença Penal e Perdão Judicial.
- 1.9. Publicação da Sentença.
- 1.10. Intimação da Sentença.
- 1.11. Retificação da Sentença.

2. Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material em Processo Penal.

3. Nulidades no Processo Penal.

- 3.1. Conceito, Legalidade e Instrumentalidade.
- 3.2. Classificações.
- 3.3. Sistema Legal.
- 3.4. Princípios Decorrentes.
- 3.5. Nulidades em Espécie.
 - 3.5.1. Considerações prévias.
 - 3.5.2. Natureza Jurídica.
 - 3.5.3. Incompetência, Suspeição e Suborno do Juiz.
 - 3.5.4. Ilegitimidade de Parte.
 - 3.5.5. Falta das Fórmulas.
 - 3.5.6. Nulidades no Procedimento do Júri.
 - 3.5.7. Defeito nas Fórmulas após a Sentença Recorrível.
 - 3.5.8. Nulidades nos Tribunais.
 - 3.5.9. Omissão de Formalidade Essencial.
 - 3.5.10. Arguição, Saneamento e Efeitos.
 - 3.5.11. Nulidades Relativas e Absolutas.
 - 3.5.12. Atos irregulares e inexistentes
- 3.6. Efeitos do seu Reconhecimento.
- 3.7. Oportunidade e Conseqüência.
- 3.8. Princípios Norteadores.
- 3.9. O “pas de nulitée sans grieff”.
- 3.10. Convalidação e Preclusão Temporal.

4. Recursos em Geral.

- 4.1. Teoria Geral dos Recursos.
- 4.2. Conceito, Natureza, Pressupostos.
- 4.3. As Condições da Ação e os Recursos no Processo Penal.

5. Recursos em Espécie.

5.1. Recursos Previstos no Código de Processo Penal.

5.1.1. Do recurso em sentido estrito.

5.1.2. Apelação.

5.1.3. Embargos.

5.1.4. Revisão criminal.

5.1.5. Carta testemunhável.

5.2. Recursos Previstos nos Regimentos Internos dos Tribunais.

5.3. Recursos Previstos na Constituição Federal.

5.4. Dos agravos. Instrumento, em execução e regimental

5.5. Instrumentos de tutela da Liberdade individual.

5.5.1. Habeas Corpus

5.5.2. Mandado de Segurança

5.5.3. Habeas Data.

6. Processo de Execução Penal.

6.1. Lei de Execução Penal.

6.2. Guia de Recolhimento e a Execução do Julgado.

6.3. Comentários à Lei nº 7.210/84.

7. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. São Paulo: Saraiva, 2022.

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito processual penal esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

REIS, Alexandre Araújo; GONÇALVES, Victor Rios. **Processo Penal**: procedimentos, nulidades e recursos. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia Complementar:

AVENA, Norberto Pâncaro. **Processo Penal**. São Paulo: Método, 2022.

AVENA, Norberto. **Execução Penal**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

COUTO, Alexis. **Execução Penal**. São Paulo: Saraiva, 2020.

MARCÃO, Renato. **Lei de Execução Penal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOUGENOT, Edilson. **Código de processo penal anotado**. São Paulo : Saraiva, 2017.

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 8º Semestre

DISCIPLINA: Tutela Provisória de Urgência e Evidência/Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

1. Princípios e Formas de Jurisdição de Urgência no CPC. Espécies de Tutela Provisória: Urgência e Evidência. Teoria geral dos procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa na legislação codificada e extravagante

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tutela provisória

1.1 Tutela de urgência

1.2 Tutela de evidência

2. Noções de Procedimentos Especiais

1. Técnicas legislativas de construção dos procedimentos especiais

2. Jurisdição contenciosa e voluntária

3. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e o CPC

3.1. Ação de consignação em pagamento

3.2. Ação de exigir contas

3.3 Ações possessórias

- 3.4. Manutenção e reintegração de posse
- 3.5. Interdito proibitório
- 3.6. Ação de usucapião
- 3.7. Ação de divisão e demarcação de terras particulares
- 3.8. Inventário e partilha
- 3.9. Embargos de terceiro
- 3.10. Habilitação
- 3.11. Restauração de autos
- 3.12. Ação monitória
- 3.13. Dissolução parcial de sociedade
- 3.14. Oposição
- 3.15. Ações de família
- 3.16. Homologação de penhor legal
- 3.17. Regulação de avaria grossa

4. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2022.

GONÇALVES, Marcus Rios. **Curso de direito processual civil**. V. 1: Teoria Geral. São Paulo: Saraiva, 2022.

NEGRÃO, Theotônio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos Especiais**. São Paulo: Atlas, 2021.

MAZINI, Paulo Guilherme. **Tutela da evidência**. São Paulo: Almedina, 2020.

SAMPAIO JR., José Herval. **Tutelas de Urgência: Sistematização das Liminares**. São Paulo: Atlas, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 9º Semestre

DISCIPLINA: Direito Internacional do Meio Ambiente

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 hora-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Tutela internacional do meio ambiente. Fontes do direito Internacional do meio ambiente. A regulação global do meio ambiente. Regimes internacionais ambientais. Princípios do poluidor-pagador, da prevenção e da precaução. Temas específicos: biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos, florestas e espécies ameaçadas de extinção. Documentos internacionais. Cooperação e coordenação internacional para a efetividade do direito internacional ambiental.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão da tutela internacional do meio ambiente e das respectivas fontes do direito Internacional do meio ambiente. Assimilação dos meios de regulação global do meio ambiente e regimes internacionais ambientais. Relacionar temas específicos, como a biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos, florestas e espécies ameaçadas de extinção às questões ambientais contemporâneas. Aplicação dos institutos internacionais da cooperação e coordenação para a efetividade do direito internacional ambiental. Desenvolvimento de conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico da Proteção Internacional do Meio Ambiente.
2. A Construção do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

3. Regimes Internacionais Ambientais e Instrumentos de Análise da Efetividade.

3 A Formação do Direito Internacional Ambiental.

3.1. Normas Esparsas do Início do Século.

3.2. A Evolução de Normas e de Preocupações da Sociedade Civil a Partir dos Anos 70.

3.3. A Pressão Exercida pelos Países do Norte.

3.4. A Resistência dos Países do Sul: Brasil, China e Índia.

3.5. A Incorporação das Preocupações Ambientais pelos Países do Sul e seu Desenvolvimento Global.

3.6. A Construção e a Desconstrução do Conceito de Patrimônio Comum da Humanidade.

4. Características Específicas do Direito Internacional Ambiental.

4.1. A Importância da Soft Law.

4.2. Diferenças de Formação e Evolução do Direito Internacional Ambiental em Relação a Outras Áreas do Direito Internacional Público.

4.3. Mecanismos de Sanção das Normas Ambientais.

4.4. Evolução dos Instrumentos de Cogência e Controle de Eficácia das Normas Ambientais.

4.4.1. Evolução Temporal dos Mecanismos de Controle.

4.4.2. Controle por Relatórios.

4.4.3. Controle por Inspeções.

4.4.4. Controle por Organizações Internacionais.

4.4.5. Controle por Organizações Não Governamentais.

5. Princípios do Direito Ambiental.

5.1. Poluidor-Pagador.

5.2. Prevenção.

5.3. Precaução.

6. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

7. Desenvolvimento Sustentável e Acesso aos Recursos Genéticos.

7.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.

- 7.3. Compliance e Enforcement.
- 7.4. Mecanismos de Efetividade.
- 8. Biossegurança.
 - 8.1. Aspectos Gerais Sobre a Convenção.
 - 8.3. Compliance e Enforcement.
 - 8.4. Mecanismos de Efetividade.
- 9. Proteção da Camada de Ozônio.
- 10. Mudanças Climáticas.
 - 10.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.
 - 10.3. Compliance e Enforcement.
 - 10.4. Mecanismos de Efetividade.
- 11. Dejetos Tóxicos (PIC E POP).
 - 11.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.
 - 11.3. Compliance e Enforcement.
 - 11.4. Mecanismos de Efetividade.
- 12. Recursos Hídricos.
 - 12.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.
 - 12.3. Compliance e Enforcement.
 - 12.4. Mecanismos de Efetividade.
- 13. Espécies Ameaçadas de Extinção.
 - 13.1. Aspectos Gerais sobre a Convenção.
 - 13.3. Compliance e Enforcement.
 - 13.4. Mecanismos de Efetividade.
- 14. A Participação das Organizações Não-Governamentais.
 - 14.1. Definições de ONG.
 - 14.2. Formas de Atuação.
 - 14.3. Capacidade de Influência.
 - 14.4. Influência Real Versus Influência Imaginária.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ASSUNÇÃO, Thiago. **Direito ambiental internacional**. Curitiba: Contentus, 2020.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Meio ambiente: guia prático e didático**. São Paulo: Érica, 2019.

ROSA, André Henrique. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

COMPLEMENTAR

MARIOTTI, Humberto. **Complexidade e sustentabilidade: o que se pode e o que não se pode fazer**. São Paulo: Atlas, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2022.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito, economia e meio ambiente: olhares de diversos pesquisadores**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

STEIN, Ronel Tiago. **Meio ambiente**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional para o século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Direito Internacional Público

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução histórica do direito internacional público. Fontes. Relações entre o direito internacional e o direito interno. Sujeitos. Os Estados. Teoria geral do reconhecimento de Estado. Direitos e deveres dos Estados. Restrições aos direitos dos Estados. O dever de não intervenção. Soberania e supremacia territorial. Domínio terrestre, aéreo, marinho e fluvial do Estado. Áreas que estão fora da jurisdição dos Estados. Organizações internacionais. Responsabilidade internacional dos Estados. Litígios internacionais. Nacionalidade. Condição jurídica dos estrangeiros. Proteção internacional dos direitos humanos.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Internacional Público, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Internacional Público; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Internacional Público, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito internacional público, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito internacional público, permitindo ao aluno um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito internacional público.
4. Conscientizar o aluno da importância humanística do direito internacional público, com suas normas inclusive costumeiras, ressaltando que tais valores humanísticos devem ser defendidos pela comunidade internacional e pelas organizações internacionais.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos tratados e pactos internacionais, com o princípio da relativização da soberania para o resguardo dos direitos humanos.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na humanização do direito e nas novas tecnologias em favor dos direitos humanos.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Esboço Histórico do Direito Internacional Público.
2. A Sociedade Internacional e as Relações Internacionais.
3. Conceito, Fundamentos, Denominação e Autonomia do Direito Internacional Público.
4. As Fontes do Direito Internacional Público.
 - 4.1. Sentido de Fontes do Direito.
 - 4.2. Tratados Internacionais.
 - 4.3. Costume.

- 4.4. Princípios Gerais do Direito.
- 4.5. Doutrina.
- 4.6. Jurisprudência.
- 5. Princípios do Direito Internacional Público.
 - 5.1. Soberania.
 - 5.2. Igualdade.
 - 5.3. Boa-Fé.
 - 5.4. Princípio do *Pacta Sunt Servanda*.
- 6. Sujeitos do Direito Internacional Público.
- 7. Estados.
 - 7.1. Conceito e Elementos: Formação dos Estados.
 - 7.2. Teoria Geral do Reconhecimento de Estado.
 - 7.3. Personalidade Internacional.
 - 7.4. Direitos e Deveres dos Estados.
 - 7.5. Restrições aos Direitos dos Estados.
 - 7.6. O Dever de Não Intervenção.
- 8. Soberania e Supremacia Territorial.
 - 8.1. Território do Estado.
 - 8.2. Limites e Fronteiras.
- 9. Domínio Público Internacional.
 - 9.1. Domínio Terrestre.
 - 9.2. Domínio Fluvial e Lacustre.
 - 9.3. Domínio Marítimo.
 - 9.4. Domínio Aéreo.
 - 9.5. O Espaço Extra-Atmosférico.
 - 9.6. Plataforma Submarina.
 - 9.7. Regiões Polares.
- 10. Organizações Internacionais.

- 10.1. Conceitos Gerais.
- 10.2. Espécies de Organizações Internacionais.
- 10.3. ONU – Organização das Nações Unidas.
- 10.4. MERCOSUL – Integração Econômica da América Latina.
- 10.5. A União Européia.
- 11. Responsabilidade Internacional.
 - 11.1. Conceito.
 - 11.2. Fundamento.
 - 11.3. Elementos Essenciais: Ato Ilícito, Imputabilidade e Dano.
 - 11.4. Conseqüências da Responsabilidade Internacional.
 - 11.5. Proteção Diplomática.
- 12. Representação dos Estados.
- 13. Litígios Internacionais.
 - 13.1. Meios de Solução Pacífica dos Litígios Internacionais.
 - 13.2. Formas Diplomáticas, Jurídicas, Coercitivas e Políticas.
 - 13.3. Arbitragem Internacional.
 - 13.4. Corte Internacional de Justiça.
- 15. Nacionalidade.
 - 15.1. A nacionalidade Brasileira: Natos e Naturalizados.
 - 15.2. Perda da Nacionalidade Brasileira.
 - 15.3. O Estatuto da Igualdade.
- 16. Condição Jurídica do Estrangeiro.
 - 16.1. Títulos de Ingresso e Direitos do Estrangeiro.
 - 16.2. Saída Compulsória de Estrangeiros: Deportação, Expulsão, Extradicação.
 - 16.3. Asilo Político.
- 17. Proteção Internacional dos Direitos Humanos.
- 18. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2021.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2023.

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2015.

REIS, Henrique Marcello dos Reis. **Direito para Administradores**. Vol. II: Direito Internacional Público (Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos) e Direito Internacional Privado. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2012.

ROQUE, Sebastião José. **Direito internacional público**. São Paulo: Hemus, 2010.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2020.

VARELLA, Marcelo D. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Direito Ambiental

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Evolução histórica da legislação do meio ambiente no Brasil. O conceito e os princípios de Direito Ambiental. Fontes do Direito Ambiental. Direito Ambiental na Constituição Federal. Bens ambientais. Responsabilidade civil, penal e administrativa em Direito Ambiental. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental. Áreas de prevenção ambiental permanente. Limitações e restrições ao direito de propriedade em razão do Direito Ambiental. Meio ambiente natural: flora, fauna, águas e ar.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Ambiental, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Ambiental; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Ambiental, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;

- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão e a importância do Direito Ambiental, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Ambiental. Compreensão de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Ambiental, com uma visão crítica e consciência sociopolítica. Entendimento dos fundamentos Constitucionais da Responsabilidade Administrativa em Matéria Ambiental. Compreensão do regime da Responsabilidade Administrativa em Face de Conduta e Atividades Consideradas Lesivas ao Meio Ambiente. Entendimento sobre o controle Administrativo Repressivo no Âmbito Infraconstitucional.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos Introdutórios.
 - 1.1. Direitos Difusos e Coletivos.
 - 1.2. Fenômeno da Jurisdição Coletiva.
 - 1.3. Direito Ambiental como Integrante dos Direitos Difusos e Coletivos.
 - 1.4. Histórico do Movimento Ambientalista.
 - 1.5. Ordenação Brasileira do Direito Ambiental.
2. Definição de Meio Ambiente.
3. Natureza Jurídica do Direito Ambiental.
4. Princípios de Direito Ambiental na Constituição Federal de 1988.
5. Fontes de Direito Ambiental.
6. O Desenvolvimento Sustentável.
7. Bens Ambientais.
 - 7.1. Classificação: Bens Públicos, Privados e Difusos.
 - 7.2. A Natureza do Bem Ambiental.
8. Sistema Nacional do Meio Ambiente – Política Nacional do Meio Ambiente.
9. Responsabilidade Civil em Direito Ambiental.
 - 9.1. Responsabilidade Civil Objetiva pelos Danos Ambientais.
 - 9.2. Responsabilidade Solidária da Administração por Danos ao Meio Ambiente.

9.3. Excludentes da Responsabilidade Solidária da Administração.

10. Responsabilidade Penal em Direito Ambiental.

10.1. Distinção entre Ilícito Civil e Ilícito Penal.

10.2. Tutela Penal do Meio Ambiente.

10.3. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.

11. Responsabilidade Administrativa em Direito Ambiental.

11.1. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade Administrativa em Matéria Ambiental.

11.2. Poder de Polícia em Matéria Ambiental.

11.3. Regime da Responsabilidade Administrativa em Face de Conduta e Atividades Consideradas Lesivas ao Meio Ambiente.

11.4. Controle Administrativo Repressivo no Âmbito Infraconstitucional. Embargos de Obras. Interdições de Atividades. Fechamento de Estabelecimentos.

12. Competência em Matéria Ambiental.

13. Licenciamento Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

13.1. EIA/RIMA.

13.2. Natureza.

13.3. Procedimento Administrativo.

13.4. Audiência Pública.

14. Zoneamento Ambiental e Espaços Especialmente Protegidos.

15. A Flora.

15.1. Conceito e Características.

15.2. Natureza Jurídica.

15.3. Classificação.

15.4. Código Florestal.

16. A Fauna.

16.1. Conceito e Características.

16.2. Natureza Jurídica.

16.3. Finalidades.

16.4. A Caça.

17. Recursos Hídricos.

17.1. Classificação.

17.2. Competência.

17.3. O Meio Marinho e as Águas Doces.

18. Poluição Sonora.

18.1. Conceito.

18.2. Natureza Jurídica.

18.3. As Formas de Meio Ambiente Afetadas.

19. Poluição Visual.

19.1. Conceito.

19.2. Natureza Jurídica.

19.2. Limitações ao Direito de Propriedade e de Expressão.

20. Poluição Atmosférica.

20.1. Conceito.

20.2. Natureza Jurídica.

21. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

MATTHES, Rafael. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Rideel, 2020.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Legislação de direito ambiental**. São Paulo: Rideel, 2022.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2023.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

PHILIPPI, A.; FREITAS, V.; SPINOLA, A. **Direito ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016.

STRUCHEL, Andrea. **Licenciamento ambiental municipal**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Direito ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Direito do Consumidor

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Estrutura, abrangência e destinação do Código de Defesa do Consumidor. Conceitos fundamentais (consumidor, fornecedor, produto e serviço). Política das relações de consumo. Os direitos do consumidor. Responsabilidade no Direito do Consumidor. Publicidade enganosa e abusiva. Práticas abusivas. Proteção contratual.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito do Consumidor, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Consumidor; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Consumidor, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão da importância do Direito do Consumidor, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito do Consumidor. Assimilar o domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos. Utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito do Consumidor, com uma visão crítica e consciência sociopolítica. Entendimento da Estrutura, Abrangência e Destinação do Código de Defesa do Consumidor.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos Introdutórios.

1.1. Direitos Difusos e Coletivos.

1.2. Fenômeno da Jurisdição Coletiva.

1.3. Direito do Consumidor como Integrante dos Direitos Difusos e Coletivos.

- 1.4. Histórico do Movimento Consumerista.
- 1.5. Ordenação Brasileira dos Direitos do Consumidor.
- 2. Aspectos Constitucionais.
 - 2.1. Princípios Gerais: Dignidade da Pessoa Humana.
 - 2.2. Princípios Gerais da Atividade Econômica.
 - 2.3. Princípio da Eficiência.
 - 2.3. Princípio da Isonomia.
- 3. Código de Defesa do Consumidor.
 - 3.1. Campo de Incidência do Código de Defesa do Consumidor.
 - 3.2. Estrutura, Abrangência e Destinação do Código de Defesa do Consumidor.
- 4. Conceito de Consumidor, Fornecedor, Produto e Serviço.
- 5. Política Nacional das Relações de Consumo.
- 6. Direitos do Consumidor.
 - 6.1. Princípio da Vulnerabilidade.
 - 6.2. Proteção do Consumidor Pré-Contratual e Contratual.
- 7. Responsabilidade no Direito do Consumidor.
 - 7.1. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço.
 - 7.2. Responsabilidade pelo Vício do Produto e do Serviço.
- 8. Publicidade Enganosa e Abusiva.
- 9. Inversão do Ônus da Prova em Publicidade.
- 10. Práticas Comerciais Abusivas.
- 11. Proteção Contratual do Consumidor.
 - 11.1. Princípios.
 - 11.2. Cláusulas Abusivas.
 - 11.3. Contratos de Adesão.
- 12. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do consumidor esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2021.

CÓDIGO de defesa do consumidor. Barueri: Manole, 2022.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao código de defesa do consumidor: direito material**. São Paulo: Saraiva, 2015.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de direito do consumidor: direito material e processual**. São Paulo: Método, 2022.

THEODORO Jr., Humberto. **Direitos do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2020..

Bibliografia Complementar:

BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2018.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2020.

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2021.

SANTANNA, Gustavo. **Direito do consumidor**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Direito de Família

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Casamento. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Processo de habilitação. Celebração e provas do casamento. Invalidez / eficácia do casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar: exercício, suspensão e extinção. Pacto antenupcial. Regimes de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bens de família. União estável. Tutela. Curatela.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

• IV – COMPETÊNCIAS

- 1. Tratar dos princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito de família, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos da disciplina.
- 2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito de família, permitindo um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- 3. Propiciar o conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito de família.
- 4. Conscientizar o aluno da importância do direito de família para os direitos fundamentais, observando-se a família como célula da sociedade.
- 5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações familiares; as relações pessoais e patrimoniais entre os cônjuges; na união estável; as relações de parentesco; inclusive as relações de caráter protetivo e assistencialista.
- 6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
- 7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- 8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- 9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- 10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Introdutórias de Direito de Família.
 - 1.1. Conceito de Direito de Família.
 - 1.2. Fontes e Princípios de Direito de Família.
 - 1.3. Resenha Histórica de Direito de Família.
2. Direito Pessoal.
 - 2.1. Casamento.
 - 2.1.1. Noções Gerais sobre o Casamento.
 - 2.1.2. Capacidade para o Casamento.
 - 2.1.3. Impedimentos.

- 2.1.4. Causas Suspensivas.
- 2.1.5. Processo de Habilitação para o Casamento.
- 2.1.6. Celebração do Casamento.
- 2.1.7. Provas do Casamento.
- 2.1.8. Invalidade do Casamento
- 2.1.9. Eficácia do Casamento.
- 2.1.10. Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal – Separação. Divórcio.
- 2.1.11. Proteção da Pessoa dos Filhos.
- 2.2. Relações de Parentesco.
- 2.2.1. Filiação e Reconhecimento dos Filhos.
- 2.2.2. Investigação de Paternidade.
- 2.2.3. Fecundação Artificial.
- 2.2.4. Adoção.
- 2.2.5. Poder Familiar.
- 3. Direito Patrimonial.
- 3.1. Regime de Bens entre os Cônjuges: Pacto Antenupcial, Regime de Comunhão Parcial, Regime de Comunhão Universal, Regime de Participação Final nos Aquestos, Regime de Separação de Bens.
- 3.2. Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores.
- 3.3. Alimentos.
- 3.4. Bem de Família.
- 4. União Estável.
- 5. Tutela e Curatela
- 5.1. Tutela.
- 5.1.1. Tutores.
- 5.1.2. Incapazes de Exercer a Tutela.
- 5.1.3. Escusa dos Tutores.
- 5.1.4. Exercício da Tutela.

5.1.5. Bens do Tutelado.

5.1.6. Prestação de Contas.

5.1.7. Cessação da Tutela.

5.2. Curatela.

5.2.1. Interditos.

5.2.3. Curatela do Nascituro e do Enfermo ou Portador de Deficiência Física.

5.2.4. Exercício da Curatela.

6. Temas e Casos Práticos da área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participa o dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integra o entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elabora o de trabalhos práticos e produ o de textos, realiza o de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIA O

A avalia o será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicita o do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integra o entre teoria e prática.

VIII - BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: Direito de Família**. São Paulo: Saraiva, 2021. Vol. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 6: Direito de família. São Paulo: Saraiva, 2022.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Institui es de Direito Civil**. Vol. 5: Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: Família e Sucessões**. Vol. 5 São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Vol. 5.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: família e sucessões**. Vol.5. São Paulo: Atlas, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Execução Trabalhista e Procedimentos Especiais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Recursos. Reclamação correcional. Requisitos de admissibilidade. Liquidação. Execução. Recurso na execução. Ações especiais. Dissídio coletivo. Instrução. Sentença normativa. Recursos nos processos de dissídio coletivo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Trabalhista, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Trabalhista; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Trabalhista, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

• **IV – COMPETÊNCIAS**

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito processual do trabalho, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II.** Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual do trabalho. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual do trabalho.
- **IV.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual do trabalho; sua autonomia frente ao direito processual civil; os princípios norteadores do direito processual do trabalho, a aplicação subsidiária do direito processual civil; as diversas espécies de tutelas na seara do direito processual do trabalho; as técnicas e os procedimentos inerente aos dissídios trabalhistas; as ações individuais e coletivas no processo trabalho; o papel da Justiça do Trabalho; a evolução do direito processual do trabalho frente à modernização da legislação trabalhista.
- **V.** Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento da legislação processual trabalhista como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VI.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VII.** Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **VII.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **IX.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Recursos Trabalhistas.
 - 1.1. Princípios Informadores da Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas.
 - 1.2. Recurso Ordinário.
 - 1.3. Recurso de Revista.
 - 1.4. Embargos de Declaração.
 - 1.5. Embargos para o TST.
 - 1.6. Agravo de Instrumento e de Petição / Recurso de Agravo.
 - 1.7. Recurso Extraordinário.
2. Reclamação Correccional.
3. Processo de Execução.
 - 3.1. Pressupostos e Princípios Gerais.
 - 3.2. Liquidação de Sentença.
 - 3.3. Tipos e Espécies de Execução.
 - 3.4. Penhora e Tipos de Expropriação de Bens.
 - 3.5. Defesas Cabíveis na Execução.
 - 3.5.1. Tipos e Espécies de Defesas.
 - 3.5.2. Defesas Oponíveis pelo Executado.
 - 3.5.3. Defesas Oponíveis por Terceiros.
4. Tutelas de Urgência e de Tutelas de Evidência
 - 4.1. Fundamentos.
 - 4.2. Aplicação ao processo do trabalho.
 - 4.3. Hipóteses de cabimento.
 - 4.4. Espécies.
5. Procedimentos especiais:
 - 5.1. Inquérito para apuração de falta grave;
 - 5.2. Ação monitória;

5.3. Ação de consignação em pagamento

5.4. Mandado de segurança

5.5. Dissídio coletivo

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do Trabalho: recursos trabalhistas, execução trabalhista e ações de rito especial**. São Paulo: Saraiva, 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar:

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT organizada: consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Método, 2022.

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do trabalho sintetizado**. São Paulo: Método, 2018.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de Direito e Processo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2019.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos: Arbitragem

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I - EMENTA

Métodos alternativos de soluções de Conflitos. Origem, conceituação e fundamentos históricos dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Aspectos sociais, políticos e econômicos dos métodos alternativos de resolução de conflitos A arbitragem na Constituição Federal de 1988. A novidade legislativa infraconstitucional. Noções prévias. Convenção de Arbitragem. Árbitros. Procedimento Arbitral. Sentença arbitral. Sentença arbitral estrangeira.

II - OBJETIVOS GERAIS

Apresentar os meios alternativos não estatais para a solução de conflitos, especialmente a Arbitragem. Capacitar o aluno para a correta forma de sua utilização com o fito de promover a pacificação social, de acordo com os fundamentos legais vigentes, apresentando os métodos extrajudiciais de resolução de conflitos com conhecimento técnico e aplicação ética, com a finalidade de ampliar e garantir o acesso à justiça.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Arbitral, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, dos métodos alternativos de resolução de conflitos, sobretudo, a Arbitragem, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação à Arbitragem. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserida.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com à Arbitragem, enquanto meio alternativo de resolução de conflitos.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da Arbitragem.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos meios legais de pacificação social, do histórico da Arbitragem no Brasil e no mundo, do procedimento e da sentença Arbitral, inclusive, das relações de caráter protetor.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito de Conflito:

- Meios legais de pacificação social e arbitragem.

- Fundamentos da justiça conciliativa.
- Técnicas de negociação para advogados.

2. Breve conceito histórico da arbitragem no mundo:

- Arbitragem no Direito Brasileiro.
- Conceitos Fundamentais.
- Agente Capaz.
- Direito Patrimonial Disponível e Direito Indisponível.
- Convenção arbitral.
- Cláusula Compromissória.
- Termo de Compromisso Arbitral.
- Impossibilidade de resistência para a Instituição do Compromisso Arbitral.
- Árbitro: Responsabilidades / Atribuições.
- Procedimento Arbitral.
- Condições de Impedimento e Suspeição.
- Produção de provas.
- Termo de início de procedimento arbitral.

3. Sentença Arbitral:

- Recurso.
- Ação Anulatória ou Nulidade da Sentença Arbitral.
- Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.
- Alcance da utilização da Lei de Arbitragem.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

MUNIZ, Joaquim de Paiva. **Arbitragem e mediação**: temas controvertidos. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2021.

SALLES, Carlos Alberto; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Bibliografia Complementar:

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: Contentus, 2020.

FICHTNER, José Antonio. **Teoria geral da arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

FIGUEIRA JR., Joel. **Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROCHA, Caio Cesar Vieira. **Arbitragem e mediação**: a reforma da legislação brasileira. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

SCAVONE JR., Luiz Antonio. **Arbitragem**: mediação, conciliação e negociação. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Procedimentos Especiais Jurisdição Voluntária

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Teoria geral dos procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa na legislação codificada e extravagante. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária na legislação codificada e extravagante.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

- **I.** Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
- **II.** Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
- **III.** Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil.
- **IV.** Conscientizar o aluno da importância da humanística da família como célula
- **V.** Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil; os princípios constitucionais, as diversas espécies de processo; a finalidade e importância da

atividade jurisdicional do Estado; os meios alternativos de solução de conflitos de interesses.

- **VI.** Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.
- **VII.** Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
- **VIII.** Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
- **IX.** Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
- **X.** Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e o CPC

1.1 Alienações judiciais

1.2. Separação e divórcio consensual

1.3 Testamentos e codicilos

1.4. Herança jacente

1.5 Bens dos ausentes

1.6. Coisas vagas

1.7. Curatela dos interditos

1.8 Organização e fiscalização das fundações

2. Procedimentos Especiais em legislação esparsa:

2.1. Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

2.2. Juizados Especiais Cíveis Federais.

2.3. Ações Constitucionais.

2.4. Ações Locatícias.

3. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII - BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALVIM, J. Carreira. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2022.

NEGRÃO, Theotônio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: Saraiva, 2022.

SOUZA, André de. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2021.

TARTUCE, Flávio. **O Novo CPC e o Direito Civil**. São Paulo: Método, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Proteção Penal aos Interesses da Administração Pública

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Crimes contra a administração pública: peculato. Concussão. Excesso de exação. Corrupção ativa e passiva. Prevaricação. Resistência. Desobediência. Desacato. Contrabando e descaminho. Denúncia caluniosa. Falso testemunho. Exercício arbitrário das próprias razões. Favorecimento real e pessoal. Patrocínio infiel.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e

de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito penal, sobretudo, a parte especial do direito penal, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.
2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito penal. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.
3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito penal.
4. Conscientizar o aluno da importância da humanística do direito penal.
5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, dos crimes praticados por particular contra a administração em geral, dos crimes praticados por particular contra a administração estrangeira, dos crimes contra a administração da justiça, dos crimes contra as finanças públicas, inclusive, das relações do Estado de caráter protetor e assistencial.
6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.
7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.
8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.
9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.
10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

- 1.1. Peculato, peculato culposo, peculato mediante erro de outrem.
 - 1.2. Inserção de dados falsos em sistema de informações, modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
 - 1.3. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.
 - 1.4. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
 - 1.5. Concussão.
 - 1.6. Excesso de exação.
 - 1.7. Corrupção passiva.
 - 1.8. Facilitação de contrabando ou descaminho.
 - 1.9. Prevaricação.
 - 1.10. Condescendência criminosa.
 - 1.11. Advocacia administrativa.
 - 1.12. Violência arbitrária.
 - 1.13. Abandono de função.
 - 1.14. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
 - 1.15. Violação de sigilo funcional.
 - 1.16. Violação do sigilo de proposta de concorrência.
2. Crimes praticados por particular contra a administração em geral.
 - 2.1. Usurpação de função pública.
 - 2.2. Resistência.
 - 2.3. Desobediência.
 - 2.4. Desacato.
 - 2.5. Tráfico de influência.
 - 2.6. Corrupção ativa.
 - 2.7. Contrabando e descaminho.
 - 2.8. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.
 - 2.9. Inutilização de edital ou de sinal.
 - 2.10. Subtração ou inutilização de livro ou documento.
 - 2.11. Sonegação de contribuição previdenciária.
3. Crimes praticados por particular contra a administração estrangeira.
4. Crimes contra a administração da justiça.
 - 4.1. Reingresso de estrangeiro expulso.
 - 4.2. Denúncia caluniosa.
 - 4.3. Comunicação falsa de crime ou de contravenção.
 - 4.4. Auto-acusação falsa.
 - 4.5. Falso testemunho ou falsa perícia.
 - 4.6. Coação no curso do processo.
 - 4.7. Exercício arbitrário das próprias razões.
 - 4.8. Fraude processual.
 - 4.9. Favorecimento real e pessoal.
 - 4.10. Exercício arbitrário ou abuso de poder.
 - 4.11. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.
 - 4.12. Evasão mediante violência contra a pessoa.
 - 4.13. Arrebatamento de preso.
 - 4.14. Motim de presos.
 - 4.15. Patrocínio infiel, patrocínio simultâneo ou tergiversação.
 - 4.16. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.

- 4.17. Exploração de prestígio.
- 4.18. Violência ou fraude em arrematação judicial.
- 4.19. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

5. Crimes contra as finanças públicas

- 5.1. Contratação de operação de crédito
- 5.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar
- 5.3. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura
- 5.4. Ordenação de despesa não autorizada
- 5.5. Prestação de garantia graciosa
- 5.6. Não cancelamento de restos a pagar
- 5.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura
- 5.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Especial - Crimes contra a administração pública e crimes praticados por prefeitos.** São Paulo: Saraiva, 2022.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Rios. **Direito penal: parte especial (Arts. 235 a 359H).** São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial.** São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 4. (Crimes contra a fé pública até a crimes contra a administração pública).

COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 2. (arts. 121º a 212).

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar, 2021.

FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Porto Alegre: Grupo A, 2021.

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente (coords.). **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. Barueri: Manole, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Fundamentos Filosóficos e Teóricos do Direito (optativa) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 h/a

I – EMENTA

- Estudo dos principais tópicos filosóficos que fundamentam o Direito, particularmente no que se refere ao histórico e ao conceitual do significado de justiça. Análise das teorias que de um modo geral amparam a legitimidade e a legalidade do discurso jurídico.

II – OBJETIVOS GERAIS

- Oferecer aos discentes os princípios da Filosofia que incorporam a Filosofia do Direito no sentido de desenvolver a capacidade crítica de análise dos discursos jurídicos.
- Disponibilizar aos alunos as principais concepções dos fundamentos teóricos do Direito para a compreensão histórica e conceitual das modificações que ocorreram ao longo da História no que se refere ao entendimento do significado do Direito, tanto como construção filosófica quanto social.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar ao corpo discente momentos de reflexão do significado de legalidade como anseio e desejo cultural, no sentido de que o Direito é antes de tudo uma construção para a Justiça.
- Oferecer aos alunos elementos teóricos da transformação do legítimo para o legal, na perspectiva de que os discursos do Direito pertencem às esferas do que é determinado pelo ordenamento jurídico.
- Propiciar ao corpo discente a oportunidade de estudos do significado da distinção entre a hermenêutica e a interpretação dos discursos jurídicos.

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão dos principais tópicos filosóficos que fundamentam o Direito, particularmente no que se refere ao histórico e ao conceitual do significado de justiça. Assimilação das teorias que de um modo geral amparam a legitimidade e a legalidade do discurso jurídico. Capacidade crítica de análise dos discursos jurídicos, segundo fundamentos filosóficos. Compreensão dos fundamentos teóricos do Direito, segundo uma perspectiva histórica e conceitual das modificações que ocorreram ao longo da História no que se refere ao entendimento do significado do Direito, tanto como construção filosófica quanto social. Reflexão do significado de legalidade como anseio e desejo cultural, no sentido de que o Direito é antes de tudo uma construção para a Justiça. Capacidade de distinção entre a hermenêutica e a interpretação dos discursos jurídicos.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Tópicos filosóficos:

1. Filosofia: conhecimento do universal diferente do conhecimento particular da ciência.
2. Filosofia do Direito: estudo dos fundamentos do discurso do Direito e do discurso jurídico.
3. Da Filosofia para a Filosofia do Direito: justiça como tema de ligação entre tais campos de estudos.
4. Justiça.
 - 4.1. Direito Moral
 - 4.1.2. Justiça na concepção grega clássica;
 - 4.1.3. Justiça na concepção teológica;
 - 4.2. Jusnaturalismo/ jusnaturalismo racional: Hugo Grócio.
5. Direito Positivo
 - 5.1. A concepção filosófica de Hans Kelsen
6. A tríplice concepção do Direito
 - 6.1. Del Vecchio
 - 6.2. Miguel Reale
7. A noção de justiça de John Rawls.
8. Justiça e discurso jurídico: Chaïm Perelmann

- Tópicos Teóricos do Direito

1. Os fundamentos teóricos do Direito: a noção de Ronald Dworkin.

2. Da sociedade para a cultura: construção das regras para a convivência social.
3. Da cultura para o Direito: construção das normas jurídicas.
4. Significados da palavra direito.
5. Direito e Moral: Kant
6. Os conceitos de legitimidade e de legalidade.
7. Ordenamento jurídico.
8. Da hermenêutica e interpretação jurídica: Pierre Bourdieu.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de:

Aulas interativas via internet (**SEI** – Sistema de Ensino Interativo).

Leitura dos conteúdos apresentados na disciplina online.

VII – AVALIAÇÃO

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela Universidade e pela Direção do instituto do curso.

A avaliação será feita por meio de questionários e atividades do AVA (NP1), bem como a avaliação através de agendamento da prova no sistema no seu campus (NP2), a ser realizada presencialmente no laboratório de informática conforme calendário acadêmico.

A média final de cada semestre será o resultado de soma e divisão com os respectivos pesos das avaliações parciais, seguindo regimento institucional de aprovação.

VIII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BITTAR, Eduardo Carlos B. **Curso de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2022.
NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência**. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRANDÃO, Cláudio. **Princípios da legalidade: da dogmática jurídica à teoria do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de Filosofia Política: para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais**. São Paulo: Saraiva, 2021.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2019.

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de. **Filosofia geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 9º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos em Direito Público (optativa) – **Oferecida em EAD**

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Visão do Direito Público. Atuação do Estado. Organização Política – Administrativa da República. Princípios da Administração Pública. Visão elementar do Direito Financeiro. O processo administrativo. Servidores e os atos de improbidade administrativa. Contratos administrativos.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Público, e assim apresentar e discutir o significado de alguns institutos fundamentais do Direito Público, de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Público, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

Interpretação e aplicação do Direito;

Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

Julgamento e tomada de decisões;

Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

1. Fazer assimilar os princípios norteadores, inclusive os humanísticos, do direito público, em especial do direito administrativo, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

2. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito público, sobretudo, o direito administrativo. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

3. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito público e a administração pública.

4. Conscientizar o aluno da importância da humanística da administração pública enquanto célula.

5. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica das relações com o Estado, inclusive, as de caráter protetor e assistencial.

6. Fazê-lo pensar sobre a evolução social dos costumes que leva a mudança legislativa, fundada na sociologia, na biogenética e outras ciências correlatas.

7. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

8. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

9. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo de busca da efetiva realização da justiça.

10. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão do Direito Público.

1.1. Razão de ser do Estado e a busca do bem comum.

2. Atuação Estatal.

2.1. As atividades financeiras do Estado para atingir o bem comum.

2.2. Prestação de Serviços Públicos.

2.3. Exercício regular do Poder de Polícia Administrativo.

2.4. Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

3. Organização Política – Administrativa da República.

3.1. As pessoas políticas de Direito Público Interno.

3.2. As atribuições e competências constitucionais dessas pessoas políticas.

3.3. A “divisão de poder” e as atribuições específicas e exclusivas de cada “poder”.

4. Os princípios da administração pública.

4.1. O art. 37 “caput” da Constituição e seus desdobramentos.

4.2. Legalidade.

4.3. Impessoalidade.

4.4. Moralidade.

4.5. Publicidade.

4.6. Eficiência.

5. Visão do Direito Financeiro

5.1. As normas gerais de D. Financeiro.

5.2. A receita pública originária e a derivada.

5.3. As regras de orçamento público.

5.4. A despesa pública e sua operacionalidade.

6. Processo Administrativo

6.1. Princípios elementares constitucionais como o contraditório e a ampla defesa;

6.2 – As regras da Lei Federal

7. Os servidores públicos e os atos de improbidade administrativa.

7.1 Legislação e os efeitos da condenação por atos de improbidade.

8. Contratos Administrativo

8.1. Peculiaridades

8.2. Formalização do contrato administrativo

8.3. Execução do contrato administrativo

8.4. Inexecução do contrato e seus efeitos

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida por meio de:

Aulas interativas via internet (**SEI** – Sistema de Ensino Interativo).

Leitura dos conteúdos apresentados na disciplina online.

VII– AVALIAÇÃO

No tocante à avaliação, serão respeitados os critérios definidos pela Universidade e pela Direção do instituto do curso.

A avaliação será feita por meio de questionários e atividades do AVA (NP1), bem como a avaliação através de agendamento da prova no sistema no seu campus (NP2), a ser realizada presencialmente no laboratório de informática conforme calendário acadêmico.

A média final de cada semestre será o resultado de soma e divisão com os respectivos pesos das avaliações parciais, seguindo regimento institucional de aprovação.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2021.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2023.

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar:

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2015.

KNIHS, Karla Kariny. **Direito Internacional Público**. Curitiba: Contentus, 2020.

REIS, Henrique Marcello dos Reis. **Direito para Administradores**. Vol. II: Direito Internacional Público (Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos) e Direito Internacional Privado. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2012.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2022.

ROQUE, Sebastião José. **Direito internacional público**. São Paulo: Hemus, 2010.

VARELLA, Marcelo D. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Direito da Criança, Adolescente e Estatuto do Idoso

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 hora/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Prevenção no Direito da Criança e do Adolescente. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Competência. Acesso à justiça. Crimes e as infrações administrativas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais do idoso. Medidas de proteção ao idoso. Política de atendimento ao idoso. Acesso à justiça no Estatuto do Idoso. Crimes no Estatuto do Idoso.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito da Criança e do Adolescente e do Direito do Idoso, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais relacionados; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica dos direitos relacionados, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias,

administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente.

1.1. Direito à Vida e à Saúde.

1.2. Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade.

1.3. Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

1.4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

1.5. Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

2. Prevenção no Direito da Criança e do Adolescente.

2.1. Disposições Gerais.

2.2. Prevenção Especial.

3. Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

4. Medidas de Proteção à Criança e ao Adolescente

5. Prática de Ato Infracional.

5.1. Garantias Processuais.

5.2. Procedimento Relativo à Apuração do Ato Infracional.

5.3. Medidas Sócio-Educativas

5.4. Remissão.

6. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.

6.1. Procedimento Relativo à Perda e Suspensão do Pátrio Poder.

6.2. Procedimento Relativo à Destituição da Tutela.

6.3. Procedimento Relativo à Colocação em Família Substituta.

- 7. Competência em Matéria de Criança e Adolescente.
 - 7.1. Competência Jurisdicional.
 - 7.2. Conselhos de Direitos.
 - 7.3. Conselhos Tutelares.
- 8. Acesso à Justiça no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - 8.1. Justiça da Infância e da Juventude.
 - 8.2. Procedimentos.
 - 8.3. Recursos.
 - 8.4. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.
- 9. Crimes e as Infrações Administrativas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 10. Direitos Fundamentais do Idoso.
 - 10.1 Direito à Vida como Fundamento Maior.
 - 10.2. Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade.
 - 10.3. Alimentos.
 - 10.4. Direito à Saúde.
 - 10.5. Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
 - 10.6. Profissionalização e do Trabalho.
 - 10.7. Previdência Social.
 - 10.8. Assistência Social.
 - 10.9. Habitação.
 - 10.10. Transporte.
- 11. Medidas de Proteção ao Idoso.
- 12. Política de Atendimento ao Idoso.
- 13. Acesso à Justiça no Estatuto do Idoso.
- 14. Crimes no Estatuto do Idoso.
- 15. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. **Estatuto do idoso: comentários à lei 10.741/2003**. São Paulo: Foco, 2021.

ARAÚJO Jr., Gediel de. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2018.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente Comentado artigo por artigo**. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia Complementar:

DI MAURO, RENATA GIOVINONA. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2019.

NEVES, Gustavo Bregalda. **ECA: Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Rideel, 2019.

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do idoso comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Direito Internacional Privado

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

O domínio do direito internacional privado. Fontes do direito internacional privado. Normas do direito internacional privado no Brasil. Elementos de conexão – lei determinadora. Elementos de conexão no direito brasileiro. Preceitos básicos do direito internacional privado. Princípios gerais de direito processual civil internacional. Homologação de sentença estrangeira. Contratos internacionais e contratos específicos do comércio internacional.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Internacional Privado, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Internacional Privado; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Internacional Privado, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e

de reflexão crítica;

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Esboço Histórico do Direito Internacional Privado.

2. Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil.

3. Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado

3.1. O Objeto.

3.2. A Denominação.

3.3. O Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público.

3.4. O Direito Público no Âmbito do Direito Internacional Privado.

3.5. Os Conflitos Interespaciais.

3.6. Os Conflitos Interpessoais.

4. Fontes do Direito Internacional Privado.

4.1. Lei.

4.2. Tratado Internacional.

4.3. Jurisprudência.

4.4. Doutrina.

4.5. Direito Costumeiro.

4.6. Código de Bustamante.

5. Normas do Direito Internacional Privado no Brasil.

5.1. Lei de Introdução ao Código Civil – LICC (Art. 7º ao 19).

5.2. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal-STF.

5.3. Estatuto dos Estrangeiros (Lei nº 6.815/1980).

6. Elementos de Conexão – Lei Determinadora.

6.1. Os Elementos de Conexão: Local da Prática do Ato, Lei do Domicílio, Local da Execução do Contrato, Lei do Foro e Lei da Coisa.

- 6.2. As Regras de Conexão.
- 6.3. Elementos de Conexão no Direito Brasileiro.
- 7. Dispositivos Legais-Aplicação do Direito Estrangeiro no Brasil.
 - 7.1. Direito Societário.
 - 7.2. Direito Processual.
 - 7.3. Direito de Família.
 - 7.4. Direito das Sucessões.
 - 7.5. Direito das Coisas.
 - 7.6. Direito Obrigacional.
- 8. Preceitos Básicos do Direito Internacional Privado.
 - 8.1. Ordem Pública.
 - 8.2. Fraude á Lei.
 - 8.3. Reenvio.
 - 8.4. Questão Prévia.
 - 8.5. Adaptação ou Aproximação.
 - 8.6. Alteração de Estatuto ou Conflito Móvel.
 - 8.7. Direitos Adquiridos.
- 9. Aplicação do Direito Estrangeiro
 - 9.1. Aplicação do Direito Estrangeiro no Processo.
 - 9.2. Verificação do Conteúdo e Aplicação do Direito Estrangeiro no Processo.
 - 9.3 Temas Específicos do Direito Processual Civil Internacional.
 - 9.3.1. Litispêndência Internacional.
 - 9.3.2. Caução de Processo.
 - 9.3.3. Capacidade Processual da Parte.
 - 9.3.4. Assistência Judiciária Gratuita.
 - 9.3.5. Regime Jurídico dos Documentos de Procedência Estrangeira.
- 10. Homologação de Sentença Estrangeira.
 - 10.1. Conceitos e Princípios Básicos.

10.2. Homologação de Sentença Estrangeira no Direito Brasileiro.

11. Contratos Internacionais.

11.1. Conceito.

11.2. Elementos de Conexão nos Contratos Internacionais.

11.3. Conflitos de Leis.

11.4. Normas Primárias e Secundárias.

11.5. Autonomia da Vontade.

11.6. Estrutura de um Contrato Internacional.

11.7. Cláusulas Essenciais a um Contrato Internacional.

11.8. Venda e Compra Internacional.

11.9. Inconterms.

11.10. Contratos Específicos do Comércio Internacional: *Franchising, Factoring, Leasing, Joint Ventures*, Crédito Documentário, *Catering*, Agência.

12. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática.** São Paulo: Saraiva, 2022.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado.** São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia Complementar:

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado.** São Paulo: Atlas, 2019.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NUCCI, Guilherme Souza. **Instituições de Direito Público e Privado.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional Privado.** São Paulo: Saraiva, 2021.

REIS, Henrique Marcello dos Reis. **Direito para Administradores.** Vol. II: Direito Internacional Público (Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos) e Direito Internacional Privado. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 10º Semestre

DISCIPLINA: Direito Agrário

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

Evolução do direito agrário. Conceito de imóvel rural. Propriedade privada da terra. Formação territorial. Usucapião. Dicotomia do Direito Agrário. Instrumentos de distribuição de terras. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Contratos agrários. Justiça agrária.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão Histórica sobre o Direito Agrário e sua Evolução;
2. Histórico do Direito Agrário no Brasil – Surgimento e Desenvolvimento, até a Situação Atual;
3. Teoria Geral do Direito Agrário:
 - 3.1. Conceitos, Autonomia, Objeto, Atividade Agrária;
 - 3.2. Natureza Jurídica e Importância do Direito Agrário Na Realidade Atual;
 - 3.3. Fontes, Interpretação e Aplicação do Direito Agrário;
 - 3.4. Princípios do Direito Agrário.
4. Imóvel Rural: Conceito, Elementos, Critério Distintivo do Imóvel Urbano;
5. Função Social da Terra e seus Elementos Componentes;
6. Dimensionamento Eficaz do Imóvel Rural: Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento;
7. Classificação dos Imóveis Rurais: Latifúndio, Minifúndio, Propriedade Familiar, Pequena, Média e Grande Propriedade, Propriedade Produtiva, Propriedade Improdutiva;
8. Formação Territorial: Terras Públicas e Particulares; Direito de Propriedade, Limitações Atuais ao Direito de Propriedade. Cadastro de Imóveis Rurais;
9. Usucapião:
 - 9.1. Modalidades e suas Diferenças;
 - 9.2. Requisitos do Usucapião Agrário.
10. Dicotomia do Direito Agrário: Reforma Agrária, Política Agrícola (Conceito, Objetivos e Instrumentos);
11. Instrumentos de Distribuição de Terras: Desapropriação, Colonização, Tributação da Terra, Aquisição. Plano Nacional de Reforma Agrária;
12. A Reforma Agrária no Contexto Jurídico Constitucional Brasileiro;
13. Contratos Agrários:
 - 13.1. Conceito e Características;
 - 13.2. Modalidades;
 - 13.3. Elementos Obrigatórios nos Contratos;
 - 13.4. Diferenças entre Arrendamento e Parceria;
 - 13.5. Forma de Contratos, Prazos, Valor, Prorrogação e Renovação do Contrato;
 - 13.6. Extinção dos Contratos.
14. Justiça Agrária.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de conteúdos interativos via internet.

VI – AVALIAÇÃO

- ☐ Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- ☐ A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

HAVRENNE, Michel. **Direito agrário**. Porto Alegre: Grupo A, 2022.

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2016.

OPTIZ, SILVIA. **Curso completo de direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 2019.

Complementar

BOSA, Cláudia Regina. **Impactos ambientais: direito e agronegócio**. Curitiba: Contentus, 2020.

BUENO, Francisco de Godoy. **Contratos agrários agroindustriais: análise à luz da teoria dos contratos atípicos**. São Paulo: Almedina, 2017.

FERRETTO, Vilson. **Contratos agrários: contratos agrários**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATTOS NETO, Antonio José de. **Curso de Direito agroambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito, economia e meio ambiente: olhares de diversos pesquisadores**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Direito das Sucessões

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Sucessão em geral. Herança e administração. Vocações hereditárias. Aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Codicilos. Legados: efeitos, pagamento e caducidade. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições: vulgar, recíproca e fideicomissária. Deserdação. Inventário. Sonegados. Pagamento das dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito das Sucessões.

1.1. Conceito e Espécies.

1.2. Breve Notícia Histórica.

1.3. Conteúdo.

2. Sucessão em Geral.

2.1. Disposições Gerais.

2.1.1. Abertura da Sucessão.

2.1.2. Procedimento da Sucessão.

2.2. Herança e sua Administração.

2.3. Vocação Hereditária.

2.4. Aceita o e Renúncia.

2.4.1. Aceita o.

2.4.2. Renúncia.

2.5. Excluídos da Sucessão.

2.6. Herança Jacente e Vacante.

2.7. A o de Peti o de Herança.

3. Sucessão Legítima.

3.1. Ordem da Voca o Hereditária.

3.1.1. Descendentes.

3.1.2. Ascendentes.

3.1.3. Cônjuge.

3.1.4. Colaterais.

- 3.1.5. Legislação Estrangeira.
- 3.2. Herdeiros Necessários.
- 3.3. Direito de Representação.
- 4. Sucessão Testamentária.
 - 4.1. Testamento em Geral.
 - 4.2. Capacidade de Testar.
 - 4.3. Formas Ordinárias do Testamento.
 - 4.3.1. Disposições Gerais.
 - 4.3.2. Testamento Público.
 - 4.3.3. Testamento Cerrado.
 - 4.3.4. Testamento Particular.
 - 4.4. Codicilos.
 - 4.5. Testamentos Especiais.
 - 4.5.1. Disposições Gerais.
 - 4.5.2. Testamento Marítimo e do Testamento Aeronáutico.
 - 4.5.3. Testamento Militar.
 - 4.6. Disposições Testamentárias.
 - 4.7. Legados.
 - 4.7.1. Disposições Gerais.
 - 4.7.2. Efeitos do Legado e do seu Pagamento.
 - 4.7.3. Caducidade dos Legados.
 - 4.8. Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários.
 - 4.9. Substituições.
 - 4.9.1. Substituição Vulgar e Recíproca.
 - 4.9.2. Substituição Fideicomissária.
 - 4.10. Deserdação.
 - 4.11. Redução das Disposições Testamentárias.
 - 4.12. Revogação do Testamento.

4.13. Rompimento do Testamento.

4.14. Testamenteiro.

5. Inventário e Partilha.

5.1. Inventário.

5.2. Sonegados.

5.3. Do Pagamento das Dívidas.

5.4. Colação.

5.5. Partilha.

5.6. Garantia dos Quinhões Hereditários.

5.7. Anulação da Partilha.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 5: Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2022.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 6.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Vol. 6.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: Família e Sucessões**. Vol. 5 São Paulo: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Luiz Paulo de. **Direito das Sucessões**. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Orlando. **Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Sucessões: direito civil**. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2022.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. 6: Direito das sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: família e sucessões**. Vol.5. São Paulo: Atlas, 2022.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

PERÍODO: 10º Semestre

DISCIPLINA: Direito Urbanístico

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas-aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas-aula

I – EMENTA

O urbanismo no Brasil. Tratamento jurídico-constitucional da matéria urbanística. Legislação infraconstitucional sobre o urbanismo. A ocupação desordenada e os loteamentos clandestinos no Brasil. A questão urbanística no Município e no Estado.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, tendo como enfoque as medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a exploração de recursos naturais de forma sustentável, os mecanismos e instrumentos de ordenação e planejamento territorial, assim como a função social da terra.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a idéia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Urbanismo:
 - 1.1. Evolução do Urbanismo;
 - 1.2. Urbanismo no Brasil;
 - 1.3. Distinção entre Direito Urbanístico e Urbanismo.
2. Direito Urbanístico:
 - 2.1. Evolução Histórica, Objeto e Definição;
 - 2.2. O Direito Urbanístico como Ramo Autônomo do Direito.
3. Ordem Urbanística:
 - 3.1. Regime Jurídico de Direito Urbanístico;
 - 3.2 Princípios Específicos Informadores do Direito Urbanístico.
4. A Matéria Urbanística na Constituição de 1988:
 - 4.1. Competências em Matéria Urbanística;
 - 4.1.1. O Regime Federativo;
 - 4.1.2. As Competências Constitucionais: Espécies;
 - 4.1.3. Competências Constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em Matéria Urbanística;
 - 4.2. A Política Urbana na Constituição Federal.
5. Legislação Infraconstitucional sobre Matéria Urbanística: O Estatuto da Cidade;
6. Planejamento Urbanístico:
 - 6.1. Regime Jurídico do Planejamento Urbanístico;
 - 6.2. Planejamento Urbanístico no Brasil;
 - 6.3. Planos Urbanísticos Federais (Concepção; Planos Urbanísticos Nacional, Macrorregionais e Setoriais);
 - 6.4. Planos Urbanísticos Estaduais;
 - 6.5. Planos Urbanísticos Municipais (Planejamento Municipal; Planos Urbanísticos Geral, Executivo e Especiais);
 - 6.6. Plano Urbanístico Metropolitano.
7. Ordenação Jurídico-Urbanística do Solo:
 - 7.1. Regime Urbanístico do Solo;
 - 7.2. Ordenação Jurídica do Sistema Viário (Função Urbana de Circular; Sistema Nacional de Viação; Sistema Viário Urbano; Acessos, Variantes e Travessias; Ordenação dos Transportes Urbanos);
 - 7.3. Ordenação do Uso e da Ocupação do Solo (Zoneamento de Uso do Solo; Modelos de Assentamento Urbano; Solo Criado; Espaços Não-Edificáveis; Usos e Assentamentos Conformes e Não-Conformes);
 - 7.4. Ordenação da Paisagem Urbana (Traçado Urbano; Áreas Verdes; Fachadas Arquitetônicas; Mobiliário Urbano);
 - 7.5. Regime Jurídico da Urbanificação (Urbanificação em Geral; Parcelamento Urbanístico do Solo; “Loteamentos Fechados”).
8. Ordenação de Áreas de Interesse Urbanístico Especial:
 - 8.1. Áreas de Interesse Urbanístico Especial;
 - 8.2. Áreas de Urbanificação Especial (Áreas de Renovação Urbana; Operações Urbanas e dos Consórcios Imobiliários; Áreas de Urbanificação Prioritária e de

Urbanificação Restrita; Formação de Distritos Industriais; Formação de Núcleos Residenciais e de Recreio; Execução de Obras de Grande Porte);
8.3. Regime Jurídico das Urbanizações para a Construção de Casas Populares;
8.4. Ordenação Urbanística para Fins Turísticos.
9. Formas Estatais de Intervenção e o Poder Local;
10. Instrumentos de Intervenção Urbanística:
10.1. Instrumentos de Atuação Urbanística (Limitações e Restrições Urbanísticas à Propriedade; Servidão Urbanística; Desapropriações Urbanísticas; Desapropriação Urbanística no Brasil);
10.2. Aproveitamento Adequado Compulsório;
10.3. Instrumentos de Controle Urbanístico.
11. Função Social da Propriedade;
12. Patrimônio Cultural – Proteção Cultural;
13. A Questão Urbanística no Município e no Estado.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de conteúdos interativos via internet.

VI – AVALIAÇÃO

- Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.
- A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES.

VII – BIBLIOGRAFIA

Básica

MARQUES, Carolina Corso Rodrigues. **Legislação urbanística aplicada**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

RECH, Adir Ubaldó. **Direito Urbanístico**. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

RECH, Adir Ubaldó. **Estudos contemporâneos de direito urbanístico e ambiental**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

SANTOS, Maria Helena Abdanur Mendes dos. **Direito urbanístico**. Curitiba: Contentus, 2020.

Complementar

AIETA, Vânia Siciliano. **Direito da cidade**. Tomo I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

AIETA, Vânia Siciliano. **Direito da cidade**. Tomo II. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

OJIMA, Ricardo. **Dispersão urbana e mobilidade populacional**. São Paulo: Blucher, 2016.

RECH, Adir Ubaldó. **Cidade sustentável:** direito urbanístico e ambiental: instrumentos de planejamento. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

RECH, Adir Ubaldó. **Estudos contemporâneos de Direito Urbanístico e ambiental.** Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

ROSE, Jonathan F.P. **A Cidade em Harmonia:** o que a ciência moderna, civilizações antigas e a natureza humana nos ensinam sobre o futuro da vida urbana. Porto Alegre: Bookman, 2019.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

SÉRIE: 10º semestre

TURNO: Noturno

DISCIPLINA: Estágio

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 300 horas

I – EMENTA

Estudo das questões práticas ligadas ao dia-a-dia dos profissionais do Direito, especialmente a elaboração de peças práticas, requerimentos, petições que formam o processo.

II – OBJETIVOS GERAIS

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do processo contencioso e do procedimento administrativo.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na elaboração de peças processuais que compõe o processo judicial e o procedimento administrativo.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Livre, podendo compor-se de elaboração de peças processuais, bem como de trabalhos, realização e participação de audiências, bem como de demais tarefas a serem definidas no decorrer da disciplina.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Elaboração de peças práticas, trabalhos, participação em júri, audiências, utilizando doutrina e a jurisprudência, incentivando e permitindo que cada aluno, a partir de situações práticas e concretas, elabore o instrumento processual cabível.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de Provas, da Prova Institucional, de Trabalhos, participação em aulas e seminários.

VII – BIBLIOGRAFIA

A ser definida, de acordo com o conteúdo programático.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Legislação Penal Extravagante

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 03 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 60 horas/aula

I – EMENTA

Crime de colarinho branco. Crime organizado. Estatuto do Desarmamento. Abuso de autoridade. Tortura. Crimes hediondos. Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens. Crimes de trânsito. Crimes de imprensa. Leis dos Entorpecentes. A Lei das Contravenções Penais.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Penal, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Penal; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Penal, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;

- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Crime de colarinho branco): Lei nº 7.492/86.
2. Crime organizado: Lei nº 9.034/1995.
3. Estatuto do Desarmamento: Lei nº 10.826/2003.
4. Abuso de autoridade: Lei nº 4.898/1965 - o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.
5. Tortura: Lei nº 9.455/1997 - definição dos crimes de tortura.
6. Crimes hediondos: Lei nº 8.072/1990.
7. Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens: Lei nº 9.613/1998.
8. Crimes de trânsito: Lei 9.503/97 - Capítulo XIX
9. Leis de Drogas: tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/06).
10. A Lei das Contravenções Penais: Lei nº 3.688/41.
11. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da

disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação penal especial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva, 2020.

GONÇALVES, Victor Rios. **Legislação penal especial**. Tomo 1: Crimes Hediondos, Drogas, Terrorismo, Tortura, Arma de Fogo, Contravenções Penais, Crimes de Trânsito. São Paulo: Saraiva, 2020.

RAMOS, Samuel Ebel Braga. **Leis penais especiais**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

Bibliografia Complementar:

DELMANTO, Roberto. **Leis penais especiais comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Victor Rios; BALTZAR JUNIOR, José. **Legislação penal especial esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2021.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2015. Vol. 2. (Crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio).

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2020. Vol. 4. (Crimes contra a fé pública até a crimes contra a administração pública).

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2022. Vol. 3. (Crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Processo Coletivo

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Os interesses transindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos). Aspectos peculiares da tutela coletiva na ação civil pública e nos demais instrumentos de defesa dos direitos coletivos *lato sensu*.

II – OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Processual Civil, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Processual Civil; de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Processual Civil, com uma visão crítica e consciência sociopolítica.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – COMPETÊNCIAS

I. Assimilar os princípios norteadores do direito processual, suas normas e suas ligações com outros ramos do direito, ressaltando pontos controvertidos nas respectivas disciplinas.

II. Conhecer normas e princípios fundamentais, para se chegar ao domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente em relação ao direito processual. Permitindo-lhe um posicionamento crítico, considerando os problemas do tempo e espaço em que se acha inserido.

III. Propiciar-lhe conhecimento dos institutos do direito positivo brasileiro e comparado, relacionados com o direito processual civil, especialmente quanto aos direitos coletivos *lato sensu*.

IV. Fazê-lo conhecer a disciplina jurídica do direito processual civil, especialmente traçando um paralelo entre o processo individual e o processo coletivo;.

V. Fazê-lo pensar sobre a necessidade do aprimoramento do processo coletivo como técnica para a obtenção de solução dos conflitos de interesses, especialmente como instrumento de pacificação social e busca da Justiça.

VI. Intervir e transformar a realidade circundante com ética e de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito.

VII. Demonstrar domínio amplo das técnicas e estratégias de mobilização, articulação, transposição e aplicação de conhecimentos para a solução de casos concretos em diferentes contextos.

VIII. Captar as expectativas e anseios dos envolvidos no processo coletivo de busca da efetiva realização da justiça, especialmente em razão da atuação do Ministério Público como titular da ação civil pública.

IX. Atuar em equipe de modo participativo, respeitoso, cooperativo, lidando com os conflitos de modo produtivo.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução. Evolução histórica da tutela coletiva. Os direitos transindividuais no direito brasileiro.

2. Interesses coletivos lato sensu. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

3. Ação coletiva para a tutela de interesses coletivos lato sensu.

3.1. Legitimidade para a propositura de ações coletivas.

3.2. Ônus da prova nas ações coletivas.

3.3. Tutela antecipada e tutela específica nas ações coletivas.

3.4. Sentença e liquidação no processo coletivo.

3.5. Coisa julgada nas ações coletivas.

3.6. Inquérito Civil.

4. Noções gerais da execução individual da sentença proferida em processo coletivo

5. Noções gerais do procedimento na ação civil pública e na ação popular.

6. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

VI – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, entre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins), quando pertinente.

VII – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VIII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**, vol. 1 : teoria geral do direito processual civil : parte geral do código de processo civil. São Paulo : Saraiva Educação, 2022.

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2021.

RUDINIKI NETO, Rogério. **Processo coletivo passivo**: uma propossta de sistematização e operacionalização. São Paulo: Almedina, 2018.

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

CÓDIGO de defesa do consumidor. Barueri: Manole, 2022.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao código de defesa do consumidor**: direito material. São Paulo: Saraiva, 2015.

VITORELLI, Edilson; ZANETI Jr., Hermes. **Casebook de Processo Coletivo**: estudos de processo a partir de casos. São Paulo: Almedina, 2020. (Vol. 1. Tutela Jurisdicional Coletiva).

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10ºSemestre

DISCIPLINA: Trabalho de Curso

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 02 h/a

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 40 h/a

I - EMENTA

A disciplina trata da elaboração da redação final do Trabalho para conclusão do curso e da preparação do acadêmico concluinte para a defesa perante banca examinadora.

II – OBJETIVOS GERAIS

Orientar os alunos na elaboração do Trabalho de Curso final bem como prepará-los para a exposição oral do trabalho, parente a Banca Examinadora, incentivando,

aprimorando seus conhecimentos e auxiliando o desenvolvimento da pesquisa já iniciada, durante a elaboração do projeto monográfico.

III - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Adequação às normas técnicas da ABNT aplicáveis;

Desenvolvimento e conclusão do trabalho proposto, à redação e defesa do trabalho desenvolvido;

Qualidades das referências utilizadas;

Tema abordado (relevância; inovação e grau de dificuldade);

IV – COMPETÊNCIAS

Compreensão da sistemática adequada à elaboração e apresentação do Trabalho para conclusão do curso para a defesa perante banca examinadora. Assimilação dos métodos de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho, durante a elaboração do projeto monográfico. Compreensão da adequação às normas técnicas da ABNT aplicáveis e da qualidade das referências utilizadas.

Abordagem de temas relevantes, inovadores e com grau de dificuldade.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Visão Global sobre a Pesquisa.

1.1 Conceitos e Definições Preliminares;

1.2. Origem das Investigações Científicas.

1.3. A Mudança de Rumos na Concepção da Pesquisa.

2. A Ciência Jurídica e seu Objeto de Investigação.

3. A Pesquisa na Área do Direito.

3.1. Conceito de Pesquisa Jurídica.

3.2. Classificações dos Tipos de Investigações na Área do Direito.

3.3. Metodologias Aplicadas na Pesquisa Jurídica.

4. Princípios Teórico-Metodológicos da Produção Científica na Área Jurídica.

4.1. Linha da Tecnologia Social Científica.

4.2. Linha Metodológica de Sentido Jurisprudencial.

4.3. Linha Crítico-Metodológica.

5. Métodos e Técnicas de Estudos Aplicados à Pesquisa Jurídica.

5.1. Pesquisa Bibliográfica.

5.2. Pesquisa Documental.

5.3. Pesquisa Experimental.

5.4. Pesquisa *Ex-Post Facto*.

5.5. Estudo de Corte.

5.6. Levantamento.

5.7. Estudo de Campo.

5.8. Estudo de Caso.

5.9. Pesquisa-Ação.

5.10. Pesquisa Participante.

6. Produção e Apresentação de Trabalhos Científicos: A Monografia, a Dissertação e a Tese.

6.1. A Estrutura de Monografias, Dissertações e Teses.

6.2. Normas da ABNT.

7. As Etapas da Pesquisa.

7.1. Organização da Pesquisa.

7.2. Coleta e Tratamento dos Dados.

7.3. Redação do Trabalho Científico.

8. Elaboração de Projeto de Pesquisa Jurídica.

8.1. Escolha do Tema.

8.2. Revisão de Literatura.

8.3. Delimitação do Problema da Pesquisa.

8.4. Geração de Hipóteses.

8.5. Formulação do Objetivo Geral.

8.6. Formulação dos Objetivos Específicos.

8.7. Metodologia/Procedimentos de Coleta de Dados.

8.7.1. Tipos de Pesquisa.

8.7.2. Técnicas de Pesquisa.

8.7.3. Recursos Metodológicos.

8.8. Recursos.

8.9. Cronograma.

8.10. Referências Bibliográficas.

VI - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com orientações envolvendo conhecimentos teóricos e práticos.

O Trabalho de Curso deverá ser realizado individualmente pelo aluno, sendo orientado por docente, após definido o seu conteúdo e tema.

A atividade de orientação consiste na tarefa de incentivo, acompanhamento de discussão da monografia pelo professor orientador. A orientação segue plano de atendimento mensal ou quinzenal estabelecido pelo professor orientador.

VII - AVALIAÇÃO

A avaliação do Trabalho de Curso será colhida das notas individuais dos professores presentes à banca. É considerada aprovado o aluno que obtiver conceito igual ou superior a Regular em cada um dos membros da banca.

As fichas de avaliações conterão a discriminação de cada item a ser observado na avaliação do trabalho, a que será atribuída conceitos Insuficiente, Regular, Muito Bom e Excelente.

VIII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia jurídica: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica.** Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual de monografia jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2019.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica: passo-a-passo.** São Paulo: Método, 2015.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica ao alcance de todos**. Barueri: Manole, 2018.

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos Constitucionais

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1,5 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 30 horas/aula

I – EMENTA

Abordagem dos conteúdos de Direito Constitucional numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito. Estimular os discentes a procurarem soluções para problemas práticos verdadeiros.

II – OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao aluno, em complementação ao Conteúdo Programático do curso, o estudo teórico-reflexivo e prático dos conteúdos de Direito Constitucional, numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito;

- Adequada atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a utilização de processos, atos e procedimentos práticos efetivamente existentes no mundo profissional;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Filosofia e Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica sobre temas práticos atuais do Direito Constitucional;
- Julgamento e tomada de decisões. Pesquisa e compreensão plena de acórdãos, legislação e todo tipo de decisões judiciais ou produção legiferante;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Intervenção. Intervenção Federal e Estadual. Conceitos, procedimentos e explanações. Artigos 34 a 36, CF (aula expositiva e participativa – 2h).

1.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Pedido de Intervenção nº 2.915, em que o STF não determinou a intervenção federal no Estado de São Paulo em razão da comprovada falta de recursos do Estado para quitar Precatórios em dia. A discussão girou em torno do mínimo existencial x reserva do possível e o princípio da proporcionalidade (leitura prévia do acórdão ou em sala de aula e discussão: 2h).

2. Ampla defesa e contraditório. Direitos Fundamentais. Princípios processuais constitucionais. Conceitos, explanação e abordagem das duas Declarações de Direitos do Homem formuladas até hoje (1789, após a Revolução Francesa, e 1948, elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU). Artigo 5º, incs. LIV e LV, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

2.1 Exercício prático → Leitura e análise do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 201.819, em que o STF decidiu pela aplicação da ampla defesa e do contraditório também no âmbito do Direito Privado, no caso de expulsão ou exclusão de sócio de sociedade sem fins lucrativos. Ainda, no Mandado de Segurança nº 24.268, o STF determinou a aplicação da ampla defesa e contraditório nos procedimentos administrativos e, no Recurso Extraordinário nº 158.215/RS, determinou a aplicação da ampla defesa e do contraditório no procedimento de expulsão ou exclusão de associado de Cooperativa. Análise da expressão "constitucionalização do Direito Privado" (leitura prévia dos acórdão ou em sala e discussão: 2h).

3. Dignidade da Pessoa Humana e Princípios Fundamentais (Título I, CF e art. 1º, inc. III, CF). Conceito e explanações. Eliminação do preconceito e da discriminação de qualquer espécie no Brasil (art. 3º, incs. I e IV, e XLV, CF). Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil. Aula expositiva e participativa – 2h.

3.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132/RJ (União Homoafetiva). Conjugação dos artigos 226 e 227, CF com a dignidade da pessoa humana e a não discriminação e preconceito (casamento homoafetivo, adoção de crianças por casais

do mesmo sexo e questões correlatas). Leitura prévia do acórdão ou em sala de aula e discussão – 2h.

3.2 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF na ADIN nº 3.510 – permissão de extração de células-tronco e descarte do embrião fecundado. Discussão sobre o Direito à Vida. O *caput* do art. 5º, CF. Preservação e proteção da vida. A ADPF nº 54, que firmou entendimento no sentido da possibilidade do aborto, pela gestante, do feto anencéfalo (decisão pela interpretação conforme a Constituição). Princípios constitucionais correlatos, como liberdade, intimidade e vida privada. Conceituação, explanação e debate em sala de aula. Leitura e discussão dos acórdãos – 2h.

4. Princípios penais na Constituição Federal. Conceitos, explanações e discussões. Nova e ampla abordagem da dignidade da pessoa humana na Constituição refletida na área criminal. O *Habeas Corpus*. Direito constitucional de ir e vir. Liberdade, igualdade e legalidade. Artigo 5º, incs. II, III, XV, XXXV (inafastabilidade da jurisdição), XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX e L. Aula expositiva e participativa – 2h.

4.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no *Habeas Corpus* nº 82.959, em que restou facultada aos presos por crimes hediondos, cumprindo a pena integralmente em regime fechado, a oportunidade de progredirem para o regime semiaberto. Inconstitucionalidade declarada do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90 (aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão e discussão – 2h).

5. Liberdade de expressão e liberdade de expressão artística. Conceitos e explanações. Liberdade em sentido amplo. Direitos de personalidade. Art. 5º, IV e IX, CF. **Exercício prático** → Análise do *Habeas Corpus* nº 83.996, em que se discutiu se havia ato obsceno ou não em peça teatral. Análise do *Habeas Corpus* nº 59.104, em que se discute se atividades imorais ou ilícitas, como prostituição, são protegidas ou não pelos Direitos Fundamentais. Direito de imagem: diferença entre pessoas públicas e comuns. *Paparazzi*. Princípio da proporcionalidade (aula expositiva e participativa; leitura prévia dos acórdãos – 2h).

5.1 Exercício prático → Limites à liberdade de expressão. Proibição de livros ou qualquer tipo de manifestação antissemita. Vedações de apologia ou propaganda nazista, sob qualquer forma. Vedações do racismo (art. 3º, inc. IV e IX, CF e art. 5º, inc. XLII, CF). Acórdão do STF no *Habeas Corpus* nº 82.424. Leitura do texto "A liberdade de expressão na Constituição de 1988", de Samantha Meyer-Pflug, na obra "DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha; NEVES, Mariana Barboza Baeta (Coord.). *Direito Constitucional Contemporâneo – Homenagem ao Professor Michel Temer*. São Paulo: Quartier Latin, 2012". O tema do artigo é o "Discurso do Ódio" (aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão e do texto – 2h).

6. Direito de manifestação jornalística. Liberdade de imprensa (art. 5º, incisos IV, V, IX, XIII e XIV, CF). A não recepção da Lei nº 5.250/67, assim declarada pelo STF na ADPF nº 130/08. A desnecessidade de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, declarada no Recurso Extraordinário nº 511.961. **Exercício prático** → Análise da lei e dos acórdãos. Aula expositiva e participativa; leitura prévia dos dois acórdãos e discussão – 2h.

7. Direitos Políticos. Artigos 14 a 16, CF. Conceitos, explanações, situações e procedimentos práticos. Perda ou suspensão dos Direitos Políticos (art. 15, CF). As

características do voto. Os demais modos de sufrágio: plebiscito, referendo e iniciativa popular. A excepcionalidade do voto indireto no Brasil (art. 81, § 1º, CF). Aula expositiva e participativa – 2h.

7.1 Exercício prático → Análise do Processo Administrativo nº 18.483/04, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, o qual redundou na Resolução nº 21.920 do TSE, criando no Brasil o voto facultativo também para os portadores de deficiência física. O STF determinou a harmonização do art. 14, § 1º, inc. II, CF com o art. 6º, inc. I, alínea "a", do Código Eleitoral (este último permitia o voto facultativo para "inválidos"). Temas correlatos à saúde pública e atendimento dos desamparados. Aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão do TSE – 2h.

8. Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3º, CF). Limites constitucionais. Prisão e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Aula expositiva e participativa – 2h.

8.1 Exercício prático → Análise do acórdão proferido pelo STF no Mandado de Segurança nº 27.483/DF, sobre interceptação telefônica por CPI e independência dos Poderes. Atuação exclusiva ou não do Judiciário em tais casos (emprego ou não da cláusula de reserva judicial neste caso de interceptação telefônica e em outros casos). Aula expositiva e participativa; leitura prévia do acórdão – 2h.

9. Sigilo bancário. Discussão sobre a possibilidade de quebra do sigilo bancário e/ou fiscal diretamente pela autoridade administrativa. Art. 5º, incs. X e XII, CF. Intimidade e vida privada. Cláusula de reserva judicial. Empate (5x5) no STF sobre o tema. Princípio da proporcionalidade. Colisão de direitos. Conceitos e explicações – 2h.

9.1 Exercício prático → Análise das ADINs 2.386, 2.390, 2.397 e 4.010, apensadas para julgamento em conjunto. A Medida Cautelar nº 33/03 e a polêmica no RE nº 389.808/03 e no RE nº 601.314, este último com repercussão geral decretada. Os argumentos nos votos de cada Ministro do STF contra e a favor da quebra do sigilo bancário e fiscal diretamente pelas autoridades administrativas. Aula expositiva e participativa; leitura prévia dos acórdãos – 2h.

10. Liberdade religiosa. Liberdade de culto. Estado laico, por expressa prescrição constitucional. Imunidade tributária dos templos de qualquer culto. Art. 5º, incs. VI e VII, CF. Artigos 19, 210, § 1º, 213 e 226, § 2º, CF. Artigos 150, VI, alínea "b" e § 4º, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

10.1 Exercício prático → Análise da sentença proferida pela Justiça Federal na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.017604-0, movida pelo Ministério Público Federal, ainda sob recurso. A polêmica dos crucifixos em salas de audiência e Plenários de Tribunais como STJ e STF. Ensino religioso nas escolas, subvenção a entidades religiosas, tópicos também objeto da Ação Civil Pública supracitada. Análise do acórdão do STF proferido no Recurso Extraordinário nº 325.822/SP, sobre a maior e menor extensão da imunidade tributária aos templos religiosos (de qualquer culto). Comparação com as demais imunidades tributárias previstas na Constituição Federal. Análise e discussão da sentença supra sobre a laicidade do Estado e do acórdão do STF sobre imunidade tributária dos templos religiosos. Leitura prévia ou em sala de aula – 2h.

11. Controle de Constitucionalidade. Conceito, explicação e procedimentos. Artigos 102 e 103, CF. A legislação infraconstitucional reguladora do controle de

constitucionalidade (Lei nº 9.868/99, Lei nº 9.882/99, Lei nº 8.038/90 e artigos 541 a 545, CPC). Controle de normas municipais e estaduais em face de normas da Constituição Estadual repetidas ou que façam remissão a normas da Constituição Federal. Possibilidade. Art. 125, CF. Aula expositiva e participativa – 2h.

11.1 Exercício prático → Análise da Reclamação nº 4.432 – STF. Possibilidade de controle de constitucionalidade na via estadual, pelo TJ do Estado respectivo, de normas locais que violem preceitos da Constituição Estadual, porém repetidos ou remissivos a preceitos da Constituição Federal. O conceito e procedimento do recurso denominado "Reclamação". Leitura prévia do acórdão na Reclamação em referência e discussão em sala de aula – 2h.

12. Tema extra: Eficácia das normas constitucionais. Eficácia Plena, Contida e Limitada. Conceitos e explanações. Artigos 9º e 37, VII, CF. Ausência de norma regulamentadora de greve para o setor público. Norma constitucional de eficácia contida. Aplicação da Lei nº 7.783/89, que regulamenta a greve para o setor privado, para o setor público, conforme julgamento do Mandado de Injunção nº 708/07. O Mandado de Injunção e a Omissão Infraconstitucional. Aula expositiva e participativa. **Exercício prático** → Leitura do acórdão proferido no Mandado de Injunção nº 708/07 e discussão – 2h.

13. Tema extra: Controle de Constitucionalidade pela via difusa. O papel do Senado Federal na via difusa. Proposta, ainda não votada pelo Plenário do STF, feita na Reclamação nº 4.335, de transformação dos efeitos *inter partes* no julgamento de Recursos Extraordinários em efeitos *erga omnes* e vinculantes próprio do controle pela via concentrada, retirando do Senado Federal a prerrogativa de suspensão discricionária da execução da norma declarada inconstitucional pelo STF pela via difusa. Art. 52, X, CF – 2h.

13.1 Exercício prático → Mutações dos efeitos do controle de constitucionalidade pela via difusa para os efeitos do controle de constitucionalidade na via concentrada, por intermédio da técnica da "mutação constitucional". Leitura do acórdão na Reclamação nº 4.3335 e discussão em sala de aula – 2h.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e práticas, sendo incentivada a participação dos alunos nos questionamentos e discussões apresentadas, acompanhadas de metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática, dentre elas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina) e ciclo de palestras (com Professores convidados, profissionais da área e/ou áreas afins), quando pertinente.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais e atividades desenvolvidas em sala de aula, conforme solicitação do Professor da disciplina, tendo como referência as metodologias adotadas de integração entre teoria e prática.

VII – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

DUTRA, Luciano. **Direito Constitucional Essencial**. São Paulo: Método, 2017.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2021.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia Complementar:

BELLO, Enzo. **Ensaio Críticos sobre Direitos Humanos e Constitucionalismo**. Caxias do Sul: Educus, 2012.

FRIEDE, Reis. **Curso de Ciência política e teoria geral do estado: teoria constitucional e relações internacionais**. São Paulo: Freitas Bastos Editora, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2022.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2022.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Diálogo inconstitucional e controle de constitucionalidade: debate entre STF e o congresso Nacional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Atividades Complementares

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 200 horas/aula

I – EMENTA

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Produções bibliográficas, visitas a centros culturais, visitas técnicas, palestras, simpósios, cursos e seminários, leituras, participação em projetos sociais e frequência a peças teatrais e mostras cinematográficas, fazem parte das Atividades Complementares.

II – OBJETIVOS GERAIS

Complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou a distância.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista, crítica e reflexiva.

Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais.

Estimular a capacidade analítica do aluno na argumentação de questões e problemas.

Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista.

Incentivar o aluno na participação de projetos e ações sociais.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Produções técnicas, culturais, bibliográficas e artísticas.

Visitas a museus, exposições, centros culturais e feiras.

Visitas técnicas.

Participação em palestras, simpósios, cursos e seminários.

Leituras: livros, artigos técnicos, atualidades.

Participação em projetos e ações sociais, além de atividades de cunho comunitário.

Frequência em peças teatrais e mostras cinematográficas.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Discussões de temas.

Visitas externas.

Leitura de textos previamente indicados.

Verificação de leitura.

Palestras e cursos.

Exibição de filmes e peças teatrais.

VI – AVALIAÇÃO

Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às Atividades Complementares.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos Especiais de Direito Privado (Optativa)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

A sociedade está em constante mutação e com essa as relações de Direito Privado. Diante da multiplicidade de relações e da dificuldade em sua análise detida, necessário aquilatar as de maior utilidade prática e estruturar o seu estudo. Trata-se do estudo de temas específicos do Direito Privado, os quais pela sua importância, relevância e atualidade devem ser abordados de forma especial.

II – OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conteúdos relacionados ao Direito Privado e a legislação específica acerca do tema.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar para utilização de conteúdos relacionados ao eixo temático, garantindo a ideia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. NEGÓCIO JURÍDICO: Interpretação e Reserva Mental

- 1.1 Conceito
- 1.2 Classificação
- 1.3 Sistemas de interpretação
- 1.4 Reserva Mental e sua aplicação.

2. AS INOVAÇÕES DA LEI DE LOCAÇÃO

- 2.1 Conceito
- 2.2 Disciplinas Afins
- 2.3 Locação Comercial e Residência
- 2.4 Ações

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

- 3.1 Conceito
- 3.2 Espécies de serviços prestados
- 3.3 Jurisprudência

4. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL

- 4.1 Direitos Reais
- 4.2 Princípios
- 4.3 Distinção da alienação fiduciária de bem móvel
- 4.4 Procedimento

5. DO ESTADO ATUAL DO DIREITO DE FILIAÇÃO

- 5.1 Conceito
- 5.2 Histórico
- 5.3 Presunção *Pater is est*
- 5.4 Trilogia da filiação (biológica – legal e social)

6. DOS ALIMENTOS: atualidades

- 6.1 Conceito
- 6.2 Classificação
- 6.3 Procedimento

7. DO DIVÓRCIO: uma abordagem teórica e prática

- 7.1 Conceito
- 7.2 Divórcio e Separação
- 7.3 Divórcio Extrajudicial
- 7.4 Procedimento

8. DO ARROLAMENTO EXTRAJUDICIAL

- 8.1 Conceito
- 8.2 Aplicação
- 8.3 Formas
- 8.4 Cálculo do Imposto

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de:

- ☐ Leitura e análise de textos.
- ☐ Realização online de exercícios teóricos e práticos da língua de sinais.

VI – AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. (As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição, que por sua vez estão divulgados no manual do aluno).

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Ensaio de direito privado e social: contratos, meio ambiente e tutela coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2015.

NUCCI, Guilherme Souza. **Instituições de Direito Público e Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada. **Filosofia e Direito Privado**. São Paulo: Almedina, 2020.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do Direito Privado: uma teoria da Justiça e da Dignidade Humana**. Rio de Janeiro: Processo, 2018.

PELUSO, Antonio Cezar. **Pareceres de Direito Público e Privado**. São Paulo: Almedina, 2021.

ZAVASCKI, Liane Tabarelli; MELGARÉ, Plínio. **Diálogos de Direito Privado: contribuições do corpo docente e discente da faculdade de direito da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

PLANO DE ENSINO

CURSO: Direito

SÉRIE: 10º Semestre

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Tutelas Difusas e Coletivas (Optativa)

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 01 horas/aula

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: 20 horas/aula

I – EMENTA

Estudo dos direitos difusos e coletivos, com ênfase na sua tutela jurídica, material e processual.

II – OBJETIVOS GERAIS

Estudar os direitos difusos e coletivos, seus conceitos e princípios, e a sua tutela no ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito material e processual.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dar ao aluno subsídios necessários para situá-lo no âmbito dos direitos difusos e coletivos, de sorte a torná-lo apto a enfrentar e solucionar os problemas desses tipos de direitos, que se tornam cada vez mais importantes na vida cotidiana. Para tanto, serão ministradas questões práticas, em relação às quais o aluno fará uso dos ensinamentos provenientes da aula teórica do curso, além da leitura de livros doutrinários feita previamente.

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Bimestre – Tutela material dos interesses difusos e coletivos

1. Direitos difusos e coletivos

1.1. A evolução dos direitos:

1.1.1. Direitos de primeira geração

1.1.2. Direitos de segunda geração

1.1.3. Direitos de terceira geração

1.2. Os direitos difusos e coletivos no direito brasileiro:

1.2.1. Direitos coletivos na Constituição Federal

1.2.2. A classificação dos direitos difusos e coletivos no Código de Defesa do Consumidor

1.2.2.1. Direitos difusos

1.2.2.2. Direitos coletivos

1.2.2.3. Direitos individuais homogêneos

2. Direitos do consumidor (Lei 8078/90)

2.1. Princípios da defesa do consumidor

2.2. Conceituação de consumidor e fornecedor, produtos e serviços

2.3. Direitos básicos do consumidor

2.3.1. Práticas comerciais abusivas

2.3.2. Cláusulas abusivas

3. Meio ambiente

3.1. Conceituação e classificação do meio ambiente

3.2. Princípios constitucionais do direito ambiental:

3.2.1. Desenvolvimento sustentável

3.2.2. Poluidor-pagador e usuário pagador

3.2.3. Prevenção e precaução

3.2.4. Participação

4. Criança e adolescente (Lei 8069/90)

4.1. Conceitos legais de criança e adolescente

4.2. Princípios constitucionais da família, criança e adolescente

4.2.1. Obrigatoriedade da intervenção estatal

4.2.2. Cooperação

4.2.3. Prioridade

4.2.4. Proteção especial

5. Concorrência (Lei 12.529/2011)

5.1. Conceito de concorrência

5.2. Sistema Nacional de Defesa da Concorrência (SNDC)

5.2. Princípios da concorrência

5.2.1. Liberdade de iniciativa

5.2.2. Livre concorrência

5.2.3. Função social da propriedade

5.2.4. Defesa dos consumidores

5.2.5. Repressão ao abuso do poder econômico

5.3. CADE (Conselho de administração de direito econômico)

5.4. SAE (Secretaria de administração econômica)

5.5. Infrações e penas

2º Bimestre – Tutela processual dos interesses difusos e coletivos

6. Atribuições constitucionais do Ministério Público na defesa dos interesses difusos e coletivos.

7. Legitimação para a propositura das ações judiciais na defesa dos interesses difusos e coletivos

8. Ações coletivas

8.1. Ação civil pública

8.1.1. Conceituação

8.1.2. Legitimação ativa

8.1.3. Litisconsórcio e assistência

8.1.4. Competência

8.1.5. Coisa julgada

8.2. Ação coletiva

8.2.1. Conceituação

8.2.2. Legitimação ativa

8.2.3. Litisconsórcio e assistência

8.2.4. Coisa julgada

8.3. Ação popular

8.3.1. Conceituação

8.3.2. Legitimação ativa

8.3.3. Litisconsórcio e assistência

8.3.4. Competência

8.3.5. Coisa julgada

9. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

V – ESTRATÉGIA DE TRABALHO

O curso será desenvolvido por meio de:

1. Leitura e análise de textos.
2. Realização online de exercícios teóricos e práticos da língua de sinais.

VI – AVALIAÇÃO

Duas provas bimestrais de aplicação do conteúdo exposto.

A média do semestre será calculada de acordo com o Regimento da IES. (As avaliações e o critério de aprovação seguem o determinado pela instituição, que por sua vez estão divulgados no manual do aluno).

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Marcus Rios. **Tutela de interesses difusos e coletivos**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Ensaio de direito privado e social:** contratos, meio ambiente e tutela coletiva. São Paulo: Saraiva, 2015.

SAMPAIO JR., José Herval. **Tutelas de Urgência:** Sistematização das Liminares. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Tutela provisória no CPC.** São Paulo: Saraiva, 2018.

FENSTERSEIDER, Tiago. **Defensoria Pública e direitos fundamentais e ação civil pública.** São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho:** relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2022.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie.** São Paulo: Saraiva, 2013.

VITORELLI, Edilson; ZANETI Jr., Hermes. **Casebook de Processo Coletivo:** estudos de processo a partir de casos. São Paulo: Almedina, 2020. (Vol. 1. Tutela Jurisdicional Coletiva).

ANEXO 2

ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Reserva-se, exclusivamente, para alunos matriculados no Curso de Direito da IES. Ele não se confunde com o estágio profissional. Dessa forma, ainda que nem todos os alunos possam realizar estágio profissional, todos eles são obrigados a cumprir o estágio curricular.

A finalidade do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. O Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

As atividades de Estágio Supervisionado são exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas, compreendendo, entre outras: redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, vistas relatadas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos, mediação, conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, tudo sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

O estudo do Código de Ética e Disciplina das profissões jurídicas perpassa todas as atividades vinculadas ao Estágio Supervisionado.

As atividades de Estágio Supervisionado podem ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O Estágio Supervisionado é realizado do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito da IES. O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária mínima de 300 horas a ser cumprida, conforme determinado na matriz curricular do Curso de Direito.

As atividades de Estágio Supervisionado envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências. Das visitas programadas devem ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação. Os alunos devem cumprir 20% da carga horária destinada ao Estágio Supervisionado em visitas orientadas.

A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos e a conciliação.

A prática real é desenvolvida na IES, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório semestral das atividades desempenhadas, cópia do controle de frequência. Os relatórios apresentados são objeto de avaliação, visando à atribuição de horas. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

As atividades conveniadas não devem ultrapassar 50% do tempo exigido para conclusão do estágio e são realizadas sob supervisão da IES, com elaboração de relatórios.

A seguir é apresentada a regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado, aprovada pelo Colegiado do Curso da IES, que estabelece as formas de desenvolvimento do estágio.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe sobre a estruturação e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica e do Estágio Supervisionado no Curso de Direito.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a estruturação e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica e o Estágio Supervisionado no Curso de Direito.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 2º. O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, órgão encarregado de organizar, coordenar e supervisionar a realização do Estágio Supervisionado e outras atividades práticas, desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

§1º. A estrutura do Núcleo de Prática Jurídica é composta de:

- I - Supervisão de Estágio;
- II - Secretaria de Estágio;
- III - Escritório de Assistência Jurídica - EAJ;
- IV - Ambiente para Prática Simulada.

SEÇÃO I - DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 3º. O Supervisor de Estágio é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito.

Parágrafo Único. O Supervisor de Estágio será obrigatoriamente professor integrante do corpo docente do Curso de Direito.

Art. 4º. Ao Supervisor de Estágio compete:

- I - coordenar o Núcleo de Prática Jurídica;
- II - coordenar, supervisionar e orientar as atividades dos supervisores, professores orientadores, advogados, estagiários e funcionários do Núcleo de Prática Jurídica;
- III - acompanhar a execução das atividades de prática jurídica simulada e real;
- IV - apresentar ao Coordenador do Curso de Direito, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido;
- V - gerenciar, junto à administração, os meios necessários para regular o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica e dos estágios a seu cargo;
- VI - acompanhar, supervisionar e orientar o professor orientador na execução de suas atividades em ambiente interno;
- VII - assegurar a observância da carga horária prevista para as atividades de prática simulada em ambiente interno;
- VIII - supervisionar as atividades externas desenvolvidas pelo estagiário (visitas orientadas, audiências, sessões, etc.);

IX - acompanhar e avaliar o desempenho do professor orientador e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nos estágios;

X - supervisionar as atividades externas desenvolvidas pelo estagiário no que tange ao estágio conveniado;

XI - fixar o horário de atendimento ao público no Escritório de Assistência Jurídica;

XII - elaborar, no início de cada semestre, a escala dos professores orientadores e estagiários que atuarão no Escritório de Assistência Jurídica;

XIII - acompanhar e avaliar o desempenho do professor orientador e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nos estágios.

SEÇÃO II - DA SECRETARIA DE ESTÁGIO

Art. 5º. A Secretaria de Estágio tem como principal finalidade prestar o apoio logístico e administrativo ao Núcleo de Prática Jurídica, possibilitando o seu bom funcionamento.

Art. 6º. São atribuições específicas da Secretaria de Estágio:

I - manter arquivos de toda a documentação e legislação concernentes ao Núcleo de Prática Jurídica;

II - manter o controle da agenda e de todas as correspondências recebidas e expedidas pelo Núcleo de Prática Jurídica;

III - elaborar as declarações e certidões atinentes ao Núcleo de Prática Jurídica, visadas pelo Supervisor de Estágio, respeitadas outras de competência;

IV - manter registro do estagiário com consignação das observações e avaliações realizadas pelo professor orientador, bem como das horas de estágio acumuladas;

V - gerir os recursos materiais para o bom funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica;

VI - desempenhar as demais atividades correlatas ou decorrentes de suas atribuições.

SEÇÃO III - DO ESCRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 7º. O Escritório de Assistência Jurídica tem como finalidade a execução das atividades de prática jurídica real, implementadas por meio da prestação de

serviços jurídicos de consultoria, assessoria e assistência jurídica à população carente.

Parágrafo Único. O EAJ também poderá habilitar alunos do 7º ao 8º semestres com inscrição no quadro de estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil para atendimento direto à população carente.

Art. 8º. As atividades do EAJ são desenvolvidas sob a responsabilidade de advogados, propiciando aos alunos a prática jurídica em casos reais.

SEÇÃO IV - DO AMBIENTE PARA PRÁTICA SIMULADA

Art. 9º. As práticas simuladas são desenvolvidas, em ambiente próprio, por meio de orientações técnico-jurídicas e pedagógicas levadas a efeito pelos professores orientadores.

Art. 11. Compete aos professores orientadores prestar diretamente ao estagiário as orientações técnico-jurídica e pedagógica em suas áreas de atuação, bem como as instruções básicas ao desempenho das atividades práticas.

Art. 12. São atribuições dos professores orientadores no que se refere às atividades de prática simulada:

I - implementar a programação das atividades atinentes ao Estágio Supervisionado, elaborada pelo Supervisor de Estágio;

II - acompanhar o estagiário nas visitas orientadas em órgãos judiciários ou outros de interesse para as atividades simuladas;

III - orientar acerca dos roteiros de audiências e sessões a serem presenciadas pelo estagiário;

IV - distribuir aos estagiários casos ou questões simuladas para exame e desenvolvimento em ambiente interno, prestando as orientações coletivas e individuais necessárias;

V - com base em situações simuladas ou casos concretos, orientar o estagiário na elaboração de peças processuais e profissionais;

VI - orientar a análise e a elaboração de pareceres próprios da advocacia consultiva;

VII - realizar a exegese da legislação, orientando a elaboração de textos legais;

VIII - instruir acerca da implementação do processo simulado, a partir da apresentação de situações ou casos hipotéticos;

IX - presidir e orientar as audiências e sessões nos processos simulados, com a participação do estagiário;

X - orientar a sustentação oral em audiências, sessões e plenários;

XI - desenvolver técnicas de negociações coletivas, arbitragem e conciliação;

XII - orientar a análise de autos de processos findos;

XIII – controlar o cumprimento da carga horária e a frequência do estagiário;

XIV – avaliar o desempenho do estagiário individualmente e/ou em grupo;

XV – elaborar relatório semestral de atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida pelo estagiário aprovado;

XVI – desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 13. O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. A carga horária a ser integralizada é de 300 horas.

Parágrafo Único. Será desenvolvido do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito, distribuído em módulos semestrais.

Art. 14. As atividades de estágios envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

Art. 15. As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências.

Parágrafo Único. Das visitas programadas deverão ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação.

Art. 16. A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados.

Parágrafo Único. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos e conciliação.

Art. 17. A prática real será desenvolvida na IES, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, bem como, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

§1º. Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório semestral das atividades desempenhadas, cópia do controle de frequência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período.

§2º. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas serão objeto de avaliação, visando à atribuição de horas.

§3º. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO

Art. 18. Nas visitas orientadas e na prática simulada, a avaliação do estagiário é procedida pelo professor orientador tendo por base os relatórios apresentados, as peças elaboradas durante o semestre, da participação dos atos processuais simulados (audiências, sessões etc.).

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pelo professor orientador, que certifica as atividades executadas no semestre e a carga horária cumprida.

Art. 19. Na prática real a avaliação do estagiário é realizada pelo professor orientador a partir das peças processuais elaboradas e participações em audiências.

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pelo professor orientador, que apresenta relatório semestral das atividades realizadas, certificando a carga horária cumprida. O tempo efetivamente despendido pelo estagiário em audiências judiciais é computado como hora de estágio, devendo ser comprovado pela ata da audiência e atestado pelo professor orientador.

Art. 20. Na prática real conveniada os relatórios apresentados semestralmente pelo estagiário e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação pelo Supervisor de Estágio. O total de horas cumpridas é aferido pela folha de frequência ou declaração/certidão do órgão ou escritório conveniente.

Parágrafo Único. A frequência do aluno é controlada pelo órgão ou escritório conveniente, com a supervisão do Núcleo de Prática Jurídica.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os casos omissos serão decididos pela Coordenação do Curso de Direito da IES.

Art. 22. Este Regulamento entra em vigor na presente data.

Aracaju, fevereiro de 2023.

ANEXO 3

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA FACULDADE DE ARACAJU - FACAR

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre os procedimentos das Atividades Complementares da Faculdade de Aracaju - FACAR.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementares do perfil do/a formando/a, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do/a estudante, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art.3º Compreende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não inserida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades dos Cursos de Graduação e Tecnológicos da FACAR.

§1º - Os estágios curriculares obrigatórios previstos nas matrizes curriculares vigentes não são válidos como atividades complementares.

§2º - Deve-se levar em conta a conexão material mínima da atividade com o curso de graduação e/ou tecnológico, numa perspectiva interdisciplinar e analisar sua relevância para o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 4º São consideradas atividades complementares:

I – Grupo 1: aproveitamento em programas de pesquisa;

- II – Grupo 2: realização de monitoria;
 - III – Grupo 3: publicações, comunicações científicas e orais, classificação em concursos de monografia;
 - IV – Grupo 4: aproveitamento em atividades de extensão;
 - V – Grupo 5: presença em defesas de trabalhos de conclusão de curso (TCC), monografias, dissertações, teses e projeto integrado multidisciplinar (PIM) dos cursos tecnológicos;
 - VI – Grupo 6: atividade de representação discente;
 - VII – Grupo 7: participação em seminários, congressos, palestras, simpósios e colóquios;
 - VIII – Grupo 8: visita a museus, exposições, centros culturais, peças teatrais, cinema/filmes;
 - IX – Grupo 9: aproveitamento em cursos e disciplinas optativas;
 - X – Grupo 10: leitura de livros;
 - XI – Grupo 11: visitas técnicas;
 - XII – Grupo 12: atividades comunitárias, projetos e ações sociais, doações de sangue, medula e plaqueta;
 - XIII – Grupo 13: estágios remunerados e/ou trabalhos na área;
 - XIV – Grupo 14: audiências e julgamentos na área judiciária.
- Parágrafo Único – A previsão disposta no inciso XIV se aplica aos cursos de Direito, Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis e Gestão em Recursos Humanos.

CAPÍTULO III

DA CARGA-HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 5º Os cursos de graduação e tecnológicos da FACAR atribuem uma parte flexível da formação acadêmica do/a estudante, dentro da carga-horária pré-fixada em cada ano-grade nos diferentes cursos para a realização das atividades complementares e em conformidade com o planejamento pedagógico referente às horas a serem cumpridas ao longo de cada curso.

Parágrafo Único - O cumprimento da carga-horária das atividades complementares durante os cursos de graduação e tecnológicos é um dos requisitos

básicos para a colação de grau e será fixado por Portaria da Coordenação do Curso em conjunto com a Coordenação Pedagógica, a respectiva carga-horária correspondente para cada turma.

Art. 6º - A integralização da carga-horária para cômputo nas atividades complementares deverá ser desenvolvida, necessariamente, em seis grupos ao longo do curso, devendo ser entregues ao/à supervisor/a das atividades complementares, no último semestre do curso, em data previamente estabelecida por meio de portaria expedida pela Coordenação Pedagógica, conforme os seguintes critérios de divisão estabelecidos:

Grupos de Atividades Complementares	Limite máximo para cômputo
Grupo 1	10% da carga-horária exigida no curso
Aproveitamento em programas de pesquisa Participação em grupos de pesquisa	
Grupo 2	20 horas
Realização de monitoria	
Grupo 3	10 horas por trabalho
Publicações	
Comunicações científicas e orais Classificação em concursos de monografia	
Grupo 4	Carga-horária expressa na declaração ou no certificado de participação
Aproveitamento em atividades de extensão	
Grupo 5	01 hora por apresentação
Presença em defesas de TCC, monografias, dissertações, teses e PIM	
Grupo 6	10 horas por representação semestral
Atividade de representação discente	
Grupo 7	Carga-horária expressa na declaração ou no certificado de participação
Participação em seminários, congressos, palestras, simpósios e colóquios	
Grupo 8	03 horas por evento
Visitação a museus, exposições, centros culturais, peças teatrais, cinema/filmes	
Grupo 9	*Carga-horária expressa na declaração ou no certificado de participação. **Histórico Escolar
Aproveitamento em cursos* e disciplinas optativas**	
Grupo 10	07 horas: para livros indicados por alguma disciplina cursada, desde que a prova comprobatória contenha a assinatura do/a professor/a
Leitura de livros	

	responsável. 05 horas: para livros correlatos à área específica do curso ou afins. 03 horas: para demais obras literárias
Grupo 11	04 horas por visita
Visitas técnicas	
Grupo 12	* 10 horas ** 05 horas
Atividades comunitárias*, projetos e ações sociais*, doações de medula*, sangue** e plaqueta**	
Grupo 13	10 horas por semestre (comprovado)
Estágios remunerados e/ou trabalhos na área;	
Grupo 14	Conforme tabela de equivalência em horas (ver a seguir)*
Audiências e julgamentos na área judiciária	

***AUDIÊNCIAS – TABELA DE EQUIVALÊNCIA EM HORAS**

Audiência Cível	Audiência de Conciliação	1 hora
	Audiência de Instrução e Julgamento	3 horas
	Audiência em Rito Sumário	2 horas
Audiência Trabalhista	Audiência Uma (Rito Sumário)	3 horas
	Audiência de Conciliação	1 hora
	Audiência de Instrução e Julgamento	3 horas
Audiência Criminal	Oitiva de Testemunha	3 horas
	Depoimento das partes	2 horas
	Tribunal do Júri	5 horas
Julgamento em 2ª Instância	Recursos Cíveis	2 horas
	Recursos Penais	2 horas
	Recursos Trabalhistas	2 horas

§1º - Para o curso de Pedagogia somente serão computadas as audiências realizadas na esfera trabalhista, ou que represente uma das interessadas na demanda como preposto.

§2º - Para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Gestão em Recursos Humanos serão computadas as audiências realizadas na esfera trabalhista e vara de falência, ou que represente uma das interessadas na demanda como preposto.

CAPÍTULO IV DO APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º Para aproveitamento das atividades complementares exige-se como prova comprobatória:

Grupos de Atividades Complementares	Prova Exigida
Grupo 1	Cópia do certificado
Aproveitamento em programas de pesquisa Participação em grupos de pesquisa	
Grupo 2	Cópia do certificado ou declaração
Realização de monitoria	
Grupo 3	* Cópia da publicação ** Atestado de comunicação *** Atestado de classificação
Publicações*	
Comunicações científicas e orais**	
Classificação em concursos de monografia***	
Grupo 4	Cópia do certificado de participação ou declaração de aprovação
Aproveitamento em atividades de extensão	
Grupo 5	Cópia do atestado ou declaração
Presença em defesas de TCC, monografias, dissertações, teses e PIM	
Grupo 6	Cópia da ata de eleição ou termo de posse. Para representantes de sala, aceita-se declaração assinada pela coordenação do curso
Atividade de representação discente	
Grupo 7	Cópia da declaração ou do certificado de participação
Participação em seminários, congressos, palestras, simpósios e colóquios	
Grupo 8	Comprovante original de entrada, programas OU fotos, E relatório manuscrito (3 laudas) preenchido em formulário específico do curso. Aceita-se filmes assistidos em domicílio desde que haja comprovante de retirada de acervos/bibliotecas ou de locadora, constando o
Visitação a museus, exposições, centros culturais, peças teatrais, cinema/filmes	

	nome do/a estudante e com data do período vigente do curso.
Grupo 9	Cópia do certificado* ou declaração* e histórico escolar**
Aproveitamento em cursos* e disciplinas optativas**	
Grupo 10	Apresentação de resenha manuscrita da leitura realizada de, no mínimo, três laudas.
Leitura de livros	
Grupo 11	Apresentação de relatório preenchido em formulário específico, com assinatura do/a professor/a responsável.
Visitas técnicas	
Grupo 12	Declaração comprobatória do órgão ou da instituição beneficente.
Atividades comunitárias, projetos e ações sociais, doações de medula, sangue e plaqueta	
Grupo 13	Declaração da empresa especificando as atividades desenvolvidas pelo/a estudante, constando data de início no trabalho.
Estágios remunerados e/ou trabalhos na área;	
Grupo 14	Cópia da ata de audiência acompanhada de relatório manuscrito de, no mínimo, 01 lauda.
Audiências e julgamentos na área judiciária	

Art. 8º As cargas-horárias definidas nas provas exigidas não representam necessariamente a carga-horária atribuída pelo/a supervisor/a das atividades complementares como aproveitamento para a atividade realizada pelo/a estudante, podendo variar conforme o caso.

Art. 9º Se a prova da atividade complementar não informar a respectiva carga-horária ou na hipótese de outras omissões, o/a supervisor/a das atividades complementares estimará a carga-horária a ser aproveitada considerando o tipo de atividade realizada e do relatório feito pelo/a estudante.

Art. 10 O/A estudante deverá apresentar as atividades complementares no último semestre do curso, sendo informado/a que caso não consiga concluir as atividades, nos termos previstos neste instrumento, não poderá colar grau.

CAPÍTULO V

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 11 O/A supervisor/a das atividades complementares é o/a coordenador/a do curso graduação ou tecnológico, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao/à estudante e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das atividades complementares.

Art. 12 É de competência do/a supervisor/a das atividades complementares:

I – Exigir, no mínimo, seis grupos de atividades complementares para seus/suas acadêmicos/as ao final do curso. O aceite ou não da atividade realizada pelo/a estudante dependerá da autorização prévia do/a coordenador/a;

II – Acompanhar e controlar a participação dos/as estudantes em ações e eventos promovidos pela instituição, que visem o aproveitamento como atividades complementares;

III – Apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos/as estudantes, que objetivem aproveitamento de ações e eventos externos como atividades complementares;

IV – Definir o número de horas devidamente cumpridas pelo/a estudante, anotando na ficha de atividades complementares, datando e assinando;

V – Enviar à secretaria acadêmica o resultado da avaliação das atividades complementares de cada estudante, para registros cabíveis.

Art. 13 – É de responsabilidade do/a estudante, a cada atividade realizada, preencher a ficha e o relatório de atividades, em conformidade com as datas determinadas no calendário escolar.

§1º. A padronização da entrega é de competência e autonomia do/a supervisor/a de atividades complementares, de acordo com a peculiaridade e característica de cada curso.

§2º. Caso sejam detectados plágios e/ou falsificações nas provas comprobatórias, o/a estudante será **SUSPENSO** das atividades acadêmicas, independente do período, de acordo com as normas regimentais da instituição e por tempo determinado pela Direção.

§3º. A realização das atividades complementares é de responsabilidade do/a estudante que deverá atuar de forma autônoma e independente, fazendo cumprir este instrumento.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 – Os casos omissos em relação às atividades complementares serão resolvidos em reunião do Colegiado de Curso.

Art. 15 – Este regulamento entra em vigor a partir desta data, revogando toda e qualquer disposição anterior e contrária.

Aracaju, 20 de julho de 2022.
Coordenação Pedagógica
Coordenações de Curso

ANEXO 4

ESTUDOS DISCIPLINARES

Justificativa

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei n. 10.861/2004, notadamente a partir da divulgação dos resultados do ENADE 2006, a Instituição vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP, SESu, SETEC e SEED.

Associa-se a esse fato a necessidade de adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação aos ditames das Resoluções CNE/CES nºs. 2 e 3, ambas editadas em 2007, e da Resolução CNE/CES nº. 4/2009, a primeira e a última fixando a carga horária dos bacharelados e a segunda determinando que a carga horária dos cursos deve ser contabilizada em horas.

Dentre outras medidas emergiu dessa reflexão a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, unidades de estudos diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares. Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) fundamentado no inciso II, do Art. 53 da Lei n. 9.494/96

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;(g.n)

e nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação postulados nos Pareceres CNE/CES ns. 776/97, 583/2001 e 67/2003

(...)

1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da

carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;(g.n.)

2. indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;(g.n.)

(...)

4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;(g.n)

5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;(g.n)

Regulamento dos Estudos Disciplinares

CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO, CARGA HORÁRIA E OBJETIVOS

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução dos Estudos Disciplinares (ED); constituídos por um conjunto específico de unidade de estudos, ao abrigo do que dispõe o inciso II do Art. 53, da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), observadas as Orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação emanadas do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Parecer CNE/CES nº. 776, de 13 de dezembro de 1997, do Parecer CNE/CES nº. 583, de 4 de abril de 2001 e do Parecer CNE/CES nº. 67 de 11 de março de 2003.

Art. 2º. Os Estudos Disciplinares são unidades de estudos de caráter obrigatório nos cursos de graduação da Faculdade Campo Grande, constituindo um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos.

Art. 3º. A carga horária dos Estudos Disciplinares será definida no projeto pedagógico de cada curso, considerando suas especificidades.

Art. 4º. São objetivos dos Estudos Disciplinares:

- e. propiciar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- f. prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida em que ele progride em sua formação;
- g. proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento visando a solução de problemas;
- h. estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. Os ED utilizam a resolução sistemática de exercícios, criteriosamente elaborados pelos professores responsáveis pelas disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas da sua área de formação.

§1º. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança na sua matriz curricular, esses conteúdos são progressivamente substituídos por outros de formação específica, de cunho interdisciplinar, envolvendo diferentes campos do saber.

§2º. Os conteúdos abordados nos Estudos Disciplinares devem ter por base as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 6º. Os Estudos Disciplinares serão desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da Faculdade de Aracaju.

CAPÍTULO III DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 7º. Caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), quando houver, supervisionar e avaliar os Estudos Disciplinares de cada curso.

Art. 8º. A avaliação de desempenho dos alunos nos Estudos Disciplinares resultará da combinação do seu aproveitamento nas atividades presenciais e à distância, e essa se dará por meio de conceito.

Parágrafo Único - O aproveitamento dos Estudos Disciplinares de que trata o caput deste artigo poderá ser aferido mediante a aplicação de exercícios.

Art. 9º. A frequência do aluno nos Estudos Disciplinares resultará da apuração combinada da presença nas atividades presenciais e naquelas realizadas à distância, sendo comprovado por meio das entregas dos exercícios e da ficha de Controle, preenchida e assinada pelos estudantes e professor.

Parágrafo Único - Nas atividades à distância, a frequência será controlada por meio dos acessos e do tempo de permanência do aluno na Plataforma Digital da Instituição.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, em conjunto com a Direção ouvidas as partes interessadas.

Art. 11º. As disposições do presente Regulamento poderão ser alteradas por deliberação do Colegiado de Curso com a anuência do Conselho Acadêmico da Faculdade Campo Grande.

Art. 12º. O presente Regulamento entra em vigor a partir do ano de 2013, após a sua aprovação no Conselho Acadêmico da Faculdade Campo Grande.

Aracaju/SE, fevereiro de 2022.

ANEXO 5

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS – APS

Capítulo I

DA LEGISLAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento normatiza a execução das Atividades Práticas Supervisionadas da FCG, obedecendo ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 571, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes.

§ Único – As APS são previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º. As APS constituem parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam.

Art. 4º. Para efeitos deste Regulamento, são consideradas Atividades Práticas Supervisionadas (APS): estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros.

§1º – As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento.

§2º – As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares.

§3º – As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

CAPÍTULO III DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 5º. Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar e avaliar o desempenho dos alunos.

Art. 6º. No início de cada período letivo, a Coordenação do Curso informará as APS que serão desenvolvidas ao longo do semestre e as datas de realização das avaliações.

Art. 7º. A avaliação de desempenho dos alunos nas APS comporá a avaliação das disciplinas às quais se vinculam, cabendo à Coordenação do Curso juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, quando houver, definir a ponderação aplicável a essas atividades.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Direção do Instituto ao qual se subordina o Curso, ouvidas as partes interessadas.

Art. 10º. O presente Regulamento entra em vigor, após a sua aprovação pelos órgãos colegiados superiores da instituição.

ANEXO 6

TRABALHO DE CURSO – TCC

Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, enriquecedor e implementador do perfil do formando. É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do Curso de Direito, por meio do qual o é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação. Nesse sentido, o Trabalho de Curso deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

O Trabalho de Curso consiste em uma pesquisa, relatada sob a forma de monografia na área do Direito, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária de 60 horas a ser cumprida nas atividades de orientação de TC. A totalização da carga horária destinada ao TC e a aprovação do TC do aluno são indispensáveis à colação de grau.

O processo de realização do Trabalho de Curso importa orientação teórico-metodológica ao aluno, a ser prestada do 8º ao 10º semestre do Curso de Direito, pelo professor orientador.

Estão aptos a orientar o Trabalho de Curso quaisquer professores efetivos do Curso de Direito da IES, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação. O orientador escolhido pelo aluno deve ser professor da IES, atuante na área e/ou disciplina correspondente ao tema do TC.

A atividade de orientação consiste na tarefa de incentivo, acompanhamento e discussão do TC pelo professor orientador. Cada professor pode ter até 10 (dez) alunos sob sua orientação. A orientação segue plano de atendimento mensal estabelecido pelo professor orientador.

A orientação é realizada obrigatoriamente nos 03 (três) últimos semestres do Curso de Direito. Neste mesmo período que compreende 03 (três) semestres de orientação deve o aluno também elaborar o seu Trabalho de Curso.

O TC deve ser elaborado considerando-se:

I - na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;

II - no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com a área de conhecimento de sua formação profissional.

Parágrafo Único. As exigências quanto à forma escrita e apresentação do trabalho serão estabelecidas pelo Supervisor de TC.

Estando apto para a defesa, o TC, em 04 (quatro) vias, é encaminhado pelo professor orientador ao Supervisor de TC, a quem aquele solicita data para apresentação e defesa.

O Trabalho de Curso é então apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo professor orientador e composta por mais de um professor designado pelo Supervisor de TC, consideradas as indicações do aluno e de seu orientador.

Todos os professores do Curso de Direito podem ser indicados para participação em banca de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias. Podem ainda integrar o corpo de avaliadores professores de outros cursos, desde que comprovado pelo professor orientador o reconhecido interesse de sua presença para a discussão e avaliação do trabalho, aprovada a indicação pelo Supervisor de TC.

A avaliação do Trabalho de Curso é colhida das notas individuais dos professores presentes à banca. É considerada aprovado o aluno que obtiver conceito igual ou superior a Regular em cada um dos membros da banca.

A banca pode reprovar o trabalho ou submeter à aprovação a posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação. Nesse último caso, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que devem se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

O Supervisor de TC é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito dentre professores do quadro permanente de docentes da IES, para o exercício conjunto de atividades de orientação ao aluno e de administração dos atos relativos ao planejamento e à supervisão do TC. É de competência do Supervisor de TC:

I - fornecer esclarecimentos aos alunos inscritos sem prejuízo daqueles que já lhes prestam seus respectivos professores orientadores;

II - apoiar o trabalho dos professores orientadores, assistindo-lhes nos diversos aspectos relevantes para a orientação do TC;

III - estabelecer procedimento permanente de discussão e de avaliação das atividades relativas ao TC, convocando reuniões regulares entre professores orientadores e orientandos, conduzindo seus resultados à apreciação da Coordenação do Curso de Direito;

IV - organizar calendário de atividades de TC, definindo cronograma de defesas e lista com a composição das bancas, informando, para divulgação, à Coordenação do Curso de Direito;

V - enviar à Secretaria o resultado da avaliação do TC de cada aluno, para os registros cabíveis;

VI - encaminhar, para arquivo na biblioteca da IES, cópia dos trabalhos defendidos que receberem conceito Excelente dos componentes da banca, ou sob sua avaliação aqueles indicados pela banca examinadora como merecedores de distinção;

VII - receber e arquivar as fichas de avaliação das bancas com resultado final, bem como guardar o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras, mantendo a sua atualização;

VIII - sistematizar e manter arquivo dos documentos referentes ao TC, recebendo, ao final de cada orientação, documentação mantida pelo professor orientador;

IX - produzir, semestralmente, relatório de atividades desempenhadas à frente da supervisão do TC, informando à Coordenação do Curso de Direito a relação de trabalhos realizados, professor envolvidas na orientação, e resultados das avaliações.

A seguir é apresentada a regulamentação do Trabalho de Curso, aprovada pelo Colegiado do Curso da IES, que estabelece as formas de desenvolvimento do TCC.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO

Dispõe sobre a forma de operacionalização do Trabalho de Curso do Curso de Direito.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a forma de operacionalização do Trabalho de Curso (TC) do Curso de Direito.

CAPÍTULO II - DO TRABALHO DE CURSO

Art. 2º. O TC consiste em uma pesquisa, relatada sob a forma de monografia na área do Direito, envolvendo conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

Art. 3º. O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária de 72 horas a ser cumprida nas atividades de orientação de TC, que é desenvolvida durante o 8º, 9º e 10º semestre.

Parágrafo Único. A totalização da carga horária destinada ao TC e a aprovação do TC do aluno são indispensáveis à colação de grau.

CAPÍTULO III - DA ATIVIDADE DE TRABALHO DE CURSO

Art. 4º. O Trabalho de Curso deverá ser realizado individualmente pelo aluno, sendo orientado por professor da IES em 03 (três) semestres letivos após definido o seu conteúdo e tema em conjunto com a Coordenação do Curso.

§1º. A orientação será realizada obrigatoriamente nos 03 (três) últimos semestres do Curso de Direito.

§2º. Neste mesmo período que compreende 03 (três) semestres de orientação deverá o aluno também elaborar o seu Trabalho de Curso.

§3º. A orientação do Trabalho de Curso pelo corpo docente da IES não é obrigatória, cabendo ao professor orientador escolhido aceitar ou rejeitar os temas propostos pelo(s) aluno(s).

§4º. O orientador escolhido pelo aluno deverá ser professor da IES, atuante na área e/ou disciplina correspondente ao tema do TC.

Art. 5º. O TC deverá ser elaborado considerando-se:

I ? na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;

II ? no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com a área de conhecimento de sua formação profissional.

Parágrafo Único. As exigências quanto à forma escrita e apresentação do trabalho serão estabelecidas pelo Supervisor de TC.

CAPÍTULO IV - DA ORIENTAÇÃO

Art. 6º. O processo de realização do TC importa orientação teórico-metodológica ao aluno, a ser prestada do 8º ao 10º semestre do Curso de Direito, pelo professor orientador.

Art. 7º. Estão aptos a orientar o TC quaisquer professores efetivos do Curso de Direito da IES, respeitadas as afinidades temáticas e a existência de carga horária disponível para a orientação.

§1º. A atividade de orientação consiste na tarefa de incentivo, acompanhamento e discussão do TC pelo professor orientador. Cada professor pode ter até 10 (dez) alunos sob sua orientação.

§2º. A orientação seguirá plano de atendimento mensal estabelecido pelo professor orientador.

Art. 8º. A aceitação da orientação importa compromisso do professor em acompanhar o processo de desenvolvimento do TC até a sua defesa, não se admitindo o desligamento de suas atividades senão por motivos faltosos imputáveis ao orientando no desempenho de seu trabalho, ou por outro motivo plenamente justificável, apreciados ambos os casos pelo Supervisor de TC.

§1º. Nos casos previstos no caput, o professor deverá encaminhar formalmente ao Supervisor de TC solicitação de desligamento das atividades de orientação. Aplicam-se aos alunos os mesmos dispositivos referentes ao desligamento de orientação do professor orientador.

§2º. Na circunstância de o aluno, por motivo sério, não obter sucesso na indicação de um orientador, deve o Supervisor de TC designar um professor para incumbir-se da atividade.

Art. 9º. Ao professor orientador incumbe a presença e a assiduidade no atendimento aos alunos, o registro das reuniões e atividades de orientação, a guarda dos relatórios parciais mensais de seus orientandos, o controle das fichas de frequência ao atendimento, o arquivamento dos documentos atinentes ao TC e, ao final da atividade, a apresentação de relatório ao Supervisor de TC.

Parágrafo Único. O relatório compreenderá registro e autoavaliação das atividades desempenhadas pelo professor orientador junto ao TC, bem como a avaliação da atuação do aluno no desenvolvimento do TC.

Art. 10. Estando apto para a defesa, o TC, em 04 (quatro) vias, será encaminhado pelo professor orientador ao Supervisor de TC, a quem aquele solicitará data para apresentação e defesa.

CAPÍTULO V – DOS ORIENTANDOS

Art. 11. Aos alunos matriculados competem cumprir e exigir a observância das regras e compromissos estabelecidos por este Regulamento, e, em especial:

I – assumir a responsabilidade pela produção do trabalho, considerando as dimensões ética e técnica da atividade social-acadêmica, atentando para a articulação entre as diversas práticas acadêmicas que o TC pode, individualmente, atualizar;

II – frequentar e participar ativamente dos encontros de orientação e das reuniões convocadas para fins de discussão formativa e de planejamento do TC;

III – manter estreito contato com o Supervisor de TC com vistas a ampliar os espaços legítimos de discussão e de deliberação acerca dos problemas teóricos, metodológicos e materiais de seu trabalho.

CAPÍTULO VI – DA DEFESA DO TRABALHO DE CURSO

Art. 12. O TC será apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo professor orientador e composta por, mais um professor designado pelo Supervisor de TC, consideradas as indicações do aluno e de seu orientador.

Parágrafo Único. A defesa do TC é pública.

Art. 13. Todos os professores do Curso de Direito poderão ser indicados para participação em banca de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias.

Parágrafo Único. Poderão ainda integrar o corpo de avaliadores professores de outros cursos, desde que comprovado pelo professor orientador o reconhecido interesse de

sua presença para a discussão e avaliação do trabalho, aprovada a indicação pelo Supervisor de TC.

Art. 14. A composição da banca incluirá a indicação de um suplente, para os casos de impedimento de um de seus membros, exceto do professor orientador. Neste caso, nova data será designada para a defesa. O mesmo se dará nas circunstâncias em que, além do professor orientador, esteja presente apenas mais um membro da banca.

§1º. Faltando qualquer dos membros da banca a nova defesa, devem assumir concorrentemente o seu assento na banca examinadora o Supervisor de TC ou o Coordenador do Curso de Direito.

§2º. Sendo permanente o impedimento do professor orientador, o Supervisor de TC deve providenciar a sua substituição por um professor afinado à matéria debatida pelo trabalho a ser apresentado, para, assim, garantir a efetivação da defesa.

Art. 15. A entrega da versão definitiva do TC para o Supervisor do TC seguirá prazo estabelecido pelo calendário de atividades, de responsabilidade do Supervisor de TC, que instituirá, ainda, o cronograma de defesas, observando tempo razoável para a leitura e para a apreciação dos trabalhos pelos membros da banca.

§1º. As razões para a dispensa de depósito do TC em prazo hábil serão avaliadas em cada caso, a pedido do interessado, pelo Coordenador de Curso, que considerará a ocorrência de força maior, caso em que designará novo e excepcional prazo para a entrega e a defesa do trabalho.

§2º. O interessado deverá protocolar junto à Secretaria o requerimento de que trata o parágrafo anterior em até 72 horas do termo final de entrega do TC.

Art. 16. A avaliação do trabalho será colhida das notas individuais dos professores presentes à banca. Será considerada aprovado o aluno que obtiver conceito igual ou superior a Regular em cada um dos membros da banca.

§2º. As fichas de avaliação conterão a discriminação de cada item a ser observado na avaliação do trabalho, a que será atribuída conceitos Insuficiente, Regular, Muito Bom e Excelente.

§3º. Os membros da banca assinarão a ficha de avaliação e o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras, recomendando para compor o acervo da biblioteca da IES os trabalhos merecedores de distinção.

Art. 17. A banca pode reprovar o trabalho ou submeter à aprovação a posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação. Nesse último caso, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que deverão se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

Art. 18. A reprovação importa a obrigatoriedade de novo período de orientação pelo prazo de 06 (seis) meses.

Art. 19. O recurso cabível contra a avaliação da banca examinadora, a ser protocolado em até 05 (cinco) dias da publicação do resultado, será examinado pelo Coordenador de Curso.

CAPÍTULO VII – DO SUPERVISOR DO TC

Art. 20. O Supervisor de TC é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito dentre professores do quadro permanente de docentes do Curso de Direito, para o exercício conjunto de atividades de orientação ao aluno e de administração dos atos relativos ao planejamento e à supervisão do TC.

Art. 21. É de competência do Supervisor de TC:

I – fornecer esclarecimentos aos alunos inscritos sem prejuízo daqueles que já lhes prestam seus respectivos professores orientadores;

II – apoiar o trabalho dos professores orientadores, assistindo-lhes nos diversos aspectos relevantes para a orientação do TC;

III – estabelecer procedimento permanente de discussão e de avaliação das atividades relativas ao TC, convocando reuniões regulares entre professores orientadores e orientandos, conduzindo seus resultados à apreciação da Coordenação do Curso de Direito;

IV – organizar calendário de atividades de TC, definindo cronograma de defesas e lista com a composição das bancas, informando, para divulgação, à Coordenação do Curso de Direito;

V – enviar à Secretaria o resultado da avaliação do TC de cada aluno, para os registros cabíveis;

VI – encaminhar, para arquivo na biblioteca da IES, cópia dos trabalhos defendidos que receberem conceito Excelente dos componentes da banca, ou sob sua avaliação aqueles indicados pela banca examinadora como merecedores de distinção;

VII – receber e arquivar as fichas de avaliação das bancas com resultado final, bem como guardar o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras, mantendo a sua atualização;

VIII – sistematizar e manter arquivo dos documentos referentes ao TC, recebendo, ao final de cada orientação, documentação mantida pelo professor orientador;

IX – produzir, semestralmente, relatório de atividades desempenhadas à frente da supervisão do TC, informando à Coordenação do Curso de Direito a relação de trabalhos realizados, professor envolvidas na orientação, e resultados das avaliações.

Parágrafo Único. Das decisões do Supervisor de TC caberá, em 05 (cinco) dias, recurso à Coordenação do Curso de Direito.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os casos omissos serão decididos pela Coordenação do Curso de Direito.

Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na presente data.

Aracaju, fevereiro de 2023.

ANEXO 7
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E APOIO
PSICOPEDAGÓGICO – NAAP

REGULAMENTO

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico – NAAP, doravante assim denominado, da Faculdade de Aracaju - FACAR.

Art. 2º São finalidades do NAAP:

I - Orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnico administrativo da FACAR;

II - Promover, por meio do apoio psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e o pleno desenvolvimento dos colaboradores;

III – Zelar pela aplicação da Política de Acessibilidade da FACAR, fazendo com que estes cumpram seu objetivo principal de promover as condições adequadas para acesso, permanência, integração e desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista, ao Ensino Superior;

IV - Promover as condições adequadas para a inclusão das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista, ao Ensino Superior, articulando-se com professores, coordenadores e setores de apoio, viabilizando as adequações arquitetônicas, comunicacionais, pedagógica e atitudinal, tendo como referência a Política de Acessibilidade da FACAR.

Parágrafo único. Para os casos em que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAAP deverá sugerir o devido encaminhamento.

Art. 3º São objetivos específicos do NAAP:

I - Auxiliar acadêmicos na integração destes ao contexto universitário, realizando orientações no que se refere a dificuldades no processo ensino-aprendizagem, proporcionando a identificação dos principais fatores envolvidos nas situações problemas e estratégias de enfrentamento pessoais e institucionais;

II - Realizar pesquisas a partir dos dados coletados nos atendimentos, relacionados à tipologia das dificuldades apresentadas pelos alunos, e encaminhar relatórios à direção acadêmica com a finalidade de desenvolver estratégias de intervenção institucional;

III - Realizar atendimento psicológico emergencial, por meio de aconselhamento, identificando as urgências subjetivas nas suas diferentes dimensões (profissional, pedagógica, afetivo-relacional e/ou social), propiciando reflexão para um posicionamento pessoal mais adequado na superação dos problemas e realizando encaminhamentos para profissionais e serviços especializados, se necessário;

IV - Assessorar as Coordenações de Curso e de Ensino, em consonância com as políticas de ensino e atenção ao aluno previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), buscando estratégias psicopedagógicas específicas para cada caso, trabalhando de forma interdisciplinar e promovendo a inclusão, tendo em vista a política de acessibilidade da FACAR;

V - Acompanhar acadêmicos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), visando a sua plena acessibilidade ao Ensino Superior (arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal) e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil do egresso do curso escolhido em igualdade de condições;

VI - Apoiar e orientar, juntamente com os setores pedagógicos da instituição, o corpo docente e coordenadores na adequação e/ou desenvolvimento de metodologias, tendo em vista o melhor aproveitamento acadêmico do aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012);

VII - Orientar os departamentos no que se refere à necessidade de ajuda técnica e/ou de recursos de tecnologia da informação, comunicação e pedagógicos para atendimento às necessidades de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista, visando sua plena inclusão e desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem;

VIII - Atender os funcionários técnico-administrativos e docentes em suas demandas psicossociais, promovendo um ambiente de trabalho com relações saudáveis e harmoniosas.

Art. 4º O NAAP realiza suas intervenções considerando dois eixos fundamentais:

I - Atendimento aos corpos discente, docente e técnico-administrativo;

II - Apoio à coordenação de cursos e de ensino;

Art. 5º Os atendimentos aos corpos discente, docente e técnico-administrativo poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

§ 1º Para o corpo discente, a demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAAP e pela coordenação de ensino por meio de relatório justificando o encaminhamento.

§ 2º Para os corpos docente e técnico-administrativo, a demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio funcionário junto ao NAAP ou, no caso do corpo docente, pela coordenação de curso ou de ensino e no caso dos técnicos administrativos pelo gerente imediato.

Art. 6º Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAAP e comunicado ao interessado.

Art. 7º Os atendimentos individuais visam:

I - Atendimento aos alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), desde o momento de sua matrícula, visando um diagnóstico para apontamento de suas necessidades pedagógicas, metodológicas e de recursos materiais;

II - Atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;

III - Atendimento a alunos e colaboradores com problemas psicoafetivos que atendam a resposta de psicoterapia breve;

IV - Encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;

V - Atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;

VI - Atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico e do funcionário;

VII - Atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA);

VIII - Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional;

IX - Atendimento aos docentes e coordenadores, conjuntamente com o núcleo de apoio pedagógico, para traçar diretrizes e prestar orientações e apoio a cerca de adaptações metodológicas e de processos avaliativos, tendo em vista a inclusão plena dos alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista, conforme Política de Acessibilidade.

Art. 8º Cada acadêmico ou colaborador poderá ser atendido, individualmente, em até cinco (05) sessões por semestre, de acordo com a disponibilidade do NAAP, com exceção dos alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais,

incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), que devem ser atendidos em suas necessidades, independente do número de sessões.

Art. 9º O NAAP utilizará um formulário padrão - Prontuário de Atendimento - para registro dos atendimentos individuais (Anexo I).

Art. 10. Os atendimentos em grupo serão oferecidos por meio de oficinas agendadas em horários que permitam a participação dos alunos e comunicado aos mesmos.

§ 1º Os atendimentos em grupo serão realizados para promover um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional e por adesão espontânea do interessado.

§ 2º As oficinas para proporcionar os atendimentos em grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAAP, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

§ 3º Os temas para os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAAP, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 11. Os temas e áreas sugeridos nos atendimentos em grupo envolvem:

I - Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas à escolha profissional ou adaptação acadêmica;

II - Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais;

III - Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações

que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe;

IV - Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborde temas ligados à maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos;

V - Valorização da diversidade e respeito às diferenças: reflexão sobre temas como diversidade cultural, direitos humanos, combate ao preconceito e a discriminação de qualquer natureza (raça, credo, gênero, orientação sexual, deficiência), construindo o respeito no ambiente acadêmico.

Art. 12. O NAAP irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem, relacionais e comportamentais, juntamente com a assessoria pedagógica da IES.

Art. 13. O NAAP participará do planejamento da Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade de Aracaju - FACAR, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns e na questão da promoção da acessibilidade, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art. 14. O NAAP irá, em situações específicas, trabalhar junto aos coordenadores e professores no sentido de auxiliar na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 15. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAAP por meio de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

Art. 16. O NAAP deverá elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Parágrafo único. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo ou oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAAP deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

Art. 17. O NAAP deve participar como colaborador dos projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão para pessoas com deficiência e estágios profissionalizantes.

Art. 18. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAAP, serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, devendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Parágrafo único. Os relatórios previstos neste artigo tratam-se apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

Art. 19. Os atendimentos e atividades do NAAP, quando executados por profissional da área da Psicologia, serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional).

Art. 20. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado em livro ATA, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 21. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAAP, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com Código de Ética do Profissional.

Art. 22. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15 do Código de Ética Profissional/CFP.

Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelos Conselho Superior da FACAR.

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito da Faculdade de Aracaju - FACAR.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e executivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do curso de Direito, sua implementação e desenvolvimento e, tem por finalidade, a sua difusão entre o corpo docente e discente, e no âmbito da administração da faculdade, bem como a difusão da cultura educacional, assumindo o compromisso pela constante evolução das condições.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II – Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- III – Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- IV – Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- V – Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- VI – Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII – Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- I – O Coordenador do Curso, como seu presidente;
- II – Membros do corpo docente, indicados pelo Coordenador de Curso, em número mínimo de 4 (quatro), que possuam a titulação e experiência exigidas para o cargo.

Art 5º. A indicação dos representantes docentes deverá ser aprovada pelo Colegiado de Curso.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os membros do Núcleo Docente Estruturante serão indicados para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

CAPÍTULO IV DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 6º . Os documentos que compõem o NDE possuirão titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação, preferencialmente em programas de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*, e, destes, pelo menos 50% (cinquenta por cento) deverão possuir o título de mestre.

Art. 7º. O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso é, de pelo menos, 60% (sessenta por cento).

CAPÍTULO V DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 8º. Os docentes que compõem o Núcleo de curso são contratados em regime de horário horista, parcial e ou integral.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 9º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- I. convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. representar o Núcleo junto aos órgãos da instituição;
- III. encaminhar as deliberações do Núcleo;
- IV. coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 10º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 11. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12. Os percentuais relativos à titulação e regime de trabalho dos componentes do Núcleo deverão ser garantidos pela Instituição no prazo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14º. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado de Curso.

Aracaju-SE, 18 de fevereiro de 2022.